

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER REFUGIADA: CENÁRIO,
EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA**

Nilva Celestina do Carmo
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

NILVA CELESTINA DO CARMO

**O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER REFUGIADA: CENÁRIO,
EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Maria das D. S. de Loreto

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

C2878f Carmo, Nilva Celestina do, 1968-
2025 O fenômeno da violência contra mulher refugiada: cenário,
educação e qualidade de vida / Nilva Celestina do Carmo. –
Viçosa, MG, 2025.

1 tese eletrônica (239 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria das Dôres Saraiva de Loreto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2025.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.668>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Violência contra as mulheres - Prevenção - Brasil.
2. Violência contra as mulheres - Política governamental -
Brasil. 3. Refugiadas - Condições sociais. 4. Política social.
5. Qualidade de vida. I. Loreto, Maria das Dôres Saraiva de,
1952-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social.
III. Título.

CDD 22. ed. 362.839

NILVA CELESTINA DO CARMO

**O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER REFUGIADA: CENÁRIO,
EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 18 de julho de 2025.

Assentimento:

Nilva Celestina do Carmo
Autora

Maria das Dores Saraiva de Loreto
Orientadora

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 16/10/2025 às 12:31:37 e pela orientadora em 16/10/2025 às 13:31:40. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **E6A3.S9PW.LDND** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Ao meu amor, parceiro, amigo, companheiro, alma gêmea e outras composições expressivas que possam identificar alguém que sempre está ao meu lado nas minhas aventuras. Desde quando nos conhecemos, desde a graduação, Alan está sempre presente e incentivando o meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional. Quantas e quantas vezes eu tentei desistir e ele sempre me trazendo para a realidade, incentivando, caminhando junto e me esperando na linha de chegada, para vibrar junto comigo. Alan, eu amo você!

Meu agradecimento também àquela que, além de se predispor a ser minha orientadora, tornou-se minha amiga, minha irmã e conselheira. Nosso caminhar se iniciou no mestrado. Tentaram nos separar, mas, por alguma providência Divina, ela voltou a me orientar. Em vários momentos desse trajeto, ela me conduziu, acreditou em mim e na minha capacidade de chegar até o final, com êxito. Dorinha, sem você esta conquista não seria possível!

Não posso finalizar sem um agradecimento especial a mim mesma. Reconhecer que, se não houvesse força de vontade e também o ato de me colocar à frente desse propósito, esta tese não existiria. Então, muito obrigada a mim, também!

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

CARMO, Nilva Celestina do, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2025. **O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER REFUGIADA: CENÁRIO, EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

Este estudo investiga ações e políticas educativas direcionadas às mulheres refugiadas/migrantes no Brasil, tendo como cerne a prevenção da violência e a melhoria na qualidade de vida e como fundamentos o contexto migratório, social e discursivo dessas mulheres. Parte-se assim do pressuposto de que o fenômeno da violência afeta de forma particular as mulheres refugiadas/migrantes, que enfrentam vulnerabilidades adicionais que decorrem do processo migratório, da discriminação e das representações sociais predominantes na mídia e nas políticas públicas. Analisa-se de que forma as ações educativas e os projetos institucionais contribuem para garantir direitos, promover empoderamento e proteger essas mulheres no contexto das suas trajetórias migratórias. A pesquisa, composta por seis artigos e fundamentada nos capítulos iniciais, adota a abordagem metodológica qualitativa, exploratória e documental, combina a revisão sistemática da literatura, a análise discursiva de documentos institucionais e midiáticos, além de entrevistas com gestores e com mulheres refugiadas/migrantes participantes de ações educativas. Os resultados evidenciam que as ações educativas, quando alinhadas às políticas públicas, fortalecem a autonomia dessas mulheres, contribuem para sua inclusão social e promovem a conscientização sobre seus direitos. A investigação destaca a importância de se desenvolver tecnologias educacionais específicas e de se promover políticas integradas que reduzam as situações de violência e as vulnerabilidades, pois há desafios que necessitam ser enfrentados em face da migração forçada. Conclui-se que a educação e a formação de redes de apoio são essenciais para fortalecer uma abordagem interseccional, que contemple a proteção, o empoderamento e a qualidade de vida das mulheres refugiadas/migrantes, no país que, tradicionalmente, é visto como de acolhimento. Para tanto, são necessárias ações coordenadas que dialoguem com as reais necessidades e percepções dessas mulheres, de forma permanente e sensíveis às suas especificidades culturais e sociais, de modo que se fortifique com isso o tecido social, bem como contribua para construir uma sociedade mais acolhedora e igualitária.

Palavras-chave: mulheres refugiadas/migrantes; violência; políticas públicas; educação; qualidade de vida

ABSTRACT

CARMO, Nilva Celestina do, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2025. **THE PHENOMENON OF VIOLENCE AGAINST REFUGEE WOMEN: SCENARIO, EDUCATION AND QUALITY OF LIFE.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

This study investigates educational actions and policies aimed at refugee/migrant women in Brazil, focusing on preventing violence and improving their quality of life, while also considering the migratory, social, and discursive contexts of these women. The study is based on the assumption that violence particularly affects refugee/migrant women, who face additional vulnerabilities arising from the migration process, discrimination, and the prevailing social representations in the media and public policies. It analyzes how educational actions and institutional projects contribute to guaranteeing rights, promoting empowerment, and protecting these women in the context of their migratory trajectories. The research, composed of six articles and based on the initial chapters, adopts a qualitative, exploratory, and documentary methodological approach, combining a systematic literature review, discursive analysis of institutional and media documents, and interviews with administrators and refugee/migrant women participating in educational initiatives. The results demonstrate that educational actions, when aligned with public policies, strengthen the autonomy of these women, contribute to their social inclusion, and promote awareness of their rights. The analysis of media discourse revealed social representations that sometimes reinforce stereotypes, hindering a full understanding of their condition. The research highlights the importance of developing specific educational technologies and promoting integrated policies that reduce situations of violence and vulnerability, given the challenges faced in the face of forced migration. It concludes that education and the development of support networks are essential to strengthening an intersectional approach that encompasses the protection, empowerment, and quality of life of refugee/migrant women in a country traditionally seen as a host country. To this end, coordinated actions are needed that engage with the real needs and perceptions of these women, continuously and sensitively addressing their cultural and social specificities, strengthening the social fabric and contributing to the construction of a more welcoming and egalitarian society.

Keywords: refugee/migrant women; violence; public policies; education; quality of life.

LISTA DE FIGURAS

A TEMÁTICA DO ESTUDO E SEU ENFOQUE METODOLÓGICO

Figura 1 - Estrutura da Tese	21
Figura 2 - Quadro conceitual que define os Principais Domínios de Integração	44
Figura 3 - Três formas sociológicas para explicar a ação humana e a ordem social.....	48
Figura 4 - A dualidade da Estrutura da Teoria da Estruturação de Giddens	49
Figura 5 - Modelo de Determinantes da Vulnerabilidade dos Migrantes.....	51
Figura 6 - Respostas programáticas e os atores pertinentes em cada nível, do Modelo de Determinantes de Vulnerabilidade	52
Figura 7 - Enfoque ecológico de fatores relacionados com a violência.	54
Figura 8 - Contextos, Atores e Fatores Determinantes da Rota Crítica.	56
Figura 9 - Modelo conceitual de qualidade de vida.....	66
Figura 10 - Confluência das Teorias.....	67

ARTIGO 1

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos (PRISMA)	88
---	----

ARTIGO 6

Figura 1- Nuvem de palavras indicativas sobre qualidade de vida	201
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

ARTIGO 1

Gráfico 1 - Avaliação da qualidade do relato dos estudos – *Checklist* STROBE.....104

ARTIGO 6

Gráfico 1 – Satisfação com a qualidade de vida.....203

Gráfico 2 - Escala de Mudanças Percebidas.....207

LISTA DE QUADROS

A TEMÁTICA DO ESTUDO E SEU ENFOQUE METODOLÓGICO

Quadro 1 - Matriz Metodológica do Projeto de Pesquisa “O fenômeno da violência contra a mulher refugiada: cenário, educação e qualidade de vida”33

ARTIGO 1

Quadro 1: Característica dos estudos incluídos na revisão sistemática.....89

LISTA DE TABELAS

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL

Tabela 1 – Fatores que moldam a satisfação com a vida autorreferida dos imigrantes e, portanto, a integração subjetiva e a qualidade de vida.	43
Tabela 2 – Itens sobre Qualidade de Vida a serem avaliados	63

ARTIGO 1

Tabela 1 – Estratégia de busca.....	86
-------------------------------------	----

ARTIGO 2

Tabela 1 – Classificação das sequências argumentativas.....	116
---	-----

ARTIGO 3

Tabela 1 – Classificação das sequências argumentativas.....	134
---	-----

ARTIGO 6

Tabela 1 – Medida de Qualidade de Vida - EUROHIS-QOL-8.....	204
Tabela 2 – Escala de Mudanças Percebidas (EMP).....	206

SUMÁRIO

1 A TEMÁTICA DO ESTUDO E SEU ENFOQUE METODOLÓGICO	12
1.1 Introdução: Problematização e Justificativa	12
1.2 Objetivos.....	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Estrutura da Tese	21
1.4 Revisão da Literatura.....	22
1.4.1 Configuração do Fenômeno da Violência	22
1.4.2 A migração e os seus desafios	25
1.5 Metodologia de Pesquisa	29
1.5.1 Tipo de Pesquisa.....	29
1.5.2 A seleção dos locais de estudo	31
1.5.3 A escolha dos participantes	32
1.5.4 Formas de Coleta de Dados	32
1.5.5 Dos procedimentos para análise dos dados	36
1.5.5.1 Revisão Sistemática da Literatura	37
1.5.5.2 Análise do Discurso e Teoria do Enquadramento	37
1.5.5.3 Análise Textual e de Conteúdo.....	38
1.5.5.4 Análise Estatística Descritiva	39
1.6 Aspectos Éticos	39
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL	40
2.1 Contexto migratório em sociedade: integração, inserção e identidades.....	40
2.2 Representações Sociais.....	46
2.3 Práticas Sociais	47
2.4 Vulnerabilidades e Violência	49
2.4.1 Vulnerabilidades.....	49
2.4.2 Modelo Ecológico de Violência e da Rota Crítica	53
2.5 A Educação como Elemento de Intervenção Social.....	57
2.6 Qualidade de vida: Os Domínios e Percepções das Mudanças de Vida.....	60
2.6.1 Qualidade de vida	60
2.6.2 Domínios de Vida.....	64
2.6.3 Percepções das Mudanças de Vida.....	66

2.7 Confluência das Teorias	67
REFERÊNCIAS	68
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	83
3.1 Artigo 1 - As diretrizes políticas, as ações e os projetos educacionais propostos para o público refugiado no Brasil: uma revisão sistemática com metanálise.	83
3.2 Artigo 2 - A política pública educacional para refugiados/imigrantes: uma análise discursiva argumentativa	109
3.3 Artigo 3 - O enquadramento das mulheres refugiadas/migrantes: representações sociais do discurso midiático.....	125
3.4 Artigo 4 – A educação como política pública preventiva de controle contra a violência que atinge o público refugiado na percepção de seus executores.	141
3.5 Artigo 5 - Quando as mulheres migram: vozes, feridas e recomeços.	170
3.6 Artigo 6 - Do acolhimento à autonomia: a educação como estratégia de inclusão para mulheres refugiadas/migrantes.	196
CONCLUSÃO GERAL	219
APÊNDICES	224
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTORES/COLABORADORES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	224
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MULHERES REFUGIADAS/MIGRANTES PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS	225
APÊNDICE 3 – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	230
ANEXOS	235
ANEXO 1 - DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	235

1 A TEMÁTICA DO ESTUDO E SEU ENFOQUE METODOLÓGICO

1.1 Introdução: Problematização e Justificativa

O interesse pela temática violência contra mulher originou-se na minha pesquisa de mestrado (2017 a 2019), realizada no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica – PPGED da Universidade Federal de Viçosa, que resultou na dissertação *Programa Mulheres Mil: uma análise multidimensional*¹. Tendo em vista a robustez dos dados coletados no mestrado, houve a manifestação da docente orientadora em solicitar a defesa de tese com antecedência, para atender a uma condição de excepcionalidade institucional. Porém, o intento frustrou-se em função de algumas intercorrências no desenrolar-se do curso. A dissertação foi defendida em fevereiro de 2018, e o material disponível foi utilizado para iniciar o projeto de doutorado de modo convencional.

Sendo assim, mantive meu interesse em discutir o fenômeno da violência contra a mulher por causa do aumento dos casos e sua consequente visibilidade; porém, devido à mudança de orientador, pela coordenação do programa do doutorado, houve a orientação para desconsiderar (resetar) toda a trajetória percorrida no mestrado e reiniciar novo projeto. Inicialmente, foi-me proposto considerar, em vez do programa mulheres mil, o processo de migração², tema com o qual, naquele momento, eu não possuía nenhuma aderência.

Apesar do natural desânimo com a proposta da nova orientação, por desconsiderar a minha experiência e trajetória com o tema que eu havia proposto, iniciei assim mesmo as disciplinas estipuladas no plano de estudo. Nesse contexto, no primeiro semestre de 2021, realizei 210 horas de carga horária, integralizando, desse modo, 12 créditos. Ao iniciar o segundo semestre de 2021, houve nova surpresa. A coordenação do PPGED comunicou-me que a minha orientação sofreria, outra vez, inesperada alteração. A grata surpresa, entretanto, foi a de que me devolveram para a orientadora anterior e eu poderia continuar o trabalho conforme eu desejava.

¹ CARMO, Nilva Celestina do. Programa Mulheres Mil: uma análise multidimensional. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019. Disponível em: <http://locus.ufv.br/handle/123456789/25859>. Acesso em: 17 maio 2025.

² Para Morén-Alegret (1999), o termo migração foi criado após o estabelecimento dos Estados-nações para descrever o cruzamento de suas fronteiras, que passaram a ser definidas por linhas contínuas e precisas, de forma temporária ou definitiva por estrangeiros. A partir desta definição, de acordo com Taibo e Neto (2020), cada pessoa que se desloca passa a ter um único lugar de residência e se compromete com a legislação local sobre o seu efeito.

No entanto, devido ao prazo já decorrido e às disciplinas cursadas, para que não houvesse prejuízo no andamento do doutoramento, tomamos a decisão (eu e a orientadora) de mantermos o tema, isto é, o processo de migração, porém agora com ênfase em sua estratégia educativa e em seus reflexos na qualidade de vida das mulheres refugiadas/migrantes. Assim, cheguei até aqui.

Dessa forma, mesmo com a incerteza e o pouco conhecimento, permiti-me adentrar no tema, com a curiosidade peculiar de pesquisadora em busca de algo que ela desconhece quase que por completo. Todavia, levei para essa nova jornada a experiência da pesquisa do mestrado, a minha condição de educadora e especialmente a experiência como mulher, que sobrevive em uma sociedade marcada pelo patriarcado.

É crucial que isso seja ressaltado, pois a construção do conhecimento envolve não apenas a organização de relações, mas também o entendimento de que esse processo é intrinsecamente carregado de subjetividade. A imparcialidade completa é um ideal, pois, na prática, as experiências e as perspectivas individuais influenciam significativamente a formação do conhecimento. Assim, reconhecer a presença dessas nuances subjetivas é fundamental para se compreender mais profunda e realisticamente o processo de aprendizado e de desenvolvimento humano.

De acordo com Harding (1987), na condução de qualquer pesquisa, não se pode invisibilizar ou tentar tornar anônima a voz da sua própria autoridade como pesquisador(a). É fundamental, portanto, expor minha posição como mulher e buscar compreender como este *locus* molda não apenas as relações desenvolvidas ao longo do processo investigativo, mas também a maneira como construo as reflexões e as análises apresentadas neste trabalho. A partir dessa perspectiva, reconheço a importância das minhas experiências e de minhas perspectivas pessoais, porquanto inevitavelmente elas influenciam a formação do meu conhecimento e as interpretações contidas nesta tese. Eu, mulher branca, com 57 anos, professora do magistério federal, de classe média, brasileira, paulista de nascimento, porém totalmente mineira, considerando os mais de 50 anos vividos neste Estado de Minas Gerais, portanto, de certo modo, uma migrante. Na qualidade de pesquisadora, tenho momentos de constante indagações e aprendizados na convivência com as mulheres refugiadas/migrantes, devendo considerar sempre a pluralidade dessas mulheres, para além das suas experiências e dos inúmeros marcadores sociais existentes.

Dessa maneira, com base nos conhecimentos adquiridos no percurso, início a trajetória desta tese, começando com a definição do conceito de migração.

Segundo Mota (2019), a migração é um fator humano, considerando que os indivíduos sempre se deslocaram de um lugar para outro, cuja causa é basicamente a fuga da pobreza, do desemprego, da destruição do meio ambiente, da guerra, dos conflitos civis e políticos, dentre muito outros.

Nesse contexto, no Brasil, dados de 2017 apontam que as mulheres representam 56,8% do total dos estrangeiros já reconhecidos como refugiados, sendo assim caracterizadas por estarem em situação de vulnerabilidade devido ao afastamento de suas famílias, sem proteção de seu governo e à distância de suas origens. Essas mulheres, ao serem questionadas sobre suas condições, expõem “as dificuldades em encontrar abrigo adequado quando chegam ao país, problemas de acesso ao mercado de trabalho, discriminação no ambiente laboral e obstáculos no acesso a serviços e na integração” (UNIC Rio, 2017, n.p.).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), diante da invisibilidade de grupos socialmente estigmatizados, dos quais o refugiado/migrante³ é tido como componente, evidências indicam que, apesar da melhoria e da convergência nas capacidades centrais da Declaração do Milênio de 2000, algumas disparidades e desigualdades permanecem.

Tal fato ocorre mesmo que todo indivíduo ou grupos de pessoas possam ter acesso a recursos em virtude da legislação formal ou das normas sociais. Em outras palavras, ainda persiste a injustiça social e a vulnerabilidade, que pode ser visível, especialmente para aqueles grupos estigmatizados, como relatado:

Nem todas as injustiças sociais são visíveis – muito menos reconhecidas – pelas instituições sociais, como sucede frequentemente, com grupos indígenas, ou étnicos; migrantes; pessoas lésbicas ou gays, bissexuais, trans e intersexo e outros grupos socialmente estigmatizados vítimas de abuso e discriminação (PNUD, 2019, p. 24).

³ Partindo da percepção de que todo refugiado é migrante, que nem todo migrante é refugiado. Inicialmente se faz necessário informar que as definições terminológicas, utilizadas nesse trabalho, encontram-se naquelas propostas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019) para os conceitos de “migrante” e “refugiado”. A expressão “migrante” é comumente utilizada para designar aquele que se desloca dentro do seu próprio país. Por ser termo abrangente, de acordo com alguns especialistas, pode ser utilizado, inclusive, para se caracterizar os deslocamentos internacionais. Quanto ao termo “refugiado”, deve ser utilizado para retratar a pessoa que foi forçada a deixar o seu país de origem e necessita requerer “proteção internacional”, quando considerado o temor de perseguição e de violações de direitos humanos, em situações que podem lhe custar a vida (ACNUR, 2019).

Paloma *et al.* (2021), ao realizarem a revisão sistemática e a meta-análise sobre os determinantes do bem-estar entre os imigrantes internacionais, salientaram que, apesar da evolução crescente do processo migratório, por meio do qual se busca melhores oportunidades socioeconômicas, os migrantes enfrentam múltiplos estressores, tais como: barreira linguística, novas normas culturais, perda de redes sociais, familiares e de apoio, discriminação e subemprego. É imprescindível salientar que esses estressores geralmente resultam em imenso sofrimento psicológico, como ansiedade e depressão.

Nessa mesma perspectiva, os referidos autores, ao analisarem os aspectos que influenciam a satisfação com a vida de migrantes econômicos, concluíram que essa categoria divide-se em certas tipologias: inclusão social e cultural (adaptação à cultura, engajamento comunitário, discriminação percebida e rede de apoio social); integração estrutural (acesso a recursos comunitários, condições de moradia, acesso ao trabalho e status legal); além de aspectos individuais, como competência linguística, segurança financeira, saúde e raízes (Paloma *et al.*, 2021).

Esses autores reconhecem ainda que as expectativas dos imigrantes nem sempre são atendidas, uma vez que o contexto de acolhimento relega aos imigrantes posições inferiores de poder, que os submete à fragmentação social, condições de trabalho mais precárias, residências em bairros segregados, menor densidade das redes sociais de apoio, situações de preconceitos, discriminação e desconfiança por membros das comunidades receptoras. Ou seja, situações que limitam sobremaneira a integração e a inclusão sociocultural, havendo, em consequência disso, o crescimento de vulnerabilidades, cujo corolário é a ocorrência da violência multifacetada.

Segundo Ribeiro e Andrade (2023), para além das dificuldades e violações de direitos básicos do indivíduo, tem-se ainda a ausência da igualdade de gênero, devido à construção histórica ao redor do feminino. Nesse sentido, as autoras ressaltam que há a necessidade de se empreender políticas públicas que permitam e incentivem a inclusão; tencionem mitigar a perpetuação dessa desigualdade e que de certo modo, fortaleçam o papel das mulheres, de modo que se priorize e se concretize mecanismos para a sua proteção, como forma de se garantir substancialmente seus direitos e o desenvolvimento de sua personalidade.

Sobre o tema da personalidade, as autoras ainda destacam:

Referente à personalidade da mulher, tem-se que sua dignidade é, frequentemente, violada em decorrência do gênero. As transgressões,

geralmente, são relacionadas ao próprio corpo, como agressões, assédio, violação sexual, desconsideração da própria autonomia, o que, não raro, resulta em feminicídio (Ribeiro; Andrade, 2023, p. 63).

Os tipos de violência contra as mulheres são manifestações de desigualdade de gênero, que se expressam de forma física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, obstétrica, política e até letal, como o feminicídio. A violência física envolve agressões que obviamente causam dor ou lesões corporais; a psicológica se caracteriza por ações que afetam a saúde emocional da mulher e podem ser descritas como humilhações, ameaças e isolamento. A violência sexual, por seu turno, ocorre quando há imposição de atos sexuais sem consentimento, o que inclui o estupro e a coerção; já a violência patrimonial refere-se à retenção, à destruição ou à apropriação de bens, documentos e recursos financeiros da mulher. Quanto à violência moral envolve a calúnia, a difamação e a injúria, ações essas que atentam contra a honra da vítima (Instituto Maria da Penha, 2023). Além desses tipos, estudos recentes destacam a violência obstétrica, o feminicídio e a violência política como expressões graves de desigualdade de gênero (Fernandes *et al.*, 2025).

Ainda nesse contexto, entre as várias formas de violência contra a mulher, encontram-se a violência doméstica e a violência intrafamiliar⁴. Nesse sentido, Vergueiro *et al.* (2019) destacam a imigração como um fenômeno que reforça esses tipos de violências, uma vez que expõem a mulher a um contexto de vulnerabilidade diário e sistemático, isso só pelo simples fato de ser mulher. Contribuem para isso alguns fatores, tais como o desconhecimento da língua, o distanciamento familiar e a ausência de suporte social, dentre outros.

Para Schwinn e Costa (2016), a vulnerabilidade das mulheres refugiadas pode ser determinada pela violência cultural⁵ e pela violência social. Para as autoras, a primeira tem como causa o choque cultural, advindo das práticas sociais e religiosas; enquanto a segunda é composta pela manutenção da pobreza, pela precariedade de moradia, pela ausência de garantia dos direitos e de acesso às políticas públicas, além da dificuldade de dispor de serviços públicos, a tudo isso se soma a barreira da língua.

Costa e Schwinn (2017) pontuam os crimes de violências sofridos pelas mulheres refugiadas, tanto no país de origem quanto no país de acolhimento, o que vem a evidenciar

⁴ A violência intrafamiliar é definida como qualquer ação ou omissão praticada entre membros de uma mesma família que cause prejuízo à integridade física, psicológica, moral ou ao desenvolvimento de um dos envolvidos (Lopes, 2021)

⁵ É um conceito desenvolvido pelo sociólogo Johan Galtung. Esse tipo de violência é considerado sutil e duradouro, pois atua no plano das ideias e no dos valores, tornando práticas violentas socialmente aceitáveis ou invisíveis (Azzolini, 2024), sendo utilizadas para se justificar ou se legitimar outras formas de violência.

que essas mulheres passam por violências culturais, sociais, psicológicas e sexuais em seus caminhos. Ou seja, as mulheres refugiadas, na longa jornada em busca de segurança e de um lugar para poderem viver dignamente, deparam-se com situações de violência, especialmente se o poder público as deixa à margem de ações que poderiam garantir a proteção contra os crimes, que violam sua integridade física, sexual, financeira, psicológica e moral.

Ainda conforme as autoras, a violência cultural, assim como toda opressão sofrida, também contribui para que essas mulheres busquem refúgio em outro país e, conseqüentemente, passem, daí em diante, a sofrer com as dificuldades de adaptação, integração e identidade. Assim, por questões de sobrevivência e preservação da vida, a mulher refugiada tende a conviver com a violência social, tanto durante a fuga quanto no local de refúgio.

Para Góes e Borges (2021), a violência social em suas várias dimensões, além de se impor devido à dificuldade de a mulher refugiada ter acesso a serviços públicos, em razão de sua origem (estrangeira) e de sua limitação linguística, destaca-se pela “manutenção da pobreza, na dificuldade de acesso a políticas públicas, na situação precária de moradia, na não garantia de direitos no país que as receberam, dentre outras” (Góes; Borges, 2021, p. 332).

Além dessas, tem-se, ainda, a violência simbólica que se apresenta de forma invisível, reconhecida como “natural”, a partir da manutenção de padrões, nos processos de socialização, instituídos pelas organizações. Nesse contexto, de acordo com Rosa e Brito (2009), as barreiras simbólicas se perpetuam, e ao se manifestarem, resultam na dominação que inviabiliza a contestação e a permanência do indivíduo na linha divisória. Essa condição, por outro lado, transforma-se em uma relação de poder, obrigando as mulheres refugiadas a ocupar posições marginais, a assumir o papel de dominadas, sendo elas assim forçadas a seguir as regras e, com isso, permanecem estigmatizadas. Para os autores, a lógica da violência simbólica reside em conservar padrões, conforme descrito abaixo:

Nesse ponto reside nosso argumento, pois se, em determinado campo, por exemplo, há uma doxa masculina, seu *habitus* correspondente se constitui necessariamente num *habitus* masculino, logo, os homens recém-chegados já compartilham, de início, de uma proximidade congênita com as regras desse espaço e seus respectivos jogos viris de legitimação. Em contrapartida, as mulheres recém-chegadas, além de sofrerem a violação de seu *habitus* “profissional” (do mesmo modo que os homens recém-chegados que nunca trabalharam naquela organização), sofrem, também, uma violação do seu *habitus* feminino, na medida em que são mulheres e precisam assimilar – sob o risco de serem excluídas – a lógica masculina, subjacente à organização em questão. Assim, estão distantes culturalmente da *doxa*, ficando, ao fim e

ao cabo, passíveis de uma violência simbólica com grau muito mais doloroso do que os homens, pois elas são obrigadas a sobrepor uma camada de *habitus* diametralmente oposta (do ponto vista biológico e cultural) à que possuem em sua essência feminina (Rosa; Brito, 2009, p. 642).

De acordo com Reigada (2020), como a população de migrantes passa por um processo de feminização, notadamente se constata que cada vez mais as mulheres migram sozinhas e maiores têm sido os números relacionados às ameaças e aos abusos sofridos pelas mulheres ao longo do percurso, mesmo havendo subnotificação dos registros de violências. Desse modo, na busca por segurança, o risco de sofrer é maior quando a mulher se encontra desacompanhada, grávida ou em estágio avançado da idade.

Lisboa (2006) destaca que muitos estudos realçam a existência do fenômeno da “feminização da migração” e, ainda, corroboram e constataam a negligência das estatísticas sobre o fluxo crescente de mulheres, que são forçadas a fugir de diferentes formas de exploração e de uma estrutura social patriarcal na qual impera as rígidas noções que perpetuam a mulher ainda como “propriedade”.

Para Minella e Alves (2023), ao estabelecer um paradigma entre as raízes históricas e a situação dos refugiados/migrantes, especialmente das mulheres, observam-se diversas formas de violação de direitos. Para os autores, as mulheres se confrontam com inúmeras adversidades que comprometem sua integridade física durante a fuga do país de origem até o destino. Ademais, o gênero feminino é frequentemente privado de direitos básicos, enquanto integrantes de uma sociedade político-jurídica, por meio da limitação do seu direito de ir e vir, assim como pela ausência de participação política e variadas dificuldades em acessar os serviços sociais. Essas barreiras evidenciam, a toda a prova, a necessidade de uma análise profunda e, mais do que nunca, sensível das condições e dos desafios impostos às mulheres refugiadas em contextos de deslocamento forçado.

De acordo com Britto *et al.* (2020), a insegurança que vitima as mulheres em seus países de origem persiste quando elas ultrapassam as fronteiras. Evidencia-se com isso indubitavelmente que tanto o Estado quanto o Sistema Internacional no qual elas se inserem moldam-se pelas hierarquias de gênero das estruturas patriarcais. Assim, as diversas manifestações de violência que as refugiadas são submetidas demonstram, de forma enfática, de que modo as estruturas domésticas e internacionais se constroem sob desigualdades que privilegiam o masculino e marginalizam o feminino. Em outros termos, essas mulheres

experimentam a ausência de proteção na esfera estatal e internacional, que perpetuam um ciclo perverso de vulnerabilidade e de injustiça que precisa ser abordado de maneira eficaz.

Além da violação dos direitos, levando-se em conta também o acréscimo das situações de hostilidade de toda a natureza contra as mulheres, destacam-se também os seus desdobramentos, como apontado pelo Centro Regional de Informações das Nações Unidas, ao chamar a atenção sobre violência, especificamente sobre os danos irreparáveis suportados pelas vítimas, cujos resultados é o medo, a dor física crônica, o esfacelamento da autoestima, o que contribui para acentuar sofrimentos e perdas de vidas humanas; além de prejudicar as famílias e minar a capacidade de se obter rendimento, ao reduzir a produção e empobrecer a formação do capital humano. Nesse sentido, para os estudiosos, a violência contra mulher a impede de conquistar a sua plena realização pessoal, com paralelo comprometimento tanto dos recursos dos serviços públicos, quanto do crescimento econômico e, ainda, limita o alcance do desenvolvimento (UNIC Rio, 2017).

Assim, de acordo com Dias (2018), no Brasil, considera-se a violência contra a mulher um problema de saúde pública. O medo, a baixa autoestima, o sentimento de culpa, a dependência do seu parceiro, devido ao isolamento dos sistemas de apoio, são fatores que, para o autor, afetam substancialmente o desenvolvimento da sociedade, uma vez que esses comportamentos restringem a plena evolução da mulher como sujeito humano e, ainda, interferem no exercício dos direitos da cidadania e em sua qualidade de vida. O autor ainda pontua que considerável parcela das mulheres, vítimas de violência, depende economicamente do seu companheiro, não possui capacitação profissional para se emancipar e se iniciar em uma vida nova, fato que demonstra que a dependência econômica é fator importante na vida desta mulher.

Como forma de prevenção da violência feminina, Alves (2016) demarca que, para mudar essa realidade, em termos estratégicos, é necessário assegurar tanto a proposição quanto a manutenção de políticas públicas de educação, de geração de empregos e de serviços essenciais, de equidade no trabalho doméstico e no trabalho remunerado, que propiciem o protagonismo da mulher, com base na sua independência, na autonomia e na garantia de seus direitos humanos e de cidadania.

Nesse contexto, surge a hipótese de que as mulheres refugiadas que participam de programas educacionais adquirem melhor qualidade de vida. A oferta de cursos de Português como Língua de Acolhimento e de Cultura Brasileira e outras ações e programas

educacionais, as preparam para situações comunicacionais cotidianas, em vários ambientes e, ainda, ampliam os conhecimentos quanto à formação da sociedade brasileira, funcionam como mecanismos de conscientização sobre a situação de violência a que estão sujeitas, com real possibilidade de contribuir para incremento na sua qualidade de vida e do núcleo familiar em que estão inseridas.

Em termos do aumento de conhecimentos, Oliveira e Silva (2017) salientam a importância dos refugiados conhecerem a língua majoritária e suas intercorrências, considerando ser essa uma das maiores dificuldades encontradas por esse grupo social ao chegar em um novo país, além dos impactos emocionais e relacionais vivenciados diante das incertezas.

Diante disso, a pergunta que se impõe é sobre as tecnologias educacionais⁶ capazes de garantir, de modo efetivo, a aplicabilidade dos direitos em favor das mulheres refugiadas, modo que possam, com eficácia, mitigar a violência contra elas, ao mesmo tempo que propiciem, nesse contexto, concreta e verdadeira melhoria na sua qualidade de vida.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Intenciona-se aqui analisar a violência vivenciada por mulheres refugiadas e, para tanto, serão consideradas as diretrizes políticas, as redes de proteção, os projetos educacionais, as ações e as estratégias propostas, que as impactam sobremaneira.

1.2.2 Objetivos Específicos

Especificamente, pretende-se:

- ✓ Caracterizar as diretrizes políticas, as ações e os projetos educacionais propostos para o público refugiado no Brasil;
- ✓ Analisar o discurso da política pública educacional para refugiados/migrantes;
- ✓ Examinar a identidade da mulher refugiada retratada nas representações sociais do discurso midiático;

⁶ A Tecnologia Educacional consiste em um conjunto sistemático de conhecimentos científicos que tornem possível o planejamento, a execução, o controle e o acompanhamento envolvendo todo o processo educacional formal e informal (Nietsche *et al.*, 2005, p. 345).

- ✓ Delimitar a visão dos profissionais executores sobre projetos e ações, que aspirem à prevenção e ao controle da violência contra o público refugiado;
- ✓ Identificar o perfil das mulheres refugiadas e os fatores determinantes de vulnerabilidade pelo processo de migração, que motivam a ocorrência da violência, assim como as redes de proteção existentes e acionadas.
- ✓ Examinar a eficácia dos projetos e ações educativas no controle da violência e melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas.

1.3 Estrutura da Tese

A tese estrutura-se em formato de artigos, além dos capítulos de introdução e de conclusão geral, como exposto na Figura 1, a seguir apresentada:

Figura 1 - Estrutura da Tese

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	Introdução Objetivos Fundamentação teórico-conceitual Procedimentos metodológicos Referências
ARTIGO 1	As diretrizes políticas, as ações e os projetos educacionais propostos para o público refugiado no Brasil: uma revisão sistemática com meta-análise
ARTIGO 2	A política pública educacional para refugiados/imigrantes: uma análise discursiva argumentativa
ARTIGO 3	O enquadramento das mulheres refugiadas/migrantes: representações sociais do discurso midiático
ARTIGO 4	A educação como política pública preventiva e de controle contra a violência que atinge o público refugiado na percepção de seus executores
ARTIGO 5	Quando as mulheres migram: vozes, feridas e recomeços
ARTIGO 6	Do acolhimento à autonomia: a educação como estratégia de inclusão para mulheres refugiadas/migrantes

CONCLUSÃO

Conclusão geral

Fonte: Elaborada pela própria autora (2025).

1.4 Revisão da Literatura

1.4.1 Configuração do Fenômeno da Violência

A violência contra a mulher é fenômeno que se intensifica em todas as sociedades e grupos sociais. No Brasil, segundo Soares (2014), a “sociabilidade violenta” se insere nas rotinas cotidianas, pautando-se por práticas sociais agressivas e relações de poder que uniformizam a constituição da “cultura da violência” intensificada pela ineficiência estatal em garantir o acesso às políticas públicas, que instaurem os direitos sociais e da cidadania.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), referentes ao “Atlas da Violência 2025”, nos últimos onze anos (2013-2023), têm-se registros que mostram que 47.463 mulheres foram assassinadas no Brasil, vítimas de homicídio, em decorrência de violência letal. De acordo com os autores, a taxa de homicídios feminino teve uma redução de 25,5%, e a taxa de homicídio geral caiu 26,4% no período. No entanto, os dados mais recentes (2022 e 2023) indicam que a taxa geral recuou 2,3%, enquanto a taxa de homicídio feminino permaneceu inalterada, apesar da tendência geral de queda. Isso indica que a violência letal contra as mulheres não acompanha o mesmo ritmo de redução. Os registros do sistema de saúde brasileiro (SIM) apontam que a letalidade feminina segue como um problema público grave, especialmente contra mulheres em situação de vulnerabilidade, o que reforça a necessidade de se compreender a violência, não como eventos isolados, mas como resultado de trajetórias de violência de gênero (Cerqueira *et al.*, 2025).

Destaca-se que existem muitas formas diferentes de violência (física, sexual, psicológica e econômica), as quais variam, conforme as alterações demográficas, a reestruturação econômica e a tecnológica, além das transformações sociais e culturais pelas quais passa a sociedade; embora a origem dessa violência, conforme o Centro Regional de Informações das Nações Unidas (UNRIC, 2015) e Vergo (2014), resida na disparidade histórica das relações de poder entre homens e mulheres, nas normas culturais

discriminatórias e nas desigualdades econômicas, que negam às mulheres os seus direitos fundamentais e perpetuam a violência.

Além disso, Almeida (2010) considera que a cultura influencia o fenômeno da violência, destacando que as situações de violência simbólica, socioculturalmente aceitas e enraizadas ao longo dos tempos, são as mais corriqueiras no cotidiano feminino. A autora ainda ressalta que as teorias adotadas nos estudos sobre a diminuição da violência passaram pela necessidade de se observar os elementos que compõem as situações identificadas em três correntes: a da dominação masculina, a da dominação patriarcal e relacional, que são assim definidas:

A primeira define violência contra as mulheres enquanto “expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como ‘vítima’ quanto ‘cúmplice’ da dominação masculina”: essa corrente entende ainda que a dominação masculina é uma ideologia reproduzida, tanto por homens quanto por mulheres, que transforma diferenças em desigualdades hierarquizadas; a segunda corrente, a da dominação patriarcal, é contaminada pela perspectiva feminista e marxista, percebendo a violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, contudo, historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, chamada de relacional, tenta relativizar as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo que a violência é uma forma de comunicação: um jogo no qual a mulher não é vítima, mas participante (Almeida, 2010, p. 77).

Assim, como destaca Silva (2010), a violência que a mulher vivencia está incorporada e enraizada no imaginário social coletivo da nossa sociedade, por meio da “criação de estereótipos, que moldam formas singulares de preconceito e discriminação, através de personagens da vida cotidiana, tais como, a doméstica, a dona de casa, a professorinha, a mãe e a garota de programa estilo exportação, entre tantos outros tipos” (Silva, 2010, p. 560). Para o autor, as manifestações preconceituosas, a discriminação e a intolerância originam-se de um sistema sócio-histórico que fortalece as relações assimétricas e legitima a subordinação do feminino ao masculino.

Paixão *et al.* (2015) acrescentam que a naturalização das iniquidades de gênero encontra sustentabilidade na dicotomia entre feminino e masculino, que promove, historicamente, a divisão dos sujeitos, subjugando a mulher a agir conforme os valores construídos, reproduzidos e legitimados socialmente, que norteiam e influenciam a internalização da desigualdade de gênero. Na visão do autor, esses padrões dicotômicos, baseados nas diferenças “anatomofisiológicas”, denotam a mulher como sujeito inferior, frágil

e passivo; e o homem como superior, forte e ativo, que, quando aliados à violência conjugal, facilitada pelo ambiente doméstico, provocam maus tratos às mulheres.

Segundo Pereira (2017), na discussão sobre esse fenômeno social, tentando compreender a violência contra a mulher, inseri a categoria de gênero, para demonstrar que ela sofre violência pelo simples fato de ser mulher. Ou seja, perante a violência enfrentada, associa-se o padrão hierárquico dos papéis do homem e da mulher difundidos no sistema social, que geram diversas consequências.

Day *et al.* (2003) descrevem os impactos e as consequências da violência sobre o fator saúde daquelas que a vivenciam, destacando que:

As consequências negativas da agressão atingem a saúde física e emocional das mulheres, o bem-estar de seus filhos e até a conjuntura econômica e social das nações, seja imediatamente ou a longo prazo, conforme a experiência dos autores e a bibliografia já citada. Dentre os quadros orgânicos resultantes, encontram-se lesões, obesidade, síndrome de dor crônica, distúrbios gastrintestinais, fibromialgia, fumo, invalidez, distúrbios ginecológicos, aborto espontâneo, morte. Muitas vezes, as sequelas psicológicas do abuso são ainda mais graves que seus efeitos físicos. A experiência do abuso destrói a autoestima da mulher, expondo-a a um risco mais elevado de sofrer de problemas mentais, como depressão, fobia, estresse pós-traumático, tendência ao suicídio e consumo abusivo de álcool e drogas (Day *et al.*, 2003, p. 16).

Apesar dos impactos e das consequências negativas da violência contra a mulher, constata-se a ausência e a ineficiência de dados quantitativos oficiais sobre esse fenômeno, considerado um dos grandes desafios na prevenção e no combate à violência feminina. Na visão de Cortes *et al.* (2015), para ser possível a implementação de políticas públicas condizentes com a realidade, faz-se necessária a transposição de barreiras subjetivas e objetivas, no tocante à publicização e à formalização da denúncia. Para isso, conforme os autores, é necessário disponibilizar uma estrutura de apoio, com acesso facilitado, para que a mulher possa se sentir amparada.

Engel (2020) explica que, nos últimos vinte anos, houve incremento significativo na coleta de dados. Segundo a autora, os dados coletados pela Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) e pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), no Brasil, são promissores, mesmo que parciais e graduais, cuja produção contínua de informações sobre vitimização de mulheres possibilita a elaboração de diagnósticos e o acompanhamento da evolução estatística. No entanto, a autora ressalta que essa evolução ainda não pode ser considerada como completa e estatisticamente confiável, tendo em vista a necessidade de se aprimorar os instrumentos para

que se permita uma análise mais apurada.

Considera-se que esse aperfeiçoamento contribua para o desenvolvimento e proposição de políticas públicas e, ainda, para a apresentação de subsídios, de forma que os organismos nacionais e internacionais, engajados no tema, cobrem a efetivação dos dispositivos legais, para, desse modo, contrapor-se às consequências da violência, principalmente, pelo fato ser ela um fenômeno sociocultural, com impacto na saúde pública (Machado *et al.*, 2020).

No que diz respeito à produção de dados para a construção de estatísticas oficiais, para além da criação de um Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, previsto na Lei Maria da Penha, têm-se registros de duas iniciativas governamentais: a) o sistema de notificação compulsória dos casos de violência contra mulher, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde; e b) o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC), sob a responsabilidade do Ministério da Justiça.

Somado a isso, sistematizaram-se indicadores sociais que retratam a sociedade brasileira e que subsidiam a formulação de políticas públicas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Choi e Byoun (2014), deve-se observar como as políticas públicas de bem-estar social podem apoiar as mulheres em situação de violência, tendo em vista que este tipo de iniquidade afeta várias dimensões da vida das vítimas, incluindo questões de saúde, de finanças e de criação dos filhos. Na visão dos autores, explorar esse assunto poderia promover mudanças e reformas, tanto jurídicas quanto sociais, para se prevenir a violência doméstica em famílias multiculturais, ajudando-as a escapar, a evitar, a resistir ou a reduzir esse fenômeno.

1.4.2 A migração e os seus desafios

De acordo com Tonhati e Macedo (2020), no Brasil, até a década de 2010, os fluxos migratórios caracterizavam-se como masculinizados, causando a invisibilidade da migração feminina, até 2015. A partir da segunda metade da década, ainda conforme as autoras, houve aumento significativo do número de migrantes mulheres que, em sua maioria, são jovens, com nível de escolaridade compatível com o ensino médio e, inclusive, incorporaram-se ao mercado de trabalho formal.

Gibney (2009) salienta que a migração pode não ser uma consequência da desigualdade, ao considerar que esse fenômeno, na contemporaneidade, não é econômico, já que se liga à desigualdade política, uma vez que o deslocamento do indivíduo envolve sair de um país, onde alguns migrantes exerciam o pleno direito, para ficar à margem de qualquer direito em outro. Isso gera contingentes de indivíduos excluídos da cidadania, alijados, dessa forma, dos direitos reservados aos nativos, permanecendo assim em situação de vulnerabilidade.

Para Dadalto (2011), do mesmo modo que há uma mudança política e sociocultural com consequências na desigualdade e na contemporaneidade, as fronteiras também são destituídas, em consonância com a dimensão do trabalho e das novas tecnologias de comunicação, com efeitos sobre o fenômeno que atua, inclusive, no estilo de vida, no modelo produtivo, no financeiro e de consumo da modernidade, o que produz desafios para o processo migratório.

No que tange aos desafios da migração, Piper (2003) destaca os desafios legais, econômicos e sociais, nos quais outros fatores, por exemplo, a marginalização econômica, que consolida a exploração de mão de obra feminina, a qual autor revela como feminilização laboral da migração, quando se sobressai a ausência de políticas de desenvolvimento que ampliem a proteção dessas mulheres contra a violência, tornam mais evidentes a falta de competências culturais e linguísticas dos sistemas legais.

Diversos estudos evidenciam que a violência, enquanto fenômeno histórico e social, permeia os diferentes grupos sociais e pode agravar ainda mais se conjugada à situação de imigração, pois se deve considerar que as especificidades culturais, as estruturas familiares e outros fatores podem influenciar diretamente o fenômeno migratório (Choi; Byoun, 2014, Chaudhuri; Morash; Yingling, 2014, Mayock; Sheridan; Parker, 2012, Anitha, 2011, Erez; Adelman; Gregory, 2009, Kiwanuka, 2008, Piper, 2003, Menjivar; Salcido, 2002, Dutton; Orloff; Hass, 2000).

Os estudos realizados por Chaudhuri, Morash e Yingling (2014) revelaram a ineficácia dos esforços pessoais de mulheres do sul da Ásia, migrantes nos Estados Unidos, em conter os abusos e as restrições patriarcais lhes impostas pela cultura e expectativas de benefícios, obtidas por intermédio do casamento.

Maycok, Sheridan e Parker (2012) investigaram a relação entre a experiência de violência baseada no gênero e a situação de sem-abrigo de mulheres migrantes, incluindo as

suas situações domésticas abusivas, suas interações com os serviços e a perspectiva sobre suas situações. Nesse contexto, os autores acentuaram os aspectos econômicos, sociais, jurídicos e culturais, que impactam e acarretam consequências multifacetadas, para além da relação entre a violência de gênero e a falta de moradia.

Anitha (2011) documentou a vulnerabilidade caracterizada pelo isolamento social e as barreiras linguísticas das mulheres migrantes do sul da Ásia para o noroeste da Inglaterra, visto que as desigualdades criadas pela cultura, gênero, classe e raça, que se cruzam com as políticas estatais de imigração e bem-estar, reforçam as inseguranças e intensificam os padrões específicos de abuso.

Erez, Ademan e Gregoy (2009) frisam as descobertas de especialistas relacionadas às consequências intencionais e não intencionais da dependência do Estado para a segurança das mulheres, no momento em que revela a interseccionalidade das desigualdades sociais, das identidades sociais e da violência doméstica, uma vez que a imigração molda a forma de entendimentos sobre a violência doméstica e seu acesso a recursos, bem como afeta a resposta aos episódios de violência.

Kiwanuka (2008), com base na teoria construcionista social e feminista, investigou como as mulheres migrantes em Joanesburgo e Pretória entendem e explicam o efeito da migração na violência. Seu estudo demonstrou que o contexto em que a violência doméstica é vivenciada modela essa compreensão. Afirma-se ali que as definições de violência doméstica para essas mulheres se diferem das definições clássicas, que agrupam a violência doméstica em categorias, já que ponderam que, para explicar o significado da violência doméstica sofrida, suas experiências reais se fundamentam no contexto da migração e como esta as afetavam.

Piper (2003) revisou a literatura existente sobre casamento e migração e explorou as conexões entre migração internacional por trabalho e casamento, com a intenção de estabelecer novo quadro conceitual, com o qual seja possível se orientar e se considerar novas direções para as pesquisas futuras. Anteriormente a isso, Menjívar e Salcido (2002) relataram a ausência de estudos aprofundados sobre violência doméstica entre mulheres imigrantes nos países receptores. Além disso, eles apontaram o quanto isso inviabiliza compreender os fatores específicos de imigrantes, o que pode potencializar a posição já vulnerável deles, em função de gênero e raça.

Desse modo, ao se examinar o novo ambiente, sem acesso a redes de apoio, sobressaindo-se a marginalização econômica e a ausência de políticas sociais para que haja o devido enfrentamento, questiona-se se as mulheres migrantes são mais suscetíveis à violência. Nesse sentido, Mendonça (2019) enfatiza a necessidade de se refletir a respeito das muitas violações dos direitos humanos que as mulheres vivenciam durante o percurso ou mesmo após a acolhida.

Na tentativa de se fazer a mediação de refugiados com o país de acolhida e de se minimizar a vulnerabilidade, de acordo com Mendonça (2019), tem-se as redes de proteção, constituídas por organismos não governamentais (ONG). Essas organizações propiciam a interação entre pessoas da mesma nacionalidade, ao promover, inclusive, a diáspora e viabilizar a manutenção da situação jurídica, o que é um aspecto importante na redução da vulnerabilidade, com impactos na qualidade de vida e no acesso aos direitos.

Para Carmo e Guizardi (2018), o indivíduo vulnerável não é necessariamente aquele que sofrerá os danos, mas, sim aquele mais suscetíveis, uma vez que esse possui desvantagens para a mobilidade social, não alcançando patamares mais elevados de bem-estar em função da sua cidadania fragilizada.

Assim, ao se tratar as mulheres refugiadas como vulneráveis, deve-se criar condições para que elas exerçam seus direitos, de forma que consigam minimizar a situação de desigualdade. Nesta perspectiva, a Organização Internacional para a Migrações (OIM) desenvolveu um modelo de determinantes de vulnerabilidade de migrantes, composto por quatro fatores, sendo: i) fatores individuais; ii) fatores familiares, iii) fatores comunitários; e iv) fatores estruturais (Migration, 2019).

Nessa perspectiva, os fatores individuais relacionam-se a características emocionais, psicológicas e cognitivas dos indivíduos, bem como com suas crenças e atitudes, além de história de vida e condições de saúde. Por exemplo, para o primeiro caso, o domínio do idioma e a capacidade de ler, compreendidos como fatores protetivos, uma vez não dominados, em termos de proficiência, tornam-se eles um fator de risco. Os fatores familiares incluem tanto os fatores de risco quanto o de proteção contra a violência, a exploração e o abuso. Já os fatores comunitários dizem respeito às sociedades em que os indivíduos e as famílias estão inseridos, conforme as suas características econômicas, culturais e sociais. Quanto aos estruturais, de modo geral, são eles estáveis e difíceis de alterar, uma vez que envolvem as estruturas herdadas. Assim, o Modelo de Determinantes da Vulnerabilidade dos

Migrantes propõe-se a facilitar a análise significativa, de sorte que seja plausível encontrar as melhores soluções para se proteger os direitos humanos, o que inclui o combate à violência contra a mulher (Migration, 2019).

As sequências de ações que envolvem a percepção, a busca por auxílio, as respostas, as orientações e as decisões tomadas pela mulher em situação de vulnerabilidade, que sofre violência, foram investigadas pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) cujo estudo resultou na definição de tais escolhas como “rota crítica”. Essas ações iniciam-se quando a mulher rompe o silêncio e conta aquilo pelo qual está passando a alguém próximo dela, com o intuito de que essa situação melhore.

Assim, segundo Sagot e Carcedo (2000), a busca começa quando o silêncio é rompido. Para os autores, o itinerário não é linear; inicia-se por razões íntimas e por necessidade de obter respostas e orientações, além do mais passa por diversos setores (instituições governamentais e não governamentais), que, por vezes, não têm em seu quadro de pessoal profissionais devidamente habilitados para lidar com a situação de violência vivenciada. Desse modo, conforme os autores, dependendo da área (saúde, assistência social, justiça e segurança pública), tendo em vista que muitos dos profissionais possuem distintas percepções, além dos estereótipos da sociedade e do desconhecimento acerca do contexto de violência e dos serviços que atendam essas mulheres, o encaminhamento pode ser equivocado e interditar que as mulheres recebam o apoio ou o atendimento necessário.

1.5 Metodologia de Pesquisa

1.5.1 Tipo de Pesquisa

Utiliza-se como técnica metodológica, de forma que melhor se atenda aos objetivos deste estudo, a aplicação do método de pesquisa qualitativa por meio da investigação empírica, que se apoia no estudo de caso.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso define-se como estratégia de pesquisa que responde às perguntas com base no “como” e no “por que”, cujo enfoque é o contexto da realidade de casos atuais. Para o autor, essa estratégia de investigação parte dos aspectos históricos da realidade humana e utiliza-se de situações únicas, com muitas variáveis de interesse, onde o resultado baseia-se em várias fontes de evidências. Com isso, possui

características específicas para alcançar respostas aos problemas sociais contemporâneos. Esse contexto possibilita, dessa forma, identificar e entender as relações que explicam e influenciam a prevenção, o controle e a mitigação dos cenários de violência, com vista a erradicar o péssimo estado de existência das mulheres refugiadas.

A pesquisa subdividiu-se em quatro etapas. Na primeira etapa, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com a utilização da técnica de revisão sistemática da literatura, baseada em Galvão e Pereira (2014), por meio de estratégias estruturadas de busca, seleção, análise crítica e síntese da literatura relativas ao problema em estudo, aplicando-se os descritores: Refugiados, Migração e Ações Educativas.

Na segunda etapa, empregou-se a pesquisa documental, que, segundo Souza *et al.* (2011), consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com a finalidade específica do estudo. Nessa etapa, valeu-se da análise do discurso para alcançar dois objetivos específicos da pesquisa. Em um primeiro momento, analisou-se o documento institucional, intitulado “Relatório de Atividades da Comissão de estudos para viabilizar o ingresso de refugiados e imigrantes”. Em seguida, examinou-se o documentário, com o título de “Refugiadas venezuelanas rendem-se à prostituição para alimentar os filhos”. Os documentos utilizados, ressaltou-se, foram coletados em sites e canais institucionais, disponíveis na internet.

Procurou-se compreender, nessa etapa, a prática discursiva-argumentativa quanto às políticas educacionais para refugiados/migrantes, em documentos institucionais. Para tanto, recorreu-se à Análise Discursiva. Além disso, intentou-se apreender o perfil discursivo e as estratégias expressas nos documentários, para verificar de que maneira a identidade da mulher refugiada/migrante é construída, de modo que se pudesse assim descortinar as táticas e os mecanismos que são utilizados no enquadramento dos discursos midiáticos (vocabulário, temas impostos e específicos, a imposição e a ausência), para abordar o tema “mulheres refugiadas/migrantes”. Para se elucidar o perfil discursivo e os procedimentos constantes nos documentários, a análise do *ethos*⁷ (imagem daquele que fala) é primordial, ao se levar em conta que não há como o locutor (o programa) se desvencilhar da enunciação, ao passo que o

⁷ A análise do *ethos* na Análise do Discurso pertence à linha francesa, especialmente à vertente desenvolvida por Dominique Maingueneau. Nessa abordagem, o *ethos* é entendido como a imagem de si que o sujeito discursivo constrói no próprio discurso; ou seja, uma representação identitária que se articula com o posicionamento enunciativo e com as condições de produção e texto. O *ethos* não é apenas uma característica pessoal, mas uma construção discursiva que envolve elementos linguísticos, sociais e históricos, com dimensões ideológicas (Maingueneau, 2008).

interlocutor (telespectador) se antecipa em interpretar o enunciado (o documentário), tendo em vista a representação do enunciador.

A terceira etapa apresenta as entrevistas narrativas com os gestores, os executores e os colaboradores de ações educativas, como política pública, sua concepção, construção, implementação e alcances, utilizando-se de um roteiro semiestruturado (Apêndice 1).

Por fim, a quarta etapa, reporta-se à utilização de questionário semiestruturado (Apêndice 2) no contexto de 3 (três) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que viabilizam ações educativas para atender migrantes, assim como identificar as condições de migração, o perfil pessoal e familiar das mulheres refugiadas/migrantes, na condição de participantes de ações educativas, de forma que fosse possível interpretar as suas práticas sociais, as situações de violência pelas quais passam e sua rota crítica, além de experiências educativas experienciadas e suas implicações quanto ao enfrentamento da violência e em termos de qualidade de vida pessoal e familiar.

1.5.2 A seleção dos locais de estudo

Inicialmente, pretendeu-se realizar a pesquisa nas instituições da RFEPT (Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia), que aderiram às chamadas públicas⁸ fomentadas pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), cuja finalidade seria a de participarem do processo de adesão à oferta de curso online de Português como Língua Adicional (PLA) em Rede, estratégia essa de fortalecimento da internacionalização, que são: Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal de Pernambuco, Instituto Federal do Mato Grosso, Instituto Federal do Amapá, Instituto Federal do Mato Grosso do Sul, Instituto Federal do Ceará, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Instituto Federal de Roraima, Instituto Federal de São Paulo, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Instituto Federal do Sergipe, Instituto Federal de Alagoas, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Instituto Federal de Maranhão.

⁸ Chamadas públicas, também conhecidas como “chamamentos públicos”, são procedimentos administrativos utilizados para selecionar propostas de projetos, serviços ou produtos que atendam a interesses públicos, promovem parcerias com organizações da sociedade civil ou outros agentes sociais. As chamadas públicas têm como objetivo garantir a transparência, isonomia e eficiência na gestão dos recursos públicos.

As 42 Instituições Federais de Educação (IFs), que compõem a Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia (RFEPT), criadas pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, são instituições especializada na oferta de educação profissionalizante no Brasil, nas diferentes modalidades de ensino, cuja inclusão escolar é uma das suas premissas básicas (Silveira; Silveira, 2014). Esse movimento educacional se fundamenta, portanto, na inclusão escolar e social e oferta educação para todos e aumentar atuação econômica e cidadã.

Contudo, foram selecionadas apenas aquelas que autorizaram a pesquisa, nos termos do Apêndice 3, e aquelas em que os participantes tivessem interesse, que são: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal de Roraima e o Instituto Federal de Brasília.

1.5.3 A escolha dos participantes

A pesquisa de natureza qualitativa, foi realizada por meio da amostra intencional, não probabilística, teve como público-alvo um grupo de mulheres migrantes/refugiadas, participantes de ações educativas, realizados pelas instituições da RFEPT, que se interessaram em participar do trabalho. Além dessas mulheres, participaram os gestores e colaboradores das referidas ações educativas.

O perfil do segmento feminino foi analisado a partir do contato com as mulheres que participam ou participaram das ações propostas naquelas instituições.

1.5.4 Formas de Coleta de Dados

No primeiro momento, estabeleceu-se o contato por e-mail com o CONIF, para esclarecer a intenção da pesquisa e verificar quais entidades haviam participado das ações propostas por aquela instituição. Em seguida, houve o contato com as instituições para se aclarar a finalidade da pesquisa e se solicitar a autorização da coleta de dados.

Após a permissão, iniciou-se a coleta de dados no IF Rio Grande do Sul e no IF Roraima, quando se aplicou a entrevista semiestruturada com os executores/colaboradores e com as mulheres participantes dos cursos direcionados para o público migrante/refugiado.

Para melhor compreensão das formas de coleta de dados se concebeu o desenho da pesquisa de forma sintetizada, tendo-se em conta a síntese da sua Matriz Metodológica da Pesquisa (Quadro 1), que identifica a perspectiva da abordagem filosófica-teórica da pesquisa,

seu público-alvo, da mesma forma que delimita o problema, sua justificativa e hipótese, além de fazer uso dos principais instrumentos e estratégias para se coletar os dados, ambicionando-se atingir assim cada objetivo específico deste trabalho.

Quadro 1: Matriz Metodológica do Projeto de Pesquisa “O fenômeno da violência contra a mulher refugiada: cenário, educação e qualidade de vida”.

TEMA DE PESQUISA	Refugiados, Violência e Ações Educativas.	
TÍTULO DA PROPOSTA	O fenômeno da violência contra a mulher refugiada: cenário, educação e qualidade de vida	
PERSPECTIVA DE ABORDAGEM	Pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como referencial teórico-conceitual: migração, prática social, educação (elemento de intervenção social) e qualidade de vida. Entre as técnicas de coleta de dados, serão utilizadas a pesquisa censitária e documental, questionários e a entrevista semiestruturada, cujos dados serão analisados pela estatística descritiva e pela análise do discurso.	
PÚBLICO DE INTERESSE	Os(as) gestores(as) e colaboradores(as) das ações desenvolvidas pelas instituições da RFEPT, além das mulheres migrantes/refugiadas que tiveram acesso às ações e projetos de educação profissional.	
O PROBLEMA	Qual(is) tecnologia(as) educacionais pode(m) ser gerada(s) para garantir a aplicação dos direitos disponibilizados em favor de mulheres refugiadas que visem mitigar a violência contra essa mulher e propiciar uma significativa melhoria na sua qualidade de vida?	
A HIPÓTESE:	Tem-se a hipótese de que as mulheres refugiadas que participam de programas educacionais adquirem melhor qualidade de vida. A oferta de cursos de Português como Língua de Acolhimento e de Cultura Brasileira e outras ações e programas educacionais, as preparam para situações comunicacionais cotidianas, em vários ambientes e, ainda, ampliam os conhecimentos quanto à formação da sociedade brasileira, funcionam como mecanismos de conscientização sobre a situação de violência a que estão sujeitas, com real possibilidade de contribuir para incremento na sua qualidade de vida e do núcleo familiar em que estão inseridas.	
SUPORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA	DELINEAMENTO DA PESQUISA	Método: Abordagem Qualitativa
	TIPO DE PESQUISA	Quanto aos fins: Exploratória e Descritiva
		Quanto aos meios: Bibliográfica e Documental
	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	
ANÁLISE DE DADOS	1ª Etapa da Pesquisa Qualitativa, exploratória e descritiva Pesquisa bibliográfica (revisão sistemática)	

		<p>2ª Etapa da Pesquisa Qualitativa, exploratória e descritiva Pesquisa documental Análise sob a luz das congruências das teorias</p> <p>3ª Etapa da Pesquisa Qualitativa Observação direta Entrevista semiestruturada Análise sob a luz das congruências das teorias</p> <p>4ª Etapa da Pesquisa Qualitativa Observação direta Entrevista semiestruturada Análise sob a luz das congruências das teorias</p>	
OBJETIVO GERAL	Analisar a violência vivenciada por mulheres refugiadas, considerando as diretrizes políticas, redes de proteção, projetos educacionais, ações e estratégias propostas.		
PRINCIPAIS VARIÁVEIS DE	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores de Vulnerabilidade • Indicadores de violência contra as mulheres migrantes/refugiadas e sua rota crítica • Educação como intervenção social • Qualidade de vida 		
SUPORTE TEÓRICO DA PESQUISA	APORTE TEÓRICO DE BASE - QUADRO DE REFERÊNCIA	Contexto Migratório em Sociedade: Integração, Inserção e Identidades	Elias (1994), Hall, (2006), Giddens (1991), Bauman (2005); Berry (2003), Castles <i>et al.</i> (2002), Kuhlman (1991), Paparusso (2019), Santos (2002), Ager e Strang (2008), Bauman (2009), Moscovici (2010), Sant’Ana (2022), Goffman (1988), Gibney (2009)
		Representações Sociais	Moscovici (2010), Jodelet (2001), Sêga (2000), Laurore (2013), Pesavento (1998), Hall (2016)
		Práticas sociais	Bourdieu (1996), Giddens (1991), Lourenço e Sauerbronn (2018), Charaudeau (2008), Amossy (2008), Foucault (2009),–Maingueneau (1997), Orlandi (2012).
		Vulnerabilidades	Trindade e Peutringnet (2004), Silva (2022), OIM (2020)
		Modelo Ecológico	Romero e Ferreto (2011), Heise (1994), Bronfenbrenner (1996), Sagot e Carcedo (2000),
		Educação como Elemento de Intervenção Social	Campos, Rengifo e Meza (2011), Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), Canotilho, Araújo e Oliveira (2014), Ortiz (2014), Lopes e Diniz (2018), Wedekind, Fakoush e Alla-Mensah (2019) OIM, (2018), Cristiano e Martins (2008), Alves (2015), Rosa (2016), Freire (1996).
		Qualidade de Vida	Campos e Rodrigues Neto (2008), Pereira; Teixeira; Santos (2012), SINVAL <i>et al.</i> (2020), Toscano e Molgaray (2019), Minayo, Hartz e Bus (2000), Adedeji, Silva e Bullinger (2021), Paloma <i>et al.</i> (2021), Franken, Coutinho e Ramos (2009), Schmidt; Mühlán; Power (2006), Pereira et al. (2011)

	Domínios da Vida	Viñas-Bardolet <i>et al.</i> (2020), Pereira <i>et al.</i> (2006), Rogerson (1995), Metzger <i>et al.</i> (1980)
	Percepções de Mudança de Vida	Veríssimo (2021) e Bandeira <i>et al.</i> (2011)
1º OBJETIVO ESPECÍFICO	Caracterizar as diretrizes políticas, ações e projetos educacionais propostos para o público refugiado no Brasil, por meio da revisão sistemática.	
	Variáveis a serem identificadas	Instrumentos e estratégias para a coleta dos dados
	<ul style="list-style-type: none"> • Refugiados • Violência • Ações Educativa 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa bibliográfica; • estratégias estruturadas de busca, seleção, análise crítica e síntese da literatura sobre o problema em estudo, utilizando-se dos seguintes descritores: Refugiados, Violência e Ações Educativas
2º OBJETIVO ESPECÍFICO	Analisar o discurso da política educacional para refugiados/migrantes através da análise discursiva argumentativa.	
	Variáveis a serem identificadas	Instrumentos e estratégias para a coleta dos dados
	<ul style="list-style-type: none"> • Domínios da avaliação • Sequências argumentativas • Procedimentos semânticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do discurso, com base na argumentação e estratégias discursivas, que busca compreender o perfil discursivo e as estratégias empregadas na produção de textos institucionais.
3º OBJETIVO ESPECÍFICO	Examinar a identidade da mulher refugiada, retratada nas representações sociais do discurso midiático.	
	Variáveis a serem identificadas	Instrumentos e estratégias para a coleta dos dados
	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos semânticos • Sequências argumentativas • Enquadramento do discurso • Representações sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do discurso e Teoria do enquadramento, buscam compreender como as narrativas influenciam a percepção pública e as representações sociais das mulheres refugiadas.
4º OBJETIVO ESPECÍFICO	Delimitar a visão dos profissionais executores sobre projetos e ações, que visem a prevenção e controle da violência contra o público refugiado	
	Variáveis a serem identificadas	Instrumentos e estratégias para a coleta dos dados
	<ul style="list-style-type: none"> • Forma de definição da ação; • Forma de identificação das interessadas nos cursos; • Os objetivos considerados para a execução do programa; • Estratégias de atendimento aos grupos de mulheres em maior vulnerabilidade e vítimas de violência. • Rede de parceiros; e • As implicações negativas e positivas da migração. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas Narrativas com os gestores e colaboradores das ações, como política pública, sua concepção, construção, implementação e alcances
5º OBJETIVO	Identificar o perfil das mulheres refugiadas e os fatores determinantes de vulnerabilidade pelo processo de migração, que motivam a ocorrência da violência, bem como as redes de proteção existentes e acionadas.	
	Variáveis a serem identificadas	Instrumentos e estratégias para a coleta dos dados

	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de Migração: fatores institucionais e as políticas de imigração, anos de migração, período de chegada, motivo da migração, estatuto legal no país de residência e situações de discriminação. • Perfil das mulheres egressas e matriculadas na ação, por meio das seguintes variáveis: idade, naturalidade, estado civil, raça, escolaridade, religião, <i>status</i> ocupacional, condição de trabalho, renda, tamanho, tipo e ciclo de vida familiar. • Tipos, causas, redes de proteção e consequências da violência • Indicadores/fatores Vulnerabilidade <ul style="list-style-type: none"> ○ Individuais ○ Familiares/domiciliares ○ Comunitários ○ Estruturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta dos dados, por meio de questionário, online sobre a caracterização socioeconômica das mulheres egressas e matriculadas no PLA; Condições de Trabalho; Situações de violência vivenciadas • Coleta de dados por meio de pesquisa documental de relatórios de acompanhamento das atividades, relatórios de levantamentos socioeconômicos, análise do rendimento e permanência das alunas. • A coleta dos dados com a aplicação do Modelo Ecológico; modelo de determinantes de vulnerabilidade de migrantes; e rota crítica, • Entrevistas semiestruturadas com mulheres refugiadas.
6º OBJETIVO ESPECÍFICO	Examinar a eficácia dos projetos e as ações educativas no controle da violência e na melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas.	
	Variáveis a serem identificadas	Instrumentos e estratégias para a coleta dos dados
	<ul style="list-style-type: none"> • Capital humano • Integração • Transnacionalidade • Cultura • Satisfação com a vida • Trabalho • Moradia • Saúde • Educação • Padrão de vida • Vida familiar e • Vida individual 	Coleta de dados com aplicação do Modelo EUROHIS-QOL-8, e da Escala de Mudanças Percebidas (EMP)

Fonte: elaborada pela própria autora (2025).

1.5.5 Dos procedimentos para análise dos dados

Para se atender aos objetivos propostos, os procedimentos para análise dos dados envolveram: Revisão Sistemática; Análise Discursiva e de Conteúdo; e Análise Estatística Descritiva.

1.5.5.1 Revisão Sistemática da Literatura

Para Gil (2002), as produções científicas devem se embasar em métodos, técnicas e produções, que tenham como sustentáculo o rigor e a precisão. Sendo assim, a pesquisa de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) é uma modalidade de pesquisa bibliográfica que utiliza estratégias estruturadas de busca, seleção, análise crítica e síntese da literatura quanto ao problema em estudo, para oferecer assim evidências a respeito do estado do conhecimento sobre determinado assunto (Galvão; Pereira, 2014, Zoltowski *et al.*, 2014).

Para cumprir com o primeiro objetivo específico, utilizou-se como ferramenta de apoio o Start (*State of the Art through Systematic Review*), desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LaPES), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). De acordo com Ferreira (2019), com pilar no modelo proposto por Ktchenham e Charles (2007), o sistema se divide em três etapas, que consistem em planejamento, execução e publicação. Primeiramente, define-se o protocolo da RSL, informam-se os termos para a pesquisa nas bases de dados. No segundo momento, realizou-se a averiguação sistemática nas bases de dados, a seleção dos estudos de acordo com os critérios definidos, a avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos e a extração dos dados relevantes. A última etapa consiste na síntese dos dados extraídos e na disseminação dos resultados.

1.5.5.2 Análise do Discurso e Teoria do Enquadramento

A Análise do Discurso Francesa foi utilizada, inicialmente, em conjugação com a teoria do enquadramento⁹, que privilegia o domínio da palavra e da materialidade da linguagem, pois nela reside o encontro do linguístico, do ideológico e do histórico (Orlandi, 2012), com possibilidade de se analisar como a identidade da mulher refugiada/migrante é construída, o que permite se observar quais estratégias e mecanismos são utilizados no

⁹ O enquadramento é determinado pelo sentido, produzido pelo indivíduo participante, sendo uma dinâmica estritamente subjetiva que se encontra posicionado em contexto de conjunturas laterais e simultâneas e está ancorado em seu mundo circundante. Assim, esses incontáveis acontecimentos se constituem como pistas paralelas à atividade enquadrada. No entanto, o indivíduo pode manter o foco apenas no objeto específico, dando visibilidade apenas para o que foi enquadrado, sem margens para a ampliação da interpretação (Goffman, 2012).

enquadramento dos discursos midiáticos, para abordar o tema “mulheres refugiadas/migrantes”. Pretendeu-se, portanto, compreender as representações sociais existentes nas narrativas jornalísticas que colaboram para o fortalecimento do medo e para a estigmatização do outro, levando-se em conta que as notícias são compostas de matérias referentes a grupos minoritários e enfatizam a hierarquização social, que, por sua vez, influencia as índoles social, ideológica e cultural, endossando a inclusão e a exclusão de categorias sociais (Batista; Bonomo, 2017).

Além disso, também se utilizou da análise das falas nas entrevistas realizadas com as mulheres migrantes/refugiadas, por meio da análise do discurso, na perspectiva da dinâmica argumentativa, que intende refletir sobre o caráter argumentativo do texto, para com isso se compreender a diferença entre a visada argumentativa e a dimensão argumentativa, de acordo com a teoria da argumentação no discurso, postuladas por Amossy (2008), conjugada com a análise dos problemas sociais, a partir de Charaudeau (2008).

De acordo com Foucault (2009), os estudos das práticas discursivas devem ser efetuados a partir do próprio discurso. Assim, o autor considera que este (o discurso) é uma prática social, pois extrapola as palavras e está imbricado nos sentidos produzidos pelos sujeitos na elaboração de seus discursos, subjetivados nos processos sociais envolvidos.

Assim, no tocante à análise do discurso das entrevistas, pretendeu-se organizar duas questões centrais a serem analisadas: a) definição da(s) violência(s) sofrida(s); b) mapeamento da rota crítica.

1.5.5.3 Análise Textual e de Conteúdo

A análise da documentação e das falas das entrevistas ocorreu por meio da análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2011), com o apoio do *software* de análise lexical Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*).

De acordo com Camargo e Justo (2013), a análise lexical consiste em avaliar o material verbal transcrito, composto pela linguagem, tais como: textos originalmente escritos, entrevistas, documentos, etc., de maneira que seja viável, desse modo, empregarem-se cálculos estatísticos sobre textos, para se garantir as seguintes análises: a) Estatística textual clássica; b) Pesquisa de especificidades a partir da segmentação definitiva do texto (análise de contraste de modalidades de variáveis); c) Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

conforme o método descrito por Reinert (2001) e por matrizes de distância; d) Análise de similitude de palavras presentes no texto; e) Nuvem de palavras.

Mediante autorização, os dados foram gravados e posteriormente transcritos, classificados e analisados conforme o conteúdo da fala proposto por Minayo (2012).

1.5.5.4 Análise Estatística Descritiva

Os dados quantitativos foram analisados, por meio da estatística descritiva, empregando o *software* SPSS, para cálculo de frequência, média e desvio padrão, que irão compor as tabelas e gráficos.

1.6 Aspectos Éticos

Submeteu-se o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), conforme o definido na resolução CNS 466/2012, após a defesa. O projeto foi aprovado em 18 de abril de 2022, com o número de registro n.º 5.991.366, por meio do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética n.º 66544422.2.0000.5153 (Anexo 1).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL

2.1 Contexto migratório em sociedade: integração, inserção e identidades

O contexto migratório contemporâneo configura-se como um fenômeno multifacetado que desafia as estruturas sociais, políticas e culturais das sociedades receptoras. A migração, seja por motivos econômicos, políticos ou humanitários, implica processos de integração e inserção social que não se limitam à adaptação funcional dos indivíduos, mas envolvem também a reconstrução de vínculos simbólicos e identitários. A integração refere-se à participação ativa dos migrantes nas esferas institucionais e comunitárias, enquanto a inserção diz respeito à sua inclusão em sistemas específicos, como o mercado de trabalho, a educação e os serviços públicos (Azevedo, 2024).

De acordo com Dantas *et al.* (2010), paralelamente, os processos de migração provocam deslocamentos e ressignificações de identidades, que se constroem na intersecção entre o pertencimento à cultura de origem e a necessidade de reconhecimento no novo contexto social. Tais dinâmicas são atravessadas por discursos de acolhimento e exclusão, o que exige abordagens interdisciplinares que considerem os aspectos sociológicos, antropológicos e psicossociais envolvidos na experiência migratória (Ruediger *et al.*, 2017).

No que tange ao deslocamento do indivíduo do seu país, Elias (1994), ao propor uma compreensão dinâmica da composição indissociável das relações entre o indivíduo e a sociedade, apresenta uma noção de sociedade que se divide em três ideias: a) as funções da sociedade; b) a sociedade como entidade orgânica; c) a sociedade com consciência de mundo. Assim, o autor constata que a sociedade é complexa, e essa noção perpassa as relações de identidade/eu e identidade/nós, nas quais os indivíduos, mesmo sem ter (querer), possuem uma relação de interdependência uns com os outros e qualquer mudança individual será uma mudança da sociedade.

De acordo com Hall (2006, p. 17), a sociedade “está constantemente sendo ‘descentrada’ ou deslocada por forças fora de si mesma”, ou tendo a sua identidade fragmentada. Esse fenômeno, segundo o autor, pode ser observado nas “paisagens culturais”, tendo em vista que a identidade era anteriormente tida como unificada e estável. Assim, o autor destaca que as sociedades pós-modernas (Estado-nação), em decorrência da interconexão global, estão susceptíveis a sofrerem alterações súbitas e permanentes. Isso ocorre conforme o ritmo, o alcance da mudança e transformação social que atinge o globo

terrestre como um todo, sendo esse fenômeno sintetizado e comumente tratado pela expressão globalização.

Para Giddens (1991), em circunstâncias de globalização acelerada, o Estado-nação pode ser visto por dois prismas. No primeiro, ele é observado como muito pequeno para os grandes problemas da vida e, no segundo, como muito grande para os pequenos problemas da vida, quando suas estruturas e burocracias centralizadas são incapazes de lidar com as demandas cotidianas e locais dos cidadãos de forma ágil e sensível. Desse modo, as necessidades específicas das comunidades, como questões de identidade cultural, serviços públicos personalizados, segurança local ou inclusão social, muitas vezes exigem soluções mais próximas, flexíveis e adaptadas à realidade local. Além disso, a ausência de mecanismos de escuta e participação comunitária pode tornar o Estado distante das experiências concretas dos sujeitos. Sendo assim, o indivíduo que se desloca (sujeito multicultural), para se adequar à nova comunidade, além de passar pelo processo de conquistar a confiança, traz consigo as experiências de sua localidade, o que, de certa maneira, pode influenciar no ambiente que será inserido, ao mesmo tempo que busca pela sua inserção.

De acordo com Silva (2022), os estudos da migração da atualidade demonstram a necessidade de refletir sobre os desafios que circundam a investigação para além da mobilidade humana. Assim, tem-se a integração, a inserção e a incorporação, como processos que ultrapassam a perspectiva centrada na aceitação do sujeito migrante, superando o binário da diferenciação e favorecendo os laços transnacionais mantidos pelos refugiados. Nesse sentido, os refugiados são vistos como *outsiders* (forasteiros) e ocupam uma posição à margem, considerando a sua falta de pertencimento pleno, devido a condição de serem estranhos aos códigos compartilhados pelo país destino e de possuírem vínculos partilhados com o seu país de origem. E ainda, de acordo com os autores, os movimentos de refugiados impactam tanto os Estados-nação, quanto suas relações internacionais, pois os deslocamentos carregam em si as noções de transitoriedade, provisoriedade e temporalidade, sendo que os indivíduos, que deles participam, são inseridos na ordem social, cultural, econômica e política estatal, à medida que o seu acolhimento vai sendo moldado e, mesmo que fiquem parados em um lugar por algum tempo, estão numa jornada contínua e em pleno movimento (Bauman, 2005; Berry, 2003).

No que tange à integração, conforme apontado por Castles *et al.* (2002), ainda não se tem um consenso quanto ao significado exato dos termos. Desse modo, os autores indicam dois conceitos sobre integração, como expresso a seguir:

Integração - Uso 1: o processo através do qual imigrantes e refugiados se tornam parte da sociedade de acolhimento. A integração é muitas vezes utilizada de forma normativa, para implicar um processo de adaptação unidirecional por parte dos recém-chegados para se adaptarem a uma cultura e modo de vida dominantes. Este uso não reconhece a diversidade dos padrões culturais e sociais numa sociedade multicultural, pelo que a integração parece ser apenas uma forma diluída de assimilação.

Uso 2: Um processo de adaptação nos dois sentidos, envolvendo mudanças de valores, normas e comportamentos tanto para os recém-chegados como os membros da sociedade existente. Isto inclui o reconhecimento do papel da comunidade étnica e a ideia de que padrões sociais e valores culturais mais amplos podem mudar em resposta à imigração (Castles *et al.*, 2002, p. 14).

Kuhlman (1991) conceitua a integração como um processo que proporciona ao refugiado manter a sua identidade, enquanto é inserido e passa a ter uma relação de convivência aceitável com a sociedade que o acolhe. Essa integração, segundo o autor, vai se ajustando mutuamente, tanto com relação aos receptores quanto aos recém-chegados, tornando-os parte, sem necessariamente abandonar sua cultura.

Paparusso (2019) estudou a Integração Imigrante por meio da Autorrelatada¹⁰ de Satisfação com a Vida em sete países europeus. Na visão da autora, a integração imigrante tem sido definida como a soma dos processos que aumentam as oportunidades dos imigrantes e seus descendentes para obterem as “coisas” valorizadas de uma sociedade, bem como a aceitação social, através da participação em grandes instituições, como o sistema educacional e político, além dos mercados de trabalho e habitação. Assim, os resultados da pesquisa evidenciaram que a satisfação com a vida autorreferida depende fortemente das características demográficas dos imigrantes e de fatores de capital humano, como idade, estado civil, situação econômica atual e percepção de bem-estar financeiro. Além desses, as variáveis de “imigração”, como fatores institucionais e as políticas de imigração, anos de migração, período de chegada, motivo da migração, estatuto legal no país de residência e situações de discriminação, também afetaram a satisfação com a vida. Enfim, os direitos, recursos e

¹⁰Nesse tipo de avaliação, o respondente deve dimensionar o quanto determinadas características, explicitadas em diferentes itens do teste, descrevem suas próprias tendências comportamentais (Vasconcellos *et al.*, 2018, p. 163).

restrições que os imigrantes encontram no seu país de residência determinam a sua experiência subjetiva de integração.

Segundo a autora, a dinamicidade, a complexidade e a multidimensionalidade, que circundam a integração, têm sido fonte de estudos, ao examinarem o efeito da assimilação, a aculturação, o multiculturalismo e a integração obrigatória, fazendo uso de vários indicadores objetivos. No entanto, a autora salienta que a integração não pode ser compreendida apenas investigando suas formas “objetivas” (por exemplo, escolaridade, renda familiar, emprego, moradia, status legal, dentre outras); mas também a integração “subjetiva”, por meio da satisfação com a vida, definida como uma avaliação global da qualidade de vida. Desse modo, a autora sugere uma abordagem que aponte os fatores determinantes, combinando algumas variáveis, que moldam a satisfação com a vida. Essas variáveis, apresentadas na Tabela 1, podem contribuir para a mensuração da qualidade de vida, conforme disposto a seguir:

Tabela 1 – Fatores que moldam a satisfação com a vida autorreferida dos imigrantes, e, portanto, a integração subjetiva e qualidade de vida.

Nível	Campo	Variáveis
Micro	Demográfico	Idade, sexo, estado civil, país de origem, grupo étnico, estrutura familiar, origem religiosa, saúde percebida
	Capital Humano	Educação, habilidades, proficiência no idioma, condição ocupacional, rendimentos, bem-estar financeiro percebido.
	Imigração	Anos desde a migração, geração de imigrantes, canal de migração, status legal
	Integração	Assimilação cultural, participação política, redes sociais, discriminação percebida
	Transnacionalidade	Visitas de retorno, contatos, investimentos, remessas ao país de origem
Macro	Econômico	Índice de desenvolvimento humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB), desigualdade de renda (coeficiente de Gini), oportunidades econômicas (taxa de participação no mercado de trabalho)
	Cultural	Antiga colônia, afinidades culturais, língua comum, proximidade geográfica
	Institucional	Políticas de imigração e cidadania, estrutura do mercado de trabalho, reconhecimento de qualificações e competência, administração pública, bem-estar social, segurança social.

Fonte: Paparusso (2019, p. 481), com tradução.

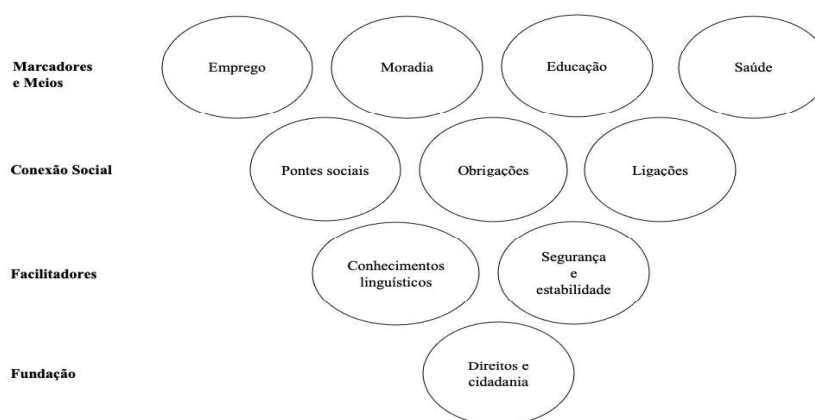
Sobre identidade, Santos (2002) define que o indivíduo migrante, diante da aceleração contemporânea, possui um estado de disposição, uma forma renovadora, no qual a memória revisita o passado, o lugar que o sujeito era ativo e estava submetido à convivência, com objetos e fenômenos que lhe renderam a familiaridade com o lugar e com a sociedade local. Enquanto isso, a nova consciência se concentra na expectativa de futuro, promovendo tanto a

desculturização¹¹, quanto a aculturação¹², causando o estranhamento. Ainda para o autor, a consciência do novo espaço e das novas lutas cotidianas tendem a mudar esse indivíduo, ao inutilizar a sua memória e apagar o saber anteriormente constituído.

Ao exigir novos saberes (consciência pelo lugar), o indivíduo depende cada vez menos da sua experiência e cada vez mais das suas descobertas (consciência no lugar), quando busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado e quando ele vai substituindo a ignorância do que o circunda por fragmentos de conhecimento. Isso posto, constitui-se na produção de uma nova história (futuro) mediante o que se vivencia (conjunção seletiva de forças) em um dado momento; ou seja, no presente (Santos, 2002).

Assim, tendo a integração dos refugiados como um objetivo fundamental relacionado à inserção e à construção da identidade, Ager e Strang (2008, p. 171) apresentam um quadro conceitual, compostos por dez domínios, que definem os principais domínios de integração, e aponta para um processo dialético, demonstrando os cenários que impactam na vida dos refugiados (Figura 2).

Figura 2 - Quadro conceitual que define os Principais Domínios de Integração



Fonte: Ager e Strang (2008, p. 171), com tradução.

De acordo com Giddens (1991), com o advento da modernidade, o termo “estranho” teve a sua conotação alterada, considerando que não há uma interação por inteiro; ou seja, essa interação é relativamente efêmera. E, essa efemeridade, que está atrelada à insegurança moderna, desponta, conforme enfatiza Bauman (2009), quando os vínculos amigáveis ou de

¹¹Tendência a perder a ligação com a cultura tradicional e a distanciar-se de sua esfera de influência, perda ou aviltamento da identidade cultural.

¹²Adaptação de um indivíduo ou de um grupo a uma cultura diferente com a qual ele mantém contato direto e contínuo (Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/>).

parentesco se fragilizam. Esse contrassenso, de substituir a irmandade pela solidariedade, se destaca, ao passo que há a redução do controle estatal (desregulamentação), em um momento que os medos modernos se iniciaram e a solidariedade foi dissolvida e substituída pela competição, incorporando ao contexto a xenofobia, que se define na “suspeita crescente de um complô estrangeiro e o sentimento de rancor pelos ‘estranhos’” (Bauman, 2009, p. 11).

Essa transformação de algo estranho em familiar é discutida por Moscovici (2010), quando o autor trata sobre as representações sociais e afirma que as mesmas são concebidas por meio de dois mecanismos: ancoragem e objetivação, os quais transformam o não familiar em familiar. O primeiro consiste em transformar algo estranho, isto é, o que é diferente em relação ao sistema particular de categorias do indivíduo, e compará-lo com algo pertencente a uma categoria que seja por ele considerada mais adequada.

Sant’Ana (2022) destaca que não há neutralidade no sistema de representação evidenciado pelo mecanismo da ancoragem (classificar e nomear). Nesse sentido, a autora pontua que a ancoragem ocorre a partir da atribuição de carga (positiva ou negativa) e da escala hierárquica (lugar) da sociedade que a faz; e, quando a sociedade não utiliza desse mecanismo de categorizar as pessoas, estas se tornam estranhas (ameaçadoras), causando a resistência e o distanciamento (insegurança).

Conforme aponta Goffman (1988), esses sentimentos sobre o desconhecido podem gerar a insegurança e podem ser orientados pelo estigma, quando o indivíduo compreende que é categorizado pela sociedade, de acordo como ele será identificado nos ambientes sociais, criando, assim, a identidade social. Desse modo, o autor ressalta que:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm a probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus tributos, a sua “identidade social”- para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem atributos de “honestidade”, da mesma forma que os atributos estruturais, como “ocupação” (Goffman, 1988, p. 5).

Bauman (2009) ainda constata que a insegurança moderna está atrelada ao individualismo moderno, apresentando-se como tendência social, cultural e política, associada à transformação da fase sólida para a fase líquida da modernidade, causando a segregação. Na segregação, como resultado do medo moderno, se consolida o declínio e colapso do bem-estar

social e sinaliza-se o retorno das “classes perigosas”, compostas por indivíduos que não se enquadram, tais como: os refugiados por estarem desempregados, sem o reconhecimento da qualificação profissional, sem conhecer a língua majoritária, etc. No contexto das mulheres refugiadas/migrantes, as vulnerabilidades que expõem a fragilidade feminina são amplificadas, mediante uma construção social e política com discursos que deslegitimam suas identidades e trajetórias, ao enfrentarem múltiplas camadas de exclusão; ou seja, elas são frequentemente inviabilizadas pelas políticas públicas, marginalizadas pelo mercado de trabalho e expostas a riscos, como violência de gênero, exploração e xenofobia.

2.2 Representações Sociais

As representações sociais, cuja teoria foi formulada por Moscovici (2010), a partir da revisão da teoria das representações coletivas de Durkheim, são elaboradas no meio social e constroem uma realidade compartilhada, que viabiliza a conexão entre o imaginário e o mundo real. Essas representações, além de mediar as relações entre os indivíduos, têm a finalidade de familiarizar o que é estranho, por intermédio da transformação de imagens e das ideias pré-estabelecidas (Jodelet, 2001; Moscovici, 2010; Sêga, 2000).

Lauore (2013), a partir das definições de Moscovici (2010), aponta três elementos básicos sobre a representação social. O primeiro elemento é o sujeito, que pode ser identificado em um indivíduo, em uma família, em um grupo, em uma classe. O segundo elemento é objeto, que pode ser um trabalho a fazer, um evento econômico, dentre outros. O conhecimento é o terceiro elemento, que é a representação social. E, baseando-se nas representações sociais, como um sistema de valor, que proporciona o equilíbrio do quadro de vida dos sujeitos e dos grupos, norteando a percepção dos fatos e promovendo a elaboração de respostas, o autor salienta que essas representações:

[...] são sistemas de interpretação da realidade que regem as relações dos indivíduos com seu meio físico e social, orientando comportamentos e práticas sociais. Esse sistema de valor permite o equilíbrio do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos e constitui uma orientação da percepção dos fatos e a elaboração das respostas (Lauore, 2013, p. 47).

Assim, constata-se que, nas relações entre os indivíduos, as representações têm o potencial de intervir nos processos de transmissão do conhecimento e na construção das identidades, norteando os comportamentos e as comunicações sociais. Considera-se que toda representação de algo, de alguém ou de si é uma forma de conhecimento, que possibilita a

construção de uma realidade comum a um conjunto social, que liga um sujeito a um objeto, e cria uma conexão entre o imaginário e o mundo material (Jodelet, 2001).

Desse modo, considerando a conexão entre o imaginário e o mundo real, sendo o imaginário a expressão do pensamento que se baseia nos discursos e nas imagens, e dá sentido à realidade, há de se enfatizar a importância da comunicação e das mídias nesse sistema de valor. Pesavento (1998) aponta que da relação entre o imaginário e o significado, em função do grau de aceitação, socialização e capacidade mobilizadora evocado pela imagem e pelo discurso, emerge algo ausente que transcende o aparente. Esse processo ocorre devido ao envolvimento peculiar de relacionamento entre significante e significado em uma dimensão simbólica. Portanto, na análise das representações sociais deve-se observar os contextos em que são criadas e o modo como sua circulação é realizada. Diante disso, nota-se que as representações têm o poder de interferir nas condutas e práticas sociais, devido à dimensão subjetiva do indivíduo e a compreensão do sentido dado pelas sociedades que as criam,

De acordo com Hall (2016), a linguagem é uma das formas de como o pensamento, as ideias e os sentimentos (sentidos) passam a ser representados em uma cultura, que não se limita nas palavras. Esses sentidos são reproduzidos em conformidade com as relações sociais e suas significações, por meio de códigos estabelecidos ao longo do tempo, resultam em um sistema de representação, materializado na linguagem.

Com base na articulação entre imaginário, linguagem e representações sociais a representação social da mulher refugiada/migrante é constituída e reforçada nos discursos midiáticos e culturais que circulam socialmente. Dessa forma, o imaginário coletivo, alimentado por imagens e narrativas que associam a mulher refugiada/migrante à vulnerabilidade extrema e à dependência passiva, contribui para a cristalização de estereótipos que limitam a sua ação e inviabilizam sua diversidade de experiências. Essas representações transcendem o aparente e mobilizam sentidos que interferem diretamente nas práticas sociais, moldam as percepções e condutas em relação a essas mulheres, representando-as como figuras frágeis e deslocadas, o que pode dificultar sua inserção social e o reconhecimento de sua identidade, capacidades e direitos.

2.3 Práticas Sociais

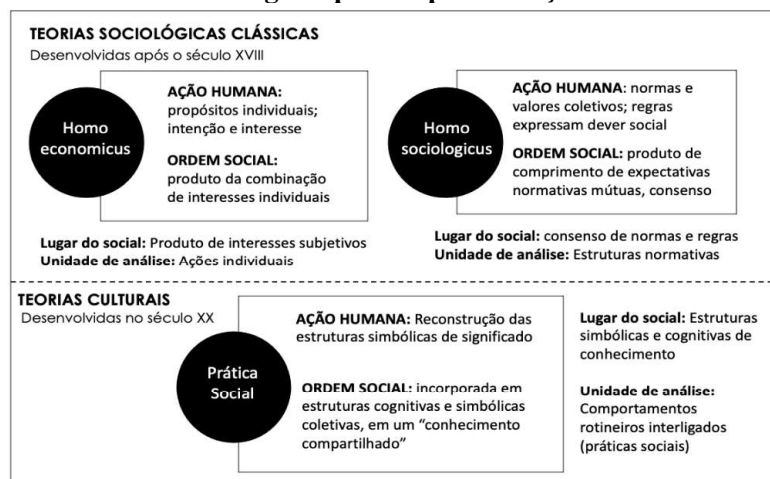
Considerando que as ações humanas podem ser compreendidas mediante a interação entre estruturação (poder e dominação) e agência (agir próprio) e, que, na perspectiva das

práticas sociais, visam interpretar o mundo e como os seres humanos fazem a sua própria história, a pesquisa em questão se fundamenta nas teorias de Anthony Giddens (estruturação) e Pierre Bourdieu (prática).

Na perspectiva de Bourdieu (1996), a prática é resultado das posições sociais, do *habitus* e das tomadas de decisões do indivíduo, enquanto agente social. Para o teórico, o *habitus*, tanto individual quanto coletivo, é um elemento invisível que orienta a ação e se torna uma linguagem, considerando que é o principal gerador de práticas distintas e distintas, e, é tido como responsável por dirigir a escolha e por estabelecer as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos.

De acordo com Lourenço e Sauerbronn (2018), a prática é interpretada por vários teóricos contemporâneos, como uma nova forma de examinar os comportamentos cotidianos, o lugar social, utilizando-se de abordagem interpretativa e cultural, observando, para além das qualidades mentais, das interações ou dos discursos, a ação humana e a ordem social, quando incorporadas nas estruturas simbólicas compartilhadas. Assim, as autoras, conforme a Figura 3, demonstram as três formas sociológicas, que explicam a ação humana e a ordem social, que são: Teorias sociológicas Clássicas - *Homo economicus*, o *Homo sociologicus* e a Teoria Cultural - Prática Social.

Figura 3 - Três formas sociológicas para explicar a ação humana e a ordem social



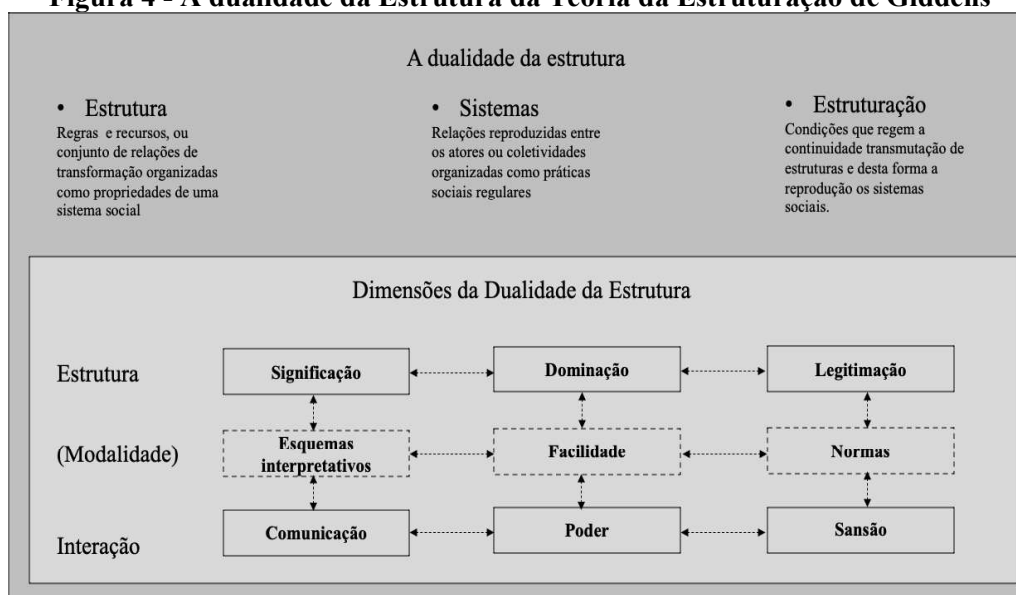
Fonte: Lourenço e Sauerbronn (2018, p. 209).

Por outro lado, na perspectiva de Giddens (1984), a repetição dos sistemas sociais padroniza as relações sociais e, por meio das atividades humanas, situadas e conectadas, se transformam em estruturas, ou seja, modelos compostos por normas, procedimentos e convenções, acrescidos dos recursos. Diante dessa composição, proposta por Giddens,

Lourenço e Sauerbronn (2018) sistematizaram a Teoria da Estruturação, conforme Figura 4, a seguir.

Ainda, de acordo com Lourenço e Sauerbronn (2018, p. 212), “toda vida social é constituída de práticas que são sempre dinâmicas”. Destacam que a pesquisa baseada na teoria da prática social busca compreender a interação recursiva entre as pessoas, atividades, artefatos e contextos, para verificar as variações específicas dos fenômenos sociais, que podem ser observados, no caso das mulheres refugiadas, considerando três dimensões: i) prática como fenômeno: foco nas atividades desenvolvidas pelas mulheres migrantes/refugiadas no país de origem e no país destino; ii) prática, como perspectiva: foco em fenômenos sociais específicos às migrantes/refugiadas; iii) prática, como filosofia: entendimento de toda realidade social que envolve as migrantes/refugiadas.

Figura 4 - A dualidade da Estrutura da Teoria da Estruturação de Giddens



Fonte: Lourenço e Sauerbronn (2018, p. 216).

2.4 Vulnerabilidades e Violência

2.4.1 Vulnerabilidades

Vulnerabilidades, no contexto migratório, referem-se às condições que tornam indivíduos ou grupos mais suscetíveis a riscos, como violência, exploração, discriminação e exclusão social. Ao serem abordadas elas exigem uma perspectiva interseccional e

multidimensional, capaz de reconhecer as especificidades das trajetórias migratórias e propor respostas que articulem acolhimento, justiça social e garantia de direitos.

Para Trindade e Peutringnet (2004), o direito internacional humanitário é um direito humano, protegido, inerente ao indivíduo, pautado nos direitos humanos fundamentais, de caráter supralegal e não se deriva do Estado. Os autores ainda destacam, que devido à proteção jurídica emanada deste instrumento, por se tratar de direitos humanos aplicáveis a qualquer cidadão, ele impede a pessoa humana de ser escravizada ou forçada, e protege as minorias das vulnerabilidades, em especial, os refugiados, cujos direitos humanos devem ser respeitados na sua totalidade.

No Brasil, a proteção dos migrantes/refugiados, imposta pelo direito humanitário, mesmo não possuindo um serviço específico de atendimento, encontra guarida em ações e serviços prestados pelas secretarias municipais com interface com o sistema de garantia de direitos, em parceria com outros órgãos governamentais, determinados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), compreendidas como:

Proteção Social Básica – esse tipo de proteção contempla serviços de prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio de oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Proteção Social Especial – esse tipo de proteção corresponde a programas e projetos de atendimento assistencial destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil e descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violações de direitos, entre outras (OIM, 2018, p. 14).

Em se tratando de vulnerabilidades, Silva (2022) constata a existência de camadas mais vulneráveis, dentre os refugiados, e aponta, entre essas camadas as mulheres; por elas serem estereotipadas por uma sociedade patriarcal e discriminadora, e por serem as que mais sofrem, por estarem sujeitas a diversos tipos de violência¹³, pelo simples fato de pertencerem ao sexo feminino; ou seja, pelo simples fato de nascerem mulheres.

¹³De acordo com a Convenção do Belém do Pará, violência contra mulher é qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado, englobando a violência doméstica, a violência familiar e a violência conjugal (Comissão Interamericana de Direitos Humanos: Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção De Belém Do Pará, 1994).

Assim, visando dimensionar a vulnerabilidade e a resiliência dos migrantes/refugiados diante da situação de violência, da exploração e do abuso antes, durante e depois de migração, tem-se como instrumento referencial o Modelo de Determinantes da Vulnerabilidade dos Migrantes, que define o migrante em situação de vulnerabilidade, como um indivíduo (ou grupo) com capacidade limitada de evitar, resistir, lidar ou recuperar-se do risco potencial, ou da situação de violência, exploração e abuso a que são expostos, conforme disposto na Figura 5, a seguir (OIM, 2020).

Figura 5 - Modelo de Determinantes da Vulnerabilidade dos Migrantes



Fonte: IOM (2020, p. 6), com adaptações.

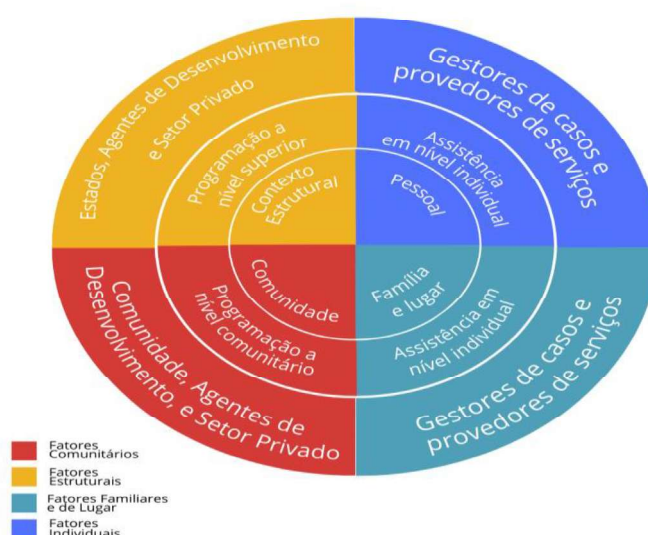
Esta ferramenta tem como enfoque os fatores determinantes, que interagem entre si, que contribuem para agravar a vulnerabilidade, bem como os recursos e as capacidades que se podem mobilizar para que os migrantes resistam ou se recuperem das vulnerabilidades.

Segundo a OIM (2020), o modelo de Determinantes de Vulnerabilidade é composto pelos seguintes fatores: I) Individuais - relacionado à pessoa e ao seu posicionamento em sociedade; ele é tido como o elemento central da vulnerabilidade e da resiliência, que observa as características físicas e biológicas; as histórias e experiências; as crenças e atitudes, as características emocionais, psíquicas e cognitivas; a saúde e o bem-estar físico e mental; II) Familiares (*Household and Family factors*) - relacionado ao núcleo familiar e ao local onde está a inserção, ele verifica as circunstâncias familiares e de seus membros. É considerado um elemento importante da vulnerabilidade, por ser a primeira instância em que se busca apoio.

Além disso, compreende o papel que o indivíduo exerce dentro da família; as histórias e experiências familiares; III) Comunitários - relacionado ao contexto comunitário amplo, físico e social, em que o indivíduo e sua família estão inseridos, no qual se observa a estrutura econômica, cultural e social, a posição ocupada pelo indivíduo, as redes sociais e os acessos a recursos de apoio e proteção que podem influenciar de maneira distinta, aumentando ou diminuindo a vulnerabilidade; IV) Estruturais (*Structural*) – são aqueles que estão posicionados em um nível mais amplo; eles são voltados para as tomadas de decisão, relacionados às condições das instituições políticas, econômicas, sociais e culturais, e são relativamente estáveis, cujos efeitos são a médio e longo prazo.

Destaca-se que o referido modelo tem como pressuposto a interação de todos os fatores, considerando que nenhum fator por si só, ou a combinação de alguns, poderá conseguir um resultado específico. Para tanto, têm-se as respostas programáticas correspondentes a cada fator, e essas dependem da participação de diferentes protagonistas, conforme Figura 6, a seguir.

Figura 6 - Respostas programáticas e os atores pertinentes em cada nível, do Modelo de Determinantes de Vulnerabilidade



Fonte: IOM (2020, p. 9), com adaptações.

Reconhece-se que o propósito do Modelo é oferecer uma metodologia que viabilize a compreensão detalhada dos fatores de risco, que contribuem para a vulnerabilidade dos migrantes, bem como para os fatores de proteção, que aumentam a resiliência mediante as

respostas dos níveis adequados. Assim, têm-se as respostas para os níveis: i) **Pessoal** – que atendem diretamente as necessidades imediatas e abordem as considerações particulares e os fatores de riscos que contribuem e seguem contribuindo para a sua vulnerabilidade; ii) **Familiar e Lugar** – requer a compreensão das respectivas posições e das interações dos membros desse núcleo e o tratamento de todos os fatores familiares que contribuem para a vulnerabilidade; iii) **Comunidade** – requer enfoques de médio e longo prazo, considerando a necessidade de implantar mudanças sociais, econômicas, ambientais e de crenças para combater os fatores de riscos e alcançar a todos os membros da comunidade, independente de sexos, idade, raça, ou qualquer outra característica individual; iv) **Contexto Estrutural** – requer um plano e uma programação a longo prazo, e, normalmente, é de competência das instâncias governamentais, e propiciam um impacto de maior alcance, visando a proteção e a assistência para as pessoas migrantes vulneráveis à violência.

2.4.2 Modelo Ecológico de Violência e da Rota Crítica

Para análise do fenômeno de violência, foi feito o uso do modelo ecológico de fatores relacionados com a violência, baseada no gênero¹⁴. Conforme metodologia proposta por Romero e Ferreto (2011), o referido modelo foi instituído por Heise (1994), com base no modelo ecológico de desenvolvimento humano proposto por Bronfenbrenner (1996).

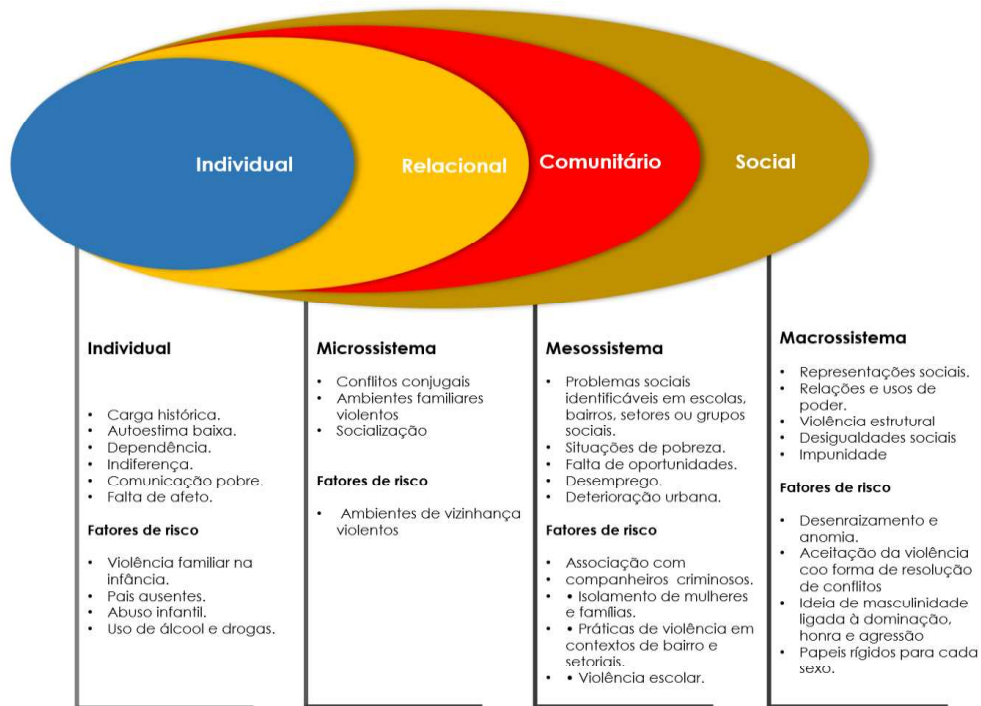
Na visão de Romero e Ferreto (2011), o modelo ecológico é constituído por elementos conceituais, técnicos e metodológicos, que abordam a violência baseada no gênero, e representa um avanço na construção e elaboração de políticas públicas de prevenção, atenção e aplicação de cuidados, viabilizando e propiciando interface entre as políticas de seguridade e as políticas de igualdade de gênero.

Segundo a sistematização proposta pelas autoras (Figura 7), os elementos conceituais se subdividem em quatro níveis. Dessa forma, o primeiro nível é voltado para os enfoques: individual e relacional. No plano individual, reconhece-se, como fatores, a história de vida, as condições psicológicas, as características socioeconômicas, tais como: idade, o sexo, nível educacional, empregabilidade, etc. Neste nível, tem-se como fatores de riscos a serem observados a presença de antecedentes de condutas violentas, de desvalorização, transtornos psicológicos, o desemprego e a baixa escolaridade. Já o plano relacional está voltado para o

¹⁴A expressão *violência de gênero* se remete a lugares sociais sexuados, em que as mulheres estão fixadas em desigualdades por uma ordem simbólica, pautada no modelo patriarcal na sociedade (Bandeira, 2014).

ambiente imediato, com os relacionamentos familiares e amizades mais próximas. Neste nível, a convivência pode repercutir e perpetuar os atos de violência vivenciados e, ainda, pode conceber as práticas abusivas de violência de gênero, com a reprodução de modelos de identidade, como o patriarcado. Os fatores de risco estão relacionados com a vida conjugal e familiar que desrespeitam a equidade de gênero.

Figura 7 - Enfoque ecológico de fatores relacionados com a violência.



Fonte: Romero e Ferrero (2011, p. 27), com adaptações.

Por sua vez, o segundo nível denomina-se mesossocial e tem como enfoque o microssistema, no qual os contextos comunitários e as relações sociais são constituídos de ambientes, de grupos e de espaços comuns, tais como: escolas, bairros e empresas, que podem fomentar a cultura de violência. Os fatores de risco relacionam-se com a institucionalização da cultura de violência, por meio da associação com criminosos, do isolamento de mulheres e da família, violência escolar e conflitos comunitários, que podem dar origem à violência social.

O terceiro nível reúne fatores com características relacionadas à estrutura da sociedade, na qual estão institucionalizados e padronizados os comportamentos aceitáveis, em que a violência é algo corriqueiro e se legitima, como uma prática generalizada, que

compactua com os abusos de poder e impunidade e incentiva a concepção de práticas sociais que podem cultivar todas as formas de violência social.

Por fim, o quarto nível, segundo as autoras, corresponde ao momento histórico, às possibilidades e às motivações ideológicas, que pactuam, com as pessoas, os grupos e os coletivos sociais, na implementação da violência.

Ainda conforme as autoras, o estudo baseado no enfoque ecológico, devido à superposição e complementaridade dos fatores e à subdivisão em níveis, ao propiciar a compreensão das dinâmicas dos conflitos, tanto familiares quanto comunitários, pode contribuir com explicações e entendimento das causas da violência.

Para Romero e Ferrero (2011), o enfoque ecológico de fatores relacionados com a violência se divide em quatro dimensões: Individual, Microssistema, Mesossistema e Macrossistema. Estas dimensões têm relação direta com os níveis individual, relacional, comunitário e social e apresentam características específicas e apontam fatores de riscos associados para cada uma dessas dimensões.

Na dimensão individual tem-se como características a carga histórica, a autoestima baixa, a dependência, a indiferença, a comunicação pobre e a falta de afeto. Como fatores de riscos nesse nível desponta a violência familiar na infância, os pais ausentes, o abuso infantil e uso de álcool e drogas.

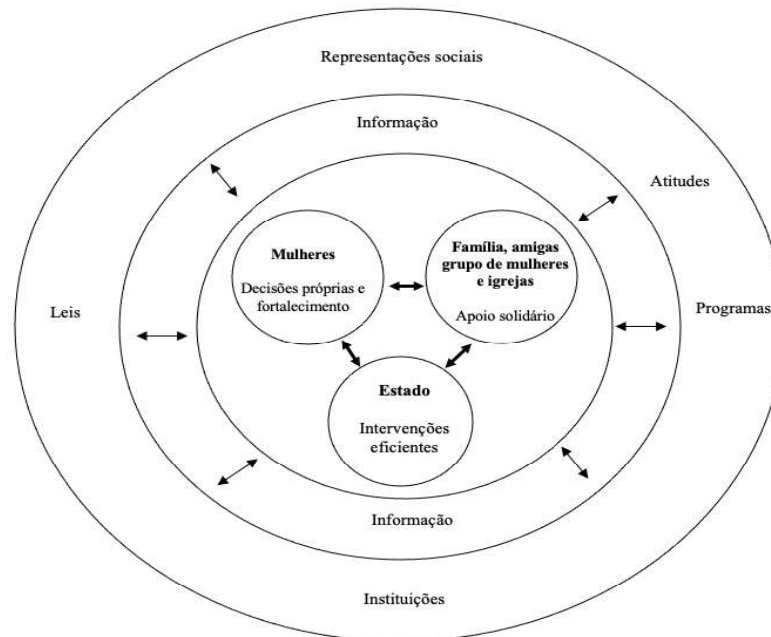
Quanto à dimensão Microssistema (relacional), características destacadas são os conflitos conjugais, os ambientes familiares violentos e a socialização. Os fatores de riscos associados a este nível são os ambientes de vizinhança violento.

Na dimensão Mesossistema (comunitário) despontam como características os problemas sociais identificáveis em escolas, bairros, setores ou grupos sociais, a situações de pobreza, a falta de oportunidades, o desemprego e a deterioração urbana. Como fatores de riscos tem-se a associação com companheiros criminosos, o isolamento de mulheres e famílias, a práticas de violência em contexto de bairro e setoriais e a violência escolar;

Na dimensão Macrossistema (social) as características são as representações sociais, as relações de usos de poder, a violência estrutural, as desigualdades sociais e a impunidade. Quanto aos fatores de riscos associados para este nível, tem-se o desenraizamento e anomia, a aceitação da violência como forma de resolução de conflitos, a ideia de masculinidade ligada à dominação, honra e agressão e as definições de papéis rígidos para cada sexo.

Para complementar as informações derivadas do enfoque ecológico, buscou-se neste estudo, fazer uso do Modelo da Rota Crítica, proposto pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que investiga a rota seguida pelas mulheres em busca por ajuda, que delimita o percurso percorrido (Figura 8).

Figura 8 - Contextos, Atores e Fatores Determinantes da Rota Crítica.



Fonte: Sagot e Carcedo (2000, p. 120), com tradução.

Para Sagot e Carcedo (2000), o processo da rota crítica se forma a partir da identificação da sequência de ações, na busca de respostas e de soluções para as tomadas de decisões realizadas pelas mulheres, que se encontram em situação de violência. Na perspectiva das autoras, a rota crítica inicia com o rompimento do silêncio, ou seja, quando a mulher decide revelar a situação de violência vivenciada por ela para alguém, fora do âmbito individual e relacional. E, ainda, segundo as autoras, os fatores, como: a informação, o conhecimento, as percepções e atitudes, os recursos disponíveis, as experiências prévias e a valorização sobre a situação, podem impulsionar ou inibir o processo de busca por ajuda.

Independentemente da quantidade de fatores, de como eles se relacionam e atuam, tem-se ainda que compreender que não se trata de um procedimento linear e padronizado. Ou seja, nesse processo soma-se também a subjetividade e a complexidade. Esses dois itens, além de comporem os fatores, dimensionam como se dará o percurso da rota crítica, destacando quais elementos (internos ou externos) podem fazer parte do processo e como esses irão se

comportar, podendo ser tanto fatores que impulsionam quanto fatores que inibem a busca por ajuda e soluções. Isso posto, pode-se observar tanto avanços quanto retrocessos na rota crítica. Assim, pode-se definir rotas múltiplas, com itinerários variados e díspares, devendo ser compreendidas como personalizadas.

Desse modo, os fatores determinantes da Rota Crítica que viabilizam um resultado exitoso são aqueles que favorecem a combinação de elementos contextuais, que envolvem: as representações sociais, as leis, as instituições, os programas e as ações. Já os interligados com os atores: as mulheres, os componentes do apoio solidários, e o Estado, os quais são rodeados pelas informações que são compostas pelos elementos internos e externos, que, conforme as setas, podem impulsionar ou inibir as decisões.

2.5 A Educação como Elemento de Intervenção Social

Entendendo as políticas públicas como ações e intervenções planejadas pela administração pública e pelas políticas públicas educacionais, como tudo aquilo que o Estado faz ou deixa de fazer em termos de ações educativas, é considerado educação. Dessa forma, por esta um direito social a que todos deveriam ter acesso, pois ela constitui a porta de entrada para o desenvolvimento das pessoas/comunidades, na medida em que permite aquisição de informação e conhecimentos, aperfeiçoamento de aptidões, qualificação para o mercado de trabalho, aumento da produtividade, democratização da estrutura ocupacional, geração de emprego e autonomia; enfim, distribuição mais justa de oportunidades sociais, respeito da dignidade humana, maior inclusão social e melhoria da qualidade de vida (Campos; Rengifo; Meza, 2011).

Para Alvino-Borba e Mata-Lima (2011), a associação entre política educacional e inclusão social parte do pressuposto de que essa é um processo que permite e garante a ascensão daqueles indivíduos que se encontram em situação de risco, vulnerabilidade e exclusão social. Esse processo viabiliza, ainda, conforme os autores, que os indivíduos se beneficiem dos modos de vida considerados normais, na sociedade em que se encontram inseridos.

Embora a educação tenha um papel relevante no que se refere à transformação social, sendo percebida como uma ferramenta utilitária que viabiliza ampliar o conhecimento e aprofundar os conceitos de cidadania, ela não tem em seu escopo a garantia de igualdade social. Portanto, as políticas educacionais devem ser associadas a outras ações que mitiguem a

alteração das condições materiais, que influenciam na geração da extrema desigualdade social e no alcance da cidadania (Canotilho; Araújo; Oliveira, 2014).

Ortiz (2014) afirma que a cidadania se constrói por intermédio de um processo que se desenrola no cerne da prática social, no qual a educação, por conferir conhecimento e atitudes que concedem aos indivíduos novas aptidões que, somadas a outras políticas públicas, se torna um mecanismo importante no combate à vulnerabilidade.

Nesse diapasão, Lopez e Diniz (2018) enfatizam que a renovação nos procedimentos de migração, no arcabouço jurídico brasileiro, advinda de crises que se estabeleceram a partir de 2010, contribuiu para subsidiar medidas (em substituição a políticas públicas) de acolhimento humanitário aos migrantes. No entanto, os autores apontam a ausência de instrumentos legais, que instituem ações voltadas para o ensino-aprendizagem da língua majoritária, destacando a importância de se colocar em pauta a implementação do aprendizado em português, como um direito do migrante/refugiado. Ainda, de acordo com os autores, no que pese a incipiência/inexistência de políticas públicas e instrumentalização jurídicas, vários cursos de língua portuguesa foram criados e ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e outras iniciativas, como o Português, como Língua de Acolhimento (PLAC), que foi implementado por Instituições de Ensino Superior (IES), em diferentes regiões do Brasil.

Como destacam Wedekind, Fakoush e Alla-Mensah (2019), as ações no campo da Educação Profissional para aqueles que participam de processos migratórios são amplas e, no Brasil, a RFEPT¹⁵ tem condições de promover, além do acesso à educação profissional e tecnológica, a elevação da escolaridade, por meio do reconhecimento das habilidades e qualificações anteriores, além de ofertar orientação linguística e profissional para a inserção no mercado de trabalho, de forma que o migrante/refugiado tenha possibilidades de melhorar a qualidade de sua vida e do novo local de residência no território brasileiro.

De acordo com o Protocolo de Assistência a Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, todos os migrantes adultos em situação de vulnerabilidade, de maneira inclusiva, visando o impacto social positivo, devem ter acesso aos vários níveis de educação,

¹⁵A RFEPT está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Fonte: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em: 30 maio 2025.

incluindo capacitações, treinamentos vocacionais, cursos de línguas e planejamento de carreira (OIM, 2018).

Isso implica o alcance de uma educação transformadora, que vai além da instrução, que é amplamente discutida por Paulo Freire, em que critica a transmissão passiva de conhecimentos, denominada “educação bancária” (professor detentor de conhecimentos e alunos receptores passivos), considerando que um modelo de ensino, que promova uma transformação emancipadora, deve considerar uma pedagogia dialógica, fundamentada na realidade dos educandos (Cristiano; Martins, 2008).

Nesse sentido, Alves (2015) ressaltaram que:

[...] Existe um contingente enorme de mulheres que há anos se encontram fora do mundo escolar, outras tantas que nem chegaram a ter esta oportunidade, porém, são mulheres que acumulam diversos saberes adquiridos ao longo da vida. Ambos os grupos de mulheres comungam o pensamento de não ser possível ou de ser muito difícil um retorno às salas de aula, mas uma alternativa para tal situação pode vir com a certificação de competência, capaz de reconhecer o valor da experiência profissional adquirida fora da escola formal, oriunda da bagagem de vida. [...] O fato de valorizar o que a aluna já possui vem ao encontro de duas teorias de aprendizagem diferentes propostas por David Ausubel e Paulo Freire, mas que possuem um ponto em comum: o aprendizado acontece de maneira mais espontânea quando têm como ponto de partida, o conhecimento prévio do aluno, suas experiências e sua visão de mundo (Alves, *et al.*, 2015, p.58-60).

Os referidos autores acrescentam que a “educação pode modificar o ser humano ao proporcionar condições para o desenvolvimento de suas potencialidades. Mas, não se tratando somente da educação de sala de aula, e sim daquilo que se aprende com o convívio entre seus pares” (Alves *et al.* 2015, p. 38).

No que diz respeito à possibilidade de alcance dessa educação de qualidade, Rosa (2016) contextualiza os Institutos Federais, que são instituições pluricurriculares, com condições de promover a verticalização do ensino, permitindo a oferta de educação profissional, e destaca:

[...] pois, trata-se de instituições pluricurriculares, o que na prática significa que podem ofertar educação profissional articulada com o Ensino Fundamental, com o Proeja-FIC, podendo ser oferecido em parceria com sistemas municipais; com o Ensino Médio, Proeja-Médio, por meio da oferta de cursos técnicos e com a educação superior, os cursos de graduação (licenciaturas e tecnólogos) (Rosa, 2016, p. 85).

Diante desse enfoque de políticas públicas educacionais, igualdade de oportunidades sociais e geração de emprego, como forma de promover a capacidade de agir de segmentos mais vulneráveis, Silva (2020) destacou que aproximadamente 50% das Instituições da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica (RFEPT) promovem ações, que se dividem em cursos de língua portuguesa, cursos de formação continuada (FIC), cursos profissionalizantes na modalidade de extensão, dentre outros, voltadas para o público migrantes e/ou refugiados.

Em 2021 e 2022, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica divulgou chamadas públicas¹⁶, para adesão das instituições que compõem a RFEPT, interessadas em oferta de curso online de Português, como Língua Adicional (PLA), em Rede, visando em última instância, uma melhoria na qualidade de vida do público refugiado.

2.6 Qualidade de vida: Os Domínios e Percepções das Mudanças de Vida

Este tópico foi subdividido em três subtópicos, a saber: Qualidade de Vida, Domínios da Vida e Percepções das Mudanças de Vida.

2.6.1 Qualidade de vida

De acordo com Campos e Rodrigues Neto (2008), a qualidade de vida é uma construção teórica que tem sido utilizada por várias áreas do conhecimento, e objetiva a redução da vulnerabilidade e de riscos à saúde, de acordo com seus determinantes e condicionantes, bem como a defesa da vida e o desenvolvimento humano, por meio de práticas intersetoriais e interdisciplinares. Assim, para os autores, a utilização de métodos que viabilizem dimensionar a qualidade de vida, de modo sistemático e validado, facilitaria a compreensão desta e proporcionaria subsídios na definição de prioridades sobre a avaliação das políticas públicas, disponibilidade de recursos e intervenções, no território brasileiro.

Alguns conceitos sobre qualidade de vida tentam abarcar a multiplicidade das discussões gerais e holísticas, para além da questão de saúde. Desse modo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) adotou a seguinte conceituação para qualidade de vida: “percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos

¹⁶ Disponível em: <https://portal.conif.org.br/editais>. Acesso em: 29 maio 2025.

quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (Pereira; Teixeira; Santos, 2012, p. 241).

Por sua vez, Sinval *et al.* (2020) consideram que a qualidade de vida é um construto, baseado na satisfação das necessidades básicas, conforme a estrutura de Maslow. Os referidos autores estudaram a evidência de validade da Escala de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), comparando dois países, Brasil e Portugal, com base na satisfação das necessidades básicas e de crescimento dos trabalhadores; ou seja, necessidades de ordem inferior, que incluem necessidades de saúde e segurança, bem como as necessidades de ordem superior, que compreendem as necessidades sociais, de estima, de conhecimento e atualização, além das necessidades de estéticas (criatividade pessoal e estética geral, criatividade no trabalho).

Nessa mesma perspectiva, Toscano e Molgaray (2019), com base em uma metodologia de análise bibliográfica, buscaram produzir uma síntese atualizada do *corpus* de pesquisa sobre qualidade de vida, no contexto da América do Sul. Esses autores destacaram que o tema possui natureza multidimensional, compreendendo um conjunto de domínios aos quais são atribuídos níveis específicos de importância por cada indivíduo, além de abranger aspectos objetivos e subjetivos da vida das pessoas. Assim, o termo “qualidade de vida” se tornou um grande conceito guarda-chuva sob o qual interagem outras categorias de análise, como felicidade, bem-estar e satisfação com a vida. Em linhas gerais, eles ressaltaram que a abordagem sobre a felicidade envolve pesquisas dedicadas ao equilíbrio feito pelos indivíduos, em termos dos seus afetos positivos e negativos, bem como de seus valores, em determinadas etapas de sua vida, considerando as experiências específicas de sua vida; enquanto o bem-estar refere-se às diferentes variáveis que afetam as condições de desenvolvimento de um indivíduo ou grupo. Além disso, destacaram os benefícios de se considerar o uso de indicadores de qualidade de vida, tendo em vista percepções dos sujeitos sobre sua própria qualidade de vida na comunidade, que devem ser levadas em conta pelos governantes responsáveis pela geração de políticas públicas.

Esse entendimento sobre qualidade de vida é corroborado por Minayo, Hartz e Bus (2000), na tentativa de análise da qualidade de vida de forma mais abrangente, pois definem o tema como uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos, tais como: bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal; além de parâmetros objetivos, com base na satisfação das necessidades básicas e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade. Ainda, de acordo com os autores, a qualidade

de vida se relaciona com as condições e estilo de vida, desenvolvimento sustentável e ecologia humana, incluindo o campo democrático (desenvolvimento humano e social).

Nesse mesmo contexto, Adedeji, Silva e Bullinger (2021), ao analisarem as ligações estruturais entre Capital Social Cognitivo, Capital Social Estrutural e Qualidade de Vida entre os migrantes da África Subsaariana, na Alemanha, conceituaram a Qualidade de Vida como uma medida da expressão do sentido geral da vida, que inclui aspectos de saúde, meio ambiente, relações sociais e aborda a diversidade e o multiculturalismo, característicos da sociedade atual. Para os autores, esses aspectos multidimensionais são importantes e, inclusive, contribuem, fundamentalmente, para o diálogo político e social, visando subsidiar tomadas de decisões sustentáveis, de interação, participação e inclusão social, em especial para os imigrantes, ao visar a qualidade de vida. Assim, a qualidade de vida foi medida a partir de uma perspectiva multidimensional, que reforça a importância dos elementos humanísticos, sociais e ambientais para a qualidade de vida geral.

Franken, Coutinho e Ramos (2009) concordam na inclusão de determinados componentes para o dimensionamento da qualidade de vida, tanto de natureza material quanto não material, destacando que nas pesquisas podem ser incluídos:

[...] para valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade; e também a elementos materiais, que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva, como alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer. É possível dizer que desemprego, exclusão social e violência são, de forma objetiva, reconhecidos como a antítese da qualidade de vida (Franken; Coutinho; Ramos, 2009, p. 421).

Paloma *et al.* (2021) destacam que a expectativa de qualidade de vida é percebida pelos migrantes/refugiados, que se deslocam de país com menor desenvolvimento humano para países com melhores condições de desenvolvimento humano. No entanto, os autores salientam que estas expectativas nem sempre são atendidas, e que isso pode impactar diretamente na satisfação de vida, quando limita a inclusão social. Ainda segundo os autores, a condição negativa na qualidade de vida se sustenta no contexto de acolhimento, quando este amplia a desigualdade, principalmente, pela ineficiência de políticas e de intervenções públicas, que propiciem alocar os migrantes em posições inferiores de poder, com condições precárias de trabalho e alojar em assentamentos ou em zonas periféricas. Isso acentua a marginalização e aumenta o preconceito em relação aos migrantes.

Desse modo, com o intuito de ampliar e complementar a avaliação dos domínios de vida e das mudanças percebidas pela mulher refugiada, após a sua inserção no PLA, propõe-se fazer uso do instrumento denominado EUROHIS-QOL-8, que é uma medida de qualidade de vida e faz uso da abordagem dos domínios da vida. De acordo com Pereira *et al.* (2011), o EUROHIS-QOL-8 foi desenvolvido, a partir do WHOQOL-BREF, com características psicométricas que permitem uma avaliação mais restrita e rápida, procurando responder, de modo econômico e eficiente, um índice geral de qualidade de vida, que compreende:

uma medida de qualidade de vida composta, tal como o nome indica, por oito itens, e desenvolvida a partir dos instrumentos genéricos WHOQOL-100 e WHOQOL-Bref. Do ponto de vista conceptual, cada um dos domínios (físico, psicológico, das relações sociais e ambiente) encontra-se representado por dois itens. O resultado é um índice global, calculado a partir do somatório dos oito itens, sendo que a um valor mais elevado corresponde uma melhor percepção da QdV. Todas as escalas de resposta têm um formato de cinco pontos, variando, por exemplo, entre “Nada” e “Completamente”. Seguindo as recomendações originais, os resultados dos domínios e da faceta geral foram transformados numa escala de 0 a 100. No estudo piloto, o EUROHIS-QOL-8 apresentou um α de Cronbach de .78 (Power, 2003) e no estudo de campo inicial, que envolveu uma amostra de 10 países, apresentou um α de Cronbach de .83 (Schmidt, Mühlhan, & Power, 2006) (Pereira *et al.*, 2011, p. 113).

Os oito itens propostos são relacionados a oito questões básicas, avaliadas em uma escala de 0 a 5, onde o zero corresponde a “Nada” e o cinco corresponde a “Completamente”, conforme apresentado na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Itens sobre Qualidade de Vida a serem avaliados

1. Como avalia a sua qualidade de vida?
2. Até que ponto está satisfeito(a) com a sua saúde?
3. Tem energia suficiente para a sua vida diária?
4. Até que ponto está satisfeito(a) com a sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia a dia?
5. Até que ponto está satisfeito(a) consigo próprio?
6. Até que ponto está satisfeito(a) com as suas relações pessoais?
7. Tem dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades?
8. Até que ponto está satisfeito(a) com as condições do lugar que vive?

Fonte: Pereira *et al.* (2011, p. 114).

Além da escala EUROHIS-QOL-8, pretende-se, também, dimensionar a qualidade de vida em geral, com base em duas questões. A primeira se refere ao significado de qualidade de vida para a mulher entrevistada; enquanto a segunda é proposta por WHOQOL-100, por

meio da seguinte questão: “Quão satisfeito(a) você está com a qualidade de sua vida?”, que foi dimensionada pela escala de 1 a 5.

Paloma *et al.* (2021, p. 436), por meio da revisão sistemática, buscaram determinar quais seriam os principais determinantes da satisfação com a vida (considerada um bom indicador da qualidade de vida) da população migrante. Os resultados identificaram três categorias de análise: “integração estrutural (acesso a recursos comunitários culturalmente competentes, condições de moradia, status legal e condições de trabalho); inclusão social e cultural (adaptação à cultura alvo, engajamento comunitário, discriminação percebida e rede de apoio social); e pontos fortes individuais (segurança financeira, saúde, competência linguística e raízes)”.

Essa abordagem da satisfação com a vida, como forma de dimensionar a qualidade de vida, é também apontada por Viñas-Bardolet *et al.* (2020), que compreendem satisfação com a vida, como um agregado de satisfações de diferentes domínios da vida, associados com as necessidades.

2.6.2 Domínios de Vida

O estudo de Viñas-Bardolet *et al.* (2020) destaca que os domínios da vida são relevantes para a forma como as pessoas avaliam suas próprias vidas. Dessa forma, baseando na abordagem de domínios da vida, os autores analisaram a importância da vida profissional no bem-estar subjetivo¹⁷ de trabalhadores em 28 países da União Europeia, por meio de dois mecanismos: o primeiro diz respeito a como várias características do trabalho afetam a satisfação no trabalho e outros domínios da vida, como acomodação, saúde, educação, padrão de vida, vida familiar e social; enquanto, o segundo considera como a satisfação no trabalho contribui para a satisfação com a vida, vista como uma dimensão do bem-estar subjetivo.

Para os referidos autores, esta condição estaria situada no topo de uma pirâmide, referindo-se que a satisfação com a vida seria um agregado da satisfação com diversos domínios específicos da vida, localizados em um nível abaixo, como, por exemplo, bem-estar material, saúde, produtividade, intimidade, segurança, comunidade e bem-estar emocional.

¹⁷Segundo Viñas-Bardolet *et al.* (2020), na literatura sobre bem-estar subjetivo existem duas perspectivas principais: “top-down” e “bottom up”. A primeira vê a satisfação com a vida em função de características pessoais ou socioeconômicas e de influências situacionais, como eventos de vida. Por outro lado, a segunda perspectiva “de baixo para cima” pressupõe que a satisfação geral com a vida de um indivíduo depende da satisfação em muitas áreas separadas e específicas da vida, que podem ser classificadas em diferentes domínios da vida.

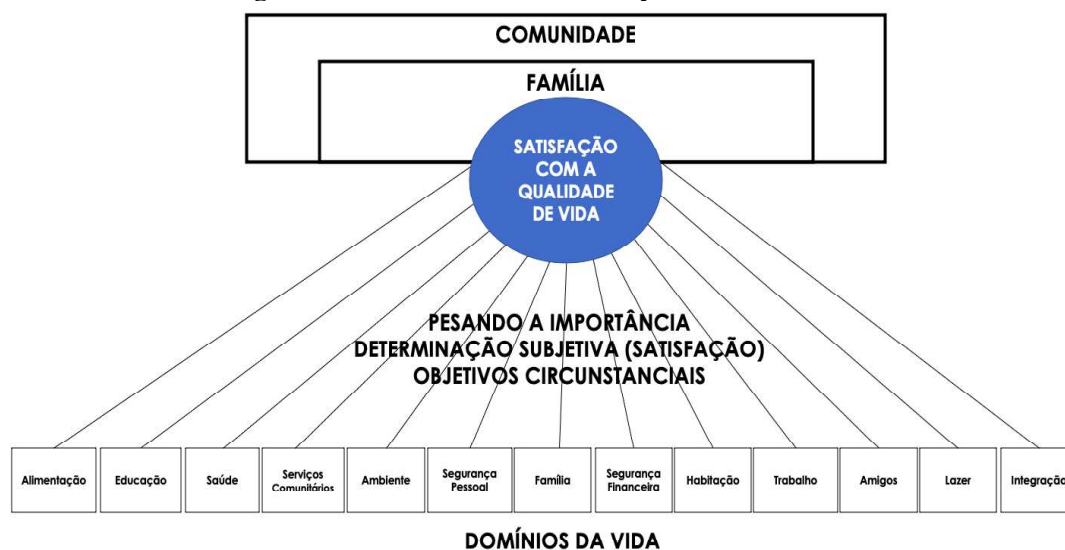
Eles argumentaram que o número de domínios depende de cada situação investigada; mas, estes devem ser fáceis de identificar e serem percebidos, como dimensões separadas. Além disso, a satisfação com a vida pode não ser indicada por uma média simples de satisfação dos domínios, uma vez que as pessoas podem diferir no peso que atribuem a cada domínio da vida.

De acordo com Pereira *et al.* (2006), baseando-se no modelo de Spilker, os domínios psicológico, social e físico são mais utilizados nos estudos sobre a qualidade de vida. Ainda, segundo os autores, para se analisar o domínio da qualidade de vida global, outros domínios, como produtividade, ambiente, cognição, ocupação e situação financeira, também podem ser incluídos nas observações.

Rogerson (1995) ressaltou que a interação entre o ambiente e as pessoas tem sido a base da maioria das conceituações de qualidade de vida. O autor apresenta uma estrutura, baseada na inclusão de componentes pessoais e subjetivos, que relatam a relação no contexto do lugar e do ambiente, utilizando-se da distinção entre condições da vida material e da vida pessoal. Além disso, segundo ele, para se mensurar a qualidade de vida deve-se observar como se dá a conceituação pelo indivíduo, considerando que este pode estar relacionado com os valores percebidos e as prioridades associadas, condizentes com as aspirações pessoais. Assim, as percepções de qualidade de vida derivam-se da conjunção de duas arenas: i) arena da vida material – decorrente dos atributos e características do ambiente social, físico e econômico; ou seja, aquelas propriedades do ambiente, que são estímulos para a satisfação com a vida, mensurados pelo acesso, frequência de fornecimento e eficácia; ii) arena da vida pessoal, que incluem componentes subjetivos, consolidados pelas atribuições e características do indivíduo.

Metzem *et al.* (1980), que também fazem uso da abordagem dos domínios da vida, consideram que, para dimensionar a qualidade de vida, deveria ser estabelecido um modelo teórico que envolva fatores objetivos e subjetivos (satisfação e importância), devendo-se também, considerar o contexto do ambiente, seja ele familiar ou comunitário. Esses fatores estão circunscritos em diferentes componentes ou domínios ou da vida, associados com as necessidades humanas básicas, tais como: alimentação, saúde, relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas), família, trabalho, serviços comunitários, ambiente, segurança pessoal, segurança financeira (renda), habitação, integração social, educação, recreação e lazer, como exposto na Figura 9.

Figura 9 - Modelo conceitual de qualidade de vida.



Fonte: Metzger *et al.* (1980), com adaptações.

2.6.3 Percepções das Mudanças de Vida

De acordo com Veríssimo (2021), têm-se os esquemas que subsidiam a pesquisa, quando esta é voltada para descrever o campo perceptivo, baseada na investigação das implicações da experiência do sujeito. O autor salienta que:

Os esquemas mentais de Piaget (1964), na interligação dos processos de assimilação e de acomodação ao mundo exterior, a dialética entre as percepções internas e percepções do mundo externo em Freud (Coelho Jr., 2016) ou, ainda, o *habitus*, definido por Bourdier (1972/2000) como “matriz de percepções” (p. 261) e que condiciona as sensibilidades do sujeito no âmbito do campo de potencialidades estabelecido em meio às práticas sociais são modelos pertinentes e, inclusive, carentes de estudos dirigidos aos problemas de percepção (Verissimo, 2021, p. 8-9).

Para Rambo *et al.* (2015), o campo perceptivo é um componente oriundo das diferentes experiências, do acúmulo de informações, da capacidade de dar sentido aos objetos e situações, da observação, da interpretação que o indivíduo faz do mundo exterior e vai se reconstruindo a partir das novas acepções e valores, em um rito contínuo e permanente. Ou seja, tudo isto está ligado à trajetória de vida e ao ambiente em que o indivíduo se encontra inserido, proporcionando diferentes visões do mundo. Para os autores, as tomadas de decisões do sujeito se amparam na percepção, com base nesta sua visão de mundo.

Assim, visando mensurar as percepções relacionadas às mudanças proporcionadas com a migração e o acolhimento, no país de destino, foi utilizado, como instrumento de

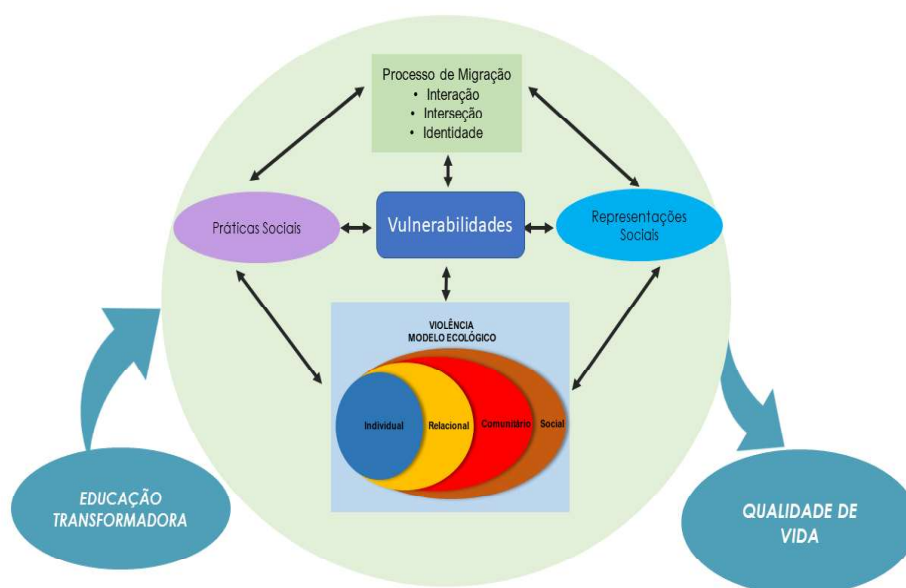
medida a Escala de Mudanças Percebidas (EMP), adaptada e validada, no Brasil, por Bandeira *et al.* (2011).

Segundo os autores, a escala possui 19 itens, com alternativas de respostas dispostas em escala Likert, de 3 pontos, sendo 1 = pior do que antes, 2 = sem mudança e 3 = melhor do que antes. A EMP permite avaliar as mudanças percebidas pelo indivíduo, em três domínios da sua vida, que são: *Self* e Relacionamentos, Saúde Física e Condições de Vida.

2.7 Confluência das Teorias

Diante do exposto, conforme Figura 10, é possível verificar uma confluência entre as teorias/modelos que fundamentam a pesquisa em questão, que são: Processos Migratórios; Práticas Sociais; Representações Sociais; Vulnerabilidades; Violência; Educação; e Qualidade de Vida.

Figura 10 - Confluência das Teorias



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Reconhece-se que o indivíduo, independentemente da situação vivenciada, almeja ou tem como propósito alcançar uma melhor qualidade de vida, que pode ser vista por um melhor bem-estar, maior satisfação com a vida e felicidade (Minayo; Hartz; Buss, 2000).

Na condição de “mulher migrante/refugiada em situação de violência”, o propósito não será diferente, pois ela se encontra diante de um processo de migração, cujas categorias

de análise básicas são: integração, interação e identidade que, geralmente, conduz a uma realidade de vulnerabilidades, com probabilidades de culminar em ocorrências de violência, considerando as representações e práticas sociais vivenciadas.

Assim, pressupõe-se que as pessoas possam alterar o microambiente de convivências, de precariedades e fragilidades e alcançar melhor qualidade de vida, caso tenham acesso a um sistema educacional transformador, que de acordo com Freire (1996), pode propor uma conscientização conferindo ao indivíduo autonomia nas decisões, de modo a intervir na realidade, modificando-a.

Desse modo, a inserção da educação transformadora, como elemento de análise do estudo, deriva-se da hipótese de que as mulheres refugiadas, que participaram de programas educacionais, que objetivam prepará-las para situações comunicacionais cotidianas, em vários ambientes e, ainda, ampliar os seus conhecimentos quanto à formação da sociedade brasileira, podem se prevenir contra diversos episódios de violência e, por consequência, ter uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil - subsídios para elaboração de políticas**. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

ADEDEJI, Adekunle; SILVA, Neuza; BULLINGER, Monika. Cognitive and Structural Social Capital as Predictors of Quality of Life for Sub-Saharan African Migrants in Germany. **Applied Research in Quality of Life**, v. 16, n. 1, p. 1003-1017. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11482-019-09784-3>. Acesso em: 24 out. 2022.

AGER, Alastair; STRANG, Alison. Understanding Integration: A Conceptual Framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, p. 166–191, 18 abr. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/jrs/fen016>. Acesso em: 24 out. 2022.

ALMEIDA, Maria das Graças Blaya. **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

ALVES, Cláudia Beatriz Carrião. **Programa Mulheres Mil no Câmpus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás: uma possibilidade de inclusão social e acesso à educação**. 2015, 134 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Exatas e da Terra, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2015.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 629-638, ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>. Acesso em: 24 out. 2022.

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Social Exclusion and Inclusion in Modern Societies: a look into the situation in Portugal and in the European Union. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 219-240, jun. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282011000200003>. Acesso em: 24 out. 2022.

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: EMEDIATO, Wander, LARA, Gláucia; MACHADO, Ida (org.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

ANITHA, S. Legislating Gender Inequalities: the Nature and Patterns of Domestic Violence Experienced by South Asian Women with Insecure Immigration Status in the United Kingdom. **Violence against Women**, v. 17, n. 10, p. 1260–1285, out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801211414165>. Acesso em: 24 out. 2022.

AZEVEDO, Mariana de Souza. Mobilidade Humana e Integração Socioeconômica de Imigrantes no Brasil: **uma análise socioespacial da inserção de migrantes e refugiados no mercado formal de trabalho brasileiro**. 2024. 45 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Insper, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/890f4c36-ed6c-4013-b61b-785d4c8b8ebf/content>. Acesso 18 jun. 2025.

AZZOLINI, Marco Antonio Paulino. A teoria da violência de Johan Galtung: a relação entre violência estrutural, cultural e direta. **Revista Contraponto**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1–20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2358-3541.2024138208-pt>. Acesso em: 24 mai. 2025.

BANDEIRA, Marina de Bittencourt; ANDRADE, Mário César Rezende; COSTA, Cecília Silva; SILVA, Mônia Aparecida da. Percepção dos pacientes sobre o tratamento em serviços de saúde mental: validação da Escala de Mudança Percebida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 2, p. 236–244, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79722011000200004>. Acesso em: 24 out. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 449–469, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>. Acesso em: 24 out. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições, 2011.

BATISTA, Roberta Rangel; BONOMO, Mariana. Representações sociais de imigração e imigrantes em jornais britânico, franceses e alemães no ano 2012. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 432–453, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812017000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

BERRY, John W. **Conceptual approaches to acculturation**. Washington: American Psychological Association, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria das ações**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL **Resolução CNS nº 466, 12 de dezembro de 2012**. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 14 out. 2022.

BRITTO, Maria Paula; GOMES, Vanessa de Azevedo; DELGADO, Ana Luíza; MARINHO, Roberty Douglas. Gênero e Refúgio: Um Estudo do Deslocamento Feminino nos Países do Triângulo Norte da América Central e México à Luz da Perspectiva Feminista das Relações Internacionais. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 13, n. 24, p. 156-176, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/98852>. Acesso em: 27 jan. 2025.

BRONFENBRENNER, Urie. A ecologia do desenvolvimento humano: **Experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/tp2013.2-16>. Acesso em: 18 out. 2022.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. 1-14, 26 mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>. Acesso em: 18 out. 2022.

CARMO, Nilva Celestina do. Programa Mulheres Mil: **uma análise multidimensional**. 2019, 158 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: <http://locus.ufv.br/handle/123456789/25859>. Acesso em: 17 maio 2025.

CAMPOS, Maryane Oliveira; RODRIGUES NETO, João Felício. Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 32, n. 2, p. 232-240, ago. 2008. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/1438/1075>. Acesso em: 18 out. 2022.

CAMPOS, Rosa Ludy Arias; RENGIFO, Martha Leonor Ayala; MEZA, Cristhian James Díaz. Reflexiones sobre el derecho a la educación y sus perspectivas en el marco del desarrollo humano. **Revista Lasallista de Investigación**, v. 8, n. 1, p. 117–125, 2011. Disponível em: <https://revistas.unilasallista.edu.co/index.php/rldi/article/view/85>. Acesso em 18 out. 2022.

CANOTILHO, Ana Paula; ARAUJO, Neusa Farias; OLIVEIRA, Sandra Mara Tabosa de. A contribuição da Escola para a emancipação das mulheres. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 7, n. 12, p. 91-102, 7 out. 2014. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2957>. Acesso em 18 out. 2022.

CASTLES, Stephen; KORAC, Maja; VASTA, Ellie; VERTOVEC, Steven. Integration: **Mapping the field**. 2002. Disponível em: <https://forcedmigrationguide.pbworks.com/w/page/7447907/Integration%3A%20Mapping%20the%20Field>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio De; LINS, Gabriel de Oliveira Accioly; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Atlas da Violência**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>. Acesso em: 29 maio. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: **modos de organização**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CHAUDHURI, Soma; MORASH, Merry; YINGLING, Julie. Marriage migration, patriarchal bargains, and wife abuse: A study of South Asian women. **Violence against women**, v. 20, n. 2, p. 141–161, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1077801214521326>. Acesso em: 24 out. 2022.

CHOI, Ga-Young; BYOUN, Soo-Jung. Domestic violence against migrant women in South Korea: addressing the needs of a uniquely situated victim population in domestic violence policy. **International Social Work**, v. 57, n. 6, p. 645-660, 2014. Disponível em: <https://scholarworks.uni.edu/facpub/1348>. Acesso em: 24 out. 2022.

COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos: convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Convenção de Belém do Pará. 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 9 nov. 2022. **CONIF** – Editais. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/editais>. Acesso em: 29 maio 2025.

CORTES, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, p. 59-79, 2015. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/351> . Acesso em: 9 nov. 2022.

COSTA, Marli M. M.; SCHWINN, Simone Andrea. Desafios às Políticas Públicas no campo da Violência de Gênero contra Mulheres Migrantes e Refugiadas. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2017. Disponível

em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/17719/4593>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CRISTIANO, Maciel; MARTINS, Sônia de O. A interação movimentos sociais/educação. **Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, 2008. Disponível: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/macielcristiano.pdf> Acesso em: 10 nov. 2022.

DADALTO, Maria Cristina. A Representação Social sobre a imigração na mídia brasileira – **Mapeamento e análise dos discursos comunicacionais**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

DAY, Vivian Peres; TELLES, Lisieux Elaine de Borba; ZORATTO, Pedro Henrique; AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; MACHADO, Denise Arlete; SILVEIRA, Marisa Braz; DEBIAGGI, Moema; REIS, Maria da Graça; CARDOSO, Rogério Göettert; BLANK, Paulo. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 1, p. 9-21, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003. Acesso em: 27 jun. 2025.

DIAS, Adalgisa de Oliveira Silva. **Violência contra a mulher: Opressão e Omissão. Um Grito de Liberdade**. 2018. Disponível em: <https://adalgisaoliveira.jusbrasil.com.br/artigos/339915300/violencia-contra-a-mulher-opressao-e-omissao-um-grito-de-liberdade>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Dicionário. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 30 maio 2025.

DUARTE DANTAS, Sylvia; UENO, Laura; LEIFERT, Gabriela; SUGUIUR, Marcos. Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. REMHU – **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 18, n. 34, p. 45–60, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042011004.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGEL, Cíntia Liara. **A Violência contra a mulher**. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10313>. Acesso em: 8 nov. 2022.

EREZ, Edna; ADELMAN, Madelaine; GREGORY, Carol. Intersections of immigration and domestic violence: Voices of battered immigrant women. **Feminist criminology**, v. 4, n. 1, p. 32–56, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1557085108325413>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FERNANDES, Sheyla Christine Santos; MARTINS, Marcikele Nascimento; ROCHA, Samyra Araújo Ferro; ESTRAMIANA, José Luis Álvaro; BILBAO-NIEVA, M. Isidora; VIONE, Katia Corrêa; ANTÔNIO, Mery José; MALOA, Benvindo Felismino Samuel. Violência de gênero contra mulheres: uma revisão de escopo da produção científica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. 345-360, 2025.

FERREIRA, Guilherme Grava. **PaperTool: uma ferramenta para suporte à Revisão Sistemática da Literatura**. 2019. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANKEN, Ieda; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; RAMOS, Natália. Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes. **Estudos de Psicologia**, v. 26, p. 419–427, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400002>. Acesso em: 9 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, p. 183–184, 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018. Acesso em: 9 nov. 2022.

GIBNEY, Matthew. Human Development Research Paper 2009/10 Precarious Residents: Migration Control, Membership and the Rights of Non-Citizens. **United Nations Development Programme**, 2009. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdrp_2009_10.pdf. Acesso em: 23 set. 2021.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. California: University of California Press, 1984.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓES, Eva Dayane Almeida de; BORGES, Adriana Vilas Bôas. Entre a cruz e a espada: múltiplas violências contra mulheres refugiadas. **SER Social**, v. 23, n. 49, p. 318–337, 30 jul. 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/35871. Acesso em: 18 jun. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Apicuri: PUC-Rio, 2016.

HARDING, Sandra. Introduction: Is there a feminist method? **Feminism and Methodology**, v. 1, n. 45, p. 1–14, 1987. Disponível em: <http://rzukausk.home.mruni.eu/wp-content/uploads/harding.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2025.

HASS, Giselle Aguilar; DUTTON, Mary Ann; ORLOFF, Leslye E. Lifetime prevalence of violence against Latina immigrants: Legal and policy implications. **International Review of Victimology**, United Kingdom, v. 7, n. 1–3, p. 93–113, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/026975800000700306>. Acesso em: 18 jun. 2025.

HEISE, Luise. Violencia contra la mujer. La cara oculta de la salud. Programa Mujer, Salud y Desarrollo, **Washington: Organización Panamericana de la Salud**, 1994.

Instituto Maria da Penha - IPM. **Tipos de violência**. Disponível em: <https://institutomariadapenha.org.br>. Acesso em 18 jun. 2025.

IOM. **World Migration Report 2020**. Genebra: IOM, 2020.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In: As representações sociais*, v. 17, p. 44, 2001.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart M. **Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering**. p. 1–57, 2027. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/302924724_Guidelines_for_performing_Systematic_Literature_Reviews_in_Software_Engineering. Acesso em: 30 maio 2025.

KIWANUKA, Monica. The Effect of Migration on Urban Migrant Women's Perceptions of Domestic Violence. 2008, 116 f. **Thesis (Master in Arts, in forcepd Migration) University of the Witwatersrand**, Johannesburg, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/39665695.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2022.

KUHLMAN, Tom. The economic integration of refugees in developing countries: a research model. **Journal of refugee studies**, v. 4, n. 1, p. 1–20, 1991. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article-abstract/4/1/1/1549071>. Acesso em: 16 ago. 2022.

LAUORE, Nahomie. **Representação social dos imigrantes haitianos na Folha de São Paulo**. 2013. Monografia - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 14, n. 26/27, p. 151–166, 2006. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39>. Acesso em: 16 ago. 2022.

LOPES, Líliam Dos Reis. Violência intrafamiliar: suas formas e consequências. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 05, v. 05, p. 161-173. Maio de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2021/05/violencia-intrafamiliar-1.pdf>. Acesso em: 18 jun 2025.

- LOPEZ, Ana Paula de Araújo; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. **Iniciativas Jurídicas e Acadêmicas Brasileiras para o Acolhimento de Imigrantes Deslocados Forçados**. p. 1–13, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330635043_Iniciativas_Juridicas_e_Academicas_Brasileiras_para_o_Acolhimento_de_Imigrantes_Deslocados_Forçados. Acesso em: 13 nov. 2022.
- LOURENÇO, Rosenery Loureiro; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Teorias da prática social para pesquisas em contabilidade gerencial: possibilidades a partir de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 15, n. 35, p. 204–232, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p204>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- MACHADO, Dinair Ferreira; ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini De; DIAS, Adriano; BERNARDES, João Marcos; CASTANHEIRA, Elen Rose Lodeiro. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 483–494, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/df3JtSNGJqWL7rNYKwRDnCJ/>. Acesso em: 6 out. 2022.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- MAYOCK, Paula; SHERIDAN, Sarah; PARKER, Sarah. Migrant women and homelessness: The role of gender-based violence. **European Journal of Homelessness**, v. 6, n. 1, p. 59–82, 2012. Disponível em: <https://www.feantsaresearch.org/download/article-3-44464520364946263931.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.
- MENDONÇA, Roberta Rayza Silva de. **Direitos Humanos e refúgio: vivências de mulheres refugiadas nos países de acolhimento**. 2019. 241 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35845>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- MENJIVAR, Cecilia; SALCIDO, Olivia. Immigrant women and domestic violence: Common experiences in different countries. **Gender & Society**, v. 16, n. 6, p. 898–920, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/089124302237894>. Acesso em: 8 out. 2022.
- METZEM, E.; WILLIAMS, F. L.; SHULL, J.; KEEFE, D. R. **Quality of life as affected by area of residence**. I Project description. Columbia, University Missouri, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Reserch Bulletin, 1036).
- MIGRATION, International Organisation For. **Handbook on protection and assistance for migrants vulnerable to violence, exploitation and abuse**. Geneva: IOM Geneva, Switzerland, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 7–18, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>. Acesso em: 8 out. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINELLA, I. F. S.; ALVES, P. R. R. **O Gênero e o Refúgio: As Vulnerabilidades enfrentadas pelas Mulheres Refugiadas no Brasil**. IASC, 2023. Disponível em: <https://iasc.org.br/2023/04/o-genero-e-o-refugio-as-vulnerabilidades-enfrentadas-pelas-mulheres-refugiadas-no-brasil>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MORÉN-ALEGRET, R. Beyond immigrants, Marx and immigration. *In: Simpósio Migrações: nações, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo, UGI Departamento de Geografia da USP, 1999.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. *In: Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTA, Daniele Monteiro. **Representações sociais, mídia e violência: a “construção” dos migrantes e migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e da Folha de S. Paulo**. 2019. 184f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Universidade Federal de Roraima. Boa Vista, 2019.

NIETSCHE, Elisabeta Albertina; BACKES, Vânia Marli Schubert; COLOMÉ, Clara Leonida Marques; CERATTI, Rodrigo do Nascimento; FERRAZ, Fabiane. Tecnologias educacionais, assistenciais e gerenciais: uma reflexão a partir da concepção dos docentes de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 344-352, jun. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692005000300009>. Acesso em: 24 out. 2022.

OIM. Protocolo de Assistência a Migrantes em situação e vulnerabilidade. Brasília: Organização Internacional para as Migrações no Brasil (OIM), 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/GLO-ACT/OIM_Protocolo_1.pdf. Acesso em: 14 out. 2022.

OIM. Manual de la OIM sobre Protección y Asistencia para Personas Migrantes Vulnerables a la Violencia, la Explotación y el Abuso. Spanish: International Organization for Migration, 2020. Disponível em: <https://publications.iom.int/es/node/3141>. Acesso em: 17 out. 2022.

OLIVEIRA, Gilvan Müller; SILVA, Julia Izabelle. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? **Gragoatá**, v. 22, n. 42, p. 131–153, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33466>. Acesso em: 17 out. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

ORTIZ, Karen Bettina Ikeda de. **As políticas do Banco Mundial e a educação da mulher trabalhadora**. 2014, 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento; GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; LIRA, Margaret Ollinda de Souza Carvalho E; CARVALHO, Milca Ramaiane da Silva; SILVA, Rudval Souza Da. Women experiencing the intergenerationality of conjugal violence. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 23, p. 874–879, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/d375TF8qJCLBKBVZFzjNyWF/>. Acesso em: 17 out. 2022.

PALOMA, Virginia; ESCOBAR-BALLESTA, Marta; GALVÁN-VEGA, Blanca; DÍAZ-BAUTISTA, Juan Diego; BENÍTEZ, Isabel. Determinants of Life Satisfaction of Economic Migrants Coming from Developing Countries to Countries with Very High Human Development: a Systematic Review. **Applied Research in Quality of Life**, v. 16, n. 1, p. 435–455, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11482-020-09832-3>. Acesso em: 17 out. 2022.

PAPARUSSO, Angela. Studying Immigrant Integration Through Self-Reported Life Satisfaction in the Country of Residence. **Applied Research in Quality of Life**, v. 14, n. 2, p. 479–505, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11482-018-9624-1>. Acesso em: 17 out. 2022.

PEREIRA, Renata Junqueira; COTTA, Rosângela Minardi Mitre; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro; RIBEIRO, Rita de Cássia Lanes; SAMPAIO, Rosana Ferreira; PRIORE, Silvia Eloiza; CECON, Paulo Roberto. Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 28, p. 27–38, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/6XN7kRNr6QjQqd93NKzh7Gy/>. Acesso em: 17 out. 2022.

PEREIRA, Marco; MELO, Cláudia; GAMEIRO, Sofia; CANAVARRO, Maria Cristina. Estudos psicométricos da versão em Português Europeu do índice de qualidade de vida EUROHIS-QOL-8. **Laboratório de Psicologia**, v. 9, n. 2, p. 109–123, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14417/lp.627>. Acesso em: 17 out. 2022.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, p. 241–250, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092012000200007>. Acesso em: 17 out. 2022.

PEREIRA, Paula dos Santos. **Mulheres em Situação de Violência: percepções sobre a perpetuação da violência em suas vidas**. 2017, 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Catarina Come-Gente. **Imaginário**, n. 4, p. 48-58, 1998. Disponível em: <https://sites.usp.br/labi-ipusp/revista-imaginario/>. Acesso em: 17 out. 2022.

PIPER, Nicola. Wife or worker? Worker or wife? Marriage and cross-border migration in contemporary Japan. **International journal of population geography**, v. 9, n. 6, p. 457–469, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/ijpg.309>. Acesso em: 17 out. 2022.

PNUD. Relatório do desenvolvimento humano 2019. **Além do rendimento, além das médias, além do presente**: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York: United Nations New York, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

RAMBO, Analise G.; BASTIAN, Lilian; CONTERATO, Marcelo A.; CASARIL, Jardel; RÉ, Megui F. Del; GOMES, Carla A.; RADUNZ, Amanda F. O.; SCHNEIDER, Sérgio. O Índice de Condições de Vida (ICV): construindo metodologias de análise e avaliação de dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 68–94, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141545/000990296.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial>. Acesso em: 30 maio 2025.

REIGADA, Carolina Lopes de Lima. **Violência contra migrantes e refugiadas**. 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/violencia-contramigrantes-e-refugiadas/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

REINERT, Max. Alceste, une méthode statistique et sémiotique d’analyse de discours : application aux ”Rêveries du promeneur solitaire”. **Revue Française de Psychiatrie et de Psychologie Médicale**, v. 5, n. 49, p. 32–36, 2001. Disponível em: <https://hal.science/hal-04242207>. Acesso em: 30 maio 2025.

RIBEIRO, Daniela Menengoti Gonçalves; ANDRADE, Flavia Kriki de. Refúgio de mulheres no Brasil: o que dizer sobre a (des)igualdade de gênero e os direitos da personalidade. **Prisma Jurídico**, v. 22, n. 1, p. 57–73, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/20524>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ROGERSON, R. J. Environmental and health-related quality of life: conceptual and methodological similarities. **Social Science & Medicine** (1982), v. 41, n. 10, p. 1373–1382, 1995. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/0277-9536\(95\)00122-n](http://dx.doi.org/10.1016/0277-9536(95)00122-n). Acesso em: 27 jan. 2025.

ROMERO, Tereza Incháutegui; FERRETO, Edith Olivares. **Modelo ecológico para una vida libre de violencia de género**. México: Nacional para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres, 2011.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José De. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 629–646, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302009000400002>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ROSA, Stela Marcia Moreira. **Reconhecimento de saberes no programa mulheres mil: entre a colonialidade do poder e de gênero**. 2016, 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RUEDIGER, Marco Aurélio; LUZ, Margareth da; COUTO, Maria Isabel MacDowell; FERNANDES, Janaina de Mendonça; OLIVEIRA, Wagner Faria de; BARBOSA, Bárbara Barros; ROTENBERG, Marcelo. **Expatriados, imigrantes e refugiados no Brasil: trajetórias e estratégias de integração econômica e social**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas – FGV/DAPP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2551b0fc-ae0b-4492-ab4b-d980d5c88bc2/content>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SAGOT, Montserrat; CARCEDO, Ana. **Ruta Crítica de las Mujeres Afectadas por la Violencia Intrafamiliar en América Latina: Estudios de caso de 10 países**. 2000.

Disponível em:

<https://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/jspui/bitstream/123456789/160/1/RCIEM141.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2023

SANT'ANA, Maíra Ferreira. **A migração de venezuelanos para o Brasil: representações sociais e imaginários (socio)discursivos em narrativas de vida e textos jornalísticos**. 2022, 363 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, v. 1, 2002.

SCHMIDT, Silke; MÜHLAN, Holger; POWER, Mick. The EUROHIS-QOL 8-item index: psychometric results of a cross-cultural field study. **European Journal of Public Health**, v. 16, n. 4, p. 420–428, 2006. Disponível em:

<https://academic.oup.com/eurpub/article/16/4/420/644306>. Acesso em: 24 out. 2022.

SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli Marlene Moraes da. Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias da ACNUR no combate a essa violência. **Revista Signos**, v. 37, n. 2, p. 216–234, 2016.

Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/1100>. Acesso em: 24 out. 2022.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, v. 8, n. 13, p. 128–133, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6719>. Acesso em: 24 out. 2022.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, p. 556–571, 2010. Disponível em:

http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300009. Acesso em: 24 out. 2022.

SILVA, Rayna Sargem da. **A globalização da educação no século XXI: uma análise da relação entre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os**

recentes fluxos migratórios no Brasil. 2020. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

SILVA, Adélia Verônica. Os (is) imperativos da Migração Internacional: Integração, inserção e Identidades. *In: Migrações e suas subjetividades.* Belo Horizonte: Mosaico Produção Editorial, 2022.

SILVEIRA, Tatiana Teixeira; SILVEIRA, Viviane Teixeira. **Governamentalidade Neoliberal e Política Social de Inclusão e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica:** O Programa Mulheres Mil. 2017. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br> Acesso em: 22 jan. 2023.

SINVAL, Jorge; SIRGY, M. Joseph; LEE, Dong Jin; MARÔCO, João. The Quality of Work Life Scale: Validity Evidence from Brazil and Portugal. **Applied Research in Quality of Life**, v. 15, n. 5, p. 1323–1351, 2020. Disponível em: <http://www.scopus.com/inward/record.url?scp=85066804555&partnerID=8YFLogxK>. Acesso em: 29 maio 2025.

SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. Composição da sociabilidade violenta no Brasil. **Revista de C. Humanas**, v. 14, n. 1, p. 175–190, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3931>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SOUZA, Jacqueline de; KANTORSKI, Luciane Prado; VILLAR LUIS, Margarita Antonia. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem** (Online), 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5252>. Acesso em: 25 mar 2025.

TAIBO, S. DE M. D.; NETO, H. P. Relação entre migração e extrativismo artesanal nos países em desenvolvimento: o caso de Moçambique. **Revista Geo Sertões**, v. 5, n. 9, p. 120–136, 2020. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/1442/pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TOSCANO, Walter N.; MOLGARAY, Damian. The research studies on quality of life in South America. **Applied Research in Quality of Life**, v. 14, p. 573-588, 2019. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2018-13610-001>. Acesso em: 10 nov 2022.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEYTRIGNET. **As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana.** Direitos Humanos, Direito Humanitário, Direito dos Refugiados - CICV. 2004. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/direitos-da-pessoa-humana.htm>. Acesso em: 14 out. 2022.

TONHATI, Tânia; MACEDO, Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 4, n. 2, p. 125-155, 2020. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35905. Acesso em: 14 out. 2022.

UNIC RIO. **Mulheres refugiadas e migrantes têm direito a trabalho digno, diz ACNUR**. 2017. Disponível em: <https://unicrio.org.br/mulheres-refugiadas-e-migrantes-tem-direito-a-trabalho-digno-diz-acnur/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

UNRIC. Centro Regional de Informações das Nações Unidas (org.). **Mensagem do Secretário-Geral para o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres**, 25 de novembro de 2015. 2015. Disponível em: https://www.acn.org.br/relatorio-oucarn-o-grito-delas/?gclid=Cj0KCQiApb2bBhDYARIsAChHC9tfkI3Gw6ddn4O8aH7jY5F9WCWwY_prkPRqiq8jw6gunQ__SqR3rv4aAq_WEALw_wcB. Acesso em: 23 jun. 2022.

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; POZZOBON, Felipe Ayres; CAS, Andressa Rocha da; MORAES, Otávio Ferreira; ROCHA, Amanda Mayer da; FERRAZ, Raul Corrêa. Instrumentos de autorrelato para avaliar traços antissociais medem o que objetivam medir? **Revista Avaliação Psicológica**, v. 17, n. 2, p. 163-169, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712018000200002. Acesso em: 23 jun. 2022.

VERGO, Terezinha Maria Woelffel. **Autonomia e empoderamento das mulheres usuárias das políticas públicas sociais**: algumas considerações a partir das teorias políticas feministas no trato dos conceitos de empoderamento e autonomia para as mulheres. 18 Redor. Recife: UFRPE, 2014.

VERGUEIRO, Ana Caroline Barbosa; SAAD, Carla Santiago Souza; MACEDO, Cibele Monteiro; BARRIENTOS, Dora Mariela Salcedo; SILVA, Leticia Aparecida Lopes Bezerra da; BRAGA, Priscila Mazza de Faria. Percepção de mulheres imigrante sobre a situação de violência de gênero vivenciada: **Revisão Integrativa**. CIAIQ2019, v. 2, p. 1600–1609, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331234567_Percepcao_de_mulheres_imigrantes_sobre_a_situacao_de_violencia_de_genero_vivenciada_revisao_integrativa. Acesso em: 23 jun. 2022.

VERÍSSIMO, Danilo Saretta. Fenomenologia da percepção: fundamentos teóricos e cenários de investigação. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2021>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VIÑAS-BARDOLET, Clara; GUILLEN-ROYO, Monica; TORRENT-SELLENS, Joan. Job Characteristics and Life Satisfaction in the EU: a Domains-of-Life Approach. **Applied Research in Quality of Life**, v. 15, n. 4, p. 1069–1098, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s11482-019-09720-5>. Acesso em: 23 jun. 2022.

WEDEKIND, Volker; FAKOUSH, Haya; ALLA-MENSAH, Joyceline. **Human migration and TVET**. UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unevoc.unesco.org/pub/30002-eng.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZOLTOWSKI, A. P. C.; COSTA, A. B.; TEIXEIRA, M. A. P.; KOLLER, S. H. Qualidade Metodológica das Revisões Sistemáticas em Periódicos de Psicologia Brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 97–104, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/L7CvnCh4KJVhgenkLKnTtFc/>. Acesso em: 14 out. 2022.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Artigo 1 - As diretrizes políticas, as ações e os projetos educacionais propostos para o público refugiado no Brasil: uma revisão sistemática com metanálise¹⁸.

Resumo: O presente artigo teve por objetivo revisar sistematicamente os resultados de estudos sobre as diretrizes políticas, ações e projetos educacionais propostos para o público refugiado/migrante, no Brasil. A revisão foi desenvolvida seguindo as recomendações do guia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and MetaAnalyses* – PRISMA. A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados eletrônicas *Scopus*, *Scielo* e *Web of Science Core Collection*. A estratégia de busca foi estruturada de acordo com o axioma PICOS (População, Intervenção, Comparação, Desfecho e Tipo de Estudo). Foram identificados 148 (cento e quarenta e oito) artigos, dos quais 18 foram selecionados. A extração dos dados dos textos completos foi efetuada em duas etapas. A primeira foi realizada pela pesquisadora, e a segunda etapa utilizou-se de inteligência artificial, uma ferramenta *online* intitulada “Chatpdf”. A qualidade metodológica foi avaliada com base no instrumento *Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology* – STROBE. Como desfecho, percebe-se que pesquisas relacionadas às políticas públicas, envolvendo ações educativas voltadas para refugiados/migrantes, ainda são escassas. Destaca-se a ausência de diretrizes específicas, em ações educativas pontuais que incentivem a integração e reconstrução da vida dos refugiados.

Palavras-chave: Refugiado; Migrante; Ações educativas; Revisão Sistemática.

Proposed policy guidelines, actions and educational projects for refugees in Brazil: a systematic review with meta-analysis

Abstract: The aim of this article was to systematically review the results of studies on political guidelines, actions and educational projects proposed for the refugee/migrant public in Brazil. The review was developed following the recommendations of the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and MetaAnalyses – PRISMA guide. The search for articles was carried out in the electronic databases Scopus, Scielo and Web of Science Core Collection. The search strategy was structured according to the PICOS axiom (Population, Intervention, Comparison, Outcome and Type of Study). 148 (one hundred and forty-eight) articles were identified, of which 18 were selected. Data extraction from full texts was carried out in two stages. The first was carried out by the reviewer (Nilva Celestina do Carmo), and the second stage used the online tool entitled “Chatpdf”. Methodological quality was assessed based on the Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology – STROBE instrument. As a result, it is clear that research related to public policies, which involve educational actions aimed at refugees/migrants, is still scarce. The absence of specific guidelines, in specific educational actions that encourage the integration and reconstruction of the lives of refugees, stands out.

¹⁸ Adaptação do artigo publicado na Contemporânea – *Revista de Ética e Filosofia Política* – *Qualis* CAPES 2017-2020: B1-ISSN: 2447-0961
<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/5104/4147>.

Keywords: Refugee; Migrant; Educational actions; Systematic Review.

1 INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno intrinsecamente humano, com raízes profundas na história da humanidade. Indivíduos sempre se deslocam de um lugar para o outro, impulsionados por uma variedade de fatores, como a busca por melhores condições de vida, a fuga da pobreza, a instabilidade política, conflitos armados e desastres ambientais (Mota, 2019).

Nesse contexto, por ser um fenômeno de grande repercussão para o Estado, com desdobramentos nos campos social, político, econômico, cultural e demais, a migração se torna uma matéria relevante e que, necessariamente, precisa ser discutida e anexada à agenda de políticas públicas, com regulamentações que apontem diretrizes, ações e mobilizações, visando a garantia de direitos humanitários.

Guerra (2017) destaca que, no Brasil, até a edição da Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, compreendia-se o estrangeiro como hóspede, partindo da identificação de quem era nacional. A partir da edição da referida lei, houve a transição de um modelo que vinculava o migrante/refugiado a uma lógica de segurança nacional para um modelo que consagra a proteção dos direitos humanos (lei de migração).

Ao chegar ao Brasil, o refugiado enfrenta dos problemas que vão do mais simples aos mais complexos. Entre as várias situações confrontadas no cotidiano dos refugiados, despontam especialmente as questões relacionada à saúde, trabalho e educação. Isso acontece devido a diferenças culturais e à dificuldade com a língua falada, considerando que a grande maioria dos refugiados não se comunica em português (França; Ramos; Montagner, 2019).

De acordo com Bógus e Rodrigues (2011), no contexto de avanços relacionados à proteção dos refugiados, o Brasil é reconhecido como um dos países mais solidários, que possui uma legislação moderna, cujo o acolhimento é realizado pelo Estado - vias formais, e pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) - vias informais, em convênio com a ACNUR. Essa junção do público com o privado forma Redes de Proteção que operam na implantação de políticas para os refugiados. De acordo com as autoras, mesmo o Brasil sendo um país com uma legislação de espírito humanitário, que se dispõe a promover o bem-estar, buscar a melhoria da vida pessoas e defender a dignidade humana, a realidade destas pessoas ainda é de vulnerabilidade, devido à ausência de condições econômicas e políticas públicas de integração desses sujeitos na sociedade.

Em razão da importância da temática importante e das práticas inerentes às políticas públicas, este artigo foi estruturado com o objetivo de examinar o conteúdo legal e político direcionado ao público refugiado, fazendo uso da revisão sistemática com metanálise.

2 MÉTODOS

2.1 Desenho do estudo

Foi realizada uma revisão sistemática, de acordo com as diretrizes do guia *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses* – PRISMA (Moher *et al.*, 2009) dos estudos sobre políticas e ações educacionais propostos para o público refugiado no Brasil. Para isso, foi elaborada a seguinte questão norteadora: quais são as diretrizes políticas, ações e projetos educacionais propostos para o público refugiado/migrante no Brasil?

Para a construção deste questionamento e dos critérios de inclusão, foi utilizado o axioma PICOS, a saber:

- a) P – *Patient* (População): refugiados/migrantes ou deslocados no Brasil
- b) I – *Intervention* (Intervenção): políticas, ações e projetos educacionais.
- c) C – *Comparison* (Comparação): sem comparação
- d) O – *Outcome* (Desfecho): os impactos dessas políticas e ações na qualidade de vida das mulheres refugiadas.
- e) S – *Study design* (Tipo de estudo): Estudos transversais, experimentais e observacionais.

2.2 Base de dados e estratégias de busca

As buscas de evidências foram realizadas nas bases de dados bibliográficos eletrônicos através do acesso remoto via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), do Portal de Periódicos da CAPES/MEC, conforme conteúdo assinado em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados eletrônicos *Scopus*, *Scielo* e *Web of Science Core Collection*.

Foram utilizados os idiomas das línguas portuguesa e inglesa. Não foram aplicados limites de data.

Na estratégia de busca, os descritores foram combinados com os operadores booleanos OR e AND e identificados por estarem relacionados ao tema e envolveram a seguinte *string* “refugiado” OR “deslocados” OR “migrante” OR “*migration*” AND “Ações educativas” OR

“education”. Ao longo da busca, a *string* foi sendo adaptada a cada engenho de procura, segundo sintaxe própria.

A busca foi realizada no dia 24 de abril de 2024, das 12h às 18h e no dia 21/05/2024, das 9 às 12h, e os itens encontrados estão dispostos na Tabela 2.

Tabela 1 – Estratégia de busca

Fonte de informações	Busca realizada	Itens encontrados	Data da busca
Scopus	(ALL ('refugiado' OR 'deslocados' OR 'migrante' AND 'migration') AND ALL ('ações AND educativas' OR 'education'))	11	24/04/2024
Scielo	((refugiado) OR (deslocados) OR (migrante) OR (migration)) AND ((Ações educativas) OR (education))	90	24/04/2024
Web of Science Core Colletion	(ALL=(“refugiado” OR “deslocados” OR “migrante” OR “migration”)) AND ALL=(“Ações educativas” OR “education”)	47	21/05/2024

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

2.3 Seleção dos Estudos

A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas: a primeira com base nos títulos e resumos, e a segunda a partir da leitura dos textos completos.

2.3.1 Critérios de inclusão e exclusão dos estudos

Os estudos foram exportados para o gerenciador de referências *Zotero*, onde para cada base de dados foi constituída uma pasta para armazená-los. Posteriormente, os trabalhos duplicados foram identificados e removidos pelo próprio gerenciador, e aqueles que o *software* não conseguiu identificar foram excluídos manualmente.

Foram elegíveis estudos observacionais e experimentais com dados disponíveis sobre as ações educativas para refugiados/migrantes, no Brasil, de qualquer sexo ou idade, publicados nos idiomas inglês e português.

Foram excluídos: a) por tipo de publicação - editoriais, resumos de conferências, capítulos de livros, dissertações e teses, notícias, notas e comentários; b) estudo fora da temática – que não se referiam a ações educativas e aqueles cuja população não composta por refugiados/migrantes.

2.4 Extração dos dados – Texto completos

Para extração dos dados dos artigos elegíveis, foi desenvolvido um formulário para registro construído em uma planilha eletrônica. Os dados extraídos foram: Título do artigo, autor, ano de publicação, periódico, objetivo do estudo, tipo de estudo, amostra, variáveis de exposição, instrumento utilizado para avaliar a exposição e o desfecho, principais resultados do estudo, conclusões e limitações do estudo.

A extração dos dados dos textos completos foi efetuada em duas etapas. A primeira foi realizada pela pesquisadora, e na segunda etapa, o utilizou-se da habilidade tecnológica da ferramenta de IA (Inteligência Artificial), uma inovação, intitulada “Chatpdf¹⁹”, disponível em: <https://chatpdf.pt/>, contendo cinco categorias de *prompts*²⁰, de acordo com os tipos de informações disponibilizadas pelos estudos:

- a) *Prompt 1* – Informações sobre a relação dos estudos selecionados com as ações educativas, no Brasil.
- b) *Prompt 2* – Informações sobre o método e a população do estudo.
- c) *Prompt 3* – Informações sobre o desfecho do estudo.
- d) *Prompt 4* – Informações quanto à qualidade metodológica do estudo e sua classificação, com base no instrumento STROBE.

2.5 Avaliação da qualidade do relato dos estudos

A qualidade do relato dos estudos incluídos foi avaliada, de forma adaptada, com base no instrumento *Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology* – STROBE (Malta *et al.*, 2010). De acordo com os autores, os itens que compõem este método são aqueles relacionados a informações que necessariamente deveriam estar presentes nos artigos científicos que descrevem estudos observacionais.

O *Checklist* STROBE é formado por 22 itens que oferecem um modelo de critérios de qualidades que podem ser aplicados em estudos observacionais. Os itens são categorizados em: Título e Resumo (itens- 1-2); Introdução (itens 3-4); Método (itens de 5-12); Resultados (itens 13-17); Discussão (itens 18-21); e Conclusão (item 22).

Para este trabalho, de modo adaptado, as análises foram realizadas por categorias, agrupando em cada uma delas, todos os critérios e realizando o estudo de modo mais generalizado. Para verificar o atendimento às categorias propostas, foram estabelecidas três

¹⁹O ChatPDF é uma ferramenta de inteligência artificial (IA) criada na Alemanha, que utiliza processamento de linguagem natural (PNL) para compreender e responder às dúvidas dos usuários.

²⁰*Prompts* = Comandos.

escalas de classificação, sendo elas “atende” (se o estudo atendeu todos os 6 critérios – 100% a 85%), “atende parcialmente” (se o estudo atendeu até 3 critérios - 84% a 50%) ou “não atende” (se o estudo não atender pelo menos 3 critérios – abaixo de 50%).

2.6 Apresentação dos resultados

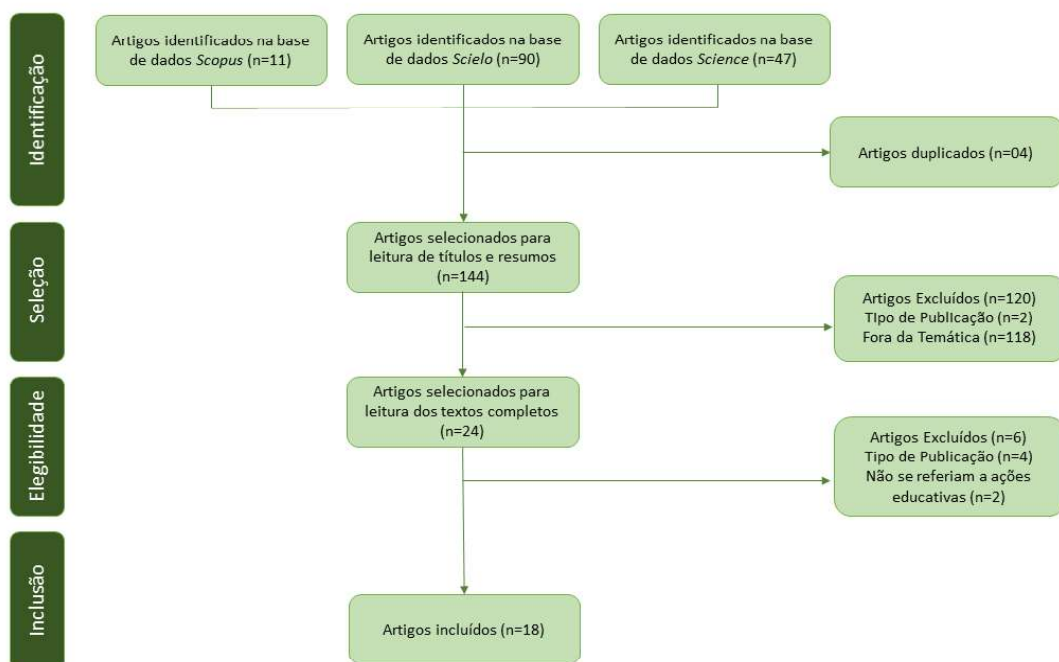
Os resultados das buscas, assim como todo o processo de seleção e elegibilidade dos estudos, incluídos e excluídos, foram apresentados por meio de fluxogramas, propostos no guia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and MetaAnalyses – PRISMA* (Page *et al.*, 2023).

A síntese, as interpretações e discussões dos dados foram apresentadas em tópicos específicos que compõem a revisão sistemática.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 148 (cento e quarenta e oito) artigos nas bases de dados pesquisadas (Figura 1). Após a remoção dos artigos duplicados (n=04), 144 títulos e resumos foram lidos; desses, 24 textos completos foram selecionados. Ao final, foram incluídos 18 artigos.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos (PRISMA)



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Quadro 1, a seguir apresentado, destaca as características dos estudos analisados, considerando a associação com ações educativas, a população envolvida, o método e o desfecho dos estudos.

Quadro 1: Característica dos estudos incluídos na revisão sistemática.

	Autor/Ano	Relação dos estudos selecionados com as ações educativas	Método de estudo	População do estudo	Desfecho do estudo
01	Fonseca (2009)	O artigo aborda ações resultantes de convênios e programas educacionais, com países de língua oficial portuguesa, que visam promover a cooperação acadêmica entre países. O artigo destaca a importância da formação acadêmica para contribuir para o desenvolvimento do país de origem.	Abordagem qualitativa, baseada em reflexões, análises e interpretações sobre a experiência dos estudantes.	Estudantes angolanos que participam de programas de intercâmbio acadêmico em instituições de ensino brasileiras.	O foco principal está na reflexão sobre a experiência dos estudantes em instituições de ensino superior no Brasil, abordando aspectos como o cenário histórico cultural, o percurso acadêmico e identitário desses estudantes.
02	Magalhães e Schilling (2012)	O artigo aborda a questão da educação dos imigrantes bolivianos em São Paulo, destacando os desafios e as barreiras enfrentadas por essa população no acesso à educação escolar. Além disso, ele discute a necessidade de políticas públicas e ações educativas que considerem as especificidades dos imigrantes bolivianos, visando garantir o direito à educação de forma efetiva e inclusiva.	Abordagem qualitativa, que incluiu análise da legislação nacional e internacional, revisão da literatura sobre migrações internacionais e direitos humanos, visitas a locais de convivência dos imigrantes bolivianos na cidade, encontros com representantes de organizações que atuam com o tema, e entrevistas com estudantes, mães, pais, professores(as) e funcionários(as) de escolas públicas da cidade de São Paulo.	A população do estudo incluiu imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo, bem como membros da comunidade escolar local, como diretores, professores e alunos. Foram realizadas 16 entrevistas gravadas, de forma individual ou coletiva, com esses participantes, a fim de capturar detalhes das relações e características em torno do acesso à educação e da integração dos imigrantes bolivianos nas escolas públicas da cidade.	O estudo sobre os imigrantes bolivianos em São Paulo revelou diversos desafios e barreiras enfrentados por essa população no acesso à educação escolar. Uma das questões destacadas foi a exigência de documentação que muitos imigrantes bolivianos não possuíam, dificultando sua matrícula nas escolas. Além disso, a burocracia e a falta de informações sobre como continuar os estudos foram apontadas como obstáculos significativos. A vulnerabilidade dessas pessoas, que vivem em situação irregular no Brasil, também foi ressaltada, pois poderiam sofrer sanções e deportação.
03	Lima e Feitosa (2017)	O artigo aborda a migração de estudantes africanos para o Brasil, por intermédio do Programa de Convênio Estudantil- PEC-G, que é uma iniciativa educativa do governo brasileiro. Este programa possibilita que estudantes estrangeiros,	O estudo envolveu uma abordagem qualitativa, exploratória, orientada pelo construcionismo social e pela psicologia social	A amostra inicialmente era composta por 18 estudantes africanos(as) vinculados(as) ao PEC-G, porém, devido a algumas	O estudo destacou que os participantes africanos(as) do Programa de Convênio Estudantil- PEC-G na universidade do Nordeste brasileiro mobilizavam seus discursos em um contexto em que os veteranos africanos desempenhavam

		principalmente africanos, tenham acesso ao ensino superior no Brasil.	discursiva. A pesquisa foi conduzida em uma universidade localizada no Nordeste do Brasil e contou com a participação de oito acadêmicos africanos(as) vinculados(as) ao Programa de Convênio Estudantil- PEC-G. A pesquisa analisa os significados e experiências desses estudantes, destacando a importância da educação e do acesso ao ensino superior como um meio de promoção social e realização de projetos pessoais e familiares.	limitações, a amostra final foi reduzida para oito participantes. A maioria dos estudantes estava matriculada em cursos de áreas exatas e tecnológicas, com idades variando entre 19 e 27 anos.	um papel importante na socialização dos calouros, gerando uma maior proximidade entre os estudantes do mesmo continente em comparação com os brasileiros. O estudo também ressaltou a importância de considerar a especificidade do local onde a pesquisa foi realizada, uma vez que as percepções e experiências migratórias podem variar de acordo com o contexto e a região em que os estudantes estrangeiros estão inseridos.
04	Ferreira (2020)	O artigo destaca como essa vivência influencia suas identidades, comportamentos e visões de mundo. Essa interação com a cultura brasileira e com outros estudantes pode ser considerada uma forma de ação educativa, pois contribui para a formação desses estudantes de maneira ampla, indo além do aspecto puramente acadêmico. Além disso, o contato íntimo e intenso com a sociedade de acolhida pode desencadear mudanças significativas nas identidades e subjetividades dos estudantes, resultando em um processo de circulação de informação e conhecimento de natureza científica e prática.	O estudo envolveu uma abordagem qualitativa. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo. Através desse método, foi possível explorar as percepções dos estudantes migrantes em relação aos processos de produção de diferença vivenciados durante sua estadia no Brasil, considerando as interações sociais com brasileiros e outros estrangeiros dentro e fora das universidades.	O estudo analisou dados qualitativos coletados entre trinta e cinco estudantes estrangeiros provenientes de países africanos, sul-americanos, caribenhos e europeus. Esses estudantes estavam frequentando cursos de graduação ou pós-graduação em universidades de diferentes cidades brasileiras, como Ananindeua, Belém, Brasília, Juiz de Fora, Macaé, Maceió, Natal, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Três Rios	O estudo revelou que os estudantes estrangeiros identificaram e selecionaram características positivas da "brasilidade", como sociabilidade, hospitalidade, afetuosidade, espontaneidade, otimismo, tolerância, alegria, criatividade, generosidade, simpatia e paciência, entre outros traços. Eles expressaram o desejo de incorporar essas características em suas próprias identidades, tornando-se pessoas diferentes pro meio dessa experiência migratória. Mesmo enfrentando dificuldades emocionais durante sua estadia no Brasil, os estudantes reconheceram a influência positiva da cultura brasileira em suas vidas, destacando mudanças linguísticas, culturais e comportamentais resultantes desse convívio.
05	Godin <i>et al.</i> (2020)	O artigo destaca a importância de se	Abordagem qualitativa,	Estudantes bolivianos, do	A instituição escolar não criou possibilidades

		promoverem práticas de integração de diferentes matrizes culturais na escola e destaca a necessidade de desenvolver estratégias para lidar com a diversidade cultural presente na sala de aula.	composta da metodologia etnográfica, observação participante e entrevistas.	ensino médio, em São Paulo.	pedagógicas. Observou-se ocorrência de essencializações e padronizações de identidade no discurso dos docentes, sem espaço para pensar em hidridização cultural ou na dinâmica das identidades em contato. Muitos estudantes bolivianos enfrentam dificuldades para se expressar na escola, sendo geralmente calados, retraídos e pouco participativos nas atividades propostas. Apesar da clara dificuldade dos estudantes com a língua portuguesa, a escola não possui iniciativas ou projetos especiais relacionados à aprendizagem do idioma, tratando os estudantes de forma homogênea e sem promover práticas que possibilitem uma escolarização adequada.
06	Alvarez e Pava (2021)	O artigo destaca que no Brasil, as crianças migrantes são consideradas sujeitos ausentes na agenda educacional, mesmo em períodos em que houve maior atenção à diversidade no sistema educativo brasileiro. Além disso, o artigo faz referência a pesquisas específicas realizadas no Brasil sobre a educação de crianças migrantes.	O estudo utilizou-se de uma abordagem qualitativa e analisou a acolhida de crianças migrantes nas escolas públicas da América Latina, destacando as formas atuais de compreender esse fenômeno com base na revisão da literatura acadêmica gerada sobre o assunto na região. A análise hermenêutica foi o método utilizado para examinar e caracterizar os sujeitos da infância migrante, seus territórios escolares e as categorias que explicam a acolhida de crianças migrantes e refugiadas nos	Crianças migrantes nas escolas públicas da América Latina. O estudo utilizou um corpus de 60 obras publicadas entre 2014 e 2020, o que indica uma abrangência temporal considerável na revisão da literatura sobre o acolhimento de crianças migrantes nas escolas públicas da América Latina.	Como resultado, o estudo problematizou o consenso sobre os temas de inclusão e interculturalidade, apontando para a complexidade e os desafios envolvidos na recepção de crianças migrantes e refugiadas nos espaços escolares e nos sistemas educacionais regionais.

			sistemas educacionais regionais.		
07	Caldas e Anache (2021)	O artigo sobre a entrevista com a Professora Roseli Fernandes Lins Caldas tem uma forte relação com ações educativas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inclusão de alunos em situação migratória e de refúgio no sistema educacional do país. O artigo destaca a importância da garantia de direitos a todos os alunos, incluindo os migrantes e refugiados, e ressalta a necessidade de estudos da Psicologia Escolar sobre essa temática.	O estudo utilizou-se de uma abordagem qualitativa. Identifica-se que o método de pesquisa provavelmente envolve supervisão de estágios em Psicologia Escolar, realização de pesquisas em escolas específicas e análise das relações de ensino-aprendizagem e da inclusão de alunos migrantes e refugiados.	A população do estudo provavelmente inclui alunos migrantes e refugiados, gestores(as) escolares, professores(as) e estagiários(as) de Psicologia Escolar que estão envolvidos no processo de inclusão educacional desses alunos em escolas localizadas em bairros da cidade de São Paulo, com grande contingente de estudantes migrantes.	O desfecho do estudo apresenta conclusões sobre a eficácia dos projetos de acolhimento e apoio às pessoas migrantes, a identificação de desafios enfrentados por gestores, professores e alunos na promoção da inclusão educacional, e a importância da valorização da diversidade cultural para estabelecer trocas de experiências entre nativos e imigrantes.
08	Ferreira; Lodetti; Borges (2021)	O artigo aborda a importância da educação e da inclusão universitária como ferramentas essenciais para apoiar imigrantes em situação de vulnerabilidade, como os haitianos, venezuelanos e sírios mencionados no estudo. Por meio da análise dos impactos psicológicos da imigração involuntária e das experiências de discriminação e rupturas de projetos de vida, o artigo ressalta a necessidade de políticas de inclusão nas universidades brasileiras para promover a integração e o desenvolvimento acadêmico desses imigrantes.	O estudo utilizou-se de uma abordagem qualitativa e analisou os impactos psicológicos da imigração involuntária em sujeitos oriundos do Haiti, da Venezuela e da Síria, que buscaram dar continuidade a seus projetos educacionais. Para a seleção dos participantes, foi utilizada a técnica de "Bola de Neve", que consiste em identificar novos participantes por meio de indicações dos participantes já entrevistados. Os critérios de inclusão abrangem narrativas sobre a trajetória	Sujeitos oriundos do Haiti, da Venezuela e da Síria, que buscaram dar continuidade a seus projetos educacionais, que envolveu a realização de entrevistas individuais com 10 imigrantes involuntários, sendo 5 residentes na Grande Florianópolis-SC e 5 na cidade de Foz do Iguaçu-PR, onde estudavam na UNILA	O estudo abordou diversos aspectos relacionados ao desfecho da pesquisa, destacando a necessidade de ações e políticas educativas para promoverem a inclusão e o aprendizado dos alunos imigrantes e refugiados na Educação Básica. Algumas informações relevantes relacionadas ao desfecho do estudo incluem: a) Necessidade de formação docente e b) Políticas públicas para acolhimento.

			acadêmica no país de origem e/ou no Brasil. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram roteiros semiestruturados e um formulário sócio demográfico intercultural para caracterização do perfil dos participantes.		
09	Ferreira e Detoni (2021)	O artigo aborda a importância da educação em saúde no contexto da migração. Ele destaca a necessidade de incluir no programa dos cursos da área da saúde temas sobre mobilidade humana e seus impactos, visando a melhoria do acolhimento aos imigrantes. Além disso, menciona a realização de ações educativas, como cursos de língua portuguesa para não brasileiros, semanas gastronômicas, jornadas de atenção à saúde, informações e orientações sobre direitos dos imigrantes e refugiados, atividades culturais diversas e eventos. Essas ações educativas contribuem para sensibilizar os profissionais de saúde e a comunidade em geral sobre as necessidades e desafios enfrentados pelos imigrantes na área da saúde.	A pesquisa utilizou uma abordagem multimétodo, incluindo entrevistas semiestruturadas. Além disso, foram realizadas observações participantes acompanhando as Agentes de Saúde Comunitárias (ACS) em alguns domicílios de imigrantes, empregando métodos etnográficos e etnografia multisituada para compreender melhor a interação entre os imigrantes e os profissionais de saúde. A pesquisa também envolveu conversas informais para coletar percepções sobre a recepção e o cuidado em saúde da população local aos imigrantes, buscando uma abordagem dialógica e aberta a negociações.	O estudo realizado na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, envolveu imigrantes majoritariamente haitianos que se estabeleceram entre 2012 e 2016, e com gestores municipais e grupos focais com Agentes de Saúde Comunitárias (ACS) de Unidades Básicas de Saúde (UBS) na região de Lajeado/RS.	O estudo sobre saúde e migrações no Sul do Brasil apontou a necessidade de desnaturalizar a doença associada ao corpo dos imigrantes e as representações das migrações como vetores de adoecimento. Além disso, destacou a importância de incluir temas sobre mobilidade humana e seus impactos nos programas de cursos da área da saúde para melhorar o acolhimento aos imigrantes na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Este trabalho também ressaltou as dificuldades em oferecer um serviço adequado aos novos imigrantes em um contexto de serviços de saúde precários para as populações locais. Portanto, suas conclusões do estudo enfatizam a importância de políticas de saúde e de formação em saúde que considerem as necessidades específicas dos imigrantes para garantir um acolhimento adequado e promover a qualidade de vida e o bem-estar de todos os indivíduos na região.
10	Lages e Bulla (2021)	O artigo aborda especificamente as estratégias de acolhimento de migrantes no sistema de educação pública do Brasil e faz uma reflexão crítica sobre os conceitos subjacentes. Ele discute como o governo brasileiro,	O artigo utiliza-se de uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa exploratória que analisa as estratégias de	A população do estudo inclui migrantes contemporâneos no Brasil, com foco nas políticas educacionais e nas ações	Como desfecho o artigo destaca que, devido à ausência de uma política educativa federal específica para os migrantes contemporâneos, os governos estaduais tendem a subestimar a importância dos migrantes e a ignorar

		<p>por meio de políticas e marcos legais não específicos e centralistas, tende a considerar as pessoas vulneráveis, neste caso os migrantes, problemas sociais. Além disso, destaca como os preconceitos raciais e econômicos influenciam a percepção dos migrantes dos países vizinhos como parte do problema educacional.</p>	<p>acolhimento de migrantes no sistema de educação pública do Brasil. Para investigar essa questão, os autores coletaram dados do Censo Escolar Brasileiro de 2019, realizaram consultas aos Departamentos de Educação dos 27 estados federativos do Brasil e analisaram os sites oficiais dos diversos governos estaduais.</p>	<p>governamentais relacionadas à inclusão educativa desses migrantes.</p>	<p>seu potencial cultural, econômico, social e intelectual. Os dados analisados indicam que as políticas públicas estão lentamente mudando essa perspectiva para uma apreciação equitativa das diferenças, mas ainda não impactam a educação dos migrantes de forma significativa. Além disso, o estudo desafia a noção de que o Brasil é um país acolhedor para todos os migrantes, destacando a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos migrantes contemporâneos. Os autores apontam para a importância de políticas que reconheçam a diversidade cultural e social dos migrantes e que promovam a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos.</p>
11	Magalhães <i>et al.</i> (2021)	<p>O artigo aborda a relação entre a educação e migrações internacionais, com foco nas crianças imigrantes e/ou refugiadas no contexto brasileiro. Ele destaca a importância de acolher essas crianças nas instituições educacionais como sujeitos históricos em processo de integração no novo país. Além disso, discute a necessidade de garantir o direito à educação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A pesquisa também aponta para a escassez de estudos sobre a relação entre educação e migrações internacionais no Brasil, destacando a importância de ampliar essas pesquisas e utilizar a teoria freireana como referencial.</p>	<p>O estudo apresentado no artigo utilizou uma abordagem metodológica qualitativa, que envolveu a realização de uma pesquisa bibliográfica exploratória, com leitura seletiva, crítica e interpretativa dos materiais coletados. A síntese integradora das informações foi realizada a partir da análise de artigos, teses e dissertações no período de 2010 a 2020, encontrados em bases de dados como Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Portal Capes), Biblioteca Brasileira de Teses e</p>	<p>A população de estudo incluiu crianças imigrantes e/ou refugiadas matriculadas na educação básica no Brasil, com um aumento significativo no número de matrículas de estrangeiros entre 2008 e 2016, conforme dados do censo escolar. Em 2019, o número de matrículas de estrangeiros havia aumentado para 130.067, com alunos principalmente provenientes da Venezuela, Haiti e Bolívia</p>	<p>O estudo apresentado no artigo destaca a importância da teoria freireana como um referencial importante para os estudos sobre a relação entre educação e migrações internacionais de crianças refugiadas. Apesar de identificar um número limitado de trabalhos que abordam essa temática, a pesquisa aponta para a necessidade de ampliação dos estudos nesse campo teórico em construção. A presença crescente de crianças imigrantes nas escolas brasileiras demanda uma reflexão mais aprofundada sobre como a educação pode contribuir para a integração e o desenvolvimento desses alunos.</p>

			Dissertações (BDTD), Google Scholar e Scientific Electronic Library (SciELO). A pesquisa buscou analisar a relação entre a educação e migrações internacionais dessas crianças, com base nas contribuições teóricas de Paulo Freire, visando compreender e propor ações de intervenção e proteção integral para esse grupo.		
12	Peres <i>et al.</i> (2022)	O artigo aborda a integração de estudantes refugiados e imigrantes haitianos nas universidades federais da região Sul do Brasil. Ele discute a importância de políticas e programas educacionais que possam preparar esses estudantes para o acesso e permanência na universidade, criando um ambiente de pertencimento e identidade.	O estudo utilizou a abordagem qualitativa, baseada no estudo de caso múltiplo nas universidades federais da região Sul do Brasil que possuem vínculo com a CSVM e processos seletivos especiais para o ingresso de estudantes refugiados e imigrantes haitianos. As universidades envolvidas foram a UFSM, UFRGS e UFPR.	A população do estudo consistiu em estudantes refugiados e imigrantes haitianos que foram aprovados nos processos seletivos especiais dessas universidades e que estavam matriculados em cursos de graduação. O estudo buscou verificar como as universidades acolhem esses estudantes após sua aprovação nos processos seletivos especiais, analisando as ações de acolhimento e integração oferecidas pelas instituições.	O estudo destacou que, embora os estudantes refugiados e imigrantes haitianos tenham acesso às universidades federais da região Sul do Brasil, as ações de acolhimento e integração são limitadas e isoladas. Isso dificulta a plena inclusão e integração desses estudantes. Recomenda-se aprimorar as ações com programas de acessibilidade linguística, atividades contra xenofobia, e capacitação em direitos humanos para os servidores, visando uma integração mais eficaz dos estudantes refugiados e imigrantes haitianos.
13	Sacaramucci e Diniz (2022)	O artigo aborda questões relacionadas à educação linguística e à formação de professores de línguas, destacando a importância da educação linguística ampliada e da educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. Além disso, discute a legislação brasileira sobre	O estudo utiliza-se de uma abordagem qualitativa ao abordar a avaliação de proficiência em português para processos de naturalização no Brasil, com foco no Certificado de	A população do estudo consiste em solicitantes de naturalização no Brasil que precisam comprovar proficiência em língua portuguesa para obter a nacionalidade	O estudo aborda a importância da proficiência em língua portuguesa para processos de naturalização no Brasil, destacando a necessidade de avaliar de forma ética e justa a competência linguística dos solicitantes. Além disso, discute a falta de diálogo com especialistas em avaliação durante a

		nacionalidade, incluindo aspectos educacionais, como o ensino fundamental ministrado em língua portuguesa e a utilização de línguas maternas por comunidades indígenas. Essas discussões têm impacto direto nas políticas educativas do Brasil, especialmente no que diz respeito à inclusão linguística e cultural nas práticas educacionais e avaliativas	Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras). O método utilizado inclui uma revisão bibliográfica dos debates sobre a exigência de comprovação de proficiência em contextos de migrações internacionais, bem como uma análise das características dos testes utilizados em outros países.	brasileira.	implementação das Portarias 5/2018 e 11/2018, que estabeleceram o Celpe-Bras como requisito de proficiência, ressaltando a importância de considerar que os exames não são "de tamanho único" e são desenvolvidos para públicos-alvo específicos.
14	Silva (2022)	O artigo aborda as relações entre escolas e territórios a partir de experiências de atores escolares atuantes em periferias urbanas no Sul do Brasil, o que implica em discutir questões educativas específicas desse contexto. Além disso, há menção à atuação de professores no Ensino Fundamental em escolas situadas no Rio Grande do Sul, o que evidencia a conexão com a realidade educacional brasileira.	A abordagem metodológica qualitativa, foi utilizada e fundamentada na categoria de "experiências urbano-educativas", inspirada na Sociologia da Experiência.	O estudo foi realizado a partir da realização de entrevistas com 66 atores escolares selecionados, complementadas pela análise de documentos institucionais. A pesquisa focou em atores escolares atuantes em periferias urbanas no Sul do Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul.	O estudo identificou três perspectivas analíticas relacionadas ao desfecho da pesquisa: As escolas como territórios de afirmação cultural, nas quais as ações pedagógicas desenvolvidas por docentes nos anos iniciais da escolarização mobilizam aprendizagens sobre a cultura, memória e patrimônio. A escola é interpretada como um espaço aberto de narrativas plurais e um campo afirmativo para demandas democráticas heterogêneas, evidenciando a importância da diversidade cultural no ambiente escolar. As experiências de atores escolares atuantes em periferias urbanas no Sul do Brasil revelam lógicas, interesses e perspectivas de ação no campo pedagógico, destacando a relevância da atuação dos professores nesse contexto.
15	Andrade e Galvani (2023)	O artigo apresentado tem relação com ações educativas, especialmente no contexto de acolhimento e ensino de português como língua adicional para estudantes internacionais. As oficinas temáticas interculturais desenvolvidas no estudo visam não apenas ao ensino da língua portuguesa, mas também ao	O estudo apresentado tem uma abordagem qualitativa, com pesquisa de perspectiva compreensiva, que buscou analisar os impactos do distanciamento social decorrentes	A população do estudo incluiu estudantes internacionais participantes do programa PRÉ-PEC-G da Unifesp e estagiárias de terapia ocupacional que atuaram como	O desfecho do estudo destaca a importância de se criarem tecnologias sociais por meio do diálogo e da troca de saberes para fortalecer redes em tempos de crise global, como a pandemia de Covid-19. Diante do distanciamento social como medida central de combate à transmissão do vírus, foram delineadas

		acolhimento e à integração dos estudantes estrangeiros em um ambiente acadêmico e cultural diferente do seu país de origem.	da pandemia de Covid-19 nas relações interpessoais, construção de redes e solidariedades em contextos de vulnerabilidade, especialmente para os estudantes internacionais recém-chegados ao Brasil. O período efetivo de estágio e coleta de dados foi de março a outubro de 2020. O método utilizado envolveu a sistematização de experiências, buscando desconstruir, conceitualizar e recompôr os dados de forma original, equilibrando criatividade, rigor científico e sensibilidade teórica. A coleta de dados foi realizada por meio da análise de diários de campo e rodas de conversa, que permitiram a compreensão das experiências e percepções dos participantes	facilitadoras das oficinas temáticas interculturais. Esses participantes foram envolvidos nas atividades de ensino, extensão e pesquisa, contribuindo para a construção de espaços virtuais de interação, acolhimento e troca de saberes entre estudantes brasileiros e estrangeiros.	novas estratégias emergenciais, restritas ao ambiente virtual, para manter os encontros no programa de acolhimento e ensino de língua portuguesa para estudantes internacionais. Os resultados da pesquisa refletem os impactos da pandemia na mobilidade estudantil e oferecem subsídios para programas de acolhimento de estudantes internacionais. Destaca-se a contribuição das tecnologias em terapia ocupacional social para o acolhimento e mediação intercultural em meio a uma crise sem precedentes.
16	Balzan <i>et al.</i> (2023)	O artigo aborda a importância de ações educativas no contexto brasileiro para lidar com os desafios no acolhimento e no ensino de língua portuguesa para refugiados e imigrantes na educação básica. Algumas das ações educativas sugeridas no documento incluem: a) inclusão da temática das migrações recentes, do ensino de Português como Língua de Acolhimento e de metodologias de ensino para alunos estrangeiros nos currículos dos cursos de Licenciatura, não apenas do	O artigo adotou uma abordagem de pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, utilizando a Análise de Conteúdo para analisar os dados coletados. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: Levantamento do número de estudantes imigrantes ou refugiados	A população estudada foi composta por estudantes imigrantes e refugiados na Educação Básica, bem como os docentes que lidam com esses alunos. Esses atores contribuem para uma análise abrangente dos desafios e das necessidades enfrentados no	O estudo abordou diversos aspectos relacionados ao desfecho da pesquisa, destacando a necessidade de ações e políticas educativas para promover a inclusão e o aprendizado dos alunos imigrantes e refugiados na Educação Básica. O estudo ressalta a importância de aplicar medidas concretas e políticas educativas efetivas para atender às necessidades específicas dos alunos imigrantes e refugiados, visando garantir sua inclusão e aprendizado na Educação Básica no Brasil.

		<p>curso de Letras; b) formação docente para o ensino de língua portuguesa para imigrantes e refugiados nos cursos de licenciatura, bem como a implementação de políticas públicas para o acolhimento desse público; c) realização de cursos de língua portuguesa para as famílias dos estudantes imigrantes, visando melhorar a interação família-escola-sociedade; e d) promoção de eventos como palestras, mostra de talentos, feiras culturais e saraus para envolver os alunos imigrantes e refugiados, seus pais e a comunidade escolar, promovendo a interculturalidade e fortalecendo os laços com a comunidade .</p>	<p>matriculados na Educação Básica das redes pública e privada de dois municípios da Serra Gaúcha no ano de 2020. Para obter esses dados, foram estabelecidos contatos com as Secretarias Municipais de Educação, a Coordenadoria Regional de Educação do Estado do RS e as escolas privadas. Aplicação de um questionário aos docentes, composto por vinte e seis questões, sendo quatro de múltipla escolha e as demais dissertativas. O questionário abordou temas como formação e atuação docente, perfil dos alunos imigrantes e refugiados, interação alunos/escola, processo de ensino e aprendizagem, e políticas públicas para acolhimento desses alunos. Seis professoras responderam ao questionário.</p>	<p>acolhimento e no ensino de língua portuguesa para esse público específico.</p>	
17	De Oliveira e Cavalcanti (2023)	<p>O artigo aborda a trajetória educacional e profissional de haitianos que concluíram cursos superiores na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ele analisa a relação entre o <i>habitus</i> e os capitais de cada migrante, desde a frequência em aulas de português até o início da carreira profissional, destacando a importância do capital educacional na busca por novas oportunidades. Além disso, o estudo menciona a</p>	<p>O estudo de abordagem qualitativa, analisou a trajetória de um pequeno grupo de haitianos que concluíram cursos superiores na Universidade Federal do Paraná (UFPR) entre 2019 e 2021. A pesquisa utilizou como referencial teórico os conceitos de</p>	<p>A seleção dos entrevistados foi realizada a partir da base de dados de alunos imigrantes e refugiados disponibilizada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPR. O estudo explorou a relação entre o projeto migratório</p>	<p>O estudo analisou a relação entre o <i>habitus</i> e os capitais migratórios dos haitianos que concluíram cursos superiores na UFPR e iniciaram suas carreiras profissionais. Foi observado que os imigrantes que possuíam <i>habitus</i> adequados e capitais específicos tiveram mais sucesso em seus percursos educacionais e inserção no mercado de trabalho. A pesquisa destacou a importância do capital educacional e da integração</p>

		política de acolhimento do governo brasileiro para haitianos, incluindo o visto humanitário, que levava em consideração fatores como instabilidade política, situação socioeconômica e o terremoto no Haiti . Essas ações educativas e de acolhimento são fundamentais para a integração e o sucesso dos imigrantes no Brasil.	<i>habitus</i> imigrante e capital migratório, baseados na Teoria da Prática de Pierre Bourdieu.	(<i>habitus</i> imigrante), a posse e acúmulo de novos capitais (capital migratório), a obtenção do diploma superior (capital educacional) e a inserção profissional dos participantes.	dos imigrantes no ambiente acadêmico para facilitar a obtenção do diploma e a inserção profissional dos haitianos estudados. Esses resultados ressaltam a relevância do <i>habitus</i> e dos capitais migratórios na trajetória educacional e profissional dos migrantes em contextos de mobilidade.
18	Luchese e Barusse (2023)	O artigo apresentado tem relação com ações educativas no Brasil, especialmente no contexto das migrações e da história da educação. Ele aborda como as migrações influenciaram as práticas educativas ao longo da história, considerando tanto as escolas de imigrantes quanto as relações entre migrações e processos educacionais.	Apresenta uma abordagem qualitativa, teórico-metodológica, histórico-educativa, que visa analisar as relações entre migrações e história da educação em uma perspectiva transnacional. A pesquisa envolve a investigação de processos educativos vividos por migrantes e descendentes, considerando suas experiências de aprendizagem, modos de vida e formas de significar em diferentes contextos culturais.	Os sujeitos de interesse são os migrantes e seus descendentes que vivenciaram processos migratórios ao longo da história, especialmente durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, períodos marcantes de migrações transoceânicas. Esses sujeitos são considerados como agentes de transferências culturais, adaptando-se e reinventando modos de viver em meio a contextos de migração e interculturalidad e.	O desfecho do estudo está relacionado à aplicação das abordagens discutidas na análise de casos específicos de migrações e práticas educativas, visando aprofundar o entendimento das dinâmicas educacionais em contextos migratórios e transnacionais.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Legenda: (*) A= Atende; AP= Atende parcialmente; e NA= Não atende

Considerando as bases de dados pesquisadas e os descritores utilizados, o resultado desta revisão sistemática indica que estudos sobre ações educativas para o público refugiado/migrante ainda são escassos na literatura científica nacional. Percebe-se que o número de participantes é restrito, o que demonstra que o Brasil se encontra em estágio inicial de pesquisa sobre o tema, pois produz resultados difíceis de serem generalizados para a população.

Quanto ao período de publicação, observa-se que os dezoito artigos selecionados foram publicados entre 2009 e 2023 e que o maior número de publicações está associado ao ano de 2021 (n=6), seguido pelo ano de 2023 (n=4).

Com relação às abordagens, salienta-se que a qualitativa predominou (n=17), e apenas um (n=1) artigo apresentou a abordagem quali-quanti.

Quanto aos critérios de seleção da população, foram identificados os seguintes sujeitos de interesses: estudantes universitários (n=9), estudantes do Ensino Fundamental (n=1); estudantes matriculados na Educação Básica (n=1); Estudantes bolivianos e educadores de um escola municipal de Ensino Fundamental (n=1); Estudantes e agentes educacionais (n=1); solicitantes de naturalização no Brasil, que precisam comprovar proficiência em língua portuguesa para obter a nacionalidade brasileira (n=1); imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo, bem como membros da comunidade escolar local, como diretores, professores e alunos (n=1); estudantes bolivianos e educadores de uma escola (n=1); migrantes e seus descendentes que vivenciam processos migratórios ao longo da história (n=1); e migrantes contemporâneos no Brasil (n=1).

Nesse contexto, destaca-se que os objetivos de pesquisa focaram em analisar e discutir as ações educativas e a situação dos refugiados/migrantes em relação ao acesso à educação e a sua inclusão para melhorar o processo de escolarização; compreender os fenômenos de acolhimento e integração de migrantes nas escolas públicas; identificar os impactos psicológicos e educacionais na relação com os atores do espaço escolar; investigar a experiência e a convivência dos estudantes estrangeiros, com a sociedade brasileira, e a sua influência nas percepções e comportamentos e identidades; além de refletir sobre o papel das instituições educativas e analisar as previsões da legislação brasileira relacionadas à formação dos estudantes estrangeiros.

Assim ao analisar a totalidade dos objetivos e os participantes, percebe-se o intuito dos estudos em compreender o quanto se faz necessária a implementação de diretrizes políticas, ações e projetos educacionais para atender ao público refugiado/migrante no Brasil.

Os estudos concluíram que a multiplicidade cultural brasileira e a diferentes ações educativas influenciam nas formas de acolhimento e tratamentos dos estudantes estrangeiros. Os autores destacam ainda que, por se tratar de um fenômeno complexo, necessita-se de uma análise aprofundada. Nesse contexto, é importante repensar as práticas educativas, valorizar a interculturalidade, a diversidade e promoção de espaços mais inclusivos e acolhedores e,

especialmente, compreender os impactos e os desafios enfrentados pelos estudantes estrangeiros (Lima; Feitosa, 2017, Gondin; Pinezi; Menezes, 2020).

Ao destacar a importância de políticas públicas de educação, que reconheçam e valorizem a contribuição cultural, econômica e social, como um meio de reconstrução de projetos de vida interrompidos pela migração, os estudiosos enfatizam a relevância das ações educativas, como política de inclusão nas escolas, a fim de garantir o acesso, para apoiar e empoderar os refugiados/migrantes em sua jornada de integração e reconstrução de suas vidas, em novo contexto sociocultural (Alviarez; Pava, 2021, Lages; Bulla, 2021).

Ao garantir o acesso à educação, bem como a necessidade de focar na integração laboral e no suporte linguístico, como a oferta de aula de português ou serviço de tradução, algumas escolas, no Brasil, buscam caminhos para efetivar a inclusão educacional, com o desenvolvimento de propostas pedagógicas que possibilitem a escolarização dos grupos em situação de migração e refúgio. Isso coaduna, com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos educacionais estaduais, que refletem o princípio de garantir o acesso dos refugiados/migrantes à educação pública gratuita, conforme estabelecido na Lei de Migração de 2017 (Caldas; Anache, 2021, Lages; Bulla, 2021).

Como desfecho dos estudos, foram encontradas algumas sugestões de ações para garantir o direito à educação, a construção da cidadania e a promoção da integração dos refugiados/migrantes na sociedade brasileira.

Entre as ações propostas estão a formação de professores com a inclusão de componentes relacionados às migrações recentes e ao ensino de Português, como Língua de Acolhimento (PLA), nos currículos dos cursos de Licenciatura, cursos de língua portuguesa para as famílias dos estudantes refugiados/migrantes e a promoção de eventos culturais para envolver a comunidade escolar. Os estudiosos ressaltam a importância de medidas e políticas educativas concretas que visem garantir a inclusão e aprendizado (Ferreira; Lodetti; Borges, 2021).

Scaramucci e Diniz (2022) apontam para a necessidade de uma abordagem mais abrangente e inclusiva nos processos de naturalização, no Brasil, levando em conta não apenas a avaliação de proficiência, mas também a formação e integração dos migrantes na sociedade brasileira. Com isso, os estudiosos sugerem a integração do teste de proficiência em português com um curso de PLA, fomentado por uma política pública em nível nacional,

visando garantir o direito à aprendizagem da língua oficial brasileira e promover a pluralidade cultural e linguística.

Andrade e Galvani (2023) propõem a sistematização e desenvolvimento de oficinas temáticas interculturais e a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo, que aborde questões relevantes, tais como: representações sobre os países de origem, racismo, xenofobia, intolerância religiosa e desigualdade de gênero, conectados com a história da migração, visando promover a interculturalidade, a troca de saberes e a construção de redes de apoio para os estudantes estrangeiros, a fim de contribuir para a adaptação desses sujeitos tanto no âmbito acadêmico quanto social. Os estudiosos ressaltam a importância de buscar inspiração na interculturalidade crítica para transformar as ações educativas em ambientes pluricultural, pluriépistêmico e plurilíngue.

Quanto às limitações dos estudos, identificou-se que a maioria (n=14) não menciona, especificamente, as limitações na elaboração da pesquisa. No entanto, é importante ressaltar que a ausência de menção à limitação não significa, necessariamente, que elas não existiram. Os demais estudos trazem limitações, como pode-se verificar a seguir.

Silva (2022), menciona que nem sempre era possível definir a agenda formativa a partir dos projetos dos atores devido à baixa institucionalidade, no âmbito das políticas públicas no Brasil, ao incerto apoio financeiro da iniciativa privada e às limitações de ferramentas intelectuais atualizadas. Isso sugere que a pesquisa enfrenta desafios relacionados à falta de apoio institucional, financeiro e intelectual, o que pode ter impactado a abordagem e os resultados dos estudos. Essa limitação pode ter influenciado a amplitude da análise realizada e a interpretação dos resultados da pesquisa.

Uma das limitações apontadas por Ferreira (2020) está relacionada à situação de muitos imigrantes bolivianos viverem de forma irregular no Brasil, o que pode impactar na sua documentação e acesso a determinados serviços, incluindo a educação. Além disso, o estudo destaca a dificuldade de diálogo, a falta de elementos de intervenção por parte dos professores e a relação tensa evidenciada nas entrevistas realizadas. Para o autor, essas limitações indicam desafios significativos na integração e no pleno acesso à educação para os migrantes bolivianos em São Paulo.

Para Peres, Cerqueira-Adão e Fleck (2023), a limitação preponderante no seu estudo foi observada na falta de ações mais abrangentes e integradas de acolhimento e à integração ofertadas pelas universidades de forma isolada. Para os autores, isso pode dificultar a inclusão

plena de todos os estudantes refugiados. Além disso, a pesquisa demonstrou a necessidade de aprimorar as ações com programas de acessibilidade linguística, atividades contra a xenofobia e capacitação em direitos humanos para os servidores, visando uma integração mais eficaz desses estudantes.

Lima e Feitosa (2017) apontam como limitação a especificidade do local onde foi realizada a coleta de dados, visto que o estudo trabalhou com estudantes de apenas uma universidade, localizada no Nordeste do Brasil. O trabalho também apontou a importância de considerar as percepções acerca das experiências migratórias, que podem variar dependendo do contexto e da região em que o estudante estrangeiro está inserido, devido à multiplicidade cultural do Brasil e às diferentes políticas de integração acadêmica que podem influenciar no acolhimento e tratamento dos estudantes.

Além disso, o foco das publicações científicas demonstrou ainda a tendência dos pesquisadores em privilegiar a realização de pesquisas com sujeitos atuantes nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Destaca-se que os resultados da avaliação da qualidade do relato dos estudos, por meio do instrumento STROBE, estão expostos na Tabela 2.

De acordo com o instrumento STROBE, os estudos analisados alcançam as classificações conforme os percentuais propostos, representados no Gráfico 1.

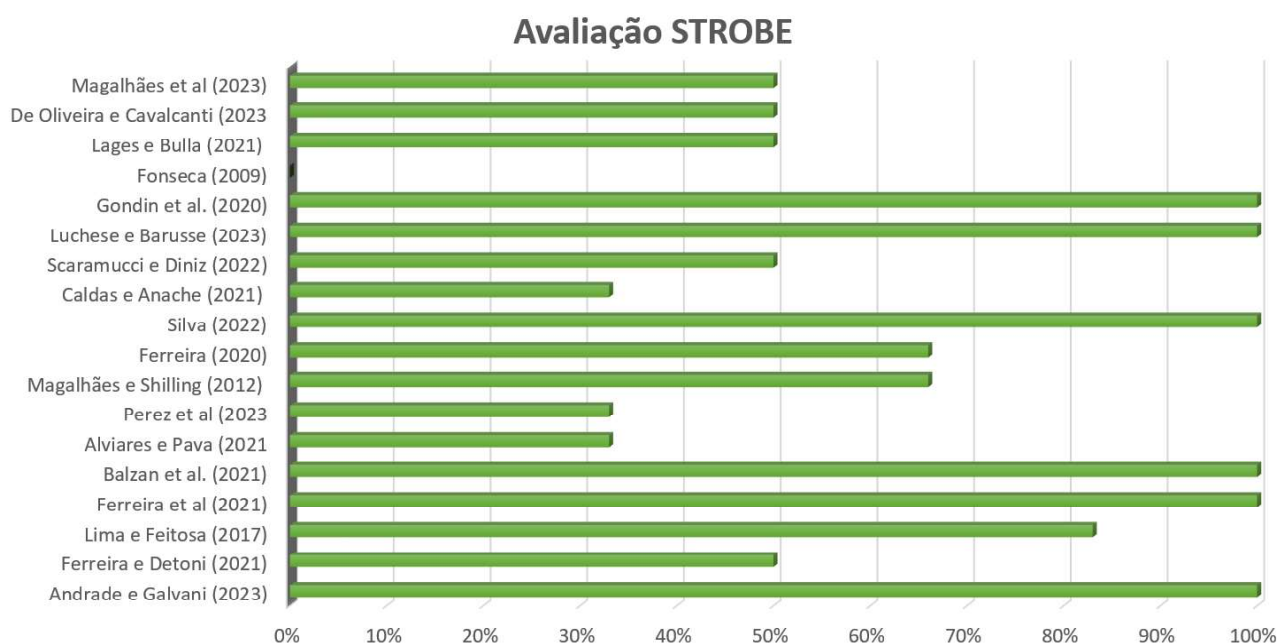
Segundo Baena (2014), tanto na elaboração de estudos primários quanto na revisão sistemática, cabe aos autores elaborar protocolos pré-definidos, aderirem a guias internacionais transparentes, além de utilizarem de checklist, buscando sempre minimizar erros e vieses.

Com relação à qualidade dos relatos dos estudos, no que diz respeito aos trabalhos incluídos na revisão, seis (n=6), que corresponde a 33%, foram classificados com 100% de atendimento às categorias. Um (n=1) atendeu em 83%, sendo classificado como “atende parcialmente”, em função de não atender totalmente aos requisitos da categoria “Discussão (itens 18-21)”. Dois (n=2) atenderam 66%, atendendo parcialmente e conjuntamente a categoria “Método (itens 5-12)” e “atendendo parcialmente”, distintamente, a categoria “Resultados (itens 13-170)” e a categoria “Conclusão (item 22)”.

A análise consistiu em observar se os estudos descreveram os itens essenciais, de acordo com a declaração STROBE, a saber: na categoria “Título e Resumo”, foi analisado se o desenho do estudo estava indicado e se no resumo havia sido disponibilizado um sumário

informativo e equilibrado do que foi feito e do que foi encontrado. Na categoria “Introdução”, observou-se, o contexto/justificativa e os objetivos, se o referencial teórico e as razões para executar a pesquisa estavam devidamente detalhados e se os objetivos específicos estavam descritos. Na categoria “Método”, observou-se o desenho do estudo; o contexto (locais e datas); os critérios de elegibilidade, as fontes e os métodos de seleção dos participantes; a definição das variáveis; fontes de dados/mensuração; viés; tamanho do estudo; variáveis quantitativas; métodos estatísticos. Quanto à categoria “Resultados”, observou-se o número de participantes e os dados descritos. Na categoria “Desfecho”, se havia a descrição dos eventos-desfecho, o número de indivíduos e as medidas-resumo. Na categoria “Discussão”, observaram-se os resultados principais, as limitações, as interpretações e as generalizações. Quanto à categoria “Conclusão” para efeitos de análise (adaptação desta pesquisa), observaram-se os mesmos itens da categoria “Discussão”.

Gráfico 1 – Avaliação da qualidade do relato dos estudos – Checklist STROBE.



Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Mesmo que para o desenvolvimento desta revisão tenha sido realizada uma pesquisa exaustiva para identificação de todos os estudos elegíveis que abordassem a pergunta de investigação, e tenha sido adotado um rigor metodológico para o seu desenvolvimento, ainda assim encontraram-se limitações. Nesse contexto, destacam-se a ausência de pesquisas,

exclusivamente, realizada com público refugiado e, a existência de um número incipiente de estudos sobre a temática “ações educativas para refugiado/migrante”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa revisão demonstram a escassez de estudos sobre a temática “ações educativas para refugiado/migrante”. Essa pequena quantidade de publicações pode estar associada à discriminação, invisibilidade e marginalização desses sujeitos pela sociedade, apesar da migração ser um tema que transita junto com a humanidade.

Isso pode ser notado no modo como os refugiados/migrantes são percebidos nos objetivos de pesquisa, nos questionamentos das entrevistas e conclusões, o que demonstra o quanto é recente e como se torna difícil estabelecer definições sobre o que ainda é pouco conhecido.

Os resultados também apresentam tentativas de ações isoladas para mitigar uma demanda urgente e emergente, no Brasil. Percebe-se, também, que as pesquisas visam responder uma demanda da sociedade que tenta entender como se dará a implementação de políticas, ações e projetos educacionais que possam incluir o público refugiado/migrante.

Na tentativa de compreender as ações educativas propostas nos estudos observou-se um quadro preocupante, em termos de ausência de ações governamentais que visem a implementação e manutenção dessas ações, de modo permanente e institucionalizado, uma vez que a legislação que trata sobre o assunto é incipiente e carece de mobilização e de uma agenda política que inclua o público refugiado/migrante, no cotidiano do território nacional, como tema central e prioritário.

De modo geral, nota-se que as ações educativas desenvolvidas não possuem diretrizes específicas, ficando a encargo de cada escola ou professor atender às necessidades pontuais e momentâneas. Devido à ausência dessas diretrizes, observa-se também maior dificuldade na implementação de ações mais efetivas e resolutivas, tanto na preparação dessas mulheres refugiadas migrantes para enfrentarem as vulnerabilidades impostas, quanto na ampliação dos conhecimentos para elas se prevenirem contra as violências e garantirem uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ALVIAREZ, Indira Carolina Granda; PAVA, Julián Andrés Loaiza de La. La niñez migrante y su acogida en la escuela: investigaciones latinoamericanas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. 1-18 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147987>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- ANDRADE, Rafaela Ruivo; GALVANI, Debora. Terapia Ocupacional Social, pandemia e interculturalidades: oficinas temáticas no contexto da mobilidade estudantil internacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 31, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/sv8RGL4f4GHQWsPCn8GQ38G/>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BAENA, Cristina Pellegrino. Revisão sistemática e metanálise: padrão ouro de evidência? **Revista Médica da UFPR**, v. 1, n. 2, p. 70, 30 jun. 2014. Disponível em: <https://www.revistamedicaufpr.com.br/index.php/rm/article/view/40706> ou https://www.researchgate.net/publication/264158096_Revisao_Sistematica_e_Metanalise_Padroao_ouro_de_evidencia. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BALZAN, Carina Fior Postinger; SOUZA, Monique Dias; PEDRASSANI, Júlia Sonaglio; VIEIRA, Leandro Rocha; SANTOS, Aléxia Islabão dos. Os desafios no acolhimento e no ensino de língua portuguesa para estudantes imigrantes e refugiados na educação básica. **Gragoatá**, v. 28, n. 60 p. 1-23, abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v28i60.53123.pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei N. 13.445 de 2017**. Institui a Lei de Migração. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 14 set. 2021.
- BÓGUS, Lúcia Maria Machado; RODRIGUES, Viviane Mozine. Os refugiados e as políticas de proteção e acolhimento no Brasil: história e perspectivas. **Dimensões**, n. 27, p.101-114, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2585/2081>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- CALDAS, Roseli Fernandes Lins; ANACHE, Alexandra Ayach. Entrevista com a profa. Dra. Roseli Fernandes Lins Caldas - Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, n. e257828, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/hxcNfyfbWMj3mfjHLtw98YP/>. Acesso em: 20 out. 2024.
- FRANÇA, Rômulo Ataidés; RAMOS, Wilsa Maria; MONTAGNER, Maria Inez. Mapeamento de políticas públicas para os refugiados no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 89-106, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812019000100006&script=sci_abstract. Acesso em: 20 out. 2024.
- FERREIRA, Alisson Vinicius Silva; LODETTI, Mariá Boeira; BORGES, Lucienne Martins. Recomeço: O sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 141-158, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>. Acesso em: 20 out. 2024.

FERREIRA, Daniel Granada da Silva; DETONI, Priscila Pavan. Saúde e migrações no Sul do Brasil: demandas e perspectivas na educação em saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 4, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/6jbDHMM4DPGxjNBmXhjW3ms/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024.

FERREIRA, Rubens da Silva. Estudantes estrangeiros no Brasil: informação e processos de produção de diferença. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 82–98, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/5wQ98wnYsXkmgmNcBps4RsM/>. Acesso em: 20 out. 2024.

FONSECA, Dagoberto José. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. **Pro-Posições**, v. 20, n. 1, p. 23–44, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/hj53SnrMSK9fyyY9ccBbr6Q/>. Acesso em: 20 out. 2024.

GONDIN, Janaina Silva; PINEZI, Ana Keila Mosca; MENEZES, Marilda Aparecida de. Alteridade e interculturalidade na escola: um estudo etnográfico sobre estudantes bolivianos em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 259, p. 607–626, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/NSbNpxTJbjyByKhmZYZjKYs/>. Acesso em: 20 out. 2024.

GUERRA, Sidney; A nova lei de migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, p. 1717-1737, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/28937>. Acesso em: 20 out. 2024.

LAGES, Rodrigo; BULLA, Gabriela. Migration and schooling in Brazil: an exploratory study on the governmental response to the educational inclusion of contemporary migrants (Migración y escolarización en Brasil: estudio exploratorio de la respuesta gubernamental a la inclusión educativa de la población migrante contemporánea). **Cultura y Educacion**, v. 33, n. 4, p. 729–757, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/11356405.2021.1973288>. Acesso em: 20 out. 2024.

LIMA, Luciana de Sousa; FEITOSA, Giulliany Gonçalves. Sair da África para estudar no Brasil: Fluxos em Discussão. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RQyvYCxbMBrrLDBptCNRvGr/>. Acesso em: 20 out. 2024.

LUCHESE, Terciane Ângela; BARAUSSE, Alberto. Apresentação - História da educação e migrações em perspectiva transnacional, algumas interlocuções teórico-metodológicas. **Educ. Rev.**, v. 39, p. 1-15 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/HQkpyMWffMh5y8s3YH78G3h/>. Acesso em: 20 out. 2024.

MAGALHÃES, Giovanna Modé; SCHILLING, Flávia. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. **Pro-Posições**, v. 23, n. 1, p. 43–64, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/J67Nz7vwrbNkDBNbCyPNJtx/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MAGALHAES, Solange Martins Oliveira; AZEVEDO, Rômulo Sousa de; AMARAL, Cláudia Tavares do; SILVA, Altina Abadia da. Paulo Frei Re's Contribution to Studies on Education and International Migration: Uma breve Revisão de Literatura. **Revista Olhares**, v. 9, n. 3, p. 114–135, nov. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/12419>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MALTA, Monica; CARDOSO, Leticia Oliveira; BASTOS, Francisco Inacio; MAGNANINI, Monica Maria Ferreira; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Iniciativa STROBE: subsídios para a comunicação de estudos observacionais. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, p. 559–565, jun. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/3gYcXJLzXk6bLLpvTdnYf/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer M.; ALTMAN, Douglas. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLoS medicine**, v. 6, n. 7, p. e1000097, 21 jul. 2009. Disponível em:

<https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1000097>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MOTA, Daniele Monteiro. Representações sociais, mídia e violência: a “**construção**” dos **migrantes e migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e da Folha de S. Paulo**. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2019.

OLIVEIRA, Márcio de; CAVALCANTI, Leonardo. Habitus and Migratory Capitals of Haitians in Paraná. Educational Trajectory and Professional Insertion in Mobility Contexts. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, n. 67, p. 115–133, 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ShXM9cHMnGJ3WXcwbkgdwxp/?lang=en>. Acesso em: 6 mar. 2025.

PAGE, Matthew J.; MCKENZIE, Joanne E.; BOSSUYT, Patrick M.; BOUTRON, Isabelle; HOFFMANN, Tammy C.; MULROW Cynthia D. *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, p. e112, 2 jun. 2023. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/56882>. Acesso em: 6 mar. 2025.

PERES, Luise Bittencourt; CERQUEIRA-ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa; FLECK, Carolina Freddo. Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p.1-21, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/7tJjf3CBfYWMMSW7mZWz5Pg/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SCARAMUCCI, Matilde V. R.; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Avaliação de proficiência em português em processos de naturalização no Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 38, n. 4, p. 01-57, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/ZKTLPC6ZvkdrDRLnD4phxZr/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. Escolas, territórios e afirmação cultural em periferias urbanas no Sul do Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 48, p. 1-18, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/kLFYWnMCqLPYDNmgCXBKJm/>. Acesso em: 6 mar. 2025.

3.2 Artigo 2 - A política pública educacional para refugiados/imigrantes: uma análise discursiva argumentativa²¹

Resumo: O presente trabalho objetivou analisar a prática discursiva-argumentativa sobre a política educacional para refugiados/migrantes, baseando-se em um documento institucional, intitulado “Relatório de Atividades da Comissão de estudos para viabilizar o ingresso de refugiados e imigrantes”. Especificamente, buscou-se refletir sobre o caráter argumentativo, visando identificar quais eram as estratégias discursivas mobilizadas pelo(s) enunciador(es) para instaurar a credibilidade e defesa da temática. Diante da análise, foi possível observar a utilização de oito (8) sequências argumentativas: Valores compartilhados; Ponto de vista; Sensibilização; Estratégia de visibilidade; reforçando a condição de vulnerabilidade; Empoderamento; Ethos de humanidade; e Representações coletivas compartilhadas. Concluiu-se que, no discurso sobre a política pública educacional para refugiados/imigrantes, foram usados mecanismos de convencimento ou argumentos para sensibilizar sobre sua importância e necessidade de agendamento.

Palavras-chave: Prática discursiva; Argumentação; Migração; Educação.

Public educational policy for refugees/immigrants: an argumentative discursive analysis

Abstract: The present work aimed to analyze the discursive-argumentative practice on the educational policy for refugees/migrants, based on an institutional document, entitled “Report of Activities of the “Study Commission to facilitate the entry of refugees and immigrants”. Specifically, we sought to reflect on the argumentative character, aiming to identify which were the discursive strategies mobilized by the enunciator(s) to establish the credibility and defense of the theme. Before the analysis, it was possible to observe the use of eight (8) argumentative sequences: Shared values; Point of view; Awareness; Visibility strategy; Reinforcing the condition of vulnerability; Empowerment; Ethos of humanity; and Shared collective representations. It is concluded that, in the discourse on educational public policy for refugees/immigrants, convincing mechanisms or arguments were used to raise awareness about its importance and need to schedule.

Keywords: Discursive practice; Argumentation; Migration; Education.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório é um traço característico que aparece, sob diferentes formas, ao longo da história, tendo despertado um interesse cada vez maior de políticos, estudiosos e sociedade civil, nas últimas décadas, em função da sua importância e complexidade, marcado pela globalização, diferenciação, aceleração e politização (Miranda, 2019).

²¹ Adaptado do artigo publicado na **Revista Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15. n. 7, p. 6615-6633, 2023 - ISSN: 1989-4155 – Qualis CAPES A4.
<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/1568/1342>

Para Mota (2019), as migrações, sejam espontâneas ou forçadas, envolvem o movimento espacial do ser humano de um lugar para outro, derivado basicamente de situações de pobreza, desemprego, destruição do meio ambiente, guerra, conflitos civis, políticos, dentre outros. Ou seja, é importante destacar que, além da persistência dos movimentos migratórios, o espaço do deslocamento não é apenas físico, mas também social, econômico, político e cultural.

De acordo com dados do Relatório Mundial das Migrações de 2022, existem 281 milhões de migrantes em todo o mundo, com aumento de 3,5%, comparativamente com o ano anterior, sendo 135 milhões mulheres e 146 milhões homens (TRT, 2023). Desses, como resultado de perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos, dentre outros fatores, 108,4 milhões são pessoas deslocadas à força. Dentre essas pessoas, no final de 2022, estavam 35,3 milhões de refugiados, conforme dados do último relatório *Global Trends*, publicado em junho de 2023 (UNCHCR, 2023).

No Brasil, de acordo com dados divulgados na última edição do relatório “Refúgio em Números”, apresentado por Junger da Silva *et al.* (2023), foram feitas, no ano de 2022, 50.355 solicitações da condição de refugiado, provenientes de 139 países. Essa demanda somada àquelas registradas a partir do ano de 2011 (297.712), totalizaram 348.067 pedidos desde o início da última década. As principais nacionalidades solicitantes, em 2022, foram venezuelanas (67%), cubanas (10,9%) e angolanas (6,8%). Dessas pessoas refugiadas reconhecidas pelo Brasil, os homens corresponderam a 56% deste total, enquanto as mulheres seriam 44%. Nota-se que a maior parte tinha entre os 25 e 39 e estavam, principalmente, na Região Norte, com destaque para Roraima (41,6%), seguida pelo Amazonas (11,3%) e pelo Acre (3,3%).

Para Oliveira e Tonhati (2022), citados por Junger da Silva *et al.* (2023), os fluxos migratórios no Brasil têm passado por processos de feminização e aumento no número de crianças e jovens, oriundos de países latino-americanos, caribenhos e africanos. Em 2022, 46,8% das pessoas, reconhecidas como refugiadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), eram crianças, adolescentes e jovens, com até 24 anos de idade. E, como registrado, a migração venezuelana tem sido responsável por essa nova configuração social das migrações no país.

Essa maior presença de mulheres, assim como de crianças e adolescentes, na composição deste grupo populacional, aumenta a necessidade de aprimorar as políticas

públicas, essenciais à informação e à provisão de instrumentos de proteção social básica. Entretanto, apesar dos avanços da política migratória brasileira de fluxo, as políticas para inserção e acesso a direitos dos migrantes e refugiados ainda carecem de melhorias (Junger da Silva *et al.*, 2023).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a prática discursiva-argumentativa sobre a política educacional para refugiados/migrantes. Especificamente, buscou-se examinar o discurso em um documento institucional, que relata as atividades realizadas por uma comissão (CEIM²²), que teve como função realizar estudos de demandas em cursos de educação básica técnica de nível médio e cursos da educação superior; além de objetivar a indicação de ações e alternativas para o ingresso de refugiados e imigrantes, em situação de vulnerabilidade social (foco no sujeito).

O foco da discussão concentra-se na análise do discurso e na perspectiva da dinâmica argumentativa, que busca refletir sobre o caráter argumentativo do texto, visando contribuir para a compreensão da diferença entre a visada argumentativa e a dimensão argumentativa, de acordo com a teoria da argumentação no discurso, postulada por Amossy (2008), conjugada com a análise dos problemas sociais, a partir de Charaudeau (2008).

Amossy (2008) destaca que a investigação da linguagem sobre a argumentação, na análise do discurso, demanda incluir na abordagem os componentes sociodiscursivos e as interações desempenhadas no espaço social. Isto propicia uma coerência discursiva em que a argumentação se constrói na densidade do discurso. Para a autora, para além de identificar e etiquetar os argumentos, com o auxílio da taxonomia pré-definida, tem-se que visualizar o argumento, por meio da identificação da materialidade do discurso, a partir dos traços linguísticos, construtores de sentido, relacionados à situação discursiva. Esta situação permite identificar os elementos constitutivos identificados pela carga dóxica e ideológica e pelos jogos de poder, contidos nas expressões que estão sob a responsabilidade de um sujeito (comissão), restringido pela situação (a política educacional e o momento político de contingenciamento), com liberdade para construir o discurso (preparar o relatório), adequando o seu projeto de fala (persuasão).

É importante destacar que o momento histórico e político, em que os trabalhos da CEIM foram realizados, coaduna com o contexto de mudanças radicais nas proposições das

²²De acordo com IFSP (2018), a Comissão de Estudos para viabilizar o ingresso de refugiados e imigrantes (CEIM) é constituída por um grupo de servidores da instituição, que iniciou suas reflexões no III Seminário do IFSP sobre Diversidade Cultural e Educação de 2016.

políticas públicas implementadas pelo governo federal²³ Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) ao longo da última década, nos governos Temer (2017-2018) e Bolsonaro (2019-2022), quando houve cortes orçamentários das Instituições Federais de Ensino - IFE e a mudança dos gestores do Ministério da Educação, em função do *impeachment* sofrido pela então presidente Dilma Rousseff.

O documento analisado é um relatório, descritivo narrativo, de caráter objetivo que tem como finalidade apresentar e descrever as informações relativas aos fatos vivenciados, ouvidos e/ou observados por uma comissão (conjunto de pessoas), com o objetivo de orientar a tomada de decisão.

Sendo assim, reconhecendo o argumentador (comissão), como um estrategista persuasivo, que necessita do apoio dos diversos interlocutores (*Stakeholders*²⁴), objetiva-se, por meio da teoria da argumentação, examinar como os meios verbais se apresentam no referido relatório, evidenciando que, devido às sutilezas do discurso, de natureza patêmica, o documento pode conter viés argumentativo; ou seja, ser atravessado por questões argumentativas (persuasão), em defesa de uma determinada ideia.

Assim, a questão norteadora da pesquisa foi: quais são as estratégias discursivas mobilizadas pelo(s) enunciator(es) do documento para instaurar a credibilidade da Comissão (CEIM), para defender um dado ponto de vista? Pressupõe-se que o relatório, baseado nos estudos realizados, seja um mecanismo de convencimento para que as ações indicadas se tornem uma política institucional.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A migração é um fator humano, considerando que o homem sempre se deslocou de um lugar para outro e as causas desse deslocamento são basicamente em função da fuga da pobreza, do desemprego, da destruição do meio ambiente, da guerra, dos conflitos civis e políticos (Mota, 2019). De acordo com dados da Organização Internacional para as Migrações, em 2019, o número de migrantes internacionais no mundo era de

²³ Governo Lula, de 2003-2006 e 2007-2010; e Governo Dilma, de 2011-2016.

²⁴ Stakeholders é qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pelos objetivos de uma ação. São essenciais para lidar com questões éticas, fortalecer a confiança e promover transparência na gestão Pública. No caso de implementação de políticas públicas, praticamente todos os cidadãos são stakeholders em potencial. (Machado Jr., 2009)

aproximadamente 272 milhões de pessoas, o que representava um aumento de 51 milhões de indivíduos desde 2010 (IOM, 2019).

No Brasil, de acordo com o Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), ao final de 2020, havia aproximadamente 57 mil pessoas refugiadas reconhecidas pelo Brasil. Dessas, 50,3% eram homens e 44,3% mulheres, com predominância da faixa etária entre os 25 e 39 anos. Dentre os solicitantes da condição de refugiados, a nacionalidade venezuelana é a que possui maior representatividade (60%), seguida dos haitianos (23%) e cubanos (5%), no período compreendido entre 2011 e 2020 (Silva *et al.*, 2021).

A promulgação da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Lei da Migração, representou uma inflexão paradigmática (exemplar) na política migratória brasileira. Ao substituir o antigo estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), a nova legislação passou a reconhecer o migrante, como sujeito de direitos, alinhando-se aos princípios constitucionais e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no campo dos direitos humanos (Mendes: Brasil, 2020).

Mesmo que todos os indivíduos ou grupos de pessoas possam ter acesso a recursos em virtude da legislação formal ou das normas sociais, ainda há muita injustiça social e vulnerabilidade, o que pode ser visível, especialmente, quando se demonstra que as disparidades não estão sendo favorecidas ou reconhecidas, principalmente, naqueles grupos estigmatizados. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2019), apesar da melhoria e da convergência nas capacidades centrais da Declaração do Milênio de 2000, que também orientam os dispositivos legais brasileiros, algumas disparidades e desigualdades permanecem.

3 METODOLOGIA: O MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

O método de análise dos dados envolveu a análise do discurso, com base na argumentação. Assim, para compreender o perfil discursivo e as estratégias empregadas nos textos institucionais, a análise do *ethos*²⁵ é primordial, considerando que não tem como o locutor se desvencilhar da enunciação, ao passo que o leitor se antecipa em interpretar o enunciado, tendo em vista a representação do enunciador.

²⁵Segundo Charaudeau (2008) e Maingueneau (2008), o *ethos* se refere à imagem que o locutor constrói de si em seu discurso para influenciar seus interlocutores.

O objeto de estudo escolhido foi o “Relatório de Atividades da Comissão de estudos para viabilizar o ingresso de refugiados e imigrantes” (CEIM), com recorte para o item 1, que discute sobre “IFSP, políticas e imigrantes/refugiados!”. O referido relatório de atividades se desdobra em três tópicos, a saber: a) Direito à educação; b) Contexto; e c) Políticas públicas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018).

Na esfera da administração pública, o relatório é um instrumento utilizado como metodologia de prestação de contas e destina-se, especialmente, ao público interno, visando orientar os gestores nas suas tomadas de decisões. No entanto, ele também é utilizado como estratégia de argumentação, com a perspectiva de persuasão daqueles que detém o poder decisório fora da esfera institucional.

O Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), criado pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, tem como uma das suas finalidades “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” (Brasil, 2008).

A comissão, institucionalizada pela portaria n. 1838, de 16 de maio de 2017, foi constituída por servidores públicos federais de uma IFE, cuja função foi realizar estudos de demanda e indicar ações para viabilizar o ingresso de refugiados e migrantes, como estudantes, no IFSP.

Para Maingueneau (2013), ao realizar a análise de uma produção textual, tem-se que estudar, a pessoa, o tempo, espaço e os embreantes. Esses embreantes são os responsáveis por ancorar a situação de enunciação, que é a utilização da língua pelo falante quando ele constrói um enunciado num determinado contexto comunicativo.

De acordo com Charaudeau (2008), a argumentação deve ser vista como parte integrante da dinâmica dos textos, considerando que o ato da linguagem, pelo princípio da alteridade, emana de um sujeito e, em conformidade, com o princípio da influência, a interação proposta se apoia nas influências múltiplas, conduzindo ao princípio da regulação e gerando relação com o outro.

Para Amossy (2011), a noção de argumentação, com a perspectiva de persuasão, mesmo que, implicitamente, exerce alguma forma de influenciar e orientar, e pode modificar as representações no modo de ver, pensar e sentir dos interlocutores.

Desse modo, apoiando-se na construção discursiva, ancorada na estratégia de persuasão, que mobiliza tanto o *logos*, quanto o *ethos* e o *pathos*²⁶, busca-se, neste trabalho, ao identificar o *ethos*, evidenciar a emoção que o locutor (comissão) pretende provocar no outro (público), considerando a abordagem disposta por Amossy (2008), baseada na modalidade patêmica, que diz respeito ao modo como uma teoria ou um ponto de vista são dispostos estrategicamente no discurso, visando obter a adesão do interlocutor, por intermédio das emoções.

De acordo com o referido autor, a argumentação, na perspectiva dialógica, está presente no discurso de um ponto de vista pessoal, sendo escolhida uma ou mais modalidades argumentativas que propicie o bom funcionamento da estratégia de persuasão.

No relatório em estudo, tem-se a prerrogativa de neutralidade, considerando o estilo e a sua estrutura. No entanto, a estratégia de persuasão pode aparecer de modo indireto, e produzir um discurso diferente, onde os estudos para viabilizar devem ser um mecanismo de convencimento, para que suas ações se tornem uma política institucional, a partir das marcas de subjetividade impostas pelo enunciador (comissão), em relação às crenças e aos valores, construindo sentido, por meio do uso de recursos lexicais e avaliativos, genéricos, polifônicos, dentre outros, visando persuadir o leitor.

De acordo com Charaudeau (2008), esses procedimentos semânticos utilizam-se de argumentos fundamentados em um consenso social, que compartilham valores, em determinados domínios de avaliação²⁷.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo a política pública de acesso à educação, como balizadora, buscou-se categorizar o discurso por sequências argumentativas, explorando-se os domínios da avaliação (Ético, Pragmático e Hedônico), conforme disposto na Tabela 3.

Diante da análise do modo de organização, foi possível observar a utilização de oito (8) sequências argumentativas, que são: a) Valores compartilhados; b) Ponto de vista; c)

²⁶Entende-se por *logos* a utilização da razão e *pathos*, a utilização da emoção, que buscam juntos tocar o afeto do interlocutor (Charaudeau, 2008).

²⁷Conforme Charaudeau (2008), os domínios de avaliação correspondem a valores que determinam como devem ser os comportamentos humanos. Estes são classificados em: Ético, Pragmático e Hedônico. O domínio Ético envolve o bem e o mal diante de uma moral. Por sua vez, o domínio Pragmático está associado ao útil e o inútil; enquanto o domínio Hedônico diz respeito ao agradável e ao desagradável.

Sensibilização; d) Estratégia de visibilidade; e) Reforçando a condição de vulnerabilidade; f) Empoderamento; g) Ethos de humanidade; e h) Representações coletivas compartilhadas.

Tabela 1 – Classificação das sequências argumentativas

Sequências argumentativas	Procedimentos semânticos	Domínios de Avaliação*		
		E	P	H
Valores compartilhados (15) (8 e) (13 p) (7 h)	- “Direito à educação” - “Compreensão da educação como valor essencial para o desenvolvimento...” - “Declaração Universal dos Direitos do Homem”	X	X	X
	- “assegurar a obrigatoriedade e a acessibilidade da educação a todos”	X	X	
	- “por exemplo...” - “não há outro investimento que garanta tanto retorno com a educação”	X	X	
	- “luta universal contra a opressão e a discriminação” - “assegurar aos refugiados o exercício da cidadania”	X		X
	- “educação como direito pertencente ao núcleo de direito sociais” - “... ao prever o “acesso igualitário e livre do imigrante a serviços, programas e benefícios sociais, bem públicos, educação... dentre outros, o direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.”		X	X
	- “provedor e responsável pela sua promoção” - “O Estado brasileiro enquanto provedor...” - “os IFs... representam uma escolha por um projeto de orientar a educação, ciência e tecnologia, aliados ao projeto de desenvolvimento do país” - “os IFs possuem um mandato e princípios de ação muito distintos daqueles debatidos pelas universidades...” - “...o ensino técnico e profissionalizante é uma possibilidade de transformação dessa trajetória do trabalho”		X	
Pontos de vista (14) (6 e) (14 p)	- “O IFSP compreende que a educação é um valor essencial para a humanidade...” - “... estabelece padrões básicos para o tratamento do refugiado...” - “Não se pode negar...” - “... busca pela sua efetividade na prática...” - “uma vez que não se pode admitir que um país como o Brasil, com enormes desigualdades de renda e de bem-estar, ainda não incorporou plenamente a educação como política de Estado” - “... criar mecanismos que previnam qualquer forma de discriminação...”	X	X	
	- “...vem sendo desenhado...” - “é possível identificar demandas” - “focando principalmente” - “principais iniciativas” - “As principais ações do IFSP voltadas ao público imigrante” - “...a atuação do IFSP responde às mobilizações dos municípios...” - “...à luz de uma política que deve se orientar pelo desenvolvimento local e regional... o Campus SP reage aos arranjos de perfil populacional no bairro que se encontra.” - “O CEIM... busca reforçar a responsabilidade social frente à realidade em que se insere...”		X	
Sensibilização (11) (9 e) (9 p) (10 h)	- “O IFSP “constituiu” a CEIM para “viabilizar” o ingresso de refugiados e imigrantes...” - “...produzir impactos decisivos na vida de cada pessoa” - “o constituinte equiparou...brasileiros e estrangeiros no rol dos direitos e deveres individuais e coletivos...” - “...o direito à educação, sendo inadmissível a sua não efetividade...” - “... exaustivamente apresentada...” - “... assegurar os mesmos direitos aos demais alunos...”	X	X	X
	- “...defende a igualdade entre as pessoas ao reconhecer...”	X	X	
Estratégia de	- “...promoção humana...” - “...dignidade da pessoa...”	X		X

visibilidade (8) (8 p) (1 h)	- "...é importante que seja pensado com rigor..." - "...com o intuito de buscar respostas mais duradouras às questões..."		X	X
Reforçando a condição de vulnerabilidade (5) (4 e) (4 p) (4h)	- "...sofrem violação dos direitos humanos..."	X	X	X
	- "...impactando sobremaneira no agravamento das condições de vulnerabilidade..."	X		X
	- "...incluído a desvalorização de experiências profissionais e educacionais..."		X	
	- "...a região conta com uma série de espaços de convivência..."		X	
Empoderamento (5) (2 e) (3 p) (5 h)	- "...políticas pensadas para a reintegração produtiva do imigrante"		X	X
	- "...a educação um importante instrumento de promoção do desenvolvimento e dos direitos humanos..."	X	X	X
	- "...direito a ser conquistado..."			X
	- "...promoção da igualdade e do bem-estar social e individual..."	X		X
Ethos de humanidade (4) (4 e) (4 h)	- "...beneficiou o imigrante nigeriano..."		X	X
	- "...proporcionar prosperidade em ganho salarial..."			
	- "O IFSP tem como missão..."	X		X
	- "...sem perder de vista a convenção do estatuto do refugiado..." - "...a importância do caráter social e humanitário" - "o IFSP tem responsabilidade..."			
Representações coletivas compartilhadas (4) (4 e) (4 p) (4 h)	- "...tem como objetivo a "viabilização" do ingresso, como alunos, de "pessoas em situação de refúgio e imigrantes... em situação de vulnerabilidade" - "devem ser envidados todos os esforços para assegurar aos refugiados o exercício de sua cidadania, como pessoa humana." - "igualdade de condições" - "configuração migratória"	X	X	X

(*) Domínios de avaliação: Ético, Pragmático e Hedônico.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A análise dos dados do documento institucional também revelou que existiam sessenta e seis (66) procedimentos semânticos, sendo: quinze (22,7%), evidenciados na sequência argumentativa "Valores compartilhados"; quatorze (21%), presentes na sequência argumentativa "Pontos de vista"; onze (16,6%), na sequência argumentativa "Sensibilização"; oito (12%), na sequência argumentativa "Estratégia de visibilidade"; cinco (7%), em cada uma das sequências argumentativas "Reforçando a condição de vulnerabilidade" e "Empoderamento"; além de quatro (6%), em cada uma das sequências Ethos de humanidade e Representações coletivas compartilhadas.

Considerando os cinco domínios de avaliação dos procedimentos semânticos, propostos por Charaudeau (2008), evidenciou-se, na análise em questão, três desses domínios, que são: domínios do Ético, do Pragmático e do Hedônico.

Nessa perspectiva, o domínio do Ético é definido como aquilo que deve ser o comportamento humano, em termos de bem e de mal, diante de regras comportamentais impostas pelo consenso social ou pelo próprio indivíduo. Nessa análise, tem-se a política de educação, como um dever governamental, que tem a obrigação de disponibilizar o acesso, por ser uma ação necessária e primordial para o desenvolvimento humano, econômico e social.

Entre os inúmeros procedimentos semânticos que evidenciam o domínio do Ético, tem destaque a expressão contida no início do texto, no tópico intitulado: “Direito à Educação”, categorizado como “valores compartilhados”.

Na sequência do texto, iniciando o referido tópico, tem-se a frase “[...] IFSP, por meio de ato da Reitoria, constituiu a Comissão de Estudos para viabilizar o ingresso de refugiados e imigrantes nos cursos ofertados pela instituição”, categorizada como “sensibilização”, em que se tem mais uma demonstração do domínio do Ético.

Outro destaque se encontra na frase categorizada, como “ponto de vista”, que aponta a compreensão da instituição quanto ao valor da educação para a humanidade, como relatado:

Para a elaboração deste trabalho, que tem como objetivo a viabilização do ingresso, como alunos, de pessoas em situação de refúgio e imigrantes em situação de vulnerabilidade, leva-se em conta a circunstância desfavorável vivida por elas, motivando-as a se deslocarem de seus países para o Brasil. Faz-se necessária a compreensão da educação como valor essencial para o desenvolvimento de cada pessoa individualmente e da coletividade. Sobre este ponto, portanto, **o IFSP compreende que a educação é um valor essencial para a humanidade** (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 5, grifo nosso).

As expressões enfatizam os valores concernentes à justiça e solidariedade; ou seja, que é justo que toda pessoa humana tenha direito à educação e esta tenha um valor humanitário. Nesse contexto, o IFSP se solidariza e busca por essa condição.

Quanto ao domínio do Pragmático, tido como domínio de interesse, resultado da consequência de uma ação, ele é definido em termos de utilidade e inutilidade, quando for possível mensurar as ações humanas, em função das necessidades racionais do sujeito. Nesta análise, é apresentado como o acesso à educação é visto como fundamental, e destaca-se o quanto as ações para propiciar esse acesso se tornam relevantes e apropriadas.

Dentre os inúmeros procedimentos semânticos, que abarcam o domínio do Pragmático, destaca-se aquele categorizado como “estratégia de visibilidade”, composto pela expressão “com o intuito de buscar respostas mais duradouras às questões”, conforme destacado no seguinte trecho:

Em maio de 2017, a partir da experiência acumulada, o reitor em exercício baixa a portaria nº 1.838, constituindo a Comissão de Estudos para viabilizar o Ingresso de Refugiados e Imigrantes a cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Graduação do IFSP (CEIM), **com o intuito de buscar respostas mais duradouras às questões de acesso à educação para imigrantes**. Em janeiro de 2018, o curso de extensão “Português do

Brasil para Hispânicos” foi novamente proposto via Edital SPO 002/2018 contando já com as contribuições dos estudos do CEIM, incluindo flexibilidade nas exigências documentais e a publicação e divulgação em português e espanhol do edital, tendo em vista a melhoria do acesso à informação para o público-alvo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 21, grifo nosso).

Outras duas observações sobre o domínio do Pragmático estão inseridas na categorização “ponto de vista”, em que são demonstradas ações e procedimentos relevantes para o acesso à educação, por parte do refugiado/imigrante, a saber:

As principais ações do IFSP voltadas ao público imigrante datam de 2014, com a oferta de cursos de Cultura Brasileira e Língua Portuguesa para Es cursos de Cultura Brasileira e Língua Portuguesa para Estrangeiros via PRONATEC no município de Santo André e também por meio de programas de extensão, sob coordenação dos professores Luiz Henrique Siloto e Flavio Biasutti Valadares³³. Também, em 2016, o Prof. Flavio Biasutti Valadares realizou um ciclo de oficinas para hispânicos com o objetivo de propiciar vivências deste público para inserção no mercado do trabalho; foram 10 oficinas, no decorrer do ano, sobre diversas temáticas que envolveram cultura e língua, com ministrantes do Câmpus São Paulo, Departamento de Humanidades, área de Códigos e Linguagens (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 20, grifo nosso).

Em outro nível, a atuação do IFSP responde às mobilizações dos municípios que estão circunscritos. A cidade de São Paulo e a cidade de Santo André, desde 2013, têm dado ênfase à promoção de políticas voltadas à população imigrante, a partir da criação da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), no primeiro caso, e da atuação da Secretaria de Direitos Humanos e Cultura de Paz, no segundo. Ao mesmo tempo, **à luz de uma política que deve se orientar pelo desenvolvimento local e regional, o Câmpus São Paulo, especificamente, reage aos arranjos de perfil populacional no bairro em que se encontra** (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 21, grifo nosso).

As expressões apontadas estão ancoradas na frequência, na durabilidade e na habitualidade institucional de proporcionar ações de acesso, que viabilizem a inserção do refugiado/imigrante no mundo acadêmico e, conseqüentemente, contribui para o seu desenvolvimento profissional e para o acesso ao mundo do trabalho.

Por último, tem-se o domínio Hedônico que se define em termos dos sentidos, que propiciam a satisfação de um fim desejado. Nesse domínio, busca-se evidenciar a educação, como uma ação de bem-estar, relacionada com os projetos e ações que visam o sentimento de ser bem-sucedido, alcançar objetivos e conseguir o desenvolvimento, tanto individual quanto social.

Dentre os inúmeros procedimentos semânticos, que apontam o domínio do Hedônico, destacam-se aqueles categorizados como “Reforçando a condição de vulnerabilidade” e “Empoderamento”, compostos pelas expressões grifadas nos trechos a seguir, respectivamente:

Esse entendimento vai de encontro ao cenário mundial atual, onde milhares de migrantes internacionais e refugiados, que se deslocam de seus países por motivos os mais diversos, **sofrem violação dos direitos humanos**, guerras, conflitos locais, perseguição racial, religiosa, política, desequilíbrios socioeconômicos, grupo social ou nacionalidade, **impactando sobremaneira no agravamento das condições de vulnerabilidade** humana dessas pessoas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 9, grifo nosso).

Neste ponto, cumpre registrar o entendimento formado pelo IFSP, que reconhece na educação um importante instrumento de promoção do desenvolvimento e dos direitos humanos, pois entende que o acesso à Educação de qualidade é, dessa maneira, **um direito a ser conquistado**, sendo de fundamental importância não só para o exercício da cidadania de um povo, mas também para o crescimento econômico de uma nação, para a promoção da igualdade e do bem-estar social e individual, de tal sorte que a sua ausência é capaz de produzir prejuízos profundos e irremediáveis consequências no desenvolvimento de uma sociedade, além de produzir impactos decisivos na vida de cada pessoa (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 9–10, grifo nosso).

As duas expressões citadas correspondem à realização dos sentidos, por vezes nada surpreendentes; na primeira, reforça-se que aqueles que se deslocam sofrem todas as agruras possíveis e, devido a isso, agrava-se a condição de vulnerabilidade imposta a estas pessoas. Na segunda expressão, enfatiza-se que, havendo o acesso à educação, a justiça será efetivada ao conquistar o direito previsto.

De acordo com Charaudeau (2008), os domínios podem também combinar-se. Assim, a análise evidenciou também a combinação entre dois ou mais domínios, como as categorias “Valores compartilhados”, “Sensibilização”, “Reforçando a condição de vulnerabilidade”, “Empoderamento” e “Representações coletivas e compartilhadas”, que se sobrepõem.

Como observação, ressalta-se a análise da sequência argumentativa “Representações coletivas e compartilhadas”, onde todos os procedimentos semânticos evidenciam a combinação dos três domínios, como descrito a seguir:

Para a elaboração deste trabalho, que **tem como objetivo a viabilização do ingresso, como alunos, de pessoas em situação de refúgio e imigrantes em situação de vulnerabilidade**, leva-se em conta a circunstância

desfavorável vivida por elas, motivando-as a se deslocarem de seus países para o Brasil (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 5, grifo nosso).

Esse entendimento deve ser abraçado por todos os Estados Contratantes com o conseqüente reconhecimento de que **devem ser envidados todos os esforços para assegurar aos refugiados o exercício de sua cidadania, como pessoa humana**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 7, grifo nosso).

Sendo assim, o Estado Brasileiro enquanto provedor não deve medir esforços para que esse direito se torne efetivo a toda pessoa (sem distinção), tendo em vista que, pelo texto constitucional, a educação se orienta com base nos princípios da “**igualdade de condições para o acesso e permanência na escola**”, conforme foi assinalado (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 11, grifo nosso).

Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por um novo momento relacionado à **configuração migratória** de sua população, além de um maior envolvimento com as políticas globais, com a participação no mercado e o acompanhamento de tendências de políticas públicas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2018, p. 18, grifo nosso).

Considerando essa sobreposição, tem-se que dos sessenta e seis procedimentos semânticos encontrados, cinquenta e cinco (83%) foram observados no domínio Pragmático; trinta e sete (56%) no domínio Ético; e trinta e cinco (53%) foram observados no domínio Hedônico, o que indica que os argumentos propostos se destacam, respectivamente, como úteis, bons, agradáveis e que são relevantes.

Desse modo, de acordo com Charaudeau (2007), pressupõe-se a construção de um dispositivo (relatório) a serviço de um regime democrático, onde a instância política direciona o seu agir, por meio de um discurso político, que exerce o seu poder em nome dos valores comuns, que viabilizam a convivência entre essa instância política (organização) e a instância cidadã. Nos casos em comento, nota-se a combinação dos valores relevantes e mensuráveis (pragmático), com os valores que evidenciam a condição de aplicabilidade da justiça (ético), coadunando, ainda, com o êxito esperado de assegurar o pleno exercício de cidadania aos refugiados/imigrantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que o relatório, baseado nos estudos realizados, pode se tornar um mecanismo de convencimento para que as ações indicadas sejam transformadas em uma política institucional, foi possível identificar a utilização de sequências argumentativas,

procedimentos semânticos e domínios de avaliação na construção de um instrumento, que é utilizado como metodologia, de cunho objetivo e de prestação de contas.

Além disso, constata-se que esse instrumento não se destina especialmente ao público interno e não contém apenas o caráter orientador para as tomadas de decisões dos gestores do IFSP. Assim, ele também é utilizado como estratégia de argumentação, com predominância do domínio do Pragmático, na modalidade patêmica, utilizada para persuadir e sensibilizar emocionalmente aqueles que detém o poder decisório, inclusive, no âmbito externo à instituição.

A análise do discurso propiciou concluir que, no relatório apresentado pela Ceim, usaram-se de mecanismos de convencimento, baseando-se nas seguintes sequências argumentativas: Valores compartilhados; Ponto de vista; Sensibilização; Estratégia de visibilidade; Reforçando a condição de vulnerabilidade; Empoderamento; Ethos de humanidade; e Representações coletivas compartilhadas. O discurso argumentativo objetivou, não somente, instaurar a credibilidade necessária para a prestação de contas, mas também, produzir sentidos e mobilizar tanto a sociedade, quanto à iniciativa privada e outras esferas da administração pública, no sentido de envidar recursos e esforços, além de disponibilizar investimentos, que viabilizem a implementação de uma educação pública, que atenda aos refugiados/imigrantes.

Apesar dos avanços normativos, observa-se que, para além das barreiras significativas enfrentadas pelos refugiados/migrantes, as instituições de ensino também enfrentam inúmeros desafios, para garantir a acolhida humanitária, a permanência e o êxito na participação de ações educativas. Em especial, destaca-se a ausência de diretrizes, normativas e protocolos que viabilizem disponibilidade de recursos, sobretudo financeiros, para a criação e a implementação de uma política pública específica. Ou seja, as instituições de ensino não estão preparadas para acolher essa população.

Reconhece-se que o estudo ficou restrito à análise das sequências argumentativas, dos procedimentos semânticos e dos domínios de valorização e que é interessante dar continuidade à pesquisa, buscando compreender tanto o *ethos* como o *logos* e, ainda, aprofundar a compreensão sobre as marcas de subjetividade, que possam surgir da análise dos adjetivos e substantivos utilizados no discurso do relatório da CEIM.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. *In: Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro, v. 1p. 231–254, 2008.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 1, n. 1, p. 129–144, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Lei 11.892 de 29 de maio de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Lei N. 13.445 de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 14 mar. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso político. *As Emoções no Discurso*, v. 1, p. 240–251, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/680766046/CHARAUDEAU-P-Pathos-e-discurso-politico-Lucerna-2007-p-240-251>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 256 p. ISBN 978-8572443692. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/linguagem-e-discurso-modos-de-organizacao-1e60ynfauj.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Relatório de atividades da Comissão de Estudos para viabilizar o ingresso de refugiados e imigrantes**. São Paulo: 2018. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/GAB/Comissoes/Relatorio_atividades_CEIM.pdf. Acesso em: 15 maio. 2022.

IOM. **World Migration Report 2020**. Genebra: IOM, 2019.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relatório%20Anual/Relatório%20Anual%202023.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, p. 11–29, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/lh/a/wrHqKDxCVGMHK8FZYpX4XcH/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO JR, Eliseu Vieira. Sinergia dos Stakeholders: **Um framework de Gestão e Responsabilidade Social – Estudo de Caso em Instituição de Ensino Superior Brasileira**. 2009. 312p. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção. Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Santa Barbara d.Oeste: Universidade Metodista de Piracicaba, 2009.

MENDES, Aylle de Almeida; BRASIL, Deilton Ribeiro. A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes. **Sequência (Florianópolis)**, p. 64–88, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/m857phqNWZFzQDZ8vqhLDLM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 8 mai. 2025

MIRANDA, Suélen Cristina de. O estudo das migrações a partir da Psicologia Social: Uma perspectiva crítica. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 19, n. 3, p. 566–582, set. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812019000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jun. 2022.

MOTA, Daniele Monteiro. Representações sociais, mídia e violência: **a “construção” dos migrantes e migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e da Folha de S. Paulo**. 2019, 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2019.

PNUD. Relatório do desenvolvimento humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York: United Nations New York, 2019.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 6ª Edição. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

TRT. **O número de migrantes no mundo ultrapassou os 280 milhões, 2023**. Disponível em: <https://www.trt.net.tr/portuguese/mundo/2022/12/19/o-numero-de-migrantes-no-mundo-ultrapassou-os-280-milhoes>. Acesso em: 2 jul. 2023.

UNCHCR. **Global Trends forced displacement in 2022, 2023**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends/> Acesso em: 2 jul. 2023.

3.3 Artigo 3 - O enquadramento das mulheres refugiadas/migrantes: representações sociais do discurso midiático²⁸

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar como a identidade da mulher refugiada/migrante é construída, observando as estratégias e mecanismos utilizados no enquadramento dos discursos midiáticos sobre o tema “mulheres refugiadas/migrantes”. Foi realizada uma pesquisa documental a partir do documentário disponível no canal “Câmara Record”, intitulado “Refugiadas trabalham como prostitutas no Brasil para sustentar famílias venezuelanas”. A metodologia, baseada na Teoria do Enquadramento e na Análise do Discurso, buscou compreender como as narrativas influenciam a percepção pública e as representações sociais dessas mulheres. Os resultados apontaram que o enquadramento midiático enfatiza os valores compartilhados em um *ethos* de humanidade, que reproduzem a vulnerabilidade imposta pela cultura patriarcal e pelas questões de gênero, religiões e conservadorismo. Como conclusão, nota-se a ausência de uma abordagem midiática que contenha uma representação social que abarque de forma efetiva os problemas e violências enfrentados pelas mulheres refugiadas e destaca-se a necessidade de se aprofundar na compreensão das marcas de subjetividade presentes na narrativa midiática.

Palavras-chave: Representações Sociais; Mulheres refugiadas/migrantes; Enquadramento midiático.

El encuadre de las mujeres refugiadas/migrantes: representaciones sociales en el discurso de los medios de comunicación

Resumen: Este artículo busca analizar cómo se construye la identidad de las mujeres refugiadas/migrantes, observando las estrategias y mecanismos utilizados para enmarcar los discursos mediáticos sobre el tema. La investigación documental se realizó a partir del documental "Refugiadas se prostituyen en Brasil para apoyar a familias venezolanas", disponible en el canal "Cámara Record". La metodología, basada en la Teoría del Enmarcamiento y el Análisis del Discurso, buscó comprender cómo las narrativas influyen en la percepción pública y las representaciones sociales de estas mujeres. Los resultados indicaron que el enmarcamiento mediático enfatiza valores compartidos dentro de un *ethos* de humanidad, que reproduce la vulnerabilidad impuesta por la cultura patriarcal y cuestiones de género, religión y conservadurismo. Concluimos que carecemos de un enfoque mediático que contenga una representación social que abarque eficazmente los problemas y la violencia que enfrentan las mujeres refugiadas. Enfatizamos la necesidad de profundizar nuestra comprensión de las marcas de subjetividad presentes en las narrativas mediáticas.

Palabras clave: Representaciones sociales. Mujeres refugiadas/migrantes. Marco mediático.

²⁸Artigo submetido à **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – *Qualis* CAPES 2017-2020 A4 - ISSN: 1983-5922, que se encontra em processo de avaliação.

The framing of refugee/migrant women: social representations in media discourse

Abstrat: This article aims to analyze how the identity of refugee/migrant women is constructed, observing the strategies and mechanisms used in framing media discourses on the topic of "refugee/migrant women." The documentary research was conducted based on the documentary "Refugees Prostitute Themselves in Brazil to Support Venezuelan Families," available on the "Câmara Record" channel. The methodology, based on Framing Theory and Discourse Analysis, sought to understand how narratives influence public perception and social representations of these women. The results indicated that media framing emphasizes shared values within an ethos of humanity, which reproduces the vulnerability imposed by patriarchal culture and issues of gender, religion, and conservatism. We conclude that we lack a media approach that contains a social representation that effectively encompasses the problems and violence faced by refugee women. We emphasize the need to deepen our understanding of the marks of subjectivity present in media narratives.

Keywords: Social Representations, Refugee/migrant women, Media framework.

1 INTRODUÇÃO

A migração é um aspecto marcante que se manifesta de diversas maneiras ao longo do tempo, despertando grande interesse de líderes políticos, pesquisadores e comunidade em geral, ultimamente, devido à sua relevância, influenciada pela globalização, diversificação, rapidez e envolvimento político (Miranda, 2019).

Mota (2019) menciona que as migrações, independentemente de sua origem, implicam na locomoção do indivíduo de um local para outro, ocasionada principalmente por condições, como escassez de recursos, falta de emprego, degradação ambiental, conflitos armados, disputas políticas, entre outros. Portanto, vale ressaltar que, além da constância dos deslocamentos populacionais, a área de chegada não se restringe apenas ao aspecto geográfico, mas também abrange dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

De acordo com dados do Relatório Mundial das Migrações de 2022, existem 281 milhões de migrantes em todo o mundo, com aumento de 3,5%, comparativamente com o ano anterior. Desse total, 135 milhões são mulheres e 146 milhões homens (TRT, 2023). Além disso, tem-se como resultado de perseguição, conflito, violência, violação de direitos humanos, dentre outros fatores, 108,4 milhões são de pessoas que foram deslocadas à força em todo o mundo, das quais, 35,3 milhões ocorreram no final de 2022, conforme dados do último relatório *Global Trends*, publicado em junho de 2023 (UNCHCR, 2023).

No Brasil, de acordo com dados divulgados na última edição do relatório "Refúgio em Números", apresentado por Junger da Silva *et al.* (2023), foram feitas, no ano de 2022, 50.355

solicitações da condição de refugiado, provenientes de 139 países. Dessa forma, somadas àquelas registradas a partir do ano de 2011 (297.712), tem-se um total de 348.067 solicitações, desde o início da última década. As principais nacionalidades solicitantes, em 2022, foram venezuelanas (67%), cubanas (10,9%) e angolanas (6,8%). Dessas pessoas refugiadas reconhecidas pelo Brasil, os homens corresponderam a 56% deste total, enquanto as mulheres a 44%. Destaca-se que a maior parte desses refugiados tinha entre 25 e 39 anos, se encontravam, principalmente, na Região Norte, com destaque para Roraima (41,6%), seguida pelo Amazonas (11,3%) e pelo Acre (3,3%).

Para Oliveira e Tonhati (2022), citados por Junger da Silva *et al.* (2023), os fluxos migratórios no Brasil têm passado por processos de feminização e aumento no número de crianças e jovens, oriundos de países latino-americanos, caribenhos e africanos. Em 2022, 46,8% das pessoas, reconhecidas como refugiadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), eram crianças, adolescentes e jovens, com até 24 anos de idade. E, como registrado, a migração venezuelana tem sido responsável por essa nova configuração social das migrações no país.

Essa maior presença de mulheres, assim como o grande número de crianças e adolescentes, na composição deste grupo populacional, aumenta a necessidade de aprimorar as políticas públicas, essenciais à informação e à provisão de instrumentos de proteção social básica. Entretanto, apesar dos avanços da política migratória brasileira de fluxo, as políticas para inserção e acesso a direitos dos migrantes e refugiados ainda carecem de melhorias (Junger da Silva *et al.*, 2023).

Dessa forma, a Lei de Migração, n. 13.455, de 24 de maio de 2017, propõe que a política migratória, no território brasileiro, tenha como base os princípios que versam sobre a igualdade, o repúdio a qualquer tipo de discriminação aos migrantes e a universalidade dos direitos humanos, que resultem em uma acolhida humanitária, para que esse público tenha o pleno desenvolvimento econômico, político, cultural e social (Brasil, 2017).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), apesar da melhoria e da convergência nas capacidades centrais da Declaração do Milênio de 2000, algumas disparidades e desigualdades permanecem. Mesmo que todo indivíduo ou grupos de pessoas consigam ter acesso a recursos, pro serem aparados pela legislação formal ou pelas normas sociais, ainda se tem muita injustiça social e vulnerabilidade, que podem ser visíveis, principalmente, quando se evidencia que as

disparidades não estão sendo favorecidas ou reconhecidas, especialmente para aqueles grupos estigmatizados.

Nem toda as injustiças sociais são visíveis – muito menos reconhecidas – pelas instituições sociais, como sucede frequentemente, com grupos indígenas, ou étnicos; migrantes; pessoas lésbicas ou gays, bissexuais, trans e intersexo e outros grupos socialmente estigmatizados vítimas de abuso e discriminação (PNUD, 2019, p. 24).

No entanto, Gibney (2009) salienta que a migração pode não ser uma consequência da desigualdade, considerando que a desigualdade gerada na contemporaneidade não é econômica, mas, está diretamente ligada à desigualdade política, uma vez que o deslocamento do indivíduo envolve sua saída de um país, onde o exercia o pleno direito, para ficar à margem de qualquer direito em outra nação e ficar excluído da cidadania, alijado dos direitos reservados aos nativos e totalmente vulnerável.

Para Dadalto (2011), do mesmo modo que há uma mudança de consequência da desigualdade na contemporaneidade, as fronteiras também são destituídas, em consonância com a dimensão da centralidade do trabalho e das novas tecnologias de comunicação, sobre o fenômeno que atua, inclusive, no estilo de vida, no modelo produtivo, financeiro e de consumo da modernidade.

Outro ponto de destaque, no contexto das vulnerabilidades, diz respeito às situações de violência enfrentadas pelas mulheres refugiadas, sujeitas às desigualdades de gênero. Ou seja, por não encontrarem um lugar para viver dignamente na longa jornada em busca de segurança, elas estão sujeitas a diferentes violências que se exacerbam, devido ao simples fato de elas serem mulheres. Essa situação se intensifica, especialmente, quando o poder público as deixa à margem de ações que poderiam garantir a proteção contra os crimes que violam sua integridade física, sexual, financeira, psicológica e moral (Costa; Schwinn, 2017).

Nesse mesmo sentido, Lisboa (2006) destaca que muitos estudos têm apontado significativos fenômenos da “feminização da migração” e da “feminização da pobreza” e, ainda salienta a negligência das estatísticas sobre o fluxo crescente de mulheres, que fogem, de diferentes formas, de exploração e de uma estrutura social patriarcal a qual considera a mulher como “propriedade”.

Pressupõe-se então que este cenário sofre a influência das representações sociais, principalmente daquelas veiculadas pela mídia, e que as palavras e as imagens possuem e têm

o poder de trazer esclarecimentos, muitas vezes, com efeitos danosos, como reportado pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH, 2019):

É comum os meios de comunicação, governos e instituições públicas ou privadas para se referirem à temática da migração, utilizarem algumas expressões tais como: “crise de refugiados”, “crise migratória” e “imigrante ilegal”. Para além do uso indevido dessas expressões, que podem não descrever a complexidade do fenômeno, ainda, utilizam, equivocadamente o uso das palavras “imigrantes” e “refugiados” como sinônimos (IMDH, 2019, p. 10).

Outro ponto abordado pelo IMDH (2019), relaciona-se com o fato de incluir o migrante, como fontes nas reportagens e outros relatos para dar a ele espaço e voz, visando a sua contribuição para os debates e reflexões em favor de pesquisas e estudos que visem a construção, inclusive de políticas públicas que de fato os representem.

Segundo Batista e Bonomo (2017), as representações sociais midiáticas, no contexto das narrativas jornalísticas, podem colaborar para o fortalecimento do medo e para a estigmatização do outro, principalmente quando as notícias são compostas de matérias referentes a grupos minoritários, que enfatizam a hierarquização social e influenciam as índoles social, ideológica e cultural, endossando a inclusão e exclusão de categorias sociais.

Para fins deste estudo, a metodologia abrangeu uma abordagem qualitativa, com base nas Teorias do Enquadramento, fazendo-se uso da pesquisa documental, a partir de um documentário disponível no canal “Câmera Record”²⁹, intitulada “Refugiadas trabalham como prostitutas no Brasil para sustentar famílias na Venezuela”³⁰.

Para Cogo e Silva (2016), o enquadramento propicia ao indivíduo, com base nas construções socioculturais, identificar as formas de interpretar ou significar um acontecimento (em uma determinada situação) e verificar como se qualificam ou se posicionam os atores envolvidos. Esse conceito é interpretado como a mobilidade dos “quadros de experiências”, no qual os indivíduos se ancoram para entender e se posicionar em diferentes situações.

Desse modo, como pontua Orlandi (2012), a contribuição da teoria do enquadramento, conjugada com a Análise do Discurso, voltada para o domínio da palavra e para a materialidade da linguagem, pode permitir o encontro do linguístico, ideológico e histórico.

²⁹Câmera Record é um programa jornalístico da TV Record, que exhibe documentários e grandes investigações nas noites de domingo. Fonte: <https://recordtv.r7.com/camera-record/conheca-o-programa-camera-record-16042022>.

³⁰Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sliqYIIS2ns>.

Assim, buscou-se, neste artigo, examinar como a identidade da mulher refugiada/migrante é construída, observando quais estratégias e mecanismos são utilizados, nas representações sociais do discurso midiático, para o enquadramento das “mulheres refugiadas/migrantes”.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Discurso e enquadramento na mídia

De acordo com Hall (2016), a linguagem é uma das formas de como o pensamento, as ideias e sentimentos (sentidos) passam a ser representados em uma cultura, que não se limita nas palavras. Ou seja, esses sentidos são reproduzidos em conformidade com as relações sociais e suas significações, por meio de códigos estabelecidos ao longo do tempo e resultam em um sistema de representação materializado na linguagem.

Para Pêcheux (1995), essa materialização passa a ter relação com a base de sentidos e dizeres, a serem ditos ou não ditos na sociedade, conforme a interpretação ideológica e discursiva, que mobilizam sentidos enunciados referente ao interdiscurso, ou seja, o dito do outro/Outro, pronunciado em outro lugar, que sustenta a possibilidade de todo dizer.

Desta forma, entende-se que o discurso jornalístico, por meio de diferentes narrativas³¹, pode resultar em distintas representações e memórias sobre refugiados no Brasil. Assim, pressupõe-se que o discurso produza sentidos, a partir de determinadas narratividades sobre as mulheres refugiadas e aciona diferentes memórias e significados, que determinam os espaços de interpretação e de identificação, a partir do enquadramento proposto.

O enquadramento é determinado pelo sentido e produzido pelo indivíduo participante. Ele é uma dinâmica estritamente subjetiva, que se encontra posicionada em um contexto de conjunturas laterais e simultâneas e está ancorado em seu mundo circundante. Assim, esses incontáveis acontecimentos se constituem como pistas paralelas à atividade enquadrada. No entanto, o indivíduo pode manter o foco apenas no objeto específico, dando visibilidade apenas para o que foi enquadrado, sem margens para a ampliação da interpretação (Goffman, 2012). De acordo com França (2012), na vida cotidiana, a partir da mídia, ao se atentar para a dinâmica dos acontecimentos e para os diferentes posicionamentos do público quando os sentidos são aguçados de formas diferentes, ao retomar os acontecimentos, tem-se a atuação

³¹Narratividade = historicidade.

em diferentes “quadros de sentidos” transformados e revestidos em formas simbólicas distintas viabilizando novas condições da experiência.

Goffman (2012) salienta que a fronteira imaginária se torna uma borda reguladora, que limita a atividade enquadrada do contexto e da conjuntura ao seu redor e os papéis exercidos trazem consigo a essência de “si mesmo” (personalidade), propiciando os esquemas interpretativos.

De acordo com Entman (1993), estudar sobre o enquadramento da mídia, sob a perspectiva da audiência, permite estimar se as mensagens jornalísticas tendem a influenciar o pensamento do espectador, tendo em vista a indicação de problemas, diagnósticos de causas e sugestão de julgamentos morais e, eventualmente, contribuir para a apresentação de resoluções. O autor ressalta, que:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito (Entman, 1993, p. 52).

Colling (2002) destaca algumas variáveis no enquadramento, especialmente, no que tange aos comentários interpretativos que rodeiam as reportagens, que podem ser facilmente identificadas com a noção de hegemonia e ideologia. Para o autor, a concepção do instrumento informativo, neste formato, pode estar tomada por mensagens que não estão totalmente manifestadas, como chavões, metáforas etc., viabilizando rotular determinados movimentos sociais ou eventos e, ainda, apresentar à audiência conteúdos que a auxiliem a explicar o seu ponto de vista.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método envolveu a análise do discurso, com base na argumentação. Na perspectiva dialógica, de acordo com Amossy (2011), a argumentação está presente no discurso de um ponto de vista pessoal, sendo selecionadas uma ou mais modalidades argumentativas, que propiciem o bom funcionamento da estratégia de persuasão.

O objeto de estudo escolhido foi o documentário “Refugiadas venezuelanas rendem-se à prostituição para alimentar os filhos”, idealizado pelo programa “Câmara Record”, apresentado pela Rede Record de Televisão, disponível no canal do *YouTube*.

Segundo Medeiros (2017), documentário é um gênero secundário, que se apodera dos diálogos da esfera do cotidiano, explicando verbalmente quais são as questões sobre as quais deve-se refletir. Para a autora, o gênero documentário está autorizado a expor o ponto de vista, devido à construção da formação discursiva de autoridade, que se diferencia do jornalismo, uma vez que não necessita se preocupar em produzir um efeito de neutralidade do enunciador (sentido objetivante).

Para compreender o perfil discursivo e as estratégias empregadas nos documentários, a análise do *ethos* (imagem daquele que fala) é primordial, considerando que não tem como o locutor (o programa) se desvencilhar da enunciação, ao passo que o interlocutor (telespectador) se antecipa em interpretar o enunciado (o documentário), tendo em vista a representação do enunciador (o programa “Câmera Record”).

Neste estudo foram utilizados os descritores “Refugiadas + Venezuelanas”, com os quais foram encontradas apenas três reportagens jornalísticas, relacionadas a: a) Refugiadas venezuelanas buscam oportunidade de mudar de vida – Record TV Goiás (63 mil visualizações); b) Refugiadas venezuelanas rendem-se à prostituição para alimentar os filhos (7.174.340 visualizações); c) Militares brasileiras ajudam venezuelanas a recomeçarem a vida (46 mil visualizações).

No estudo em questão, foi escolhido para análise o vídeo com mais visualizações, cujo o título “Refugiadas venezuelanas rendem-se à prostituição para alimentar os filhos” já menciona uma formação argumentativa que chamou a atenção para uma identidade social. Esse vídeo, tem duração de sete minutos e cinco segundos, e, no momento da pesquisa, o havia 7.174.340 visualizações, 81 mil curtidas e 9.193 comentários. Este documentário foi publicado no canal do *YouTube*, em 30 de julho de 2018. Cabe salientar que no documentário não consta a informação sobre data de sua veiculação no canal de televisão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Preliminarmente, à apresentação dos resultados e discussão tem-se que contextualizar a Rede Record de Televisão. Inaugurado em 1953, sob o nome de TV Record, o canal foi adquirido em 1989 pelo pastor Edir Macedo, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. Ao final da década de 2000, a emissora passou a ocupar o segundo lugar, em audiência nacional, em canal aberto (Fundação Getúlio Vargas, 2009). A estrutura da Record reflete uma estratégia midiática da fé e atua como veículo corporativo religioso, em que a fé é

transformada em produto simbólico e adaptada às lógicas de consumo midiático. Ressalta-se que ele tem um viés filosófico, nesse sentido, não é apenas um canal de evangelização, mas, sim um instrumento de poder simbólico e político (Cunha, 2017).

Na narrativa em questão, nota-se a substituição do nome próprio por informações consideradas relevantes culturalmente pelo narrador. Para informar sobre o tema “mulheres refugiadas”, utiliza-se o recurso de categorização dos atores sociais, substituindo o nome próprio por outras formas de nomear. Isso denota uma escolha por um determinado tipo de referência, fundindo e confundindo, o que traz sentido e chama a atenção para determinado aspecto da identidade social.

A observação paira em dois substantivos femininos, prostitutas e venezuelanas, que serpenteiam ao longo da narrativa e que apresentam as marcas da subjetividade, a saber:

A vida em Roraima é bem diferente do que as **venezuelanas** esperavam para conseguir dinheiro para alimentar os filhos.

[...] Onde mais se observa a presença das **prostitutas venezuelanas**.

[...] Mas, **as prostitutas** não querem mais conversa.

[...] **As venezuelanas** contam que são os brasileiros que mais procuram por ela.

[...] As **três prostitutas** vivem juntas em uma casa alugada.

[...] **As prostitutas** de rua **venezuelanas...** (Documentário, 2018, grifo da autora).

Na perspectiva dialógica, de acordo com Amossy (2011), a argumentação está presente no discurso de um ponto de vista pessoal, sendo selecionadas uma ou mais modalidades argumentativas, que propiciem o bom funcionamento da estratégia de persuasão.

O gênero documentário, concede a prerrogativa de se expor o ponto de vista, utilizando-se, inclusive, da estratégia de persuasão, a partir das marcas de subjetividade, imposta pelo enunciador em relação às crenças e valores. Ele possibilita a construção de sentidos, por meio do uso de recursos lexicais e avaliativos, genéricos e polifônicos, dentre outros, visando persuadir o interlocutor a refletir sobre a temática e, de certa maneira, se posicionar perante os valores compartilhados.

De acordo com Charaudeau (2008), esses procedimentos semânticos utilizam-se de argumentos fundamentados em um consenso social, considerando determinados valores compartilhados.

Com isso, nas análises realizadas, buscou-se categorizar o discurso por meio das sequências argumentativas utilizadas pelo narrador, conforme disposto na Tabela 1, a seguir apresentada.

Tabela 1 – Classificação das sequências argumentativas

Sequências argumentativas	Procedimentos semânticos
Valores compartilhados	“Sem trabalho, sem dinheiro e sem esperança” “Muitas vendem a única coisa que ainda resta, o próprio corpo” “O bairro não estava acostumado com esse fluxo de prostituição” “Garotas de programa buscam seus clientes na porta dos bares” “Encontram na prostituição uma forma de ganhar dinheiro” “Levou apenas um mês para cair na prostituição” “Optou pelo trabalho mais difícil, mas que daria mais dinheiro” “O dinheiro que a família não tem ideia de onde vem” “Por serem pessoas que não têm a nossa cultura, a nossa língua”.
Ethos de humanidade	“Sem trabalho, sem dinheiro e sem esperança” “Perdeu o marido há 2 anos em um acidente de trabalho” “Afirmam que já foram humilhadas” “Sustentar a família” “Ela tentou vender café nas ruas” “Algumas mulheres parecem não se importar com a presença de crianças” “Na expressão constrangida no rosto de Carolina é de quem nunca havia se prostituído” “Os pés castigados, mostram que aqui no Brasil a vida continua difícil” “Muitas vezes nem recebem pelo programa” “Riscos que elas correm para ajudar a sustentar os parentes que ficaram na Venezuela” “Dividem o sonho de uma vida melhor”

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Diante da análise do modo de organização argumentativa, observa-se a utilização de duas (2) sequências argumentativas, que são: a) valores compartilhados; b) *ethos* de humanidade, que reforçam a condição de vulnerabilidade.

Foram encontrados vinte (20) procedimentos semânticos, dos quais, nove (45%) evidenciados na sequência argumentativa “Valores compartilhados” e onze (55%) evidenciados na sequência argumentativa “*ethos* de humanidade”.

Na sequência argumentativa “Valores compartilhados”, verifica-se que o narrador conta a história de mulheres refugiadas, baseada no contexto social e histórico vivenciado no Brasil, recentemente. Com isso, se apodera de termos que remetem às condições “impuras” (dada a vertente religiosa e conservadora da emissora em que o programa está ancorado), ao compartilhar os eventos que o deslocamento das refugiadas pode causar nos locais onde elas se instalarem.

A sequência argumentativa “*ethos* de humanidade” aparece quando o discurso busca sensibilizar o público, apelando para valores humanos universais. Essa é uma sequência argumentativa que constrói a imagem de sujeitos como vulneráveis, sofridos, dignos de compaixão e solidariedade.

Os procedimentos semânticos, apontados na sequência argumentativa “valores compartilhados”, enfatizam as condições de mulher marginalizada, de pessoa indesejada, rebaixada a uma condição quase que desumana e, especialmente, vulnerável, que é alvo de violências múltiplas. No entanto, essas mulheres são enquadradas como uma ameaça, como pode ser observado no procedimento semântico “*O bairro não estava acostumado com esse fluxo de prostituição*”. Nos trechos analisados observa-se a ativação de valores como dignidade humana, ordem social, decência pública e identidade cultural. O discurso enquadra essas mulheres ora como vítimas de um sistema excludente, ora como agentes que desafiam normas sociais estabelecidas.

A teoria do enquadramento, nesse sentido, mostra como o discurso organiza os sentidos de forma a provocar empatia, julgamento moral ou estranhamento cultural. Ao mobilizar “valores compartilhados”, o discurso constrói uma narrativa que oscila entre a justificação da prostituição, como meio de sobrevivência e a reprovação social da sua visibilidade e impacto comunitário. Assim, esse procedimento semântico não apenas sustenta os argumentos, mas também delimitam os contornos simbólicos do que é considerado aceitável ou condenável.

No que tange os procedimentos semânticos, da sequência argumentativa, “*ethos* de humanidade”, os trechos demonstram mulheres vulneráveis em situações de dor, luta e dignidade ferida, dignas de compaixão. Ao mesmo tempo, o discurso enquadra essas mulheres, como vítimas de um sistema injusto, mas também como agentes de resistência, o que mobiliza empatia, engajamento do público. Nos trechos como “levou apenas um mês para cair na prostituição”, “optou pelo trabalho mais difícil, mas que daria mais dinheiro”, o dinheiro que a família não tem ideia de onde vem”, e “por serem pessoas que não têm a nossa cultura, a nossa língua”, o discurso constrói um “*ethos*” marcado pela fragilidade social, pelo sacrifício pessoal, pelo silenciamento familiar e pela exclusão cultural. Esses elementos funcionam como gatilhos de sensibilização e convidam o público a reconhecer a humanidade dessas mulheres, mesmo diante de escolhas que desafiam as normas morais, neste caso imposta pelo enunciador.

Outra evidência observada nos procedimentos semânticos está relacionada ao **lugar social de quem narra os fatos**; ou seja, as concepções de vida da narrativa são propostas do ponto de vista do enunciador, que aponta o fazer do “outro”, utilizando-se de pronomes (ela/s, dela/s, nossa), conforme os seguintes procedimentos semânticos:

[...] **Muitas vendem** a única coisa que ainda resta, o próprio corpo [...] encontram na prostituição uma forma de ganhar dinheiro [...] **levou apenas um mês para cair** na prostituição [...] **optou pelo trabalho** mais difícil, mas que daria mais dinheiro [...] **A colega dela**, Vanessa [...] por serem pessoas que **não têm a nossa cultura, a nossa língua** [...] (Documentário, 2018, grifo da autora).

Como atenuante da escolha do enunciador de “dizer dessa forma e não de outra”, notam-se, na sequência argumentativa de “*ethos* de humanidade”, procedimentos semânticos, que, inclusive, reforçam as condições de vulnerabilidade em que a mulher refugiada se encontra.

Para Maingueneau (2008), o dito de outro modo é o efeito que aquele que escreve ou, no caso concreto, aquele que fala, pretende causar sobre aquele que escuta. O locutor pressupõe o outro e, ao construir o seu discurso, interfere na interação do interlocutor como coconstrutor. Assim, tem-se o “*ethos* mostrado³²” que, apesar de não ser dito, o enunciador se mostra, inclusive, por meio da escolha das palavras utilizadas e no tom da voz.

Os procedimentos semânticos encontrados e classificados na referida sequência argumentativa parecem demonstrar uma certa solidariedade para com a questão apontada no documentário. As palavras utilizadas e o tom de voz do narrador, nos trechos a seguir, trazem a sensação de que há uma compaixão pela situação vivenciada:

Os pés castigados, mostram que aqui no Brasil a vida continua difícil.
 [...] A colega dela, Vanessa Perdeu o marido há 2 anos em um acidente de trabalho
 [...] A terceira garota, que também se chama Vanessa, veio para Roraima depois de descobrir que o filho estava doente.
 [...] Ela tentou vender café nas ruas. Com a forte concorrência de outros venezuelanos optou pelo trabalho mais difícil, mas que daria mais dinheiro (Documentário, 2018).

³² *Ethos* mostrado é a imagem de si que o locutor (quem fala ou escreve) expõe diretamente no discurso. É o que está visível, ou seja, o jeito que a pessoa fala, os argumentos que usa, o vocabulário, o tom, os gestos (se for oral). Ele é construído no próprio ato de enunciação, não é algo que vem de fora ou no apenas declarado. O *ethos* mostrado é percebido pelo público por meio da forma como discurso construído (Maingueneau, 2008).

Na análise realizada, nota-se a sobreposição do procedimento semântico “Sem trabalho, sem dinheiro e sem esperança”, nas duas categorias encontradas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que, não há menção à expressão “refugiada(s)” nos trechos da narrativa do documentário, uma vez que as entrevistadas são representadas como “prostitutas” ou “venezuelanas”.

Além disso, verificou-se que a expressão “refugiada(s)” é apenas referenciada no título do documentário: “**Refugiadas venezuelanas** rendem-se à prostituição para alimentar os filhos”; e, na sinopse, como nota de introdução: “Sem trabalho formal, muitas **mulheres venezuelanas refugiadas** encontram na prostituição uma forma de ganhar dinheiro, sobreviver no Brasil e ajudar a família”. A teoria do enquadramento mostra como o discurso organiza o sentido e direciona o olhar do público, às vezes para empatia, as vezes para o julgamento, e às vezes para a naturalização.

Tendo estas observações, como ponto de partida e, com base na análise realizada, conclui-se que, no enquadramento do discurso midiático, proposto pelo documentário, sobressaíram dois argumentos: valores compartilhados e *ethos* de humanidade. Ou seja, apenas reproduziram-se os valores compartilhados, o que reforça a situação de vulnerabilidade imposta pela cultura patriarcal, mais ainda pela questão de gênero, e pela percepção de cunho religioso e conservador, do que propriamente pelos problemas e situações, que circundam o tema “mulheres refugiadas” e as formas de violência a elas destinadas. O discurso enquadra essas mulheres ora como vítimas, ora como agentes racionais, ora como estranhas ao tecido social local, tudo isso com base em valores que o público reconhece e compartilha.

Nesse sentido, o documentário se constrói, defendendo implicitamente a cultura local, a manutenção da ordem e a contenção de ameaças e aponta a mulher apenas como mercadoria ou refugio humano, expondo-a, ainda mais, como vítima da violência social e aumentando a sua invisibilidade como refugiada, que enfrenta violências múltiplas (de conflito, perseguições políticas, de gênero, racial) e graves violações dos direitos humanos.

Desse modo, evidencia-se que o documentário analisado traz um posicionamento de cunho moral, religioso e conservador em relação às condições em que se encontravam as mulheres refugiadas, em 2018, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, em Roraima,

especificamente, em função do perfil filosófico e enviesado, como um instrumento de poder simbólico e político da Record. A articulação entre as duas sequências argumentativas revela a complexidade dos sentidos produzidos e não apenas informa, mas também posiciona o público diante de dilemas éticos e sociais, ativando afetos, julgamentos e identificações que sustentam a sua força argumentativa.

Considerando que a discussão do trabalho ficou restrita à análise das sequências argumentativas e dos procedimentos semânticos, nota-se que há espaço para a continuidade desta pesquisa, com vistas a aprofundar a compreensão sobre as marcas de subjetividade, que possam surgir da análise dos adjetivos e substantivos, utilizados no referido documentário.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 1, n. 1, p. 129–144, 2011.
- BATISTA, Roberta Rangel; BONOMO, Mariana. Representações sociais de imigração e imigrantes em jornais britânico, francês e alemão no ano de 2012. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 432–453, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/37125>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- BRASIL. **Lei N. 13.445 de 2017**. Institui a Lei de Migração, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 14 mai. 2024.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- COGO, Denise; SILVA, Terezinha. Entre a "fuga" e a "invasão": alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista Famecos**, v. 23, n. 1, p. ID21885–ID21885, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/21885>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos**, v. 9, n. 17, p. 88–101, 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3154>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- COSTA, M. M. M.; SCHWINN, S. A. Desafios às políticas públicas no campo da violência de gênero contra mulheres migrantes e refugiadas. *In: Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em:

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/17719/4593>. Acesso em: 14 mai. 2024.

CUNHA, Christina Vital da. “Televisão para salvar”: religião, mídia e democracia no Brasil Contemporâneo. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 42, p. 199-235, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41895>. Acesso em: 8 mai. 2025.

DADALTO, Maria Cristina. **A Representação Social Sobre A Imigração Na Mídia Brasileira** – Mapeamento e análise dos discursos comunicacionais. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

ENTMAN, Robert M. Framing: Towards clarification of a fractured paradigm. **McQuail’s reader in mass communication theory**, v. 390, p. 51-58, 1993. Disponível em: <https://fbaum.unc.edu/teaching/articles/J-Communication-1993-Entman.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. Galáxia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, v. 1, n. 24, p. 10-21, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406>. Acesso em: 14 mai. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Rede Record de Televisão FGV - CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV - Centro de Pesquisa e Documentos de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-record-de-televisao>. Acesso em: 30 abr. 2024. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/rede-record-de-televisao>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GIBNEY, Matthew. **Precarious Residents: Migration Control, Membership and the Rights of Non-Citizens United Nations Development Programme**, 2009. Human Development Research Paper 2009/10 Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdrp_2009_10.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Apicuri: PUC-Rio, 2016.

IMDH, I. M. E D. H. (ED.). **Migrações, Refúgio e Apatridia: Guia para Comunicadores**. ACNUR, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Refúgio em números, 2023**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais-OBMigra, Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. 2023. Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relatório%20Anual/Relatório%20Anual%202023.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

LISBOA, T. K. Gênero e Migrações: trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 14, n. 26/27, p. 151-166, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042004005.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. *In: Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, p. 11–29, 2008. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1576>. Acesso em: 14 mai. 2024.

MEDEIROS, P. M. DE. **O meio ambiente na narrativa documental**: uma análise das estratégias discursivas de documentários sobre a agricultura industrial. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

MIRANDA, Suélen Cristina de. O estudo das migrações a partir da Psicologia Social: Uma perspectiva crítica. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 566-582, set. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000300002. Acesso em: 14 mai. 2024.

MOTA, D. M. **Representações sociais, mídia e violência: a “construção” dos migrantes e migração venezuelana em Roraima por meio dos websites da Folha de Boa Vista e da Folha de S. Paulo**. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras), Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Pontes, 2012.

PNUD. **Além do rendimento, além das médias, além do presente**: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Relatório do desenvolvimento humano 2019. New York: United Nations New York, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

TRT **Global Headquarters**. Disponível em: <https://www.trt.net.tr/portuguese/mundo/2022/12/19/o-numero-de-migrantes-no-mundo-ultrapassou-os-280-milhoes>. Acesso em: 02 abr. 2024.

UNCHCR. **Global Trends forced displacement in 2022**. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends?>. Acesso em: 02 abr. 2024.

3.4 Artigo 4 – A educação como política pública preventiva de controle contra a violência que atinge o público refugiado na percepção de seus executores³³.

Resumo: Neste estudo, buscou-se examinar o funcionamento, os problemas, os desafios e as contribuições das ações educativas propostas para atender ao público refugiado/migrante adulto, no Brasil, por meio da perspectiva daqueles que contribuíram para a sua execução. Foram realizadas entrevistas com executores das ações educativas no âmbito dos Institutos Federais de Brasília, do Rio Grande do Sul e de Roraima, buscando responder questões relativas à execução, aos atores envolvidos, à filosofia e às metodologias. Os resultados destacam a importância de ações educativas como meio de promover a inclusão social e dignidade do público refugiado/migrante, além de evidenciar a necessidade de um suporte contínuo e políticas públicas que garantam os seus direitos e as oportunidades de melhoria de vida. Conclui-se, portanto, que as ações educativas promovem a integração social, auxiliam na adaptação da nova realidade, proporcionam o aprendizado da língua portuguesa e o desenvolvimento de habilidades práticas, que facilitam a inserção no mercado de trabalho e têm um papel crucial na melhoria da qualidade de vida do público refugiado/migrante.

Palavras-Chave: Educação; Alcances; Percepções; Público Executor.

Education as a public policy in the prevention and control of violence against refugees in the perception of its perpetrators

Abstrat: This study sought to examine the functioning, problems, challenges and contributions of the educational actions proposed to serve the adult refugee/migrant public in Brazil, through the perspective of those who contributed to the execution. Interviews were conducted with the executors of the educational actions within the scope of the Federal Institutes of Brasília, Rio Grande do Sul and Roraima, seeking to answer questions related to the execution, the actors involved, the philosophy and the methodologies. The results highlight the importance of educational actions as a means of promoting the social inclusion and dignity of the refugee/migrant public, in addition to highlighting the need for continuous support and public policies that guarantee their rights and opportunities. It is concluded, therefore, that educational actions promote social integration, help in the adaptation to the new reality, provide the learning of the Portuguese language and the development of practical skills, that facilitate insertion in the labor market and play a crucial role in improving the quality of life of the refugee/migrant public.

Keywords: Education; Reaches; Perceptions; Executing Audience.

1 INTRODUÇÃO

A intensificação do fluxo migratório, nos últimos anos, alavanca o debate político internacional sobre a temática relativa às migrações. De acordo com Bauman (2017), os

³³ Artigo submetido à **Revista Diálogos Possíveis** – *Qualis* CAPES 2017-2020: A4 - ISSN: 2447-9047, que se encontra em processo de avaliação.

deslocamentos devem ao estilo de vida moderna que pressupõe a produção de pessoas redundantes, consideradas localmente excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou consideradas intoleráveis, em razão de conflitos causados pelas transformações sociais, políticas e lutas por poder.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Migrações de 2022, o número de migrantes internacionais aumentou de 84 milhões, em 1970, para aproximadamente 280 milhões em 2020 (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022).

No Brasil, desde 2018, o fluxo de migrantes com status de solicitante de refúgio é crescente. Isto se deu em função de alguns fatores, como as questões políticas, econômicas e sociais que ocorreram e ocorrem na Venezuela.

Nesse contexto, Hissa e Joo (2024) explicam que a atual legislação brasileira tem o condão de assegurar e reconhecer o exercício dos direitos e garantias fundamentais, conferindo aos migrantes a possibilidade da emissão de documentos pessoais. Ainda, segundo os autores, esse reconhecimento é um elemento essencial para a concessão da condição de refugiado e de todo o sistema protetivo que ele possa usufruir.

Dagar (2023) enfatiza que, dentre o exercício dos direitos e garantias fundamentais, tem-se a necessidade de implementar políticas públicas que viabilizem a construção de meios de subsistência sustentáveis e decentes para os refugiados, por meio da educação. Considera-se que, quando as oportunidades educacionais são limitadas, resultando em baixas qualificações, os refugiados são forçados a aceitar trabalhos discriminatórios e precários, principalmente no setor informal.

Diante disso, nota-se, no Brasil, a ausência de políticas afirmativas que proporcionem a integração e participação nos espaços decisórios, que viabilizem a formulação de ações específicas, com a atenção voltada para atender as demandas próprias da população refugiada. Assim sendo, as ~~para~~ ações propostas são realizadas de modo pouco articulado, sem um planejamento e sem continuidade e carecem de um acompanhamento, tanto do governo federal quanto de outros entes, para que se instale, por meio da implementação de ações, uma agenda política própria como uma política pública. (Gonçalves, 2019).

Lima, Aguiar e Lui (2021), por meio das teorias desenvolvidas por Howlett, Mukherjee e Woo (2015), Junjan (2020), Peters (2020), Linder e Peter (1990) e Dryzey e Ripley (1988), ao analisarem as dimensões relacionadas ao desenho de uma política pública, destacam que o direcionamento para o desenvolvimento de soluções de problemas sociais

deveria culminar na esperança de tentar entender a sua dinâmica, a partir do reconhecimento da existência de um problema público e sua forma de solução, por meio de padrões de ação na sua resolução, independente dos atores envolvidos.

Por outro lado, segundo a teoria de Ingram e Schneider (2009), que trata da construção social de populações-alvo, para o estudo de políticas, não se devem incluir apenas os elementos racionais e instrumentais da política, mas também incorporar os componentes que são eivados de valores, como as construções sociais, as lógicas e as suposições implícitas. Ou seja, a *policy design*, que constitui o conteúdo e as práticas sociais pelas quais as políticas são transmitidas, possui um componente simbólico, estruturado nas construções sociais, que pode criar ou perpetuar estigmas e estereótipos ligados ao grupo-alvo, na sociedade. Para tanto, há a necessidade de uma compreensão mais sutil da viabilidade política, da responsabilidade cidadã e das dinâmicas entre a construção e a implementação das políticas, para que possam melhor servir aos ideais democráticos.

Nesse sentido, tem-se que as políticas, programas ou ações, que são desenvolvidos, são afetados pelas construções sociais e se incorporam ao discurso político e aos elementos que compõem a *policy design*. Assim, entende-se que, desde a sua idealização até a implementação, qualquer política sofre influência de inúmeras interpretações e expectativas de todos os atores políticos envolvidos, tais como, as diferentes crenças e as atribuições de valores às pessoas, aos objetos e aos eventos.

Para Kleba e Wendausen (2009), a ressignificação das relações sociais e a facilitação na superação de conflitos, são elementos fundantes no processo de influência, para a mediação do empoderamento, mediante a revisão dos sentidos na produção da vida no dia a dia. Diante disso, considera-se importante conhecer as percepções dos atores políticos, especialmente daqueles atores que estão envolvidos na implementação de projetos e ações, que têm como objetivo a prevenção e o controle da violência contra o público refugiado. Essa análise possibilita considerar os conhecimentos e as experiências acumuladas ao longo do processo de implementação das ações, o que auxilia a caracterizar o cenário evolutivo e, ao mesmo tempo, compreender a lógica de funcionamento, os problemas, os desafios e as contribuições, visando uma avaliação mais próxima da realidade, ouvindo-se aqueles que estão envolvidos no processo político.

Para alcançar o objetivo de delimitar a visão dos profissionais executores sobre projetos e ações, que visem à prevenção e ao controle da violência contra o público refugiado,

este estudo explora, especificamente, a implementação das ações educacionais, instituídas no âmbito de instituições federais de ensino, que objetivam a implementação de direitos básicos, tais como, a proteção, o acolhimento e a subsistência sustentável, mitigando a vulnerabilidade, visando a prevenção e controle da violência, visando a construção da identidade e o alcance de uma melhor qualidade de vida.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão da literatura tem sua centralidade na discussão sobre políticas públicas educacionais, em especial aquelas direcionadas para atender ao público refugiado.

Para Capella (2018), o processo de formulação, caracterizado como uma etapa pré-decisória, de identificação de problemas, que requerem a atenção governamental, compreende dois elementos principais, que são: a) a definição da agenda; b) a definição de alternativas. Segundo a autora, esses elementos são determinados em face de suas características distintas, que envolvem elementos técnicos e políticos, mediante a complexidade dos *stakeholders* que atuam no ciclo político.

Na conceituação teórica básica sobre a formulação de *public policy*, quando a abordagem desta se reveste do poder extroverso e da autoridade soberana do Estado, conhecida como estadocêntrica, tem-se o Estado como ator principal, com prevalência sobre os demais autores (Secchi, 2014). Por se tratar de fluxos de decisões públicas, que visam o (des)equilíbrio social, para manter a ordem ou modificar realidades, “o processo de políticas públicas mostra-se como uma forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto” (Saravia, 2006, p. 28).

De acordo com Subirats (2006), para a formulação de uma política pública há de se atentar para a estruturação do problema e construir sua definição de acordo com cada fator existente e com aqueles que forem se apresentando, em função das percepções em cada nova face ou faceta do problema, visando sua inserção e resolutividade.

Souza (2006), ao analisar os teóricos Mead (1995), Lynn (1937) e Dye (1984), destaca que a definição mais conhecida sobre política pública continua sendo a de Laswell (1936), que implica responder às seguintes questões: Quem ganha o quê, por que e que diferença faz. De acordo com a autora, as definições de políticas públicas, numa visão holística, remontam à perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que os indivíduos e as instituições, suas interações e interesses devem ser considerados. Com

isso, do ponto de vista teórico-conceitual, tanto as políticas públicas quanto as políticas sociais, em geral e particular, respectivamente, são tidas como campos multidisciplinares. Considera-se que as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, por explicarem as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

De acordo com Migramundo (2025), a temática migratória em 2024, foi um dos assuntos globais que obteve discussões complexas e desafiadoras, se moldando tanto em nível nacional quanto internacional, por meio de instituições de apoio aos migrantes, que denunciam as violações dos direitos humanos e se colocam como defensores nos governos para cobrarem o respeito aos acordos e legislações sobre a temática. Segundo essas entidades de apoio ao público migrante, os acontecimentos recentes deixam claro a necessidade de promover uma agenda anti-imigração e tem-se que revisar e aprimorar as estratégias de enfrentamento a ela.

As ações educacionais, instituídas no âmbito de instituições federais de ensino, tendem a proporcionar a integração, a inserção e a incorporação do indivíduo com as oportunidades educacionais disponíveis, como forma de alcançar os domínios propostos por Ager e Strang (2008), remodelando as práticas sociais, com fundamento nas teorias de Giddens (1984) e Bourdieu (1996), pressupondo a interação dos fatores, que compõem o modelo de Determinantes de Vulnerabilidade (OIM, 2020), visando o aumento da resiliência, a proteção e a assistência para as pessoas refugiadas vulneráveis à violência. Além disso, as ações educacionais podem promover a interface entre as demais políticas, com o enfoque ecológico³⁴, que perpassam por fatores relacionados com a violência, proposto por Romero e Ferrero (2011), essencialmente, naquelas voltadas para a seguridade e igualdade de gênero, culminando, inclusive, na prevenção e controle da violência.

Sen (2010) considera a educação, como uma capacidade que auxilia na expansão de outras capacidades, pois ela proporciona ao indivíduo uma interação maior e uma participação social e política efetiva, que resulta em maior bem-estar, liberdade, produção econômica e mudança social. Para o autor, essa abordagem de capacidade (combinação de funcionamento – ser e fazer), permite estender liberdade aos indivíduos. Sendo assim, a liberdade, instalada em uma área, tem o poder de ser igualmente produzida em outras áreas.

³⁴O enfoque ecológico de fatores relacionados com a violência se divide em quatro dimensões: Individual, Microssistema, Mesossistema e Macrossistema. Estas dimensões têm relação direta com os níveis individual, relacional, comunitário e social e apresentam características específicas e apontam fatores de riscos associados para cada uma dessas dimensões (Romero e Ferrero, 2011).

Na visão de Dagar (2023), as capacidades de um indivíduo podem ser convertidas em funcionalidade por meio da educação, habilidades e oportunidades de treinamento. Entretanto, é questionado se a aplicação desse conceito, nas ações educativas voltadas para os adultos refugiados/migrantes, poderia aumentar de fato a liberdade e se ajudaria na vida que esses indivíduos desejam construir no país que os receberam.

Diante desse contexto, aqueles que propõem, operam e que executam as políticas públicas tornam-se elementos decisivos na trajetória e nas decisões referente à sua implementação, como é o caso das ações educacionais propostas para atender ao público refugiado/migrante, no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de natureza qualitativa, fez uso da entrevista semiestruturada como os executores envolvidos nas ações educativas, voltadas para o público refugiado, de forma a coletar os dados necessários para o alcance do objetivo. Especificamente, foram entrevistados os executores das ações educativas nos seguintes Institutos Federais: Brasília, Rio Grande do Sul e Roraima. Foram entrevistadas 6 (seis) executoras do sexo feminino, com idade entre 25 e 60 anos, as quais estão identificadas pela letra “E”, seguida por números que concentraram a ordem de realização das entrevistas.

Para identificação das entrevistas, foi feito o uso da seguinte legenda: E1, E2, E3 e, assim, sucessivamente.

O roteiro com as perguntas abertas, abordou temas que permitiram a compreensão sobre as percepções, o funcionamento, os desafios e as contribuições das ações educativas para a instituição, para a sociedade e principalmente, para o público-alvo desse processo, que são as mulheres refugiadas.

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar das inúmeras mudanças na política migratória e do aumento do fluxo de imigrantes nos últimos anos, no Brasil, diferentemente de outros países, não há uma política explícita para orientar o ensino de língua, com foco na integração do público refugiado à sociedade brasileira (Marques, 2018). Para tanto, de acordo com Vieira (2019), a relação do

público refugiado com a língua portuguesa é desafiadora, considerando que será a partir do desenvolvimento da competência comunicativa, mediada pela interação na vida social, que esse público poderá se sentir integrado socialmente e se constituir cidadão detentor de direitos e responsabilidades.

De acordo com Silva (2020), a ausência do domínio da língua portuguesa é um obstáculo comum que interfere diretamente na integração do público refugiado, tanto na esfera social quanto econômica. O conhecimento da língua portuguesa garante o acesso a serviços e direitos e o seu acesso deve ser incentivado. ACNUR (2023) aponta que, entre 2022 e 2023, 23 (vinte e três) instituições de ensino ofertaram cursos de português, para mais de 1.800 pessoas refugiadas/migrantes. A entidade destaca, ainda, a insuficiência de cursos, considerando que os existentes não conseguem alcançar a totalidade do público em questão.

Balzan *et al.* (2023) enfatizam que a questão linguística é um dos maiores obstáculos para a integração social, como exposto:

[...] um dos maiores obstáculos para a integração social desse grupo é a questão linguística, já que, pelas próprias condições da migração forçada, eles acabam chegando ao Brasil com pouco ou nenhum conhecimento da língua portuguesa. Ganha destaque, então, o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc) para esses estrangeiros que, na maioria das vezes, se encontram em situação de vulnerabilidade social, com pouquíssimos recursos financeiros e desgastados pelo processo migratório, agravado ainda mais pelo rompimento dos laços familiares, linguísticos e culturais com o país de origem (Balzan *et al.*, 2023, p. 2).

Pressupõe-se que a implementação de ações educativas se constitui como um percurso de política pública que pode apresentar nuances diferenciadas, conforme a percepção dos executores. Sendo assim, o primeiro ponto abordado na entrevista está relacionado à definição dos conteúdos dos cursos que foram oferecidos pelas instituições.

De acordo com os executores E1, E2, E3 e E4, as instituições de ensino, especificamente os Institutos Federais, tem oportunizado a participação do público refugiado, por meio das ações de extensão, visando priorizar a superação das condições de desigualdade social, à medida que socializa conhecimento e disponibiliza esses saberes. Esses institutos consideram que os Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, em Língua Portuguesa para Estrangeiros, articulados como ações de extensão, é uma oportunidade para que o público refugiado/migrante melhore sua comunicação, uma vez que a barreira linguística se apresenta como um dos fatores que impede que esse público consiga se integrar à sociedade.

Para que essa integração seja efetiva, é preciso oportunizar trabalho, moradia, educação e saúde. Sem saber se comunicar na língua do país que acolhe, muitos não conseguem emprego e ficam relegados em abrigos, praças e semáforos, em condições de vulnerabilidade, como relatado:

O IFRR, dentro das suas diretrizes, por meio de seus servidores e estudantes, articula inúmeras ações de extensão, dentre elas está a oferta de aulas da Língua Portuguesa para estrangeiros, sendo esta uma necessidade que ocorreu por demanda espontânea, frente ao fluxo migratório intenso de venezuelanos neste Estado, em busca de assistência para aquela população em condições de vulnerabilidade socioeconômica na cidade de Boa Vista (E4 – IFRR).

No IFRS, o Programa de Extensão Línguas e Literatura no Campus, tem o propósito de promover ações de oferta permanente, que visem a integração da sociedade com as atividades institucionais. O programa visa a adequação apropriada a língua materna, no caso o português, buscando operacionalizar o compromisso da instituição com as demandas sociais e ainda promover a formação a partir de conhecimentos da língua e da literatura, que permita aos sujeitos se comunicarem em situações cotidianas (E2 – IFRS).

Na visão dos executores, os projetos de extensão, voltados para o público refugiado/migrante, vão além do ensino da língua portuguesa, pois dão visibilidade a centenas de pessoas que tentam reconstruir suas vidas no Brasil. A valorização das diferenças linguísticas e culturais promove melhores oportunidades de vida, de trabalho e de educação. Destacam que os conteúdos são organizados em cursos de curta duração e trabalham as habilidades previstas no processo de ensino aprendizagem de línguas, quais sejam: escrita, fala, leitura e audição. As atividades desenvolvidas proporcionam a interação e auxiliam no desenvolvimento da autonomia e na superação das dificuldades de aprendizagem dos conteúdos.

No Instituto Federal de Brasília, de acordo com a executora E6, diferentemente das demais instituições participantes da pesquisa, houve a proposta de um curso Técnico em Marketing na forma Articulada e Integrada ao Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos³⁵ – PROEJA, oferecido pelo Campus Brasília. Esta modalidade busca oportunizar o acesso a todos os que não tiveram à educação na idade própria³⁶, e é ofertada no

³⁵“A proposta dessa modalidade é oferecer uma educação flexível que se adapte às necessidades dos estudantes jovens e adultos, valorizando a bagagem cultural das experiências que os estudantes trazem consigo. Por esse motivo, apresentam perfis e idades diversas e processos de aprendizagem ancorados nas condições socioeconômicas distintas” (Santos; Conde, 2024, p. 115).

³⁶Refere-se ao acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola dentro da faixa etária considerada adequada para cada etapa da educação básica (Reis; Moura, 2017).

período noturno, cem por cento (100%) presencial. Sendo assim, esta modalidade de curso culminou em atrair o público refugiado/migrante.

Questionada sobre a definição dos conteúdos, a entrevistada esclarece que:

Ele [o curso] não foi pensado especificamente para pessoas refugiadas, calhou, que quando abrimos as inscrições do curso, acabamos atraindo este perfil de público. A gente precisou adequar a linguagem. Precisou aprender (E6 – IFB).

De acordo com o seu Projeto Pedagógico– PPC (2023), o curso, com duração de 02 anos e meio, é uma opção interessante para o indivíduo ampliar a sua formação na área de marketing e, ao mesmo tempo, realizar um curso técnico, que o habilita para ingressar no ensino superior e dar continuidade na sua formação.

Sobre a adequação do conteúdo, a executora E6 explica que:

[...] PPC já estava pronto e aprovado, então a gente não consegue modificar quando a turma está começando, mas o curso foi pensado para dar autonomia a esse estudante, então ele foi pensado para atender o nanoempreendedor. O microempreendedor, alguém que precisava criar um modelo de negócio que lhe garantisse alguma sustentabilidade financeira. [...] tivemos que adaptar a linguagem porque a gente precisou se comunicar com eles [...] teve uma turma muito heterogênea, composta por venezuelanos, haitianos colombianos e russos (E6 – IFB).

Sacramento, Challinor e Silva (2023) destacam que a instituição de ensino, para além de suas funções pedagógicas, deve ser entendida como um espaço social verdadeiramente decisivo no processo de integração do público refugiado/migrante, sendo um lugar de socialização, de pertença, de apoio emocional, de cuidado e de reabilitação.

Alguns dos desafios apontados pelos autores, tais como barreira linguística, que um dos principais deles. coadunam com a realidade destacada pelas executoras, pois ela condiciona a aprendizagem e o desenvolvimento; as vulnerabilidades emocionais; e a possível ocorrência de situação de segregação, discriminação, racismo e bullying.

Desse modo, devido à ausência de uma política pública educacional, que atenda aos anseios do público refugiado/migrante, os atores da implementação de ações utilizam-se de estratégias para adaptar as diferentes dimensões da comunidade escolar e, muitas das vezes, também realizam adaptações nos conteúdos proposto, diante das tensões e dos desafios do multiculturalismo no cotidiano. Essas adaptações variam entre uma abordagem estrutural de construção de uma cultura inclusiva a uma abordagem pedagógica relacional. Neste contexto,

os executores dessas ações educativas se caracterizam como “burocratas de rua”, interagindo muito além das funções oficiais, pois atuam também como agentes que ajustam informalmente e moldam as situações, dando a elas o sentido prático, de acordo com as realidades que enfrentam (Lipsky, 2019).

Outro questionamento realizado nas entrevistas diz respeito à estrutura do espaço e dos recursos humanos e às parcerias realizadas para o desenvolvimento dos cursos.

De acordo com as executoras E1 e E2, no IFRS, considerando que a instituição se localiza na fronteira brasileira, a demanda por ações educativas de Língua Portuguesa para estrangeiros é perene. De acordo com os dados informados, os registros apontam que foram ofertadas turmas no período de 2013 a 2017, do curso de “Língua portuguesa para estrangeiros e cultura brasileira” e, desde 2018, até o momento da entrevista, a instituição oferta o curso Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados, nos campi de Bento Gonçalves, Canoas, Rio Grande, Ibirubá, Caxias do Sul, Porto Alegre e Feliz. A oferta dos cursos se dá de modo presencial, remoto e online.

De acordo com as executoras, para a naturalização é exigida a realização de, no mínimo uma prova presencial para os cursos de Língua Portuguesa. Destaca-se que o IFRS é o pioneiro na elaboração e aplicação desses testes, aplicados gratuitamente. Segundo as informações prestadas, até junho de 2023, aproximadamente 400 (quatrocentos) imigrantes já foram aprovados pela instituição. De fato, as novas regras para a naturalização, impostas pela Portaria Ministerial nº 16/2018, permitem, para além da proficiência obtida por meio do Exame Celpe-Bras, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, comprovar a conclusão de curso de idioma português direcionado a imigrantes. Além desses, aceita-se, também a aprovação em avaliação da capacidade de comunicação em língua portuguesa, realizada em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. Assim, essa normativa fez com que a procura pelas ações educativas aumentasse.

De acordo com a executora E5, as ações educativas, do IFRR, voltadas para atender ao público refugiado, se consolidam e se articulam por intermédio da participação de servidores e estudantes nas inúmeras ações de extensão disponibilizadas pela instituição. Quanto às parcerias, a executora E6 relatou que essas se consolidam para realizar a divulgação da ação educativa do IFB e que, nessa ação específica, teve o auxílio do Centro de Acolhimento de Imigrantes, no Distrito Federal (DF). Outros quesitos realizados nas entrevistas dizem

respeito ao acesso, permanência e ao êxito, por meio das seguintes perguntas: como foi realizado o processo de mobilização para o acesso do público refugiado/migrante às ações educativas? Comente sobre o funcionamento da ação educativa, no seu dia a dia. Quais foram as adequações realizadas para atendimento da metodologia para o Acesso, Permanência e Êxito?

Segundo a executora E6, no IFB, a mobilização de acesso se deu pela prospecção. A instituição tinha o conhecimento de que havia muitos estrangeiros no Distrito Federal que precisava de formação, como relatado:

Fizemos um trabalho de prospecção, contatamos algumas entidades de acolhimento aos imigrantes. Então, fomos até eles para divulgar, fomos à rodoviária panfletar e colocamos nas redes sociais. Todas as estratégias de comunicação que podíamos adotar, nós fizemos. [...] a gente foi até eles para divulgar e acabamos recebendo aqui uma turma de 40 alunos, sendo 32 estrangeiros (E6 – IFB).

Nas demais instituições pesquisadas, as executoras relataram que o próprio público refugiado/migrante procura pelos cursos; assim, um estudante ou um egresso que fez parte da ação educativa comunica e convida outros refugiados/migrantes para estudar. Além disso, há a divulgação pelas redes sociais e por intermédio das instituições de acolhimento. No IFRR, foram disponibilizadas 45 (quarenta e cinco) vagas por turmas, sendo o curso de 50 (cinquenta) horas, para estrangeiros com idade entre 18 e 60 anos. De acordo com os dados apresentados, no campus Boa Vista (RR), foram ofertadas: 04 (quatro) turmas, em 2018; 08 (oito), em 2019; 04 (quatro), em 2023. No período de 2020 a 2022, não houve oferta em decorrência da pandemia. No IFRS, o acesso às ações educativas propostas para o público refugiado/migrante se deu por meio da oferta de curso presencial, que contempla o nível básico da língua portuguesa – Modular; dos cursos de educação a distância (EaD), disponibilizados na plataforma *moodle* IFRS (nesses, o estudante pode se cadastrar pelo site e realizar as aulas de forma totalmente *online*, com recebimento de certificado); e, ainda, da oferta para aplicação do teste para a naturalização.

Com relação ao funcionamento no dia a dia e a permanência do público refugiado/migrante, ressalta-se que, por se tratar de um público resultante de condições de vulnerabilidade socioeconômica que está em busca de assistência nas ações educativas, são necessárias atenção e de metodologias, que visem o acolhimento, conforme relatado pela executora E3:

[...] acho que é um público diferente, a gente tem que levar para o lado mais humano, porque antes de alunos eles são seres humanos, são pessoas que na maioria das vezes tiveram que deixar seus países em busca de uma vida melhor. Eles estão numa situação de vulnerabilidade. [...] vivendo em situação precárias e não possuem conhecimento da legislação. Eles não têm conhecimento dos seus direitos aqui no Brasil. [...] para lidar com esse público a gente (professor/tutor/mediador) tem que ter uma identificação com esse público [...] nem todo mundo consegue perceber o quanto é um público diferenciado, com nacionalidades, níveis de escolaridade e condições muito diferentes, (a permanência) vai ser muito mais difícil. Aí essa pessoa (professor/tutor/mediador) não tiver habilidade vai ser mais difícil (E3 – IFRS).

[...] Nós temos um coral de migrantes, eles cantam as músicas em francês e também em espanhol, para venezuelanos, e também praticam as músicas em português, que propicia a prática da língua portuguesa. É muito bom, é muito bom (com alegria), porque é uma forma também de colocar o aluno em contato com a realidade deles, com a língua pátria e também com a cultura deles, que acaba sendo deixada de lado. Tanto que nas aulas a gente estimula, questiona: - Como que se fala isso na língua de vocês? _ Qual é a comida típica? Qual o tipo de música? Para valorizar, para mostrar quem eles são e não deixar sem visibilidade (E3 – IFRS).

[...] Eles têm os apoios institucionais com as assistências estudantis com as bolsas. No caso do PROEJA, os estudantes recebem um bolsa permanência no valor de R\$200,00, por aluno. [...] e a gente acompanha, né? Toda performance e a situação familiar. Então a gente está em contato direto, se falta algum, a gente liga, pergunta o que está acontecendo, onde que é que tava, o que foi. A gente tem uma relação muito boa, muito próxima (E6 – IFB).

A evasão é motivada por vários fatores, especialmente nas ações educativas disponibilizadas no formato online, conforme relato da executora E3:

[...] no módulo dois, só foram aqueles que foram aprovados no módulo um, o que a gente acaba percebendo é que no curso online eles têm muito mais dificuldade, a evasão é muito maior. Por conta de trabalho, por conta de família, rotina. Alguns tem dificuldade com a tecnologia. Então, acaba não se adaptando, muitos não conseguem acessar, falta internet, ou não tem condições de manter a internet, todo os meses. Não conseguem fazer as atividades tem muita coisa que acaba impactando e faz com que muitos desistam. Se eu não me engano no módulo 2 tinham 15 alunos passou a metade da turma então passaram uns 25 alunos, mas nem todos quiseram dar continuidade (E3 – IFRS).

De acordo com a executora E6, muitos dos refugiados/migrantes, que participaram do curso ofertado pelo IFB, já possuíam escolaridade equivalente ao ensino superior. No entanto,

devido à ausência de uma política de certificação voltada exclusivamente para validação do nível de escolaridade do público refugiado/migrante, os estudantes encontraram na ação educativa (Curso Técnico integrado ao ensino médio), uma forma de adquirir o nível de escolaridade necessário, para fins de comprovação no currículo e, inclusive, para se inserirem no ensino superior.

Segundo as executoras E3 e E5, nas ações educativas propostas pelo IFRS e IFRR, muitos dos estudantes já possuíam escolaridade de nível superior, conforme relatos a seguir:

[...] são públicos diferentes do ensino médio [...] é um público que já possui um grau de escolaridade, muitos são formados [...] advogados, médicos, professores [...], pedagoga [...], farmacêutico (E3 – IFRS).

[...] muitas das vezes eles já têm uma formação profissional, já até de nível superior, como em encontrei nessa turma, é um conhecimento fantástico, mas como o diploma deles para ser revalidado no Brasil é um custo muito alto... nessa turma, eu digo pra você assim, que tinha um agrônomo, uma bióloga, um chef de cozinha que trabalha aqui num restaurante muito famoso, tinha engenheiro elétrico, nossa, uma diversidade de profissões (E5 – IFRR).

De acordo com Silva e Di Pierro (2022), um dos fatores que interferem na decisão de migrar está relacionado à escolaridade, tendo em vista que pessoas com maior nível escolar, além da autonomia financeira e facilidade em coletar informações, respondem a oportunidades econômicas. As autoras ainda revelaram que:

Diferentemente do que o senso comum preconiza – de serem os deslocados sempre miseráveis e/ou ignorantes –, os que migram internacionalmente, hoje, estão quase sempre entre os mais graduados de suas sociedades. [...] Ainda que tenhamos pessoas com os mais variados níveis escolares nessa engrenagem e que os grupos de migrantes e refugiados sejam heterogêneos e demandem políticas públicas diversificadas, é preciso estabelecer parâmetros sobre o que significa garantir direitos educativos para essa população adulta, que, como sabemos, pode apresentar níveis de escolaridade que variam desde o analfabetismo na língua materna até ao título de doutorado (Silva; Di Pierro, 2022, p. 167).

Neste contexto, conforme o relato das executoras E1, E2, E3, E4 e E5, além do conhecimento da língua portuguesa, a dificuldade mais evidenciada, entre os estudantes refugiados/migrantes, é o reconhecimento de seu nível de escolaridade. Ainda, de acordo com as entrevistadas, durante as ações educativas, propostas pelo IFRS, IFRR e o IFB, muitos revelaram a escolaridade e profissões e foram orientados e incentivados a participarem do

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA e do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

[...] muitos deles (estudantes) não trouxeram os documentos que confirmam a conclusão correspondente ao ensino médio ou de ensino superior e quando solicitado aos órgãos públicos da Venezuela, não são atendidos e mesmo que fossem emitidos, esse senhor que está na minha sala, ele é agrônomo, ele disse: - Professora eu gostaria muito de fazer o concurso, vai ter concurso para agrônomo, acho que eu posso contribuir, Lá na Venezuela, ele era professor, [...] eu perguntei você leu o edital? Ele disse que sim, mas tem que ter a tradução juramentada e isso é muito caro. Aí, eu incentivei-os, quase a turma toda, para fazer o Encceja [...] aí eu disse, pelo menos vocês validam o diploma do ensino médio depois eles correm atrás do superior junto à universidade [...] (E5 – IFRR).

[...] Eles não conseguem acender profissionalmente sem essa certificação. Eles não conseguem fazer uma equiparação de diploma. Então eles precisam começar do zero. Enxergo o EJA como um propósito de você pegar aquele que ninguém olhou, que tá ali meio que encurralado na rua, tentando sobreviver, que todo mundo olha pra ele e não o vê (E6 – IFB).

Nesse sentido, Silva e Di Pierro (2022) enfatizam a necessidade de discutir sobre a desvalorização das experiências prévias escolar e profissional do público refugiado/migrante adulto, considerando que o aprendizado e a experiência profissional são tratados com desconfiança e inferioridade, especialmente daqueles originários de países pobres ou em desenvolvimento.

De acordo com Santos e Conde (2024), há a necessidade de superar os obstáculos comuns, dispostos pelo sistema educacional brasileiro, tais como, a diferença nos currículos, métodos de ensino e o reconhecimento de estudos anteriores, quando se deve levar em conta que, para além dos desafios enfrentados com a barreira linguística, que dificulta o aprendizado e a integração escolar, muitos dos estudantes refugiados/migrantes têm a necessidade de conciliar trabalho e estudo. Para os autores, esta rotina extenuante demonstra o comprometimento dos migrantes com a educação e a sua busca por integração e melhoria na condição de vida.

No que se refere às iniciativas para inserir o público refugiado/migrante no ensino superior, Gediel e Barbosa (2021) apontam ações desenvolvidas por duas instituições brasileiras que buscaram a igualdade de acesso ao direito à educação para o público refugiado/migrante. Uma das iniciativas foi a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, criada em 2010, implantada na região da fronteira trinacional, entre o Brasil, Argentina e Paraguai, com o objetivo principal de contribuir para a integração

latino-americana. Ressalta-se que, desde 2014, a instituição, por meio de processos seletivos específicos, reserva vagas em seus cursos de graduação. A outra iniciativa foi da Universidade Federal do Paraná, que, em 2013, firmou parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR/Brasil, para receber a Cátedra Sérgio Vieira de Mello. De acordo com os autores, esse procedimento formou bases para o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira.

Os autores ainda destacam a necessidade da implantação de instrumentos que atendam a um público diferenciado, salientando que:

A implantação de um sistema de ingresso de estudantes que considere as especificidades das condições migratórias de um público-alvo, com diferenças linguísticas, culturais e formação escolar diversa, requer tratamento especial e oferta de vagas contando com assistência estudantil. Com isso, é possível atuar sobre aspectos que dificultam a vida dos migrantes nos países de acolhida, quais sejam, aproximação cultural e condições materiais (Gediel; Barbosa, 2021, p. 115).

Para além de mecanismos que visem a inserção do público refugiado/migrante, há de se preocupar com a diversidade cultural e a ampliação no multiculturalismo, considerando a mescla de culturas, visões e valores.

De acordo com Casa-Nova (2005), a educação de adultos, direcionada ao público refugiado/migrante, deve ser orientada levando-se em consideração as características e as experiências anteriores, bem como as suas necessidades e os seus interesses, dando maior atenção à diversidade cultural. A ausência dessa prática, de pensar a escolarização dentro das perspectivas de uma educação de adultos, pode ocasionar injustiça social originada pelas diferenças de ordem cultural.

Sobre diversidade cultural, Barbosa (2010) destaca que:

Uma pessoa só se torna pessoa através da cultura própria. É nesse berço que emerge como indivíduo singularizado e consciente de si mesmo[...]. A cultura importa. Importa nesse sentido básico e estruturante, e ainda por três razões suplementares: em primeiro lugar, porque proporciona às pessoas um contexto para fazer escolhas e opções de vida; em segundo lugar, porque oferece laços de confiança e solidariedade, que são essenciais para fruir de segurança e estabilidade emocionais; por fim, porque é uma importante fonte de autorespeito e consideração positiva de si mesmo. [...] Uma democracia saudável preserva o direito à diferença e distribui equitativamente o reconhecimento por todos os seus membros. Todos são dignos de respeito e consideração, desde que se revejam em suas normas e em seus procedimentos (Barbosa, 2010, p. 1004).

O autor ainda ressalta que os desafios da multiculturalização não podem ficar apenas na retórica e destaca que as entidades governamentais têm um papel fundamental no desenho de políticas públicas sociais e culturais. No entanto, salienta que essas medidas não são suficientes para garantir a estima social pelos estrangeiros culturais, em especial, o público refugiado/migrante, oriundo de países economicamente menos estáveis e subdesenvolvidos, como exposto:

(A multiculturalidade) Precisa ganhar estatuto legal específico no seio do aparelho normativo das sociedades multiculturais e ser reconhecido no espaço público através de instituições igualitárias que, de maneira imaginativa e funcional, sejam verossímeis e duradouras. Um tal modelo de sociedade, porque centrado nas três dimensões da igualdade democrática (igualdade perante a lei, igualdade de liberdades e igualdade de oportunidades), não tem que atribuir direitos diferenciados. Mas se tiver de atribuí-los, seja para reparar injustiças gritantes ou para dar proteção a identidades culturais em risco, só o fará na condição de esses direitos nunca se sobreponem aos direitos individuais fundamentais (Barbosa, 2010, p. 1009).

Quanto ao percentual de evasão das ações educativas, o IFRR, por meio da Coordenação de Projetos de Extensão, informou que nas turmas disponibilizadas, nos anos de 2018, 2019 e 2023, houve evasão de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos estudantes, os quais não apresentaram, entretanto, os fatores ou as dificuldades que influenciaram essa evasão. Conforme informações prestadas, muitos apenas deixaram de participar das ações sem explicitar a razão. De acordo com a entrevistada E5, no ano de 2024, vários dos estudantes desistiram de concluir a ação educativa, em função do processo de interiorização realizado pela “Operação Acolhida”.

Para Gediél e Barbosa (2021), entre 2015 e 2019, na UNILA, no contexto do ensino superior, houve a evasão de 56,31% (cinquenta e seis virgula trinta e um por cento) de estudantes haitianos, por alguma razão não explicitada, ressaltando que:

Não é possível afirmar que esse elevado índice de evasão decorre da ausência de condições materiais de permanência na Universidade, por falta de informações específicas sobre esse aspecto da vida universitária. Contudo, é evidente que as condições materiais de vida são elementos determinantes na permanência e no êxito da vida acadêmica [...]. Tomados em conjunto, os dados apontam para a necessidade de fortalecimento de medidas que facilitem a permanência dos estudantes migrantes, dando efetividade à política de inserção de migrantes nas universidades brasileiras (Gediél; Barbosa, 2021, p. 116).

Segundo Silva e Di Pierro (2022), a Educação de Jovens e Adultos – EJA se torna uma oportunidade para que o público refugiado/migrante possa prosseguir com o seu itinerário de formação, no Brasil.

[...] muitas vezes, migrantes e refugiados procuram a EJA para aperfeiçoar a aprendizagem da língua portuguesa e para conseguir certificados/diplomas (que já possuíam em seus territórios de origem) que dê a eles a possibilidade de prosseguir seus estudos em níveis ainda mais elevados de escolarização (Silva; Di Perro, 2022, p. 169).

De acordo com Santos e Conde (2024), o EJA abre portas para novos saberes, para processos de inclusão e o surgimento de oportunidades para o mercado de trabalho. Com isso, os autores destacam que essa modalidade é compreendida nas diferenças de sua constituição, em que é possível identificar, dentre vários aspectos, sujeitos frequentemente marginalizados, com dificuldade de interação, com necessidade de ingresso ou retorno no mercado de trabalho e motivados pelo desejo de melhorar de vida.

A próxima etapa do questionamento está relacionada ao êxito, considerando as seguintes questões: Você tem conhecimento sobre as formas de inserção do público refugiado/migrante no mercado de trabalho? Como você descreveria o alcance dos objetivos das ações educativas, em função da realidade dos públicos refugiados/migrantes?

As executoras, de modo geral, relataram que não há uma metodologia de acompanhamento, que apresente resultados mensuráveis, passíveis de monitoramento.

As entrevistadas, E3, E5 e E6, pontuaram sobre o desenvolvimento das habilidades e competências daqueles que participaram das ações educativas, como relatado:

[...] para mim, observar o desenvolvimento daquele que entrou sem saber ligar um computador, hoje vê-lo apresentar um trabalho, defender uma opinião, então, isso é muito motivador [...] estamos dando a eles uma visão de mundo, de modelos de negócios, dando a eles possibilidades de pensar em atividades que podem dar pra ele a independência. Que é isso que a gente quer que eles sejam independentes. Se eu tenho alguém pra me empregar, vou nessa. Se não tem ninguém para me empregar, de repente ele vai num atacadista, compra um pacote de chocolate eu leite condensado, começa a fazer brigadeiro. [...] tivemos uma aluna nossa ela era aluna do curso de eventos, ela fazia uns brigadeiros, nas aulas de empreendedorismo desenvolvemos a embalagem, desenvolveu tudo, ela se sustenta. A família tem uma marca chamada “Vovó Formiga”, a família toda trabalha nisso. Quando você vê isso aí, você fala: Poxa! [...] a gente quer alcançar aquele que o sistema falhou. [...]. A gente precisa enxergar que essa moçada que tá vindo pra cá precisa sobreviver. Então, eles precisam ver aplicabilidade

daquilo que eu estou ensinando para ele transformar esse sabe [...] (E6 – IFB).

Ressalta-se que, nas entrevistas realizadas não foram identificados possíveis indicadores que demonstrassem um acompanhamento efetivo do público refugiado/migrante egresso das ações educativas, para verificar como estão suas vidas no momento, tanto em termos de escolaridade, quanto de profissionalização, inserção no mercado de trabalho e autonomia. O que foi constatado, no discurso das entrevistadas, foram fatos pontuais que não contribuem com a alimentação de dados para uma estatística efetiva.

De acordo com Bauer e Souza (2015), a utilização de indicadores para planejar, monitorar e avaliar ações tem sido intensificada e se tornou tendência na implementação de políticas sociais. As autoras salientam que o debate sobre a necessidade de produzir informações a fim de poderem contribuir para a agenda política não é recente, ressaltando, também, a necessidade de se ter atenção à diversidade de dimensões de análise que pode estar presente na avaliação das ações.

A utilização de indicadores pode acarretar resultados que apontam, aproximam e traduzem, em termos operacionais, as dimensões sociais. Além disso, eles podem ser utilizados como ferramentas para subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais que viabilizem o monitoramento das condições de vida e do bem estar da população por parte do poder público (Jannuzzi, 2005).

Devido à escassez de informações relacionadas às condições do público refugiado/migrante egresso das ações educativas, nota-se aos poucos relatos, contidos nas respostas apresentadas, corroboram com os resultados pontuados pelas entrevistadas na resposta anterior. Assim com respeito ao questionamento sobre as formas de inserção dos refugiados/migrantes no mercado de trabalho, as entrevistadas E1, E3, E5 e E6 apresentaram casos isolados, que chegaram ao conhecimento delas de modo informal.

De modo mais consistente, a entrevistada E3, relatou que ela se informa acerca de vagas disponíveis no Sistema Nacional de Emprego – SINE e, muitas das vezes, os orienta, na sala de aula ou nos grupos de interação social (WhatsApp), a procurarem o referido Sistema, como exemplificado abaixo:

[...] a questão do trabalho o que acontece é que tem o SINE [...] e a gente sempre fala: - Olha estão precisando de emprego? Se dirige até o SINE. Geralmente, frigoríficos estão sempre com vagas abertas e acontece que eles acabam contratando muitos migrantes (E3 – IFRS).

Outro ponto apresentado, nos relatos da entrevistada E3, está relacionado com a precariedade dos postos de trabalho, ocupados pela maioria dos refugiados/migrantes, como relatado:

[...] porque são trabalhos que não tem muita gente que queria fazer [...] eles não conseguem trabalhar na sua área (profissão), acabam ganhando muito pouco, vivendo em situações bem precárias [...] (E3 – IFRS).

De acordo com Leão e Bulhões (2024), o trabalho é a principal motivação de vida para o público refugiado/migrante. Dessa forma, a manutenção das suas necessidades básicas de subsistência depende, fundamentalmente, dele. Sendo assim, essa realidade condiciona o indivíduo a existir numa situação de vulnerabilidade não só nas relações trabalhistas, pois ao estabelecer relações de trabalho em condições precárias, temporárias e sem direitos, com mais de um vínculo empregatício e exposto a condições insalubres, ele se resvala em uma trajetória repleta de mudanças de cidades, de moradia, de estudos interrompidos e de modo de vida.

Desse modo, devido à concorrência acirrada por vagas de emprego, a busca por ações educativas é motivada pela busca de melhores ofertas de trabalho. No entanto, a conciliação entre atividades laborais e educação fica prejudicada devido à extensa jornada de trabalho à qual o refugiado/migrante é sojogado a enfrentar (Pereira, 2020).

Visando inferir sobre o fenômeno transformador das ações educativas na prevenção e controle da violência contra o público refugiado, questionou-se acerca das percepções das executoras sobre como as ações educativas podem mitigar a violência, em especial aquelas impostas às mulheres.

De acordo com as entrevistadas E1, E2 e E3, as ações educativas propostas pelo IFRS não propiciam uma aproximação efetiva com os participantes, em função dos formatos dessas ações. Segundo elas, a maioria das ações é de aplicação e provas, para a certificação, além de cursos online ou de curta duração, onde a interação direta e amistosa fica prejudicada. No entanto, relataram algumas situações ocorridas e observadas que, de certo modo, demonstraram a existência de uma cultura machista, racista, étnica e misógina, do ponto de vista da cultura brasileira. Ainda relataram quais foram as abordagens inseridas no contexto, visando orientar quanto às leis e os costumes do país receptor.

As entrevistadas relatam a dificuldade em terem acesso a essas mulheres, especialmente em função da violência simbólica e da falta de confiança, considerando o tempo exíguo das ações educativas, que inviabilizou um contato mais próximo. De pronto, nota-se a subordinação da mulher ao marido, conforme relatam a seguir:

[...] eu vejo que as mulheres elas têm muita dificuldade de se abrirem, principalmente as haitianas. Se percebe assim, na relação social deles, na organização que elas são muito submissas aos maridos e elas quando vêm para o curso, algumas vêm acompanhadas pelos maridos, e outras que o marido já fez o curso, daí ele já me conhece, aí elas vêm depois. Mas, aí tem que ter toda uma confiança, na pessoa. e, aí eu demoro muitas aulas para eu me aproximar delas, pra elas se abrirem pra mim, assim, sem nem tocar em questões pessoais, só na aula. Sabe, para elas darem um sorriso, assim pra mim. Elas são muito fechadas, no início. E, eu, em todo esse tempo que eu trabalhei eu nunca entrei nessas questões de violência de exploração. Embora, a gente fale as vezes na aula, algumas coisas, sabe, eu nunca consegui chegar nelas, neste aspecto [...] Teve uma situação, acho que foi, em 2018 ou 2019, tinha uma moça que ela faltou umas duas aulas, daí quando ela voltou, isso porque ela já tinha uma certa abertura comigo, quando ela voltou eu disse: _ A fulana, porque que tu não veio nas aulas passadas? Eu sempre faço o acompanhamento, para eles não desistirem. Eu disse: _ A gente sentiu a tua falta e tal. Aí ela disse: _ Prof, aconteceu uma coisa comigo. Ela falou assim: _ quando eu estava vindo pra aula. Aí eu disse: _ mas, o que que aconteceu? Ela não quis me responder. Aí depois que tinha terminado a aula, eu a chamei para um canto, assim [...]. Eu disse: _ A fulana o que aconteceu contigo? Ela me deu a entender algumas coisas, algum tipo de coisa que ela sofreu de violência. Mas, ela não se abriu (E1 – IFRS).

[...] os relatos que eu escuto [...], tem muitos que vem em família, por exemplo, o marido e a esposa durante as provas orais, eles (os aplicadores) dizem que têm que ter um jogo de cintura, porque as mulheres não falam e os maridos tentam responder por elas, então, as vezes, elas têm essa dificuldade. São provas individuais, realizadas em grupo de duas ou três pessoas e vão conversando (E2– IFRS).

[...] eu vou falar sobre aula presencial, porque a gente consegue ter um contato muito maior com todo mundo. Com a câmera fechada a gente não consegue perceber muito isso, mas na aula presencial a gente percebe muito mais, disso (situação de violência) vindo por parte das mulheres. E, infelizmente a questão da violência também presente dos homens com as mulheres. No campo [...] eu ministrei a aula nós tínhamos pessoas do Senegal, mas, a grande maioria era do Haiti e algumas da Venezuela. A gente consegue perceber o quanto os homens são mais livres, eles se expõem, eles falam mais, eles têm mais liberdade e as mulheres já são mais quietinhas, mais retraídas. A gente percebe ao longo do curso que isso vai se alterando e vai vendo mudanças. Elas vão se abrindo um pouco mais, mas quando iam casais para participar da aula a gente percebia que quando o homem estava do lado da mulher, ela ficava mais retraída. Então, às vezes ela ia se manifestar e, aí ele olhava (para ela) e ela ficava mais retraída. E teve caso de violência física, inclusive que a gente não sabe o que aconteceu e acaba não podendo se meter muito [...] mas, são questões que a gente percebia, porque a mulher apareceu com o olho roxo. Aí, você tenta conversar, claro! Dar o apoio, oferecer o acolhimento, mas acaba não podendo interferir muito, para não piorar a situação. Então existe essa violência silenciosa, da mulher não poder se expor muito, a mulher tem quer quietinha, tem que ser retraída. Se ela for muito escandalosa, entre aspas. As

mulheres solteiras a gente percebia que elas eram mais abertas, as mais jovens principalmente elas eram mais extrovertidas, sorrir, dar risada, brincar. As casadas não. As casadas, eram totalmente retraídas e fechadas. a gente tentava fazer uma brincadeira e nem sempre (tinha êxito) (E3 – IFRS).

De acordo com Celmer (2010), as situações de violência simbólica, na perspectiva de Bourdieu (1970), estão atreladas às formas de dominação, que cerceiam a liberdade e o desejo; elas são as mais corriqueiras no cotidiano das mulheres e se caracterizam por formas veladas ou explícitas de discriminação ou preconceito. São situações que expõem comportamentos que, por exemplo, inibem a criatividade, estigmatizam. Para a autora, a violência simbólica é uma violência exercida com a cumplicidade tácita daqueles que sofrem, daqueles que frequentemente a exercem e, ainda, daqueles que a presenciam.

Pellizari (2021, p. 98) corrobora ao ressaltar que “a violência simbólica pode ser exercida através do discurso, de ações ou no silenciamento destas”, estando atrelada às formas de dominação.

Minella e Alves (2023) depreendem que, o público o refugiado/migrante, especialmente para as mulheres, que são constantemente privadas dos seus direitos básicos e sofrem em razão das diferentes formas de violação, essencialmente, devido à limitação do direito de ir e vir, do livre desenvolvimento da sua personalidade e do direito de igualdade, que lhes possibilitem se tornarem possuidoras de suas próprias opiniões e atitudes.

Finalizando as entrevistas, foram propostos seguintes questionamentos: Você acredita que a qualidade de vida do público refugiado/migrante aumentou devido à participação dessas pessoas na ação educativa proposta? Em que sentido? De acordo com os principais desafios da ação educativa, que sugestões dariam para sua melhoria dessa ação em termos de qualidade de vida?

Salienta-se que em relação à percepção delas, houve um aumento da qualidade de vida do público refugiado/migrante, e todas as entrevistadas responderam que sim. Isso é nitidamente notado no decorrer das entrevistas, em que se percebe a emoção em seus relatos, ao falarem sobre os estudantes que obtinham algum êxito ou alguma conquista, mesmo que mínima.

[...] (a ação educativa) acaba focando muito em situações do dia a dia, para orientar essas pessoas sobre o atendimento médico, sobre a questão do dinheiro, supermercado, alimentação, coisa que eles realmente vão precisar para conviver aqui. Orientar justamente para conviver e facilitar a vida. E, uma questão de mudança de vida. Tivemos um aluno do curso, ele era

farmacêutico, [...] ele trabalhava no supermercado e com o tempo ele conseguiu ser atendente de farmácia. Ele conseguiu se comunicar em português, ele conseguiu trabalhar na farmácia, claro que ainda não é o objetivo dele. [...] eu acredito que falar o português abre muitas possibilidades para chegarem mais próximo dos sonhos deles (E3 – IFRS).

[...] tem um egresso nosso, estrangeiro, que descobriu um nicho muito interessante ele se tornou DJ, aqui, e tem três casas noturnas só com músicas latinas [...] eu me deparei com uma coisa muito interessante, a disponibilidade que eles têm para aprender, eles querem aprender, eles são insaciáveis pelo conhecimento [...] o tempo todo na sala de aula fazendo comparações [...] (E5 – IFRR).

[...] há alguns relatos desses estudantes com relação a isso (qualidade de vida). Eles já se sentem mais autônomos, mais empoderados. A gente conversa com eles, a gente tem uma relação muito próxima e eles já se sentem mais preparados para pleitear alguns postos aí nesse universo do setor produtivo. [...] A gente tem visto neles (estudantes) o desenvolvimento da autonomia, de autoestima, quando começam a acreditar no seu potencial [...] dando a eles um visão de mundo, de modelos de negócios, dando a eles a possibilidade de pensar em atividades que possam dar independência [...] Eles precisam começar do zero, acho de uma resignação, de uma resiliência, porque eles abandonaram tudo pra trás, então quando você escuta os relatos deles, atravessar florestas, rio a nado, dormiram na rua, com crianças, chegaram aqui no Distrito Federal, [...] aí você vê eles a cada dia aprender uma coisa nova, se sentindo mais fortalecidos, faz toda a diferença. Eu acho isso, que hoje eles têm esperança, esse sabor de recomeço. Sabe, é como quando eles entenderam que eles chegaram num ponto da vida que eles precisam se estruturarem para dar um passo à frente. Então, eles estão recomeçando no trabalho. Ela trabalhou como cozinheira, diarista, [...]. Mas, ela já está com 40, 50, 60 (anos), né? Mas, ela sonha. Eles têm sonhos (E6 – IFB).

Corroborando Silva e Di Pierro (2022) destacam que a efetivação dos direitos educativos do público refugiado/migrante adulto se concebe, como um processo de acolhimento nas sociedades receptoras, e o conhecimento da língua local estabelece inúmeras vantagens, pois são fundamentais para que o acesso a outros direitos essenciais seja viabilizado. Na perspectiva das autoras,

A escola é uma das portas mais importantes no processo de integração de migrantes e refugiados em uma sociedade. Permitir o acesso às instituições de ensino do novo país possibilita a integração do educando com a sociedade receptora a partir da aproximação e da convivência com os costumes locais, com a língua, com professores, funcionários e colegas da escola (Silva; Di Pierro, 2022, p. 170).

A expressão utilizada pela entrevistada E6, para finalizar o seu relato, “Eles têm sonhos”, demonstra o quanto a disponibilização de ações educativas para o contexto do

público refugiado/migrante; ou seja, a implementação dessas ações pode proporcionar a efetivação de direitos, que garantem a integração em sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou alcançar o objetivo de delimitar a visão dos profissionais executores sobre projetos e ações, que visem à prevenção e ao controle da violência contra o público refugiado.

Desse modo, mediante as entrevistas realizadas, considera-se que os objetivos das ações educativas estão diretamente relacionados com a superação das condições de desigualdade social e com a possibilidade de oportunizar ao público refugiado/migrante melhoria na sua forma de comunicação, para conseguir se integrar à sociedade, por meio do trabalho e da educação. Isso só se torna possível à medida que instituições de ensino articulem ações que possam contribuir para o processo de ensino/aprendizagem, especialmente da Língua Portuguesa, como um instrumento de comunicação que permite ao indivíduo realizar a interação verbal e possibilita a troca de informações e de experiências.

As questões focaram em cinco pontos cruciais, que foram: a) as percepções sobre as ações educativas, em que se buscou entender com as executoras percebiam o funcionamento e a eficácia das ações propostas; b) os desafios enfrentados, em que se questionou sobre os principais desafios enfrentados durante o processo educativo; c) as contribuições das ações, em que se indagou sobre as contribuições das ações educativas para a instituição, para a sociedade e, principalmente, para o público refugiado/migrante; d) Qualidade de vida, em que verificou se houve mudanças perceptíveis na qualidade de vida dos estudantes que participaram das ações educativas; e) prevenção e controle da violência, em que se questionou sobre as percepções das executoras sobre como as ações educativas poderiam mitigar a violência, em especial aquelas impostas às mulheres.

Considerando as percepções das executoras, pode-se inferir que as ações implementadas não apenas cumprem com seus objetivos educacionais, mas também buscam promover a integração social e a independência, bem como o empoderamento do público refugiado/migrante. O ambiente educacional foi descrito como acolhedor e inclusivo, proporcionando aos participantes uma sensação de pertencimento e confiança. Apesar da percepção de resultados positivos, destaca-se que as barreiras linguísticas e culturais, a falta de recursos adequados e o impacto psicológico foram os principais desafios apontados.

No que diz respeito à percepção sobre as contribuições das ações, salienta-se que essas foram amplamente reconhecidas, tendo em vista que, além de fornecer conhecimentos e habilidades essenciais, as ações desempenharam um papel crucial na busca em promover a autoestima e a autonomia dos participantes.

No que concerne à qualidade de vida, a percepção das executoras evidencia que a participação nas ações educativas ajudou aos participantes a superar traumas e a desenvolver uma visão mais otimista do futuro. Quanto à prevenção e combate à violência notou-se que não houve ações efetivas, durante as ações educativas, que caracterizassem a mitigação do fenômeno. No entanto, observou-se o incremento da vulnerabilidade, em razão da manutenção da insegurança iniciada no processo migratório, o que demonstra um cenário de reprodução das questões que envolvem gênero e ainda, reforça a vitimização, duplamente, por ser mulher e ser refugiada/migrante.

Os resultados confirmam que o enfoque institucional se limitou a oferecer as ações educativas, sendo a maioria dessas, por meio de cursos de curta duração, com ênfase em estimular o uso das habilidades básicas de comunicação, interação com a língua portuguesa e o contato com os aspectos da cultura brasileira.

Outrossim, eles demonstram também que, na visão das executoras, a implementação dessas ações educativas é uma estratégia eficaz para facilitar a comunicação e a inserção social, e apontar a insuficiência de políticas públicas que considerem a diversidade e as especificidades do público refugiado/migrante e promova um acesso equitativo à educação e a outros direitos fundamentais, especialmente, que propicie a conscientização sobre a prevenção e o combate à violência.

Dessa forma, a pesquisa contribui para a base de conhecimento sobre a relação entre a aprendizagem de adultos e a subsistência sustentável e sugere que a educação deve ser vista como um direito e uma ferramenta de empoderamento.

Além disso, o estudo também forneceu insights e recomendações promissoras para ampliar a pesquisa, visando o aprimoramento das políticas públicas de ações educativas, que garantam a inclusão e a dignidade, em especial para o público refugiado/migrante adulto, que se encontra em fase produtiva, porém desamparado pelo sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Relatório da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2023.

AGER, A.; STRANG, A. Understanding Integration: a conceptual framework. **Journal Of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, p. 166-191, 18 abr. 2008. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1093/jrs/fen016>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BALZAN, Carina Fior Postingher; SOUZA, Monique Dias; Pedrassani, Júlia Sonaglio; VIEIRA, Leandro Rocha; SANTOS, Aléxia Islabão dos. Os desafios no acolhimento e no ensino de língua portuguesa para estudantes imigrantes e refugiados na educação básica. **Gragoatá**, v. 28, n. 60, p. 1–23, abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/53123/33902>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BARBOSA, Manuel. Educação e desafios da multiculturalização: uma pedagogia da sociedade civil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 993–1023, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3qxTmfkmMk3KGbkbZDf48nx/pdf/cp/v40n141/a09v40n141.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Adriana; SOUSA, Sandra Zákia. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, p. 259–284, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Sf5HBLhJqyJdVHWxQBF9ydq/?format=pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria das ações**. 9. ed. Campinas: Papiрус, 1996.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Portaria interministerial nº 16, de 3 de outubro de 2018**. Altera a Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018, e a Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. 192, p. 58, 04 out. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/43885878/doi-2018-10-04-portariainterministerial-n-16-de-3-de-outubro-de-2018-43885761. Acesso em: 4 out. 2018.

CAPELLA, A. C. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

CASA-NOVA, M. J. (I)migrantes, diversidades e desigualdades no sistema educativo português: balanço e perspectivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 13, n. 47, p. 181–216, jan. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3995/399537938005.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CELMER, E. G. Violências contra a mulher baseada no gênero, ou a tentativa de nomear o inominável. *In: A violência na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

DAGAR, P. Building sustainable and decent refugee livelihoods through adult education? Interplay between policies and realities of five refugee groups. **British Educational Research Journal**, v. 50, n. 2, p. 713–731, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/berj.3943>. Acesso em: 29 jun. 2024.

DRYZEK, John S.; RIPLEY, Brian. The ambitions of policy design. **Review of Policy Research**, v. 7, n. 4, p. 705–719, jun. 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.1988.tb00890.x>. Acesso em: 29 jun. 2024.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 14th ed ed. Boston: Pearson, 1984.

GEDIEL, J. A. P.; BARBOSA, F. C. M. Políticas Públicas Educacionais e Inclusão de Migrantes nas Universidades Brasileiras. Em: **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**. 6. ed. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2021. v. 16. Disponível em: https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Caderno_ed16_web.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. California: University of California Press, 1984.

GONÇALVES, Amanda Gomes de Paula. Breves apontamentos sobre a proteção social a refugiados venezuelanos no contexto brasileiro. In: XXXII Congreso De La Asociación Latinoamericana De Sociología. **Asociación Latinoamericana de Sociología**, 2019. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-030/844>. Acesso em: 2 jan. 2025.

HOWLETT, Michael; MUKHERJEE, Ishani; WOO, Jun Jie. From tools to toolkits in policy design studies: the new design orientation towards policy formulation research. **Policy & Politics**, v. 43, n. 2, p. 291-311, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1332/147084414X13992869118596>. Acesso em: 29 jun. 2024.

HISSA, C.; JOO, C. S. Da invisibilidade à Cidadania: o papel das políticas públicas na concretude dos direitos dos refugiados que chegam ao Brasil. In: **La (Re)Construcción de lo social en tiempos de pandemias, aportes críticos desde las ciencias sociales latinoamericanas y caribeñas**, n. 1, Bogotá: Editorial, 2024.

INGRAM, H.; SCHNEIDER, A. L. Policy Analysis for Democracy. In: GOODIN, R.; MORAN, M.; REIN, M. (Eds.). **The Oxford Handbook of Public Policy**. 1. ed. Oxford University Press, 2009.

JANNUZZI, P. DE M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137–160, 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 29 jun. 2024.

JUNJAN, Veronica. Policy design: just a fad or a fundamental concept? (Or how to deal with policy design in interesting times). In: DE VRIES, Michiel S.; NEMEC, Juraj; JUNJAN, Veronica (ed.). **The choice-architecture behind policy design: from policy design to policy practice in the European integration context**. Bratislava: NISPAcee, 2020.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 733-743 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pnCDbh88LDqWwDTx9pGK39h/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

LINDER, Stephen H.; PETERS, B. Guy. Research perspectives on the design of public policy: implementation, formulation, and design. In: PALUMBO, Dennis J.; CALISTA, Donald J. (ed.). **Implementation and the policy process: opening up the black box**. Westport: Greenwood Press, 1990.

LASSWELL, H. D. **Politics: who gets what, when, how**. New York, Whittlesey House, 1936.

LEÃO, Marcelo Franco.; BULHÕES, Carlos Gabriel Araújo. Acolhimento de migrantes pela educação de jovens e adultos no brasil: análise de dissertações recentes (2013 A 2023). **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 16, n. 2, p. 94-105, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v16i2a2024.3794>. Acesso em: 29 jun. 2024.

LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de; LUI, Lizandro. Conectando problemas, soluções e expectativas: mapeando a literatura sobre análise do desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.º 36, p. 1–41, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.36.246779>. Acesso em: 29 jun. 2024.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Brasília: Enap, 2019.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, California: Goodyear Pub. Co, 1937.

MARQUES, Aline Aurea Martins. **Políticas linguísticas e ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes no Brasil: uma discussão a partir da oferta de cursos nas universidades federais**. 2018, 136 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. **World Migration Report 2022**. Genebra: International Organization for Migration, 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/WMR-2022-EN.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MEAD, L. Public Policy: Vision, Potential, Limits. In: **Policy Currents (Newsletter of the Public Policy Section, APSA)**, v. 68, n. 3, p. 1-4, 1995. Disponível em: <https://nyuscholars.nyu.edu/en/publications/public-policy-vision-potential-limits>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MIGRAMUNDO. **Migrações no Brasil e no mundo: como foi 2024 e o que esperar de 2025**. MigraMundo, 6 jan. 2025. Disponível em: <https://migramundo.com/migracoes-no-brasil-e-no-mundo-como-foi-2024-e-o-que-esperar-de-2025/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MINELLA, I. F. S.; ALVES, P. R. R. **O Gênero e o Refúgio: As Vulnerabilidades enfrentadas pelas Mulheres Refugiadas no Brasil – IASC, 2023.** Disponível em: <https://iasc.org.br/2023/04/o-genero-e-o-refugio-as-vulnerabilidades-enfrentadas-pelas-mulheres-refugiadas-no-brasil>. Acesso em: 27 jan. 2025.

OIM. **Manual de la OIM sobre Protección y Asistencia para Personas Migrantes Vulnerables a la Violencia, la Explotación y el Abuso. Spanish:** International Organization for Migration, 2020. Disponível em: <https://publications.iom.int/es/node/3141>. Acesso em: 17 out. 2022.

PELLIZARI, Kelly. Entre a violência simbólica e a violência de fato: o processo de inserção laboral de mulheres migrantes/refugiadas em Mato Grosso (MT), Brasil. **Revista Panorâmica online**, v. 33, n. 1, p. 94-113, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1313>. Acesso em: 29 jun. 2024.

PEREIRA, Larissa do Livramento. **A escolarização de trabalhadores migrantes na Educação de Jovens e Adultos diante da longa jornada de trabalho.** 2020, 163 f. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

PETERS, B. Guy. Policy design and its relevance for practice in public administration. *In:* DE VRIES, Michiel S.; NEMEC, Juraj; JUNJAN, Veronica (ed.). **The choice-architecture behind policy design: from policy design to policy practice in the European integration context.** Bratislava: NISPAcee, 2020.

REIS, Fernanda; MOURA, Taís Aparecida De. Reflexões sobre as políticas educacionais voltadas para todos aqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, n. 17, p. 126-138, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9368>. Acesso em: 8 mai. 2025.

ROMERO, Tereza Incháutegui; FERRETO, Edith Olivares. **Modelo ecológico para una vida libre de violencia de género.** México: Nacional para Prevenir y Erradicar la Violencia contra las Mujeres, 2011.

SACRAMENTO, O.; CHALLINOR, E.; SILVA, P. G. The challenges of education in contexts of increasing migratory diversity: (mis)adjustments, adaptative practices and creativity in Portuguese schools. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, p. 73–89, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006906>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SANTOS, Tarissa Marques Rodrigues dos; CONDE, Mariana Vaca. Presença de Estudantes Migrantes Internacionais na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Corumbá: **Revista GeoPantanal**, v. 19, n. 36, p. 113-122, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/21425>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública *In:* SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete. (Orgs.). **Políticas Públicas: coletânea.** V. 1. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SILVA, R. S. DA. **Plano de ações para o acesso e permanência de migrantes e refugiados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Campos dos Goytacazes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2020.

SILVA, Rita de Cássia da Cruz; DI PIERRO, Maria Clara. Migrações e educação de adultos deslocados: uma reflexão sobre direitos educativos. **Revista Teias**, v. 23, n. 69, p. 164–177, 28 maio 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/65893>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 1, n. 16, p. 20–45, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SUBIRATS, Joan. Definición del problema. Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos, pp. 199-218. *In*: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete (Orgs.). **Políticas Públicas: coletânea**. v. 1. Brasília: ENAP, 2006.

VIEIRA, Leandro Rocha. **O ensino da Língua Portuguesa como língua de acolhimento a imigrantes: por uma contribuição sociolinguística**. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em letras e Cultura), Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2019.

3.5 Artigo 5 - Quando as mulheres migram: vozes, feridas e recomeços³⁷.

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória de mulheres refugiadas/migrantes no Brasil, com foco em seus perfis, trabalho e ocupação, vulnerabilidades, violência e redes de proteção. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada com nove mulheres participantes de ações educativas em três instituições federais de ensino. Os resultados evidenciaram que as entrevistadas, em sua maioria, possuem ensino superior, são chefes de família e migraram principalmente por motivos econômicos. No entanto, enfrentam dificuldades para inserção no mercado formal, sendo alocadas em ocupações informais e precárias. A violência estrutural nos países de origem, especialmente na Venezuela, foi apontada como fator determinante da migração. No Brasil, elas continuam enfrentando exclusão, discriminação linguística e racial, que impactam em sua saúde mental. A violência de gênero, embora pouco verbalizada, está presente de forma implícita nos relatos. As ações educativas e os grupos de acolhida foram reconhecidos como fundamentais para o processo de adaptação. Conclui-se que é necessário o fortalecimento de políticas públicas interseccionais que promovam a inclusão, proteção e valorização dessas mulheres refugiadas/migrantes, como sujeitos de direitos e agentes de transformação social.

Palavras-chaves: Refugiadas/Migrantes; Vulnerabilidades; Violência; Redes de Proteção.

When women migrate: voices, wounds, and new beginnings.

Abstract: This article analyzes the trajectory of refugee and migrant women in Brazil, focusing on their profiles, work and occupation, vulnerabilities, violence and protection networks. The qualitative research was conducted with nine women participating in educational programs at three institutions. The results showed that most interviewees hold higher education degrees, are heads of their households, and migrated primarily for economic reasons. However, they face significant barriers to entering the formal labor market, often working in informal and precarious jobs. Structural violence in their countries of origin especially Venezuela was identified as a key factor in their displacement. In Brazil, they continue to experience exclusion, linguistic and racial discrimination, with impacts on mental health. Gender-based violence, though rarely verbalized, is implicitly present in their narratives. Educational programs and support groups were recognized as essential for their adaptation process. It is concluded that it is necessary to strengthen intersectional public policies to promote the inclusion, protection, and recognition of these women as rights-bearing individuals and agents of social transformation.

Keywords: Refugee/Migrant Women; Vulnerabilities; Violence; Protection Networks.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de compreender os fenômenos migratórios contemporâneos, que se caracterizam por diferentes aspectos, tem expandido e viabilizado uma análise, a partir de

³⁷Artigo submetido à **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana -REMHU** – *Qualis* CAPES 2017-2020: A2 - ISSN: 2237-9843, que se encontra em processo de avaliação.

uma pluralidade de abordagens teórico-metodológicas e empíricas, que englobam tanto os fatores sócio-históricos como fatores econômicos que motivam essa antiga prática da humanidade têm a manutenção da própria sobrevivência como objetivo primordial.

Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2024) apontam que, entre o início de 2022 e julho de 2024, foram observados 62,3 milhões de movimentos nos postos de fronteiras brasileiros, em que a maioria do sexo masculino; no entanto, ressaltam um crescente contingente de mulheres. Os autores destacam que, neste período, 87,5 mil pessoas foram reconhecidas como refugiadas e que 96% delas tinham nacionalidade venezuelana, e as mulheres representavam 47,2% desse grupo.

Com isso, nota-se que a migração dirigida ao território brasileiro mesmo que predominantemente masculina, o número de mulheres representa um contingente expressivo, sendo praticamente metade dos refugiados reconhecidos. Nesse contexto, estatisticamente, infere-se que existem modificações no panorama da migração.

Para Rodriguez *et al.* (2019), estatisticamente, o aumento da representação das mulheres, nos últimos tempos, na composição dos fluxos migratórios pode não estar vinculada à maior frequência delas nesse processo, mas, sim ao seu não reconhecimento e a ausência de visibilidade, considerando que os registros realizados retratavam a mulher como acompanhante do marido e/ou familiar.

Nesse contexto, Fogliatto (2022) enfatiza que as questões de gênero passaram a ser estudadas, como categoria analítica, apenas no século XX (Scott, 1995), embora a temática venha se emergindo e se consolidando dentro das ciências sociais. Esse fato é mencionado em vários estudos e esse aumento da participação de mulheres nos fluxos migratórios é chamado “feminização das migrações”.

Para Kosminsky (2007), os estudos migratórios de gênero começaram a ser evidenciados a partir da década de 1980, nos Estados Unidos e, no Brasil, os poucos estudos nos quais as mulheres migrantes aparecem como protagonista nesse processo, devido à influência do feminismo acadêmico, têm registros a partir de 2000. Ainda, conforme a autora, a partir desse marco temporal, os novos estudos passaram a questionar a invisibilidade das mulheres enquanto sujeito migratório, para compreender as experiências distintas, a produção de desigualdades e as vulnerabilidades, além das implicações políticas, que se refletem na experiência migratória.

Sobre o deslocamento feminino, Rodriguez *et al.* (2019) destacaram que as mulheres se deslocam por motivos diversos. No entanto, apontam a existência de três tipos de migração, que afetam sobremaneira às migrantes. De acordo com as autoras, são eles:

[...] as migrações por patrilocalidade, nas quais as mulheres abandonam o seu local de origem para morar no local de origem do seu marido; econômica que, embora também afete os homens, o faz de maneira diferente se levarmos em conta a divisão social de tarefas por sexo, a distribuição da herança, a informalidade do mercado laboral, etc; e, por último, o «refúgio por motivos de gênero», que faz referência às migrações de mulheres com status desvalorizado nas sociedades de origem ou cujas vidas e desejos resultam incompatíveis com as tradições (matrimônios indesejados, trabalhadoras sexuais, mães solas e vítimas ou ameaçadas de agressões sexuais, lésbicas e mulheres com experiências afetivas não heteronormatizadas) (Rodriguez *et al.*, 2019, p. 59).

A mulher refugiada/migrante, que foi compelida a deslocar-se por condições estruturais, se torna mais suscetível às violações de seus direitos humanos e à incidência de violências. De acordo com dados da ONU Mulheres (2017), uma a cada cinco refugiadas, principalmente adolescentes e adultas jovens, sofreu algum tipo de violência sexual.

Segundo a Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade – SBMFC (2020), as principais violações de direitos humanos envolvem maus tratos, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, sequestros, extorsões, abusos sexuais, abandono de pessoas, roubos violentos, tráfico de pessoas, recrutamento forçado e assassinatos. Para além dessas violações, aponta-se a discriminação no acesso aos serviços públicos e a violação dos direitos humanos no ambiente de trabalho, racismo, barreira linguística e a falta de rede de apoio. A entidade também registra a ausência de informações mais precisas sobre gênero e que a violência mais marcante é entre as mulheres migrantes, não brancas e irregulares.

Para Duarte (2012, p. 226), as formas de discriminação das mulheres refugiadas/migrantes ocorrem em diferentes níveis e “o trajeto percorrido pelas mulheres vítimas de violência é, muitas das vezes, longo e solitário”. Segundo a autora, o caminho até a denúncia pode ser mais longo devido ao fato de alguns aspectos contribuírem para que a violência não seja denunciada. Entre outros, há o receio de represália, o sentimento de vergonha e o preconceito em relação à dependência econômica; inclusive por partes de entidades oficiais. Sendo assim, essas mulheres, além de sofrerem de dupla vitimização, são pessoas que não existem, ficando expostas ao não-território, em termos jurídicos e políticos, totalmente suscetíveis à situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, Rosa *et al.* (2019) evidenciam que a vulnerabilidade da mulher refugiada/migrante se potencializa a partir da sobreposição das categorias “mulher” e “migrante”, o que produz uma dupla exclusão em todos os cenários, tanto no país de origem quanto em todos os locais de trânsito e destino. Conforme os autores, soma-se a isso o fato de a mulher refugiada/migrante também ser vítima das mesmas desigualdades e discriminações às quais estão imbuídas às mulheres locais e, ainda, ao fato de parte delas comporem outros grupos identitários afetados pela interseccionalidade e pelos processos de marginalização.

Desta forma, este estudo, de natureza qualitativa, tem como objetivo identificar o perfil das mulheres refugiadas e os fatores determinantes de vulnerabilidade, em função do processo de migração, que motivam a ocorrência da violência, bem como as redes de proteção existentes e acionadas, visando compreender a realidade por elas vivenciada.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada em 03 (três) Institutos Federais, localizados nas regiões norte, sul e centro-oeste do Brasil. Para tanto, foi feito o uso de amostra intencional, não probabilística, com a participação de mulheres migrantes/refugiadas, egressas e matriculadas em ações educativas.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas em espaço virtual e presencial.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa bibliográfica e documental sobre as diretrizes políticas, ações e projetos educacionais propostos para o público refugiado e sobre a identidade da mulher refugiada, nos discursos midiáticos, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturada. Essa entrevista foi aplicada às mulheres migrantes/refugiadas, que participaram de ações educativas e que, voluntariamente, se dispuseram a responder ao questionário contendo perguntas relacionadas ao perfil socioeconômico, pessoal e familiar, bem como questões inerentes à situação financeira da mulher, trabalho/ocupação, violência contra a mulher, fatores de vulnerabilidade/violência/rota crítica, além das redes sociais acionadas.

As categorias e variáveis de análise foram assim delimitadas: a) Condições de Migração: fatores institucionais e as políticas de imigração, anos de migração, período de chegada, motivo da migração, estatuto legal do país de residência e situações de discriminação; b) Perfil das mulheres egressas e matriculadas na ação, por meio das seguintes variáveis: idade, naturalidade, estado civil, raça, escolaridade, religião, status ocupacional,

condições de trabalho, renda, tamanho tipo de ciclo de vida familiar; c) Tipos, causas, redes de proteção e consequências da violência; d) indicadores/fatores de vulnerabilidade: individuais, familiares/domiciliares, comunitários e estruturais.

As nove entrevistas (n=9) foram gravadas, mediante a autorização do sujeito da pesquisa (mulher refugiada/migrante), e suas respostas foram transcritas de forma individual, sendo muitos trechos de suas falas utilizados na pesquisa foram reproduzidos na íntegra. Os nomes das entrevistadas foram substituídos por Mulher E1, E2, E3 e assim sucessivamente, a fim de manter o sigilo de suas informações pessoais. Todas as integrantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes do início da coleta de dados. O estudo está conforme o Parecer do Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa - MG.

Fez-se o uso da Análise de Conteúdo, que permitiu examinar as percepções das participantes, pautando-se na metodologia proposta por Bardin (2011).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em função do objetivo específico proposto, os resultados e as discussões foram divididos nos seguintes tópicos: caracterização do perfil socioeconômico; trabalho e ocupação; violência contra a mulher; violência/ rota crítica e redes sociais.

3.1 Caracterização do perfil socioeconômico

A primeira análise realizada, relacionada à idade das participantes de ações educativas no âmbito das três instituições analisadas, revelou que a idade média das entrevistadas (n=9) corresponde a 46,88 anos, predominando a faixa etária entre 46 e 55 anos.

No que diz respeito à média de idade das mulheres refugiadas/migrantes, estudos realizados nos últimos cinco anos, destacam que a maioria desse público está relacionada à faixa etária de 18 a 45 anos, idade ativa para atuação no mercado de trabalho, o que reflete a amplitude e diversidade geracional presente no grupo (Moraes; Araújo; Camargo, 2023; Quadros, 2025; Souza, 2023).

Para Fernandes e Onuma (2024), o etarismo é uma variável de análise que precisa ser discutida, pois mesmo que a pessoa idosa seja, hoje, a minoria nos fluxos migratórios, é preciso considerar que mulheres refugiadas que ingressam no país na faixa etária que corresponde à juventude também envelhecerão. Ainda segundo as autoras, além do regime de previdência no Brasil ser complexo e demorado, as trabalhadoras domésticas não

remuneradas, tanto as mulheres refugiadas/migrantes quanto as brasileiras, compõem a maioria de um grupo que ocupam atividades não remuneradas e informais que as tornam mais propensas a não terem a garantia de condições mínimas para sobreviverem na velhice.

Questionadas quanto à cor/etnia, 44,44% (n=4) das entrevistadas se autodeclararam pardas, 33,33% (n=3) negras; e 22,22% (n=2) brancas.

Atualmente, não há uma base oficial pública que apresente dados desagregados por cor ou etnia dos refugiados/migrantes no Brasil. Os dados publicados, anualmente, no relatório “Refúgio em Números”³⁸, pelo Ministério da Justiça e o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), indicam as nacionalidades mais frequentes, a distribuição por região de origem e informações indiretas sobre a diversidade étnica, como, por exemplo, a presença de refugiados da África, Haiti, Síria, Venezuela. Nesses recortes, podem sugerir uma composição étnico-racial, mas não substituem dados autodeclarados de cor/etnia, como os coletados pelo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para a população geral. No último Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2022), a composição da racial da população brasileira é constituída de 45,3% (92,1 milhões) de pessoas que se identificaram como pardas, seguida por 43,5% (88,2 milhões) de pessoas identificadas como brancas e 10,2% (20,6 milhões) que se autodeclararam pretas.

Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2024), ao analisarem o perfil sociodemográfico dos solicitantes de refúgio e refugiados no mercado de trabalho formal, no período de 2011 a 2017, identificaram um problema que ocorre na origem da emissão da carteira de trabalho, quando da declaração de cor ou raça, que apontou a categoria “não especificado”, como a que mais obteve resposta.

No que diz respeito ao estado civil 44,44% (n=4) se declaram casadas; 22,22% (n=2) solteiras; 22,22% (n=2) não responderam; 11,11% (n=1) das entrevistadas se identificaram como divorciada.

Com relação à religião 33,33% (n=3) se identificaram como católicas, 22,22% (n=2) como praticante de religião evangélica as demais não quiseram responder.

Romão (2021), ao analisar o perfil sociodemográfico em um município da zona da mata de Minas Gerais, diferentemente dos demais estudos, observou-se que a maioria dos

³⁸O Refúgio em Números é um relatório que analisa dados do governo federal relacionados ao refúgio no Brasil. O estudo é produzido anualmente pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), criado com o intuito de ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, apontando estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas às migrações internacionais. Fonte: Refúgio em Números - Ministério da Justiça e Segurança Pública.

entrevistados se identificou como pertencente ao gênero feminino, destacando que 73,3% das pessoas entrevistadas se declaram como solteiras, 20% optou por informar “outros” e 6,7% se identificaram como viúvo ou divorciado. Quanto à religião, os estudos do autor apontam que a maioria dos entrevistados se autodeclarou como evangélicos (46,7%), 33,33% sem religião, enquanto 13,3% se identificaram como professantes da fé católica.

Quanto a nacionalidade 77,77% (n=7) são de nacionalidade venezuelana; 11,11% (n=1) de nacionalidade uruguaia e 11,11% (n=1) nacionalidade Guineano, do continente africano.

Junger *et al.* (2024), apontam que o Brasil, no ano de 2023, recebeu solicitações de refúgio de pessoas provenientes de 150 países. Nesses registros pode ser observado que a maioria (50,3%) das pessoas que solicitou reconhecimento da condição de refugiado, no Brasil, possuía a nacionalidade venezuelana.

No que concerne ao grau de escolaridade: 55,56% (n=5) disseram possuir o Ensino Superior, enquanto 44,44% (n=4) contavam com o Ensino Médio.

Quanto ao reflexo da escolaridade tem-se que, no ensino superior, a média de escolaridade entre as mulheres refugiadas/migrantes era maior em relação aos homens desse mesmo grupo, na ordem de 12,7%. No entanto, mesmo tendo o maior índice de escolaridade as mulheres sofrem com um nível de dificuldade considerável para ingressarem no mercado formal de trabalho. Neste sentido, deve-se garantir condições que viabilize a inserção da mulher refugiada/migrante com grau de escolaridade completo, tanto com a implementação de políticas públicas de reconhecimento e revalidação dos diplomas, quanto com a possibilidade de darem continuidade aos estudos em vagas específicas nas Instituições Federais de Ensino (Pesquisa Moverse, 2022).

Com respeito à composição familiar, foi questionada sobre o tamanho da família e ao número de filhos. Cerca de 44,44% (n=4) disseram que moravam sozinhas. As demais informaram morar com seus familiares, sendo 55,56% (n=5). Todas as entrevistada disseram ter filhos, sendo: 66,66% (n=6) responderam ter um filho, com a idade de 6 anos, 10 anos, 15anos, 23, anos, 25 anos e 40 anos; 11,11% (n=1), respondeu ter cinco filhos, sendo todos maiores de idade; 11,11% (n=1) disse ter três filhos, sendo todos maiores de idade; e 11,11% (n=1), afirmou ter 2 filhos, uma menina de 10 anos e um menino com 15 anos de idade.

Lima *et al.* (2017), corrobora com o resultado da pesquisa no que tange a composição familiar ao evidenciarem que 51% das mulheres, declararam chegar acompanhadas por grupo familiar.

Quanto ao tamanho da família, no que pese não haver dados especificamente relacionados a esta variável, Junger *et al.* (2024) buscaram aprofundar as análises para conceder mais visibilidade e dar ênfase sobre o recorte de gênero e sobre crianças e adolescentes. Segundo os autores, os dados que indicam a incidência de crianças e adolescentes, com menos de 15 anos e o aumento de mulheres demonstra que os fluxos migratórios para o Brasil têm passado por um processo de feminização, com aumento do número de crianças e jovens, o que demanda uma reavaliação das políticas públicas destinadas a esses grupos.

Quanto ao grau de fluência da língua portuguesa, 88,88% (n=8) relataram que, a partir da participação em ações educativas, estavam mais fluentes na língua portuguesa, embora ainda tivessem dificuldades com a pronúncia e com a compreensão. Apenas 11,11% (n=1) disseram ser fluente, com algum grau de dificuldade, em função da proximidade de fronteira entre o Uruguai e o Brasil e pelo uso de algum dialeto, que condensa o português e o espanhol.

É importante destacar que a comunicação na língua da sociedade receptora é a primeira barreira encontrada pelo refugiado/migrantes, que encontra várias dimensões de inserção social. Segundo Borges (2024), o uso do português brasileiro é fundamental por ser a forma de ter acesso aos mecanismos de sobrevivência, tais como: obtenção de documentos, compra de alimentos, busca por atendimento médico, acesso ao trabalho, condições de matricular seus filhos em escolas, dentre outros. Ou seja, como relata a referida autora:

O desconhecimento da língua além de representar um obstáculo à comunicação, também dificulta o conhecimento e acesso a direitos civis e sociais, e a barreira linguística que os conecta a seus grupos e comunidades étnicas os afasta daqueles que não o entendem, fazendo com que sejam rejeitados (Borges, 2024, p. 36).

A esse respeito, a entrevistada E2 relata que foi obter mais fluência na língua portuguesa após participar da ação educativa português, como Língua de Acolhimento (PLA). Antes disso, segundo a entrevistada:

[...] eu comecei o português saindo na rua, falando (esboça um sorriso) sem entender. Era muito difícil porque eles não entendiam a mim, [...] a partir de

frequentar esse curso já dominava um pouco o português, mas era, como eu falo, era o português da rua, né. O falar de todo mundo. Então, quando comecei o curso, comecei a ver que muita coisa estava errada, só que repetia o que eu ouvia e comecei a dar conta que estava errado muita coisa. Então, eu comecei a colocar em prática o que estava aprendendo no curso [...] (E2).

De acordo com a entrevistada E1, há muita dificuldade em acompanhar os estudos regulares, ou cursinhos, por exemplo, com a finalidade de prestar o vestibular:

[...] Eu comecei a fazer um cursinho, aquele preparatório para fazer as provas. Eu fiz em três anos. Mas, tipo assim, o meu ritmo não era igual ao ritmo daqui, e também eu ficava perdida por causa da literatura do Brasil, era bem complicado. Aí eu abandonei (E1).

Os indicadores de nível de compreensão da língua portuguesa demonstram que o acesso aos cursos e programas de português, como língua de atendimento (PLA), é uma ação que tem contribuído como estratégia de apoio e integração para a população refugiada/migrante (Pesquisa Moverse, 2022).

3.2 Trabalho e ocupação

A segunda análise foi relacionada às questões sobre trabalho e ocupação.

Questionadas quanto a situação empregatícia, no país de origem, 88,88% (n=8) das entrevistadas disseram que, enquanto estavam residindo em seus respectivos países de origem, trabalhavam formalmente, com carteira assinada e apenas 11,12% (n=1) disse que não estava trabalhando formalmente no país de origem.

No que tange à situação empregatícia no Brasil, 66,66% (n=6) responderam que não conseguiram uma colocação que envolvesse um relacionamento formal com o trabalho, sendo locadas em serviços domésticos, como faxineira, diarista, cuidadora, dentre outros. Enquanto apenas 33,33% (n=3) disseram estar em situação empregatícia formal, com carteira assinada.

Entre as entrevistadas (n=3) que relataram estar em trabalho formal; uma disse que já havia sido “higienizadora” (faxineira) em um hospital, e que atualmente era tradutora nesse mesmo hospital; uma era professora de ensino fundamental e a terceira relatou ser orientadora de loja (segurança) em um estabelecimento comercial da área farmacêutica.

No relato das entrevistadas E7, E8 e E9, esta situação de submissão ao trabalho informal e do cuidado, no Brasil, ficou evidente, como relatado:

[...] Lá na Venezuela, meu trabalho era relacionado com a indústria petroleira, (trabalhava) como segurança industrial. E agora, graças a Deus, estou aqui trabalhando também, como faxineira. Não é a mesma profissão, mas eu gosto do que faço [...] (E7).

[...] Eu sou cuidadora de idosos, mas faço costura também [...]

Trabalho com uma senhora, a qual estou muito grata, porque ela me acolheu muito bem na casa dela. Não tenho benefícios de carteira assinada [...] porque há outras coisas mais importantes. Ela me acolheu em sua casa muito bem [...] sou como família dela. Posso fazer minhas coisas, posso costurar. Como disse, não exijo muito dela, porque as coisas que ela faz, o que ela me dá, o seu carinho, valem mais do que uma carteira assinada (E8).

[...] Eu cuidava de meus netos, também fiz trabalho em fazenda, cozinhando, também fazia pastéis, salgados, e também fazia din-din (picolé no saquinho) [...] (E9).

Questionadas se recebiam algum benefício governamental, 11,12% (n=1) respondeu receber aposentadoria, 33,33% (n=3) afirmaram que recebiam a assistência estudantil, oferecida pela Instituição Federal de Ensino, por estar cursando cursos técnicos na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). As demais não souberam responder.

Quanto à participação em algum Grupo de Acolhida, 22,22% (n=2) responderam que tiveram ajuda da Operação Acolhida, visando a interiorização; 11,12% (n=1) relatou que participou de um grupo de acolhida realizado pela igreja, na qual professava a sua religião; e 100% (n=9) reconheceram a instituição promotora das ações educativas como um grupo de acolhida. Ou seja, se sentem agradecidas e muito satisfeitas com as orientações e com a recepção dada pelas instituições e, especialmente, aos professores/tutores que interagem com as estudantes durante as atividades pedagógicas.

Com relação a ser a principal fonte de renda da casa, 88,88% (n=8) das entrevistadas responderam serem as responsáveis pela principal fonte de renda familiar. Quanto à renda familiar mensal, 88,88% (n=8) responderam que o valor correspondente era de até 01 (um) salário-mínimo e apenas 11,12% (n=1) respondeu que a renda familiar mensal estava entre 2 e 3 salários-mínimos.

Silva e Teixeira (2022) destacam que, para aumentar as chances de ascensão social, deve-se garantir a integração e a dignidade do refugiado, para que, como pessoa humana, desenvolva os seus sentimentos de pertencimento e de utilidade. Para isso, as autoras destacam a importância da promoção do trabalho para a inclusão e integração do refugiado no meio ambiente do trabalho, por meio da função social das empresas privadas e da priorização

da sustentabilidade. Salientam ainda as autoras que, para além da integração (contratação dos refugiados) e o acolhimento no ambiente interno e externo (colaboradores e consumidores), a promoção do trabalho também viabiliza identificar os entraves, as dificuldades e os caminhos para que se concretize o preenchimento e a permanência das vagas.

Milesi e Marinucci (2016), evidenciam a contribuição significativa da mulher refugiada/migrante para o desenvolvimento humano, especialmente no espaço reprodutivo, que embora migrem sozinhas, carregam um projeto migratório familiar, sob três contextos, que são o de: a) se afastar de suas famílias, porém continuar responsável pela subsistências dessas; b) tornar-se a principal provedora econômica, quebrando determinadas tipificações de gênero; c) ser um importante agente no complexo processo de integração na sociedade de chegada, quando migra junto com seu núcleo familiar, sendo a encarregada da educação dos filhos e da mediação cultural entre a sociedade de origem e de chegada.

Os autores ao questionarem se o desenvolvimento retribui a contribuição dada pela mulher refugiada/migrantes, destacam o alto custo emocional que essa condição exige dessas mulheres, ao passarem por situações degradantes de trabalho e de vida, muitas vezes, renegando ao seu próprio desenvolvimento pessoal. Além disso, eles ressaltam que essa responsabilidade as coloca em situação de vulnerabilidade, uma vez que:

Essa responsabilidade as coloca em uma situação de maior vulnerabilidade e, não raramente, as obriga a aceitar duras condições de trabalho e tolerar violações hediondas dos próprios direitos, para garantir as remessas. Em resumo, não há dúvida de que mudou o perfil da mulher migrante, embora essa mudança nem sempre represente uma melhoria em termos de autonomia e respeito dos direitos fundamentais (Milesi; Marinucci, 2016, p. 1).

Em conformidade com esses autores, Rissato e Cardin (2022), consideram que a mulher refugiada/migrante ao necessitar encontrar meios para sustentar sua família sozinha, em função de questões de cunho social, como: preconceito, desemprego, famílias monoparentais, dentre outros, se torna a personificação da pobreza refugiada/migrante. Segundo as autoras, a precarização do trabalho e a manutenção da pobreza para essa população se consolidam quando a mulher refugiada/migrante encontra dificuldade para o reconhecimento da sua profissão e opta por aceitar os trabalhos informais, sem as devidas garantias, para sobreviver.

3.3 Violência contra a mulher

Esta terceira análise baseou-se nas questões sobre violência contra a mulher.

Combinando as questões sobre o significado de violência e os tipos de violências, as entrevistadas responderam aos questionamentos, por meio de suas histórias e das experiências vivenciadas, tanto no decorrer de suas vidas, no país de origem, quanto no trajeto para chegar ao destino. E, de modo latente, descrevem como elas se deparam e sobrevivem a essas situações de violências vivenciadas nessa nova realidade em que se encontram inseridas.

Ao serem questionadas sobre a existência de violência em seus países de origem e sobre qual(is) o(s) tipo(s) de violência(s) já haviam sofrido, a maioria delas, 77,77% (n=7), que são oriundas da Venezuela, relataram que a vinda para o Brasil se consolidou em função da situação econômica, instalada naquele país. Conforme as entrevistadas, os principais tipos de violências por elas sofridos estão relacionados às violências social, cultural e moral. Em seus relatos, devido às condições e às circunstâncias criadas pelo Estado/Governo, elas o identificaram como um agressor e como causador de prejuízo emocional, físico e social, por ele promover suas saídas do país, em busca de subsistência. Desse modo, observa-se que esse ato de violência que desrespeita a dignidade, munido de incertezas, de insegurança e de medo, reverbera, inclusive, no trajeto, na chegada e na permanência no país que acolhe.

De acordo com Silva e Teixeira (2022), a jornada dos refugiados não se finda com a chegada no país destino. Os autores destacam que:

Além disso, a jornada dos refugiados, que fugiram de uma situação de risco à vida, continua no Brasil, pois eles, também, encontram condições adversas nesse país. Nesse sentido, a exclusão social e as violações à dignidade dos refugiados têm relação direta com o desrespeito ao Princípio da Igualdade (Silva; Teixeira, 2022, p. 583).

Quanto às respostas sobre as violências vivenciadas e/ou presenciadas, durante a infância e ao longo da permanência no país de origem, elas se confundiram o questionamento com a forma abrupta de ter que sair do seu país de origem, em função da dificuldade em manter a subsistência pessoal e familiar. Esse tipo de violência se sobrepôs aos demais que, perante a necessidade de se refugiar, para garantir o seu direito de sobreviver, elas se viram na condição apenas de refugiadas/migrantes, enquanto as demais violências, em especial aquelas que são exclusivamente impostas por questões de gênero, passaram, na maioria das vezes, despercebidas e à margem do discurso, sendo definidas como “não respondeu”. No entanto,

ao passo que os questionamentos surgiam, as entrevistadas incluíam em suas falas as violências vivenciadas, por serem mulheres, de modo muito incipiente, quase que inexistentes e/ou imperceptíveis.

De acordo com Moraes, Araújo e Camargo (2023), como a violência é uma das causas mais potentes para a imigração feminina, o “não respondeu” pode ser compreendido como uma importante categoria discursiva, já que o silêncio é uma forma de comunicação. Sendo assim, pode ser interpretado como um “silêncio significante, que expressa desconforto”, sendo o sujeito silenciado, devido às ações agressivas e situações vivenciadas que possam instaurar o pavor e o medo. Orlandi (2015) argumenta que o silêncio não representa apenas ausência de fala, mas pode ser uma forma de significação, presente inclusive nas palavras. Para compreender esse conceito, é necessário considerar a historicidade do texto e os efeitos de sentido, já que não há marcas formais evidentes, apenas indícios e vestígios.

Ao serem questionadas sobre pedir ajuda a alguém, no caso de ter sofrido violência, considerando o parágrafo anterior, 100% (n=9) apontaram o pedido de ajuda e de refúgio ao país brasileiro. E ainda complementam que o motivo da vinda para o Brasil foi para suprir as necessidades básicas (alimento, água e abrigo).

De acordo com a entrevistada E2, o salário que recebia como servidora pública em faculdade de educação não era suficiente para comprar a comida: “[...] meu salário mensal dava para comer dois dias ou três”.

Nesse contexto, é importante destacar que o fato de estarem inseridas em ocupações precárias, não condizentes com suas formações profissionais, retratam uma forma de violência simbólica vivenciada no Brasil, que se manifesta por meio de símbolos, crenças e discursos, o que impõe a dominação de um grupo social sobre outro.

Para Moreira (2014) os refugiados/migrantes são categorizados como estranhos e ocupam uma posição marginal em termos identitários, culturais e sociais, por desconhecerem os códigos compartilhados e carregarem consigo as noções de transitoriedade, provisoriedade e temporalidade. O autor os denomina com *outsiders*, devido à falta de pertencimento pleno ao novo território e por ainda partilhar os códigos com a nação de origem. O referido autor ressalta que:

Os refugiados são vistos como outsiders, à medida que vêm de fora; são estrangeiros, por não pertencerem à nação, por serem estranhos aos códigos compartilhados e informados pela identidade cultural, social, étnica, religiosa, linguística da comunidade de destino. No embate da relação de

alteridade, materializada pelos limites construídos entre quem são “eles”, diferentes do que somos “nós”, que tipo de estrangeiro deve ser legitimamente autorizado a ingressar no país? E por quanto tempo deve ter permissão de permanência no território nacional? (Moreira, 2014, p. 88).

A desigualdade de rendimentos pode ser observada na comparação entre o rendimento real médio mensal individual, que para as mulheres brasileiras, “em 2022, correspondia a R\$ 2.215, enquanto as venezuelanas interiorizadas recebiam, em média R\$ 1.177, quase metade do valor” (Pesquisa Moverse, 2022, p. 43).

Além disso, o baixo salário recebido pode levar a situações de conflitos familiares, com maiores possibilidades de ocorrência de situações de violência. De acordo com Senger (2021), os refugiados/migrantes, ao virem para o Brasil, chegam com a expectativa de receberem um salário maior do que aquele que recebiam no país de origem. Porém, ao se depararem com a realidade, constatam que o valor recebido não é suficiente para sobreviverem.

Com isso, vale ressaltar que a maioria dos estudos aqui pontuados, mesmo que implicitamente, fornecem contextos que demonstram o quanto as dificuldades enfrentadas pelos refugiados/migrantes, em especial aquelas relacionadas às condições econômicas, podem afetar inclusive a dinâmica e influenciar no bem-estar familiar.

3.4 Vulnerabilidades, violência, rota crítica e redes sociais

Nesta quarta análise, iniciou-se reforçando a pergunta sobre qual foi o motivo para migrar e as respostas foram: 88,88% (n=8) responderam “trabalho”; 22,22% (n=2) respondeu “promessa de educação; 11,12% (n=1) respondeu “serviços de saúde”.

Em conformidade com esses resultados, Senger (2021) revela que uma das principais razões que levam os refugiados/migrantes a escolherem o Brasil como país de refúgio está diretamente relacionada à busca por melhores oportunidades de emprego. A autora, corrobora a ideia de que a busca por melhores condições de vida, trabalho, saúde e educação, é o fator central para os refugiados/migrantes escolherem suas regiões de residência principalmente devido às oportunidades laborais disponíveis e às condições de acolhimento mais favoráveis em certas regiões.

Nesse sentido, Kelly (2021), corrobora Senger (2021) e pontua que o trabalho é um dos fatores principais para restaurar o senso de dignidade e propiciar condições para promover

a sobrevivência e, conseqüentemente, melhorar as perspectivas de vida. Além disso, segundo a autora, o trabalho formal e qualificado reduz inclusive a dependência de assistência.

A maioria das respostas cumpriu o intento de reforçar e foram direcionadas para a questão do “trabalho”, conforme já destacada e discutido no item anterior. No entanto, destaca-se a inclusão de outros componentes, que se observa, também, como motivadores da saída do país de origem, como o acesso aos “serviços de saúde”.

Desse modo, a entrevistada E1 relata que a sua vinda para o Brasil teve como motivo principal a gravidez e, posteriormente, foi convencida a ficar em função da “promessa de educação”. No relato, a entrevistada comenta que tinha dificuldades para engravidar e, considerando o possível risco no parto, um parente que mora no Brasil a convidou para vir e “ganhar” o bebê e, ato contínuo, a convidou para residir aqui e continuar seus estudos.

Demorei um pouco para poder engravidar. Meu tio estava passeando junto com a família de férias lá [...]. Aí, me convidaram para vir aqui para ganhar (o bebê). O incrível que era para ganhar e depois voltar porque para lá. Porque eu ia começar a faculdade da medicina. Aí, quando eles viram que ganhei (o bebê). Aí, depois, me fizeram uma proposta: fica aqui e faz a faculdade aqui (E1).

A entrevistada E6, relata que a sua vinda para o Brasil foi relacionada à saúde da sua filha:

Minha filha, tinha que fazer uma cirurgia da cabeça, eu e minha mãe viemos para cá, foi por isso, lá não tinha condições para fazer a cirurgia. Esperamos cinco meses em abrigos, até acontecer a cirurgia (E 6).

A entrevistada E2 relata que a sua vinda para o Brasil, foi em função também de ser perseguida e ter ficado com medo.

[...] eu defendia a universidade para não cair na mão desse governo. Então, eu comecei a ser perseguida. Teve uma vez que eles me pegaram de surpresa na rua e deram uma batida em mim e em outras pessoas, que se mataram, perderam o conhecimento [...] depois eu fiquei com medo. Isso também ajudou. Então, eu disse: agora eu vou sair daqui (E2).

Quanto aos questionamentos sobre a situação migratória atual e se já possuíam todos os documentos inerentes à permanência no Brasil, 100% (n=9) responderam que já se encontram com a situação de refugiado temporário regularizada.

Sobre a chegada ao Brasil, as entrevistadas apresentaram suas respostas, de acordo com o seguinte roteiro: a) se vieram sozinhas, por conta própria; b) se acreditaram que foram enganadas, manipuladas, forçadas, recebido promessas falsas ou se foram iludidas de outras

maneiras para virem para o Brasil; c) se vivenciaram alguma das situações de violência antes e durante o processo migratório.

Na análise dos dados, observou-se que algumas histórias se repetem em determinadas situações e, em outras, as expressões e a entonação da voz demonstram as dificuldades, as violências, as apreensões, as angústias as incertezas e as inseguranças, que cada uma dessas mulheres vivenciou no percurso até se instalarem em seus refúgios. Enquanto isso, outras histórias foram compartilhadas de modo breve e, muitas das vezes, não tinha uma cronologia muito explícita; no entanto, possibilitaram demarcar uma linha do tempo, como pode ser evidenciado nos seguintes relatos:

Faz um ano que estou aqui no Brasil, porque para a minha idade começar de novo é um pouco mais difícil. Eu ter deixado a Venezuela, ter deixado minha casa, minhas coisas, minha família, é muito duro. Eu cheguei até Santa Helena de ônibus, passei para Pacaraima, peguei um carro que me trouxe até onde estava meu sobrinho. Estive morando com meu sobrinho por três meses. Dou graças a Deus por isso, porque tem muitos compatriotas que têm muitas dificuldades e moram na rua, vêm a pé para cá [...] (E8).

No meu caso, como muitos migrantes, eu tive que vender muitas coisas para receber uma quantia de dinheiro e planejar a viagem, devido ao custo. Como eu estava muito longe da fronteira [...] meu caminho foi mais custoso em ônibus. Eu renunciei da empresa onde trabalhava e comecei o meu caminho. Eu tive que viajar, praticamente, 3 dias para chegar até a fronteira [...]. Quando cheguei na fronteira, o telefone, como é da Venezuela, não é livre [...] perdi os contatos. Fiquei na rua por três dias, não sabia falar português, não tinha dinheiro... aí me ocorreu a ideia de me comunicar pelo Facebook. Como teria que pagar para utilizar a internet, então eu peguei um dinheiro emprestado, paguei o serviço do Facebook (utilização da internet), para introduzir e pesquisar o meu sobrinho. Isso me deu uma informação, uma direção (E7).

[...] saí da cidade onde eu moro, ou morava na Venezuela, era muito no extremo do país. Tive que atravessar o país inteiro de ônibus para chegar à cidade de fronteira com o Brasil. Essa viagem foi muito forte, porque foi muito longa, pesado, muito forte e muito caro, porque na Venezuela tudo muito caro. Não dava para comer na rua, eu levei só pão e água. Passei uma semana na viagem só com pão e água e só com a roupa que estava no meu corpo e mais uma mochila com mais algumas peças de roupas, e pronto [...] quando eu cheguei à fronteira do Brasil, eu achei que estava em outro planeta, foi uma coisa incrivelmente diferente. As pessoas perguntavam [...] o que precisa, aqui tem roupa, aqui tem calçado. [...] eu cheguei muito fraca, peguei uma gripe [...] me levaram para um negócio de saúde, me veio o médico, me deram medicamentos e vitaminas [...] eu cheguei com um pouco de medo, outro país, outro idioma, outra cultura, eu achava que o idioma era muito fácil, quando eu cheguei, comecei a ouvir, aí eu não estou entendendo nada (risos) [...] aí quando eu vi que as pessoas estavam oferecendo com o coração, prontas para ajudar, inclusive para consolar. Porque teve o

momento de depressão, o momento que eu só quero chorar, e eles estavam lá para conversar ou para ouvir [...] e não faltava comida, o bom trato, eu me senti muito bem, imediatamente me senti como em casa (E2).

Quanto ao questionamento sobre haver histórico de envolvimento com prostituição e abuso de substâncias químicas, 100% (n=9) responderam que não. Porém, 22,22% (n=2) relataram a utilização de medicamento controlado, em função de quadro de ansiedade de depressão.

Procurou-se, também, indagar se haviam se sentido discriminadas, especificando por qual motivo (racial, étnico, linguístico, religioso, orientação sexual ou outros). Os resultados indicaram que 100% (n=9) relataram que sofreram discriminação por causa da linguística. Conforme os relatos, ao serem reconhecidas, em razão da forma de se comunicarem, como refugiadas/migrantes e devido à dificuldade em compreenderem e não falarem fluentemente a língua do país destino, elas eram automaticamente discriminadas.

No que diz respeito a discriminação racial, uma das entrevistadas relatou que sofre a discriminação racial na comunidade na qual reside e que a sua vizinhança, por ser majoritariamente branca, não acolheu sua família, demonstrando, inclusive, desprezo. A entrevistada E1 relata também que sua filha sofre discriminação na escola. Ela responde, com a voz até um pouco embargada, que ela, principalmente, se sente muito triste e doente por esse motivo, finalizando que “a discriminação é real, é dolorida”, como exposto a seguir:

[...] eu não posso generalizar, nossa cidade aqui [...] é uma cidade bastante racista. Não é todo mundo que consegue erguer a cabeça e correr atrás dos seus objetivos. Eu sou africana, eu tenho muitos conhecidos haitianos. Tem muitos que vêm com a faculdade e com formação, mas nós não temos essa oportunidade nas empresas, sabe. Fulano trabalhava nessa área, fulano tem essa capacidade, vamos dar uma oportunidade de ser líder, de liderar uma equipe nas empresas, sabe assim? Não. Você tem que ser sempre submetida à última vaga, sabe? Temos muita capacidade intelectual. Isso faz com que realmente, afeta, isso afeta, sabe porque as pessoas não olham para a capacidade, olha para a roupa, para a aparência. É uma cidade assim, muito racista, sabe. Eles olham muitas vezes para a cor da pele. Aconteceu uma situação, que vou compartilhar contigo. É até engraçada, mas ao tempo é triste de ver: tem uns ônibus que têm os assentos sozinhos, que é só para uma pessoa. Uma vez, o ônibus estava cheio e veio um senhor de idade para subir. Realmente, o ônibus estava lotado, ninguém quis levantar e me levantei para ele sentar. Quando ele olhou pra mim e viu que eu era preta, ele não quis sentar. Ele preferiu ficar de pé, entende? Tipo assim, às vezes (esse comportamento) nem é por maldade, pode ser por falta de informação. Tem perguntas que, por mais que sejam simples, eles perguntam (por você ser preta) se você usa creme dental, se come carne, se usa a internet (riso constrangido). Às vezes tu tens que responder, respira fundo. E, você não

sabe se a pergunta foi feita por ignorância ou para te machucar. Fica complicado [...]. Meu marido é pedreiro, às vezes as pessoas falam pra ele: cabeça de macaco [...]. Agora minha filha (10 anos) passou por uma agressão [...] porque ela sofria bullying aí a gente estava sofrendo e o colégio não fazia nada, e por último a menina quase enforcou a minha filha no colégio, aí quando eu liguei para a professora para saber, a professora me disse simplesmente que a mãe dessa menina era brava, que eles não poderiam fazer nada, que era para eu procurar ajuda fora. Aí, eu pergunto: se fosse outra brasileira, ia ser assim? Minha filha teve que ser deslocada de sala e mesmo assim o bullying não parou. Então, eu tive que trocar a minha filha do colégio. Pra onde a minha filha vai, pra tu ter uma ideia, não tem rota de van, eu pago Uber, R\$ 300,00, por mês, para quem ganha R\$ 1.800,00, por mês [...] Eu comprei uma mochila para minha filha de rodinha, ela vai subindo, meio-dia e a minha vizinha reclamou porque o cachorro dela não para de latir, quando a gente passa, ela diz, a pessoa que reclama, que é a minha filha, o barulho da mochila da minha filha acorda ela [...] eu tive que trocar a mochila [...] e proíbe ela de usar [...] tu tens que engolir a saliva para pelo menos viver em paz. [...] eu vou te contar um trauma, eu trabalhei em um hotel [...] a encarregada, depois de uma semana, veio me dizer que não era para nós pretos e estrangeiros ficar perto dos hóspedes porque a gente tinha cheiro ruim. Até hoje eu passo desodorante muitas vezes ao dia, eu tenho que me banhar de perfume, porque eu tenho trauma, por causa da fala da mulher, fica sempre a palavra da mulher ecoando no meu ouvido. A discriminação é real, é dolorida [...] (E1).

Nos relatos, observa-se que 33,33% (n=3) apontaram que se sentiram discriminadas por serem refugiadas/migrantes, e 22,22% (n=2), disse que se sentiram discriminadas, neste quesito no local de trabalho.

[...] se o brasileiro for alugar uma casa ela custa 350. Quando um estrangeiro vai ela custa 700 [...] eles (estrangeiros) vão pagar, essas pessoas estão alugando. Isso faz com que os haitianos (estrangeiros) são obrigados a viver com 50 pessoa numa casa, para que cada um possa pagar um pedaço (E1).

[...] eu me senti discriminada quando cheguei aqui em Curitiba, especialmente quando comecei a trabalhar na farmácia. Nossa, o trato foi muito ruim para mim, de uma moça, não de todo o pessoal, mas de uma funcionária. Foi muito forte, eu achava que iria embora dali, porque eu não aguentava isso. Isso foi muito forte para mim. Tanto que eu me fechei, eu estou mais fechada, não falo com todo mundo, mesmo no trabalho eu colaboro com todo mundo. Com essa menina, que me fez coisa ruim, eu tomo distância, porque eu não confio nela. [...] Eles viram pelas câmeras [...] finalmente, eu falei com a gerente, deram uma capacitação para ela [...] algumas são muito novinhas, a única senhora sou eu. [...] tinham outros funcionários que sabiam o que estava acontecendo, mas eles nunca tiveram, combinaram de não concordar com ela e não fizeram nada de ruim para mim. [...] Hoje mesmo estava conversando com um colega, todo mundo avança (ascende na estrutura da empresa) saíram muitas funcionárias, a atendente um vai para atendente dois, a atendente dois para supervisor e eu sigo aqui no mesmo. Então, eu estou cansando, porque eu considero que eu também tenho o direito [...] eu entendo que eles precisam de mim, o meu

trabalho é bom, quando eu entrei a gerente falou que tinha perdas, devido aos furtos [...] e quando eu entrei as perdas foram menores. Eu disse para ela, eu entendo que não querem que eu saia daqui, porque a diferença da perda é grande, mas eu preciso pelo menos de um ajuste de salário [...] eu quero trocar meu horário que é das onze da manhã até as sete e meia da noite [...] (E2).

Quanto à pergunta de como chegaram ao Brasil, as entrevistadas demonstram um misto de segurança, alívio, felicidade e gratidão. Porém, elas relatam como foi triste e inglória a trajetória, como se houvessem rompido com um estágio de pesadelo, ao revisitarem a lembrança daqueles momentos, demonstrando e lembrando o que estavam trazendo para essa nova vida, além da esperança, traziam bagagem, com apenas o necessário para iniciarem um novo viver, um renascer.

[...] eu levei só pão e água. Passei uma semana na viagem só com pão e água e só com a roupa que estava no meu corpo e mais uma mochila com mais algumas peças de roupas, e pronto. [...]. Quando eu cheguei na fronteira do Brasil, eu achei que estava em outro planeta, foi uma coisa incrivelmente diferente [...] (E2).

De acordo com Borges (2024, p. 28), na elaboração da resposta à pergunta de como chegaram ao Brasil, nota-se que, ao trazerem um “motivo”, constata-se que há um momento de ruptura. Ao justificar a saída do país de origem, elas descrevem o que as motivou estava vinculado à busca por algo diferente, por um recomeçar de vida em outro lugar, diferente do seu lugar de origem, carregando apenas o que se podia carregar.

De acordo com Serpa e Félix (2019), até chegarem em um lugar que possam viver seguramente, sem medo, a jornada e os caminhos percorridos pelas mulheres refugiadas/migrantes em busca de refúgio são repletos de riscos, considerando que essas mulheres são expostas às inúmeras violências, incluído a exploração sexual e laboral. As autoras destacam, também que, no Brasil, para os grupos considerados vulneráveis, como no caso de mulheres em situação de risco, o processo de reconhecimento de refúgio é mais rápido, sendo viabilizado um procedimento com especial atenção às mulheres vítimas de violência de gênero. Esse processo é pautado por diretrizes do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e por protocolos humanitários, que buscam garantir proteção imediata, garantido à mulher refugiada um atendimento que preserve a sua autonomia, garante sigilo, utiliza-se de linguagem acessível e considera a interseccionalidade de sua vivência.

De acordo com Ferrer *et al.* (2024), devido os fatores de riscos, tais como: prevalência de violência de gênero, isolamento social, dificuldades de adaptação, vulnerabilidade

econômica, despreparo da assistência social e do sistema de saúde do país de origem, esses fatores que se entrelaçam na vida da mulher refugiada/migrante e pode, de certo modo, afetar negativamente a saúde mental, com sintomas de ansiedade, depressão, dentre outros subterfúgios danosos. Os autores ainda destacam que uma das experiências mais angustiantes para as mulheres refugiadas/migrantes consiste na separação das crianças que ficaram no país de origem.

Moraes, Araújo e Camargo (2023), destacam a falsa ideia da harmoniosa convivência multirracial no Brasil, quando a mulher refugiada/migrante diz “sentir-se discriminada em função do racismo”, mostra que os recortes de cor, etnia e capital social do viajante são determinantes na maneira como são acolhidos. De acordo com as autoras, tal argumentação contrasta com a narrativa existente de que o povo brasileiro é hospitaleiro para viajantes e imigrantes. O contraste está na evidência de que, para muitos brasileiros, os refugiados/migrantes não são bem-vindos; embora, a convivência seja suportada, sendo considerados e observados, neste contexto, como uma engrenagem na máquina de trabalho.

Assim, a discriminação tem uma relevância no contexto da vulnerabilidade, da violência e da rota crítica, pois, as mulheres/refugiadas ao iniciarem a travessia enfrentam um duplo processo de marginalização, que pode ser dividido em duas condicionantes: a) a necessidade de refúgio – a condição de refugiado/migrante pode gerar resistência, discriminação, intolerância, dentre outras situações acometidas à pessoa, independente de gênero; e b) por serem mulheres (questões de gênero) – a estrutura social contemporânea ainda é marcada pela reprodução de uma sociedade patriarcal, que mantém o constructo de posição inferior da figura feminina em detrimento da figura masculina. Nesse sentido, a rota crítica tem sido evidenciada na imposição da interseccionalidade entre gênero, refúgio/migração, na discriminação e quanto o seu impacto afeta diretamente na efetividade das respostas institucionais e, em especial, na reconstrução da autonomia dessas mulheres. Vale ressaltar que, muitas vezes, o itinerário dessa rota crítica é interrompido por fatores, como o medo de represálias, a dependência econômica e a ausência de redes de apoio.

De acordo com Dias (2022), as consequências de interromper a rota crítica para as vítimas são imensuráveis. A autora pontua que:

[...] as situações de discriminação e assédio de mulheres refugiadas/migrantes são raramente denunciadas. [...] mulheres migrantes, muitas vezes, abandonam ou têm suas carreiras estagnadas após sofrerem discriminação e assédio no ambiente de trabalho. Outras, incluindo vítimas

de violência doméstica, dependerão de ajuda de voluntários para garantir seus direitos, enquanto não recebem nenhum apoio do seu próprio país ou do país para onde emigraram (Dias, 2022, p. 1).

De acordo com Tourinho *et al.* (2024), é necessário romper o paradigma da desigualdade de gênero, em função dos novos desafios e dos novos marcadores sociais, infância e gênero, que interferem na migração contemporânea. Dessa forma, é imperiosa a revisão das políticas públicas existentes, elaboradas por uma sociedade patriarcal, eivadas da figura masculina e do patriarcado, que subjuga a mulher e ignora os infantes, para efetivar a inclusão desses novos sujeitos libertando-os da discriminação de gênero enquanto refugiados/migrantes.

Diante dessa situação de discriminação e de desigualdades vivenciada, as principais redes sociais acionadas pelas mulheres entrevistadas, têm sido em certa medida a comunidade acadêmica das instituições federais de ensino, que ofertam as ações educativas e, também, os seus respectivos núcleos familiares, tanto os que migraram quanto os que permaneceram no país de origem.

De acordo com o Instituto Migração e Direitos Humanos - IMDH (2017), uma parcela significativa (58%) conta com redes migratórias composta, em sua maioria, por amigos e familiares que já residem no Brasil.

Céspedes *et al.* (2024) pontuam que a falta de sentimento de comunidade dificulta a inserção dessas mulheres em redes de apoio compostas por nativos do país destino. Por outro lado, segundo os autores, essas mulheres têm um papel fundamental na formação de redes de apoio de refugiados/migrantes internacionais, considerando que elas migram para o país de origem depois que seus parceiros já estejam instalados no país destino e, na maioria das vezes, já têm algum contato. Há também a manutenção de uma relação forte, interconectada, das mulheres refugiadas/migrantes com seus familiares no país de origem, considerando a rede de cuidado, por remessa de dinheiro e divisão de tarefas e atribuições morais. A continuidade dessas redes, onde as mulheres têm um papel fundamental, proporciona reconhecer os seus núcleos familiares como núcleos familiares transnacionais.

Assim, visando solucionar os entraves da desigualdade de gênero, especialmente no que tange às situações de migrações, se faz necessário estimular a reflexão, a prática e a promoção dos direitos humanos, por intermédio da educação. As formas de violências e a subjugação de gênero nas sociedades somente serão erradicadas, ou no mínimo mitigadas,

com investimento na educação para evitar a reprodução das práticas que discriminam aqueles mais vulneráveis, em especial as mulheres refugiadas/migrantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu identificar o perfil de mulheres refugiadas/migrantes participantes de ações educativas em instituições brasileiras, bem como os fatores que as colocam em situação de vulnerabilidade ao longo do processo migratório. As entrevistadas, em sua maioria, são mulheres adultas, com média de idade de 46,88 anos, predominantemente pardas e negras, com nível educacional elevado — muitas com ensino superior completo — e responsáveis pela principal renda familiar. Apesar disso, enfrentam dificuldades significativas para inserção no mercado formal de trabalho, sendo majoritariamente alocadas em ocupações informais e precárias, como cuidadoras e faxineiras, sem garantias trabalhistas, o que demonstra uma situação de violência simbólica.

Destaca-se que a análise revelou que a migração foi motivada, sobretudo, pela busca por trabalho, mas também por acesso à saúde e à educação. A crise econômica e social nos países de origem, especialmente na Venezuela, foi apontada como fator determinante para o deslocamento, sendo o próprio Estado de origem identificado, como agente de violência estrutural. Essa violência, marcada pela insegurança, fome e perda de dignidade, se estende ao percurso migratório e à realidade vivida no país de acolhida.

As entrevistadas relataram vivências de exclusão, discriminação linguística, racial e por sua condição de refugiadas, o que agrava sua vulnerabilidade, comprometendo, inclusive, sua saúde mental.

Assim, a violência de gênero, embora pouco verbalizada, aparece de forma implícita nos silêncios e nas entrelinhas dos relatos, revelando traumas profundos e a necessidade de escuta sensível. A discriminação, somada à precarização do trabalho e à sobrecarga emocional, evidencia a complexidade da condição de mulher refugiada/migrante, revelando uma rota crítica para o processo de violência vivenciado, que pode ser resumida como um percurso fragmentado, permeado por múltiplas barreiras que dificultam o acesso à proteção e à justiça. Essa rota crítica é marcada por silêncios impostos, medo de represálias, dependência econômica e ausência de redes sociais. Por isso, compreendê-la exige reconhecer a interseccionalidade das opressões vivenciadas e a urgência de políticas públicas que articulem acolhimento, escuta ativa e visibilidade.

Apesar dos desafios, as redes de proteção acionadas — como as ações educativas, os grupos de acolhida e a regularização migratória — foram reconhecidas como fundamentais para o processo de adaptação e reconstrução de suas vidas. As instituições educativas, em especial, foram apontadas como espaços de acolhimento, orientação e fortalecimento.

Diante desse cenário, é imprescindível que políticas públicas interseccionais³⁹ sejam fortalecidas, considerando gênero, raça, classe e nacionalidade, pois a valorização da mulher refugiada/migrante como sujeito de direitos e agente de transformação social é essencial para garantir sua dignidade, segurança e inclusão plena na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições, 2011.

BORGES, Ana Júlia Fernandes Braga. **O (não) falar português: Os desafios de um acolhimento linguístico a imigrantes e refugiados venezuelanos**. 2024. 75 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2024.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; MACEDO, Marília. **Relatório Anual OBMigra 2024. Imigração e Refúgio no Brasil: Migrações**. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2024.

CESPEDES, Beatriz; MACEDO, Renata Mourão; SILVEIRA, Cássio; COVIELLO, Denise Martin. Acesso à saúde por mulheres migrantes internacionais e refugiadas no município de São Paulo no contexto da pandemia de Covid-19. **Revista de Medicina**, v. 103, n. 2, p. 1-9, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistadc/article/view/215894>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CRENSHAW, K. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Disponível em: <https://aiaangola.org/wp-content/uploads/2024/05/Kimberle-Crenshaw-interseccionalidade.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

DIAS, Joyce. **Mulher e migrante: o direito à não discriminação interseccional**. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/elas-no-jota/mulher-e-migrante-o-direito-a-nao-discriminacao-interseccional>. 2022. Acesso em: 4 jun. 2025.

DUARTE, Madalena; OLIVEIRA, Ana. Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do**

³⁹Políticas públicas interseccionais são aquelas que reconhecem e atuam sobre a sobreposição de diferentes formas de desigualdade e opressão. No contexto educacional e social, essas políticas são essenciais para identificar desigualdades ocultas, desenvolver ações mais justas e eficazes e evitar a superinclusão e subinclusão. A interseccionalidade é uma ferramenta prática para transformar políticas públicas em instrumento de equidade e justiça social (Crenshaw, 2004).

Porto, v. 23, n.1, p. 223-237, 2012. Disponível em:
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10303.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

FERNANDES, Janaina de Mendonça; ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. Mulheres em situação de refúgio: as mais vulneráveis dentre as vulneráveis, segundo a teoria da reprodução social. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 22, n. 2, p. e2023-0124, 2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cebape/a/tzyzSVG5DhBKsXRnr4TsLMJ/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

FERRER, Marina Evangelista; DE BRITO CAVALCANTI, Geovanna Bandeira; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza. Os impactos das violências pré-migratórias e pós-migratórias na saúde mental de mulheres refugiadas no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 5, p. e4219-e4219, 2024. Disponível em:
<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4219>. Acesso em: 4 jun. 2025.

FOGLIATTO, Débora Coward. Quando elas migram: interseccionalidade em pesquisa com mulheres migrantes. **Revista Aedos**, v. 14, n. 31, p. 29-44, 2022. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/108429>. Acesso em: 4 jun. 2025.

JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; LEMOS, Sarah F. **Refúgio em Números - 2024**. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Disponível em:
<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%209%20edicao%20-%20final.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2025.

KELLY, Ninette. **Pessoas Forçadas a se Deslocar: História, Mudanças e Desafios**. Brasília: UNHCR/ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021.

KOSMINSKY, Ethel V. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 773–804, dez. 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/mGhtYbNzXkYYrgCFcMgDs7D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2025.

LIMA, João Brígido Bezerra; MUÑOZ, Fernanda Patricia Fuentes; NAZARENO, Luísa de Azevedo; AMARAL, Nemo. **Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014)**. Brasília: Ipea, 2017.

MIGRANTE. Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH. **Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.12, n.12, p. 7-129, 2017. Brasília: Disponível em:
https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FINAL-22dez17_IMDH-CadDeb12_nr2.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. **Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros**. 2016. Disponível em:
<https://www.migrante.org.br/artigo-mulheres-migrantes-e-refugiadas-a-servico-do>

desenvolvimento-humano-dos-outros/#:~:text=Elas%20costumam%20enviar%20um%20ingente,Mas%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20s%C3%B3%20isso. Acesso em: 18 maio. 2025.

MORAES, Maria Cecília Leite de; ARAÚJO, Linda Concita Nunes; CAMARGO, Climene Laura de. Imigrantes negras em São Paulo-Brasil: perfil sociodemográfico, motivo da vinda, acolhimento e saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 57, n. esp, p. 1-9, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/PXSC9wyC3335mXd9kGRdntp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 22, n. 43, p. 85-98, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/zCtF6R6PzQJB6bSgts8YWF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

ONU MULHERES. **Moverse**: Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a Pandemia de Covid-19. 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-moverse/>. Acesso em: 18 maio 2025.

ONU MULHERES. **Uma em cada cinco refugiadas são vítimas de violência sexual no mundo – ONU Mulheres**. 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/uma-em-cada-cinco-refugiadas-sao-vitimas-de-violencia-sexual-no-mundo/>. Acesso em: 17 maio. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

QUADROS, Luara Ferreira de Souza. **Afetos em movimento: a arte como ferramenta de expressão e emancipação de mulheres migrantes e refugiadas acolhidas no centro de apoio ao migrante (CEDAMI) em Campo Grande**. 2025, 125f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Campo Grande - MS: Universidade Católica Dom Bosco, 2025.

RISSATO, Gabriela de Moraes; CARDIN, Valéria Silva Galdino. Da vulnerabilidade da mulher migrante e refugiada: entre a invisibilidade e a rejeição. **Revista Videre**, v. 14, n. 30, p. 10-23, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/15483>. Acesso em: 4 jun. 2025.

RODRIGUEZ, Botero; PAULA, Maria; VILLALÓN, Demarchi. A feminização das migrações. Uma análise sobre as categorias de análise. *In: VII Simpósio de pesquisa sobre migrações*. Anais. Rio de Janeiro: DIASPOTICS. UFRJ, 2019. Disponível em: <https://www.academica.org/corina.e.demarchi.villalon/2.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025. Disponível em: <https://www.academica.org/corina.e.demarchi.villalon/2.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

ROMÃO, Hiago Alves. **A Situação dos Refugiados em Município Polo da Zona da Mata Mineira**. Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso, 2021, 21f. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositorioctcc/article/view/3149>. Acesso em: 15 maio 2025.

ROSA, Rita de Cassia Quadros da; HILLESHEIM, Betina; WEBER, Douglas Luís; HOLDERBAUN, Leticia Silva. Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. **Revista Eletrônica Científica da UERGS**, v. 5, n. 2, p. 138-149, 2019. Disponível em: <https://revista.uergs.edu.br/index.php/revuergs/article/view/1935>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SENGER, Joana Emília. Refugiados e migrantes: interfaces entre integração social e políticas públicas. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 1-31, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v14n1/08.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SERPA, Paola Flores; FÉLIX, Ynes da Silva. Mulheres Refugiadas na Realidade Brasileira: A Situação de Refúgio em Razão do Gênero e a Construção de um Arcabouço Jurídico para Proteção de seus Direitos. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, v. 18, n. 1, p. 49-61, 2019. Disponível em: <https://revistas.unifio.br/rmd/article/view/1237>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SILVA, Leda Maria Messias da; TEIXEIRA, Rene Dutra. O papel da empresa para assegurar os direitos da personalidade dos refugiados por meio do trabalho decente: função social, compliance e os desafios para contratação. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 12, n. 3, p. 579-597, 2022. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/7926>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SOUZA, Francisca Adriana Rocha de. **Perfil socioeconômico dos refugiados venezuelanos na cidade de Sant'Ana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul**. 2023, 19f. Trabalho de conclusão do curso (Tecnologia em Gestão Pública) - Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, 2023.

TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; SOTERO, Ana Paula da Silva; SOARES, Ricardo Maurício Freire; RODRÍGUEZ, Pedro Garrido. Leituras de Gênero nas Migrações Forçadas Contemporâneas: a vulnerabilidade de mulheres e meninas em uma perspectiva comparada entre Brasil, Espanha e Portugal. **Cenas Educacionais**, v. 7, n. e20113, p. 1-40, 2024. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/20113>. Acesso em: 4 jun. 2025.

3.6 Artigo 6 - Do acolhimento à autonomia: a educação como estratégia de inclusão para mulheres refugiadas/migrantes⁴⁰.

Resumo: A integração de mulheres refugiadas/migrantes ao sistema educacional brasileiro representa um desafio e uma oportunidade para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. Pressupõe-se que a educação surge como ferramenta essencial para a promoção da cidadania, da autonomia e da qualidade de vida. Nesse contexto, este artigo visa analisar a eficácia das ações educativas promovidas por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, com foco nas contribuições dessas iniciativas para a melhoria da qualidade de vida e o enfrentamento da violência simbólica, estrutural e interpessoal vivenciada por mulheres refugiadas. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com delineamento exploratório, realizada em três Institutos Federais nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. Participaram nove mulheres refugiadas/migrantes, maiores de 18 anos, envolvidas em programas como o português como Língua de Acolhimento (PLA) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A coleta de dados incluiu entrevistas semiestruturadas e a aplicação da Escala de Mudanças Percebidas (EMP) e do EUROHIS-QOL-8. Os resultados revelaram avanços significativos na autoestima, na comunicação, na inserção social e no conhecimento de direitos. As ações educativas contribuíram para o empoderamento, a autonomia e a redução da vulnerabilidade. Conclui-se que a educação, quando pautada em práticas humanizadoras, é um instrumento potente de transformação social e integração.

Palavras-chaves: Refugiadas/Migrantes; Educação inclusiva; Qualidade de vida; Integração Social.

From welcome to autonomy: education as a strategy for the inclusion of refugee and migrant women

Abstract: The integration of refugee and migrant women into the Brazilian educational system represents both a challenge and an opportunity for building a more inclusive and plural society. It is assumed that education emerges as a key tool for promoting citizenship, autonomy, and quality of life. In this context, this article aims to analyze the effectiveness of educational actions promoted by Federal Institutes of Education, Science and Technology in Brazil, focusing on their contributions to improving quality of life and addressing symbolic, structural, and interpersonal violence experienced by refugee women. The study adopted a qualitative, exploratory approach, conducted in three Federal Institutes located in the North, South, and Central-West regions. The sample included nine refugee/migrant women over the age of 18, participating in programs such as Portuguese as a Host Language (PLA) and Youth and Adult Education (EJA). Data collection involved semi-structured interviews and the application of the Perceived Changes Scale (EMP) and the EUROHIS-QOL-8. The results revealed significant improvements in self-esteem, communication, social integration, and awareness of rights. Educational actions contributed to empowerment, autonomy, and reduced vulnerability. It is concluded that education, when grounded in humanizing practices, is a powerful instrument for social transformation and integration.

Keywords: Refugee women; Inclusive education; Quality of life; Social integration.

⁴⁰Artigo submetido à *Revista Interfaces Científicas – Educação* – Qualis CAPES 2017-2020: A2 - ISSN: 2316-333x, que se encontra em processo de avaliação.

1 INTRODUÇÃO

A integração de refugiados e migrantes em ações educativas que compõem o sistema educacional brasileiro representa, simultaneamente, um desafio e uma oportunidade para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. Pressupõe-se que o acesso a essas ações educativas seja um dos pilares fundamentais para a promoção da cidadania, da autonomia e da inserção social de grupos que, frequentemente, enfrentam barreiras linguísticas, culturais e institucionais.

De acordo com Borges e Brasil (2017), ao se pensar uma política pública de migração, é necessário ir além da análise dos fatores que motivam o deslocamento forçado, sendo imprescindível criar mecanismos e condições que favoreçam a integração desses sujeitos ao novo território. No Brasil, ainda que não exista um plano nacional estruturado para orientar a atuação dos agentes públicos na promoção e proteção dos direitos de refugiados, migrantes e apátridas, observa-se uma mobilização crescente de unidades federativas na criação de comitês estaduais e políticas locais pautadas nos direitos humanos.

Em termos legais e infralegais o Conselho Nacional de Imigração – CNIg, publicou um documento intitulado “Legislação Migratória Compilada”, disponível no Portal de Imigração do Ministério da Justiça (2021), que engloba, além dos atos internacionais, leis, decretos e portarias do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Polícia Federal, instruções normativas emitidas pela Polícia Federal e outros atos, portarias e Resoluções emitidas pelo Ministério da Educação – MEC, pelos Conselhos Nacionais de Educação, Justiça e Imigração – CNIg, e pelo Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, que tem como escopo servir de instrumento de divulgação dos direitos e garantias da população migrante e das principais hipóteses de regularização migratória no país.

No que pese o arcabouço normativo, ao buscar especificamente sobre legislação que esteja diretamente relacionada minimamente com uma política pública educacional estruturada, que vise orientar os procedimentos necessários para a implementação de ações voltadas ao atendimento escolar a refugiados/migrantes, notadamente verifica-se que as orientações são espaçadas, dispersas e contidas em “políticas migratórias”, visando atender genericamente, de modo a ter a previsão legal proposta em seções da legislação conceituadas como: “dos princípios e das garantias”, “das políticas públicas para os emigrantes” (Brasil, 2017).

Isoladamente, temos um dispositivo infralegal, intitulado “portaria normativa”, que dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e sobre o reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2016). Tem-se outro normativo intitulado “resolução” que dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes (Brasil, 2020). O indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa está presente em um outro disposto infralegal, que dispõe sobre os procedimentos de naturalização (Brasil, 2018).

Nesse sentido, Lima *et al* (2021) destacam que o desenho de políticas públicas exige o reconhecimento de um problema coletivo e a formulação de soluções por meio da atuação de múltiplos atores em diferentes arenas institucionais. Embora a migração seja um fenômeno milenar, sua configuração contemporânea demanda respostas mais articuladas e eficazes. Como apontam Hilgartner e Bosk (1988) e Hoppe (2018), certos problemas sociais passam a ser percebidos como coletivos quando ganham visibilidade pública e entram na agenda política, exigindo respostas institucionais. O refúgio e a migração, apesar de sua longa existência, só recentemente têm sido tratados como questões que requerem políticas públicas específicas. Ainda assim, observa-se que muitas das ações educativas voltadas a esse público são implementadas por organizações especializadas, que operam dentro de domínios políticos restritos. Essas iniciativas, embora relevantes, tendem a fragmentar a resposta institucional, limitando seu alcance e eficácia. Na tentativa de reduzir a complexidade do problema, elas oferecem soluções parciais, que nem sempre correspondem às reais necessidades e expectativas dos sujeitos envolvidos. Ou seja, pouca atuação do Estado de forma estruturada.

Nesse cenário, torna-se fundamental compreender de que maneira essas ações educativas impactam a vida cotidiana das mulheres refugiadas/migrantes, especialmente no que se refere à sua autonomia, segurança e bem-estar. A participação em programas, como o Português como Língua de Acolhimento (PLA) e em cursos técnicos integrados à Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁴¹ não apenas favorece o acesso à escolarização e ao mercado de trabalho, mas também contribui para o fortalecimento da autoestima, da rede de apoio social e da capacidade de enfrentamento de situações de vulnerabilidade. Considera-se que, ao analisar essas experiências educativas sob a perspectiva das próprias participantes, é possível

⁴¹O aluno faz o Ensino Médio concomitantemente com uma formação técnica. O curso técnico integrado oferece a formação geral de forma integrada à formação profissional. O aluno tem as disciplinas do currículo normal do ensino médio e as específicas do curso técnico escolhido. A duração é de três ou quatro anos, dependendo de cada curso. Fonte: <https://cursos.ifsp.edu.br/tecnico-integrado/>

avaliar em que medida tais iniciativas têm promovido melhorias concretas na qualidade de vida e na redução de situações de violência simbólica, estrutural ou interpessoal, frequentemente enfrentadas por esse grupo social.

Oliveira (2020) reforça que a promoção de políticas que resgatem os laços sociais desses indivíduos é essencial para sua plena integração. A autora argumenta que a cidadania moderna exige o acesso a direitos civis, políticos e sociais, e que, ao promover maior equidade, evita-se a desfiliação social e econômica de sujeitos historicamente marginalizados. Farias (2022), por sua vez, destaca que a qualidade de vida é um importante indicador de integração bem-sucedida, sendo essa positivamente associada à presença de serviços públicos de qualidade, segurança e com menores níveis de desigualdade nos países de acolhimento.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo examinar a eficácia das ações educativas promovidas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, com foco nas mulheres refugiadas, especialmente no que se refere à sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e para a mitigação de situações de violência. A pesquisa busca compreender de que forma essas iniciativas têm favorecido a integração social e a promoção da cidadania desse público em situação de vulnerabilidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com delineamento exploratório, por permitir a compreensão aprofundada das experiências subjetivas de mulheres refugiadas/migrantes em relação às ações educativas vivenciadas. A abordagem qualitativa possibilita a análise de significados, percepções e sentidos atribuídos pelas participantes à sua trajetória de integração social e educacional.

O estudo foi realizado em três Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, localizados nas regiões norte, sul e centro-oeste do Brasil, que expressaram a autorização para que a pesquisa fosse realizada. A amostra foi intencional e não probabilística, composta por 9 (nove) mulheres migrantes/refugiadas, maiores de 18 anos, egressas e matriculadas em ações educativas ofertadas por essas instituições. A seleção das participantes considerou a disponibilidade e o interesse voluntário em contribuir para a pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas em formato virtual e presencial, conforme a disponibilidade das participantes. O roteiro das entrevistas foi elaborado com base em revisão bibliográfica e documental sobre políticas

públicas de migração, ações educativas voltadas para o público refugiado/migrante. As entrevistas foram gravadas com autorização das participantes e posteriormente, transcritas na íntegra.

Para este estudo foram utilizados dois instrumentos complementares para a coleta de dados: o EUROHIS-QOL-8, que avalia a qualidade de vida em diferentes domínios (bem-estar físico, psicológico, social e ambiental), e a Escala de Mudanças Percebidas (EMP), que permite identificar transformações subjetivas percebidas pelas participantes após experiências significativas, como a vinda para o Brasil e a participação em ações educativas.

As categorias e variáveis de análise foram definidas a partir da literatura e dos objetivos da pesquisa, sendo posteriormente refinadas com base na leitura flutuante das entrevistas. As categorias foram: a) capital humano; b) integração; c) transnacionalidade; d) cultura; e) satisfação com a vida; f) trabalho; g) moradia; h) saúde; i) educação; j) Padrão de vida, l) vida familiar; e m) vida individual.

As respostas sobre qualidade de vida, na escala EUROHIS-QOL-8, essas foram obtidas por uma escala likert, com cinco pontos (1 a 5), sendo 1= Nada, 2= um pouco, 3=moderadamente, 4= bastante e 5= completamente.

Os dados quantitativos relacionadas à EMP foram analisados com base nos 19 itens, estando 18 deles dispostos em três subescalas multidimensionais, sendo elas: 1) Ocupação e Saúde Física; 2) Dimensão Psicológica e Sono; 3) Relacionamentos e Estabilidade Emocional e o último item é o de avaliação global o contexto. As alternativas de resposta estão dispostas em uma escala do tipo Likert, de três pontos, indicando que um aspecto da vida do paciente pode estar: 1= pior do que antes; 2= sem mudança e 3 = melhor do que antes. A medida do score varia de forma contínua de um a três; quanto maior, mais mudanças percebidas.

Os dados quantitativos foram analisados por meio da estatística descritiva; já os dados na fase qualitativa foram analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (2011), que compreende três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A análise de conteúdo contou com o apoio do software Iramuteq, por meio da Nuvem de Palavras. A análise de conteúdo e textual permitiram identificar padrões de sentido e interpretar as percepções das participantes sobre sua experiência educacional e de integração social.

Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início da coleta de dados. Os nomes foram substituídos por códigos (Mulher

E1, E2, E3, etc.) para garantir o anonimato e a confidencialidade das informações. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (MG), conforme o Parecer nº 5.991366.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram delimitados conforme o objetivo específico, estando as discussões divididas nos seguintes tópicos: a) domínios, percepções e qualidade de vida; e b) eficácia das ações educativas no controle contra a violência.

3.1 Domínios, percepções e qualidade de vida

Conforme o roteiro proposto a primeira parte realizada para esta pesquisa foi relacionada ao domínio e percepções quanto à qualidade de vida, instigando as entrevistadas a responderem “qual o significado de qualidade de vida para você?” e “quão satisfeita você está com a sua qualidade de vida?”.

A respeito da pergunta sobre o significado de qualidade de vida, as entrevistadas destacaram diferentes domínios da vida, conforme Figura 1, que retrata uma nuvem de palavras sobre o que é qualidade de vida, na visão das refugiadas, como “ter saúde”, “ter moradia digna”, “ter alimentação”, “ter segurança” e “ter condições de trabalho”.

Figura 1- Nuvem de palavras indicativas sobre qualidade de vida.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Desse modo, as entrevistadas relataram que:

[...] primeiro, para mim, qualidade de vida tem que estar bem de saúde, né? Porque não adianta ter dinheiro e estar doente [...]. Tem que ter uma estabilidade financeira, não ser rica, mas pelo menos ter um salário que possa pagar o aluguel, para ter comida, o básico em casa. Para mim, qualidade de vida, não precisa ter muita coisa, não (E1).

Qualidade de vida para mim é (silêncio - pensando) entre outras coisas é poder fazer o que eu gosto o que eu quero. Mas, que eu consiga ter pelo menos, porque eu não sou conformista, pelo menos o básico. Ter comida, conseguir cobrir meus gastos, pagar energia, pagar água, pagar aluguel, é repor as coisas que vão se deteriorando. Preciso de um calçado, tênis, roupa, tudo isso, né? [...] Mais que tudo é a oportunidade de progredir, de avançar, de ser cada vez melhor [...] (E2).

[...] Eu sinto, apesar de que é uma luta diária, eu sinto a liberdade. Eu sinto liberdade para agir, para falar [...] (E3).

Olha, a qualidade de vida é ter uma honestidade, primeiramente, econômica. Porque, querendo ou não, a gente fala que dinheiro não traz felicidade. É verdade, não faz porque tem muita gente infeliz [...] (E4).

No Brasil, diferente da Venezuela, temos melhor comida, serviços médicos [...] você pode pagar as contas [...] como era na Venezuela antes (da situação econômica atual) [...] (E6).

Faço uma comparação, no meu caso antes de migrar, se nós ou outra família merendávamos, não almoçávamos. E, se almoçássemos não jantávamos. Teríamos que dormir com a barriga falando: ô temos fome! [...] Aqui agora temos oportunidade de estudo, se você vai ao supermercado temos oportunidade de variedade de alimentos. Se vou ao posto de saúde tenho a oportunidade de pelo menos fazer um exame médico e na rua tem uma segurança em comparação ao meu país e muito mais respeito. Algo que agradeço muito [...] (E7).

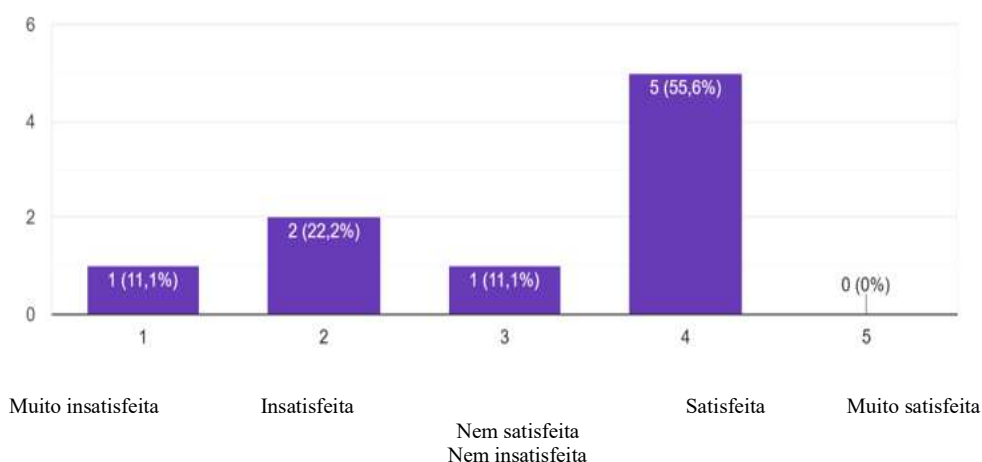
Quando se tem como pagar aluguel, comida [...] (ausência de qualidade de vida) vai sobrevivendo (E8).

Barreto *et al.* (2009, p. 121), corroboram com os resultados encontrados ao destacarem que a fundamentação sobre o conhecimento da qualidade de vida, realizada por refugiados/migrantes se ampara na interdisciplinaridade de fatores psicoafetivos, orgânicos e da interação social, ao evidenciaram que para esses sujeitos o conceito de qualidade de vida tem uma percepção direta com “ter dinheiro, saúde, moradia, educação e estar bem consigo”. Os autores ressaltam ainda, que a autoavaliação da qualidade de vida, realizada por refugiados/migrantes, reflete o desejo de se tornarem bons profissionais e de conquistarem uma melhor condição financeira.

Nesse mesmo sentido, Farias (2022) destaca as condições de saúde como elemento determinante da qualidade de vida, ao apresentar duas tendências de agrupamentos conceituais para a definição de qualidade de vida, que foram: a) a qualidade de vida, como conceito mais genérico, incluindo seus sentimentos e comportamentos relacionados com o funcionamento diário, incorporando, mas não limitando, a sua condição de saúde; b) a qualidade de vida relacionada diretamente à saúde, diretamente associada às enfermidades ou às intervenções em saúde e seus impactos na capacidade do indivíduo de viver plenamente.

Quanto ao questionamento relacionado ao quão satisfeita as entrevistadas estariam com a sua qualidade de vida, a maioria (55,6%) se sentia satisfeita com a qualidade de vida; 2 (22,2%) estavam insatisfeitas; 1 (11,1%) muito insatisfeita e 1 (11,1%) não estava satisfeita e nem insatisfeita, com a sua qualidade de vida. Destaca-se que nenhuma delas respondeu estar muito satisfeita, conforme detalhado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Satisfação com a qualidade de vida.



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Ao serem questionadas sobre migrar para o Brasil, encontrou-se o seguinte resultado: as ajudou a se sentirem melhores, 100% das entrevistadas responderam que “sim”. Sobre a questão “como avalia a sua qualidade de vida”, 6 (66,7%) das entrevistadas responderam “bastante”, que a sua qualidade de vida, no Brasil, era boa; enquanto 3 (37,5%) identificaram como “moderada”.

Segundo Fleck *et al.* (1999) e Minayo *et al.* (2000), no tocante à qualidade de vida, vale ressaltar que ela é composta por várias dimensões, que podem ser mensuradas por meio de escores em diferentes domínios. Além disso, tanto a qualidade de vida quanto o grau de

satisfação estão diretamente relacionados com a vida familiar, amorosa, social e ambiental, englobando os significados que refletem o conhecimento, as experiências, os valores individuais e coletivos, os espaços e histórias distintas, se consolidando com uma construção social marcada pela relatividade cultural.

Avaliando cada domínio individualmente, nota-se que os dados da Tabela 1 destacaram que mais da metade das entrevistadas se sentia bastante satisfeita com a saúde (66,7%), com energia suficiente para enfrentar a vida diária (77,8%) e com capacidade para desempenhar as atividades do dia a dia (55,6%), sentindo-se satisfeitas consigo própria (66,7%) e com as condições do lugar que viviam (66,7%).

Tabela 1 – Medida de Qualidade de Vida - EUROHIS-QOL-8

Domínios	Nada	Um pouco	Moderadamente	Bastante	Completamente
	%	%	%	%	%
Até que ponto se sente satisfeita com a saúde	0,0	11,1	0,0	66,7	22,2
Tem energia suficiente para a vida diária	0,0	11,1	0,0	77,8	11,1
Até que ponto está satisfeito(a) com a sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia a dia	0,0	0,0	22,2	55,5	22,2
Até que ponto está satisfeito(a) consigo próprio	0,0	0,0	11,1	66,7	22,2
Até que ponto está satisfeito(a) com as relações pessoais	0,0	0,0	33,3	44,4	22,2
Até que ponto está satisfeito(a) com as condições do lugar que vive	0,0	11,1	22,2	66,7	0,0

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Os domínios da vida que apresentaram mais limitações estavam associados com as relações pessoais (44,4% afirmaram estar bastante satisfeita com suas relações), bem como com o acesso a recursos para atendimento às necessidades. Ou seja, a questão relacionada a “ter dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades”, se destacou das demais, pelo fato de ser a única a ter uma resposta menos positiva, o que retrata a realidade vivenciada pelas mulheres/refugiadas quanto às vulnerabilidades impostas, considerando que 7 (77,8%) disseram ter “um pouco” e apenas 2 (22,2%) relataram ter dinheiro de forma “moderada”; enquanto nenhuma respondeu ter “bastante” ou “completamente”.

O resultado da pesquisa está coerente com os dados do estudo de Horta *et al.* (2019) sobre avaliação da qualidade de vida e mostra que 43,38% dos participantes identificaram sua qualidade de vida como “nem boa, nem ruim”, tendendo a ser evidenciada como “ruim”, dado que 35,2% dos respondentes se manifestaram como “insatisfeitos”. De acordo com as autoras, ao combinarem as respostas dos itens qualidade de vida e saúde dos refugiados, identificou-se que a melhora ou a piora na vida dos participantes, está diretamente ligado ao principal motivo, que é a falta de recursos financeiros. Ou seja, “ter dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades” interfere na qualidade de vida.

Por sua vez, Farias (2022) destaca que a satisfação com a qualidade de vida está associada com a tendência em se sentir mais satisfeito, especialmente naqueles países anfitriões, que apresentam condições de níveis de desigualdade menores, com ambientes mais seguros e acolhedores. Além disso, o autor ressalta o tempo de moradia no país anfitrião, o que pode acarretar uma melhoria na situação econômica.

Sobre a Escala de Mudanças Percebidas (EMP), as entrevistadas foram, inicialmente, indicadas à seguinte reflexão: “desde que chegou ao Brasil...”, como está a sua vida e orientadas a responderem: 1, se pior que antes; 2, sem mudanças; e 3, se melhor que antes.

Essas mudanças foram subdivididas em subescalas, conforme os seguintes itens: a) Ocupação e Saúde Física – Energia, tarefas domésticas, capacidade de cumprir obrigações, tomadas de decisões, interesse em trabalhar ou se ocupar, sexualidade, apetite e saúde física; b) Dimensão Psicológica e Sono – confiança em si, humor, problemas pessoais, interesse pela vida, capacidade de lidar com situações difíceis, qualidade do sono; c) Relacionamentos e Estabilidade Emocional – relações familiares, relações com amigos, relações com outras pessoas e controle emocional. O último item era o de avaliação global ou contexto.

Os resultados apresentados na Tabela 2 evidenciam que mais de 80,0% das entrevistadas se sentiam melhores que antes com a sua vida no Brasil, com destaque para os seguintes itens: energia (disposição para fazer as coisas); com capacidade para cumprir obrigações e tomar decisões; tendo apetite, saúde física e confiança em si; sentindo interesse pela vida e com capacidade de lidar com situação difíceis. Os itens com os quais não se sentiam tão bem, estavam associados com a sexualidade e com o relacionamento com outras pessoas.

Farias (2022) também ressaltou a fragilidade apresentada no domínio das relações sociais e no domínio meio ambiente. De acordo com a autora, esses domínios foram os que

obtiveram menos média de pontuação, que demonstra a interferência desses na qualidade de vida, como pontuado:

No domínio das relações sociais, a menor pontuação média da faceta sobre suporte social pode indicar uma fragilidade no estabelecimento de vínculos com outros refugiados, migrantes e nacionais, bem como a manutenção da regularidade de contato com os amigos e familiares que, eventualmente, não estejam próximos. Já no domínio meio ambiente, que foi o mais mal avaliado entre os demais, as facetas “recursos financeiros” e “recreação/lazer”, foram as que mais contribuíram para essa percepção. A privação de renda converge com a variável deste estudo relativa à renda domiciliar. Por sua vez, a baixa avaliação das oportunidade de participação em atividades gratuitas e de baixo custo [...] (Farias, 2022, p. 72).

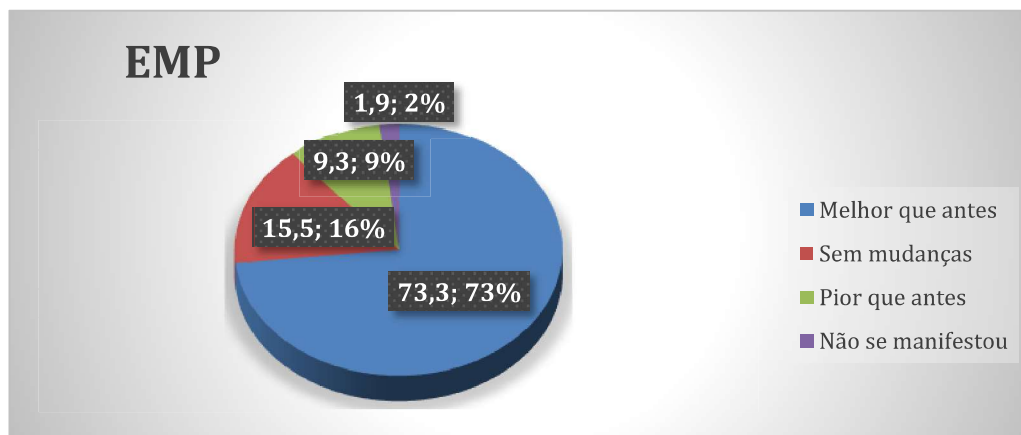
Tabela 2 – Escala de Mudanças Percebidas (EMP)

Dimensões	Pior que antes	Sem mudança	Melhor que antes
	%	%	%
Ocupação e Saúde física			
Energia	11,1	0,0	88,9
Tarefas domésticas	11,1	33,3	55,6
Capacitada de cumprir obrigações e Tomar de decisões	0,0	11,1	88,9
Interesse em trabalhar ou se ocupar	11,1	22,2	66,7
Sexualidade	42,9	28,6	28,6
Apetite e saúde física	0,0	0,0	100
Dimensão Psicológica e Sono			
Confiança em si mesma	0,0	11,1	88,9
Humor	11,1	11,1	77,8
Problemas pessoais	0,0	33,3	66,7
Interesse pela vida	0,0	11,1	88,9
Capacidade de lidar com situação difíceis	0,0	11,1	88,9
Qualidade do sono	0,0	22,2	77,8
Relacionamentos e Estabilidade emocional			
Relações familiares	0,0	44,4	55,6
Relação com outras pessoas	11,1	44,4	44,4
Estabilidade emocional	0,0	33,3	66,7

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Quanto à totalização dos itens para verificar a visão geral da EMP, conforme o gráfico 2, evidenciou-se que mais de 70% das respondentes se sentiam melhor que antes.

Gráfico 2 - Escala de Mudanças Percebida



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Evidenciou-se que, na discussão sobre a Escala de Mudança Percebida (EMP), não há pesquisas desenvolvidas relacionadas às vulnerabilidades impostas aos refugiados/migrantes. Observa-se também, que esta metodologia, na maioria dos estudos encontrados, está concentrada na avaliação das mudanças percebidas em aspectos físicos, psicológicos e sociais, em contextos de: saúde mental comunitária; e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no tratamento de dependência química e na avaliação de serviços de saúde pública no Brasil. Isto posto, compreendeu-se que estas EMPs são altamente aplicáveis ao contexto relacionado aos domínios, percepções e qualidade de vida das mulheres refugiadas/migrantes.

A análise dessas vulnerabilidades de contextos sociais pode se beneficiar dessa capacidade de observação, na identificação de padrões, previsão de riscos, avaliação de impactos e adaptabilidade. De acordo com *Bandeira et al.* (2011), as EMPs têm as capacidades de capturar as mudanças percebidas ao longo do tempo e são uma ferramenta fundamental para o monitoramento das vulnerabilidades, pois essa perspectiva longitudinal é particularmente útil para compreender como a vulnerabilidade pode evoluir ao longo do tempo em resposta às intervenções, corroborando com as evidências da presente pesquisa.

3.2 Eficácia das ações educativas no controle contra a violência e melhoria da qualidade de vida

Para análise sobre a eficácia das ações educativas, procurou-se indagar sobre as seguintes questões: como você ficou sabendo das ações educativas; o que motivou a sua participação; como foi a participação na ação educativa; e, se a carga horária da ação educativa, foi suficiente ou necessitava de mais tempo.

Quanto ao modo como ficaram sabendo das ações educativas, 1 (11,1%) respondeu que foi por intermédio da instituição que emite o documento de naturalização; 1 (11,1%), por meio de grupos em redes sociais; 1 (11,1%), por intermédio da divulgação direta das instituições federais de ensino; 2 (22,2%), por intermédio de pesquisa na internet; enquanto 3 (33,3%), pela divulgação e incentivo de uma liderança (uma participante da ação educativa).

No que concerne à motivação, em participar de ação educativa, de acordo com a entrevistada E1 (11,1%), ela partiu da necessidade do processo de naturalização, uma vez que a instituição encarregada de liberar a documentação, cobrava a comprovação da proficiência em língua portuguesa. Assim, mesmo a participante possuindo um nível avançado de oralidade em língua portuguesa, ela participou da ação educativa para cumprir a exigência para o seu processo de naturalização.

Por outro lado, para 3 (33,3%) das entrevistadas, a motivação foi para aprender a se comunicar. A entrevistada E4, enfatizou que a sua motivação foi para aprender a falar. De acordo com a entrevistada ela entendia muito, no entanto, tinha pouca habilidade para se expressar na língua portuguesa. A entrevistada E5 relatou que sua motivação partir da necessidade de se relacionar na sua atuação profissional, como destacado:

Eu preciso fazer a lista de compras, por exemplo. Eu não sabia escrever aqueles negócios, tipo: abóbora, pimentão [...] e especialmente para entender nossos direitos e nossos deveres, para ter a oportunidade de procurar o melhor trabalho [...] isso que me incentivou a fazer o curso [...] para ser o máximo de um ser humano melhor (E5).

Já a entrevistada E3, disse que tinha muita vontade de aprender a gramática.

Eu estava com muita ansiedade de aprender gramática, eu adoro aprender idiomas, mas aprender certinho, né? E eu, pensava, está faltando, está faltando, eu não sei numa palavra onde eu vou colocar acento, onde vai o

maior tom de voz. Eu preciso aprender gramática. Eu lembro que quando acabou o primeiro módulo, perguntaram para mim, eu falei: nossa eu preciso aprender gramática, será que o segundo módulo vai ter? E, maravilha o segundo módulo estava todo com gramática. E, a professora me dizia: - Você é diferente. Porque ninguém gosta de gramática. Quando ela falava: - A aula vai ser chata. Eu imediatamente dizia: - Esta é minha aula, esta que eu adoro (E3).

Para Borges (2024), entre os refugiados/migrantes há o desejo expresso de se naturalizarem, de se inserirem de modo permanente no Brasil. A autora destaca que esse desejo possui justificativas diferentes. Enquanto alguns manifestam o desejo de falar bem o português, outros desejam ter os documentos que dão o status de ser reconhecido como brasileiro. Outro motivo para participar das ações educativas, relatado por uma das entrevistadas, diz respeito à gratuidade dessas ações. Além dessas, outra motivação para participar das ações educativas, especialmente aquelas ofertadas pelo IFRS, seria pelo fato dessas ações serem ofertadas de modo virtual (*online*) e com disponibilidade de horários, o que facilitava o acesso das estudantes, como destacado pela entrevistada E3:

Quanto a motivação, primeiro é que é gratuito e a situação que estamos não podemos estar pagando. Segundo era online, eu estava nesse momento na busca de emprego, estava muito tempo na rua, levando currículo, entrevistando e procurando emprego [...] não tinha tempo para fazer um curso presencial. Assim, apareceu um curso online, caído do céu. Gratuito, online e com uma disponibilidade de horário incrível [...] tinham tantos horários que algum daria [...] (E3).

Quando questionadas sobre a carga horária, se foi suficiente, a entrevista E1 relatou que sentia a necessidade de continuar a ação educativa, principalmente, sobre a parte escrita.

Hoje, acho que precisaria principalmente, sabe, na parte escrita. Tipo, as vezes eu sei que alguma palavra [...] tem acento, mas às vezes eu não sabia exatamente se era em cima do a ou em cima do e, porque aqui vai acento em tudo. Então, esse reforço me ajudaria bastante, até em questão para fazer as provas, né? Porque hoje a minha luta é isso. Se for só na parte verbal, assim oral, a oralidade não tenho tanta dificuldade assim, mas na parte da escrita, às vezes eu tenho dificuldade (E1).

As entrevistadas E7, E8 e E9 3 (33,3%), que eram estudantes das ações educativas relacionadas ao curso técnico integrado à educação e jovens e adultos, relataram que a motivação estava relacionada ao crescimento pessoal e perspectivas de futuro.

[...] É pessoal, porque assim, eu não queria ficar sendo ninguém na vida, para eu demonstrar que sou capaz, que eu consigo sim (E7)

[...] para aprender, aprender, para ter um futuro (E8)

[...] para meu crescimento pessoal (E9).

No que concerne aos principais desafios, observados nas ações educativas propostas, 9 (100%) entrevistadas consideravam que todas as etapas propostas foram ou estavam sendo cumpridas; que os materiais eram bem organizados e diversificados e que as ferramentas disponibilizadas eram acessíveis e de fácil interação e utilização, atendendo às demandas do processo de ensino-aprendizagem. Foi destacada pelas entrevistadas a excelente performance dos(as) professores (as). Na visão de 9 (100%), os professores foram primordiais para que as ações educativas obtivessem êxito. Eles estavam sempre disponíveis, tanto nas salas de aula, quanto nas interações extraclasse, incentivando às estudantes, alertando-as quanto aos prazos de realização das atividades e se disponibilizando para orientar no caso de dúvidas, conforme relato de E7:

Excelentes, não tenho queixa de nenhum. Pessoas muito acolhedoras, bons professores, muito dinâmicos. Eles têm aquela paciência, tolerância com a gente. No meu caso, eu compreendo e falo (português) para entender. Mas, tem outros colegas que tem menos tempo e tem um pouco mais de dificuldade. A professora sempre procura mediar, procurar para eles poderem fazer parte, mesmo (E7).

Segundo Bartlett e Bajaj (2023), a educação humanizadora, como uma estratégia para promover o rendimento, o agenciamento e o envolvimento escolar para refugiados/migrantes; em geral, se desenvolve entre os educadores e estudantes por meio do diálogo, considerando as histórias, heranças e humanidade dos estudantes e de suas comunidades, viabilizando o atendimento às diferentes necessidades. Para os autores, os educadores são os responsáveis por implementar práticas pedagógicas que humanizem esse processo. Com isso, propicia-se o desenvolvimento de habilidades, confiança e domínio do conhecimento, buscando garantir ao estudante uma conexão com as informações, serviços e recursos no novo país; ou seja, proporcionando a ele a possibilidade de ser um agente de mudança.

No entanto, Silva e Di Pierro (2022) questionam o quanto as escolas e o sistema educacional estão conectados entre si e o que terão que enfrentar, com esse mundo móvel, para viabilizar e garantir a oferta de conteúdo relevante, pertinente e permanentemente voltado à mudança para educandos refugiados/migrantes adultos. Para Moleiro e Vieira (2022, p. 114), “os Institutos Federais não podem concentrar ações voltadas para a população migrante somente em pequenos recortes, devendo pensar globalmente em iniciativas de

ingresso, acolhimento e permanência”. Ainda, segundo os autores, especificamente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é mais comum que as instituições de ensino direcionem a elaboração de programas e parcerias para receberem estudantes estrangeiros, do que construam ações voltadas para a oferta de ingresso e inclusão para a população refugiada/migrante, que já se encontra instalada localmente na comunidade.

Sobre a formação docente na perspectiva da educação intercultural, os autores ainda destacam que:

A formação docente sob a perspectiva da educação intercultural deverá contribuir tanto para a prática em sala de aula quanto para a formulação de política de acesso, permanência e desenvolvimento de imigrantes e refugiados, entendida não só como uma das missões constitucionais da instituição, mas como inerente à EPT e parte de uma política de internacionalização norteada pela valorização dos direitos humanos (Moleiro; Vieira, 2022, p. 114).

Quanto ao desafio observado, segundo os relatos, o maior deles seria o acesso à internet para participar das ações educativas ofertadas de modo virtual (online) e, no caso do curso técnico integrado à educação de jovens e adultos, o desafio apontado se relaciona com a questão da compreensão da língua portuguesa. Conforme a entrevistada E8, o seu maior desafio é compreender e ser compreendida:

Eu acho que meus companheiros me entendem, como falo devagar [...] (E8).

Segundo Marques, Ribeiro e Kikuichi (2024), a ausência do conhecimento do idioma do lugar de destino é um dos fatores que mais atinge e aflige os estudantes estrangeiros. Para os autores, frequentar as aulas sem conseguir se comunicar pode gerar inseguranças e frustrações, além de comprometer a interpretação do mundo e da sociedade em que o indivíduo esteja inserido.

Silva e Di Pierro (2022), destacam que:

Não é exagero afirmar que a falta de conhecimento do código linguístico causa enormes dificuldades de inserção e permanência na escola. Para compreender os conteúdos propostos e realizar aprendizagens significativas, os alunos migrantes precisam de adaptações nas práticas pedagógicas e ações que promovam o ensino da língua local (Silva; Di Pierro, 2022, p. 173).

Aos serem questionadas se a ação educativa as havia proporcionado autonomia, autoconfiança e novas relações, as 9 (100%) entrevistadas responderam “sim”, acrescentando

à resposta suas novas habilidades de comunicação, interação e autoconhecimento. De acordo com Balzan e Kanitz (2020), essas ações educativas, que promovem o aprendizado da língua portuguesa, possibilitam aos sujeitos a interação social a partir da comunicação em situações do dia a dia. As autoras salientam que essas ações viabilizam que o(a) estudante refugiado/migrante se apresentar, solicitar informações, providenciar sua documentação, acessar aos serviços públicos, ter mobilidade na localidade onde residem, fazer compras, procurar empregos, e outras ações. Isto posto, denota que essas ações podem tornar o público refugiado/migrante mais autônomo, autoconfiante e apto a enxergar-se como ser humano digno e protegido no país de acolhimento.

Quanto às questões que envolvem a principal mudança percebida, na vida, na família e na comunidade em que morava, após a participação na ação educativa, as entrevistadas responderam que a mudança é nítida, tanto na sua trajetória individual quanto nas suas relações pessoais que envolvem familiares, local de trabalho e a vida em comunidade. Elas pontuam que ocorreram mudanças significativas no que tange à motivação para estudar e no que tange à segurança para falar e de se conhecerem melhor, compreendendo o seu potencial e enxergando a sua capacidade de ser melhor. Desse modo, as entrevistadas relataram que:

[...] com meu marido não percebi nada porque ele não fala português, mas com meu filho, como ele está estudando, eu o ajudo nas tarefas com o português [...] ele me pergunta: - Mãe o que significa isso (ele fala em espanhol), como se escreve isso? Aí, eu o ajudo. E eu já até o aconselhei a fazer o curso [...]. Se chegar sair novamente, tu te anota que vai te ajudar nos seus estudos e a falar português. [...] Dentro da comunidade eu participo da igreja, da sociedade [...] e consigo me comunicar e eles me entendem [...] eu sempre estou perguntando e peço ajuda [...] eu sempre estou perguntando não somente para professores, mas também para pessoas comuns que possam me dar dicas de como melhorar o português e a minha relação também, uma vez que o meu propósito é trabalhar na área da educação, no Brasil (E2).

[...] um pouco mais de segurança para falar e também querer aprender mais [...] (E4).

[...] a principal mudança é a decisão e continuar estudando, [...] para ter uma nova carreira, isso ajuda muito para procurar melhor trabalho, melhora as relações com as outras pessoas, socialmente. Além de obter o conhecimento dos direitos e os deveres para respeitar a lei destes país (E5).

[...] a motivação para aprender mais, eu por exemplo, como não sei a língua tenho que prestar mais a atenção, então eu quero voltar de novo a estudar, tenho uma motivação muito grande (E6).

[...] a principal mudança foi a motivação “é uma motivação todos os dias eu vou no curso, eu vou conseguir minha meta que vai ser, no próximo semestre já estarei finalizando o ensino médio. Eu nem pensava em fazer daqui a pouco eu vou ter o meu curso técnico (E7).

[...] saber que eu sou capaz. Eu sempre fui capaz, mas a gente termina esquecendo (E8).

Quanto às questões relacionadas a sentindo-se seguras para buscar ajuda/apoio, após a participação nas ações educativas, sobre a capacidade de conversar fluentemente em português; condições para a inserção no mercado de trabalho; e estarem preparadas para enfrentar os problemas, se sentindo seguras para buscar ajuda/apoio, tem-se que as 9 (100%) entrevistadas sentiram esse empoderamento, conforme relatos:

[...] Sim, sim. Agora eu estou falando com você (pesquisadora). O curso foi realizado, apostando nisso [...] eu sei que ainda falta muito para aprender, para estudar, mas já tenho uma base, já tenho o papel, o atestado (certificado de proficiência) [...] Por isso eu fui fazer o mestrado, por achar que eu era capaz de entender o português, de escrever em português [...] se não tivesse uma base eu não faria [...] eu acredito que eu posso e vou pra frente (E2).

[...] Sim um pouco mais de segurança, para falar (E4).

[...] Penso que falta praticar, conversar mais para melhor minha pronúncia [...] a pronúncia para mim é um pouco difícil, por não ter essa prática diária (E5).

Quando questionadas sobre a contribuição das ações educativas e como estas ajudaram no enfrentamento da violência vivenciada, as 9 (100%) entrevistadas consideravam que houve uma contribuição significativa. Na visão das mesmas, ao tomarem conhecimento de seus direitos e deveres e de aprenderem como se deve respeitar as pessoas, saber se expressar e respeitar o país de acolhimento, a conhecerem como podem ter seus documentos emitidos, essas refugiadas/migrantes deixam de ser tão vulneráveis, por se manterem distante de explorações e de humilhações, que são consideradas violência simbólica, como relatado:

[...] sim, muito. Porque no curso tomamos o conhecimento, como saber respeitar as pessoas, como saber se dirigir, como saber falar. Porque temos que compreender que como imigrantes temos que respeitar esse país, e termos conhecimento de como nos comportarmos, como fazer as coisas direito e, saber nossos direitos [...] aprendemos como retirar a nossa documentação [...] porque aqueles que não tem esse tipo de tramites documentação são vulneráveis e podem ser explorados, podem serem humilhadas [...] (E5)

[...] eu acho que o curso me blindou com uma maior competência linguística, para que eu possa conseguir afrontar o dia a dia, a realidade, com a oralidade, com a leitura, com a escrita, dá essa segurança. Eu sei que eu posso, que sou capaz! Isso ajuda a gente a se empoderar (E2).

Assim, através dos depoimentos, nota-se que a implementação de ações educativas ao preparar a refugiada/migrante para enfrentar os problemas pode transmitir maior segurança para buscar ajuda/apoio e contribuir para mitigar a violência, com a redução das situações de vulnerabilidade. Para além das ações de cunho profissionais e linguísticos, o conhecimento ampliado, os saberes adquiridos sobre direitos e deveres, a conscientização sobre a violência e o empoderamento feminino se fazem necessários ampliar a discussão, no âmbito escolar. (Wilhelm; Tonet, 2007).

De acordo com Balzan e Kanitz (2020), as experiências existentes nos Institutos Federais, aquelas que oportunizam o aprendizado para que o indivíduo possa exercer sua cidadania, garantem o acesso a uma educação pública qualificada e gratuita, que proporciona a inclusão de um grupo social que sofre a marginalização. Além disso, segundo as autoras, há uma contribuição significativa para a promoção da formação integral desses refugiados/migrantes, no que tange o enfrentamento e a superação das desigualdades, o que viabiliza a construção de uma vida digna.

Para Silva *et al.* (2019), as escolas têm se configurado com caráter de acompanhamento social, ao se disponibilizarem como porta de entrada de um serviço público continuado de integração social e comunitária. Os autores pontuam que, devido à ausência de uma política pública e de ações governamentais efetivas de acolhimento aos refugiados/migrantes, a integração social desse público e de outras categorias de cidadãos está ficando a encargo das escolas públicas, que, além de sobrecarregadas, ainda sentem o peso da desvalorização e da não implementação de recursos orçamentários específicos, o que culmina na ausência de propostas pedagógicas que se adaptem à realidade multicultural da sala de aula. Ainda segundo os autores, o papel desenvolvido pela escola, de modo positivo, “tem impacto direto na comunidade onde ela está estabelecida, podendo vir a reduzir nível de não aceitação e de xenofobia; além de propiciar o contato, em ambiente educacional, com a língua portuguesa” (Silva *et al.*, 2019, p. 165).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo examinar a eficácia dos projetos e ações educativas, em instituições brasileiras, no controle da violência e melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas.

Na perspectiva da Teoria da Estruturação, o dinamismo entre as relações de transformação organizadas, como variações específicas das práticas sociais, cabe salientar que a maioria das ações voltadas para o público refugiado/migrante adulto, escolarizado, tem sido realizada pelos Institutos Federais, por intermédio de programas de extensão, os quais reúnem diversas ações, como cursos, palestras, oficinas e eventos. Além disso, os cursos técnicos integrados à educação de jovens e adultos, também ofertados pelo Institutos Federais, têm contribuído para a inserção desse público na vida acadêmica. Esta composição busca compreender a interação entre os atores e rege a continuidade da transmutação de estruturas e, desta forma, propicia a reprodução dos sistemas sociais.

Com isso, pode-se inferir que as ações educativas desenvolvidas no âmbito dos Institutos Federais têm desempenhado um papel fundamental na promoção da cidadania, na qualidade de vida e no enfrentamento da vulnerabilidade das mulheres refugiadas/migrantes.

Nesse contexto, observando os objetivos e articulando-os à reflexão sobre as repercussões das ações educativas no processo de combate à violência contra a mulher, pode-se pressupor que o acesso dessas mulheres à política pública educacional, contribuiu, não somente para a elevação do conhecimento, mas também para obtenção de maior poder e força, fatores impactantes sobre a atenuação da violência, melhoria da qualidade de vida e resgate da cidadania.

Dessa forma, pode-se inferir que, mesmo sem um plano nacional devidamente estruturado para orientar a atuação das instituições federais de ensino, as ações educacionais propostas pelos Institutos Federais para o público refugiado/migrante contribuíram significativamente para a atenuação da violência contra a mulher, considerando a promoção do conhecimento sobre os direitos e deveres, bem como o acesso aos serviços públicos. Ou seja, o domínio da língua portuguesa e o apoio institucional foram fundamentais para a integração e empoderamento das mulheres refugiadas/migrantes. Assim, a educação, nesse contexto, é percebida como um instrumento de proteção, dignidade e transformação social.

Todavia, os desafios persistem, especialmente no que se refere a ausência da inserção do tema na agenda política e a proposição de legislação que viabilize a ampliação do acesso, à superação das barreiras linguísticas e à elaboração de políticas públicas mais integradas e sensíveis às especificidades desse grupo social.

REFERÊNCIAS

- BALZAN, Carina Fior Postinger; KANITZ, Andréia. Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados: relato de uma experiência no IFRS - Campus Bento Gonçalves. **LínguaTec**, v. 5, n. 1, p. 273-284, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/4012>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- BANDEIRA, Marina de Bittencourt; ANDRADE, Mário César Rezende; COSTA, Cecília Silva; SILVA, Mônia Aparecida da. Percepção dos pacientes sobre o tratamento em serviços de saúde mental: validação da Escala de Mudança Percebida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 2, p. 236-244, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722011000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições, 2011.
- BARRETO, Lúcia Maria dos Santos; COUTINHO, Maria da Penha Lima; GALVÃO, Cristiane. **Qualidade de vida no contexto migratório**: um estudo com imigrantes africanos residentes em João Pessoa - PB, Brasil. Mudanças, 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/view/2127/2089>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- BARTLETT, Lesley; BAJAJ, Monisha. Educação Humanizadora para Jovens Imigrantes e Refugiados. **Educação & Realidade**, v. 48, n. e136077, p. 1-29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZBQP5pfDzDH9CG5HxCksFnK/>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- BORGES, Ana Júlia Fernandes Braga. **O (não) falar português: os desafios de um acolhimento linguístico a imigrantes e refugiados venezuelanos**. 2024, 75f. Dissertação (Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.
- BORGES, Rosa Maria Zaia; BRASIL, Paula Zambeli Salgado. A (in)articulação governamental nas políticas públicas migratórias: os comitês estaduais de atenção a refugiados e seu papel como agente de consolidação de um sistema migratório no Brasil. In: **Direitos Humanos e Vulnerabilidade em Políticas Públicas**. Santos (SP): Universitária Leopoldianum, 2017.
- BRASIL. **Portaria Normativa nº 22, de 13 de dezembro de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 2016. Seção 1, p. 9. **Portal da Imigração**. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_NORMATIVA_Nº_22_DE_13_DE_DEZEMBRO_DE_2016_1.pdf. Acesso em: 16 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 16 mai. 2025.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre o procedimento de reconhecimento da condição de apatridia e da naturalização facilitada dela decorrente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 2018. Seção 1, p. 34-39. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-interministerial-5-2018_357087.html. Acesso em: 16 mai. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288847122>. Acesso em: 16 mai. 2025.

FARIAS, Iaralyz Fernandes. **Qualidade de vida de migrantes venezuelanos vivendo no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/18776>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida; LEAL, Ondina Fachel; LOUZADA, Sérgio; XAVIER, Marta; CHACHAMOVICH, Eduardo; VIEIRA, Guilherme; SANTOS, Lyssandra dos; PINZON, Vanessa. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 21, n. 1, p. 19-28. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/MqwHNFWLFR467nSsPM7vdbv/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles L. The Rise and Fall of Social Problems: A Public Arenas Model. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 7, p. 53-78, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2781022>. Acesso em: 26 maio 2025.

HOPPE, Robert. Rules-of-thumb for problem-structuring policy design. **Policy Design and Practice**, v. 1, n. 1, p. 12-29, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/25741292.2018.1427419>. Acesso em: 26 maio 2025.

HORTA, Ana Lucia de Moraes; CRUZ, Maria Goreti; CARVALHO, Gabriela. Famílias refugiadas africanas: qualidade de vida, expectativas e necessidades em relação à saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 4, p. 113-123, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/hyBVHg5SJQxQxBgQ9TB86ddg/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de; LUI, Lizandro. Conectando problemas, soluções e expectativas: mapeando a literatura sobre análise do desenho de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 36, n. e246779, p. 1-41, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/4RKq5zQdghKvLck9PBzCCrw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2025.

MARQUES, Welisson; RIBEIRO, Roberta Daiane; KIKUICHI, Vivian Zerbinatti da Fonseca. Ações e desafios para o acolhimento e implantação de práticas educacionais

inclusivas para alunos refugiados e migrantes. **Revista Profissão Docente**, v. 24, n. 49, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1615>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MGNbP3WcnM3p8KKmLSZVddn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MOLEIRO, Yuri Ribeiro; VIEIRA, Amanda Ribeiro. População imigrante e educação intercultural na educação profissional e tecnológica: uma perspectiva de internacionalização na formação continuada. **Revista Iuminart**, n. 20, p. 104-120, 2022. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/419>. Acesso em: 26 jun. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente. **Práxis Educativa**, v. 15, n. e2013655, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13655>. Acesso em: 27 maio 2025.

SILVA, Rodrigo Lages e; BULLA, Gabriela da Silva; LUCENA, Júlia de Campos; SILVA, Leandro Paz da; ARAUJO, Matheus dos Santos. Educação de Jovens e Adultos e acolhimento de imigrantes em Porto Alegre, Brasil: um relato de experiência com oficinas em aula plurilíngue. **Revista Lusófona de Educação**, v. 1, n. 42, p. 161-175, 2019. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6704>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SILVA, Rita De Cássia Da Cruz; DI PIERRO, Maria Clara. Migrações e educação de adultos deslocados: uma reflexão sobre direitos educativos. **Revista Teias**, v. 23, n. 69, p. 164-177, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/65893>. Acesso em: 26 jun. 2025.

WILHELM, Fernanda Ax; TONET, Jaqueline. Percepção sobre a violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas. **Psicologia Argumento**, v. 25, n. 51, p. 401-412, 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20047>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CONCLUSÃO GERAL

O objetivo desta tese foi analisar a realidade do público refugiado, no Brasil, com foco na violência vivenciada pelas mulheres, considerando as diretrizes políticas, redes de proteção, projetos educacionais, ações e estratégias propostas, como forma de prevenção, controle e mitigação das situações de violência e melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas.

As respostas referentes ao alcance do objetivo proposto foram fundamentadas no seguinte questionamento, que delimita a problemática investigada: Qual(is) tecnologia(as) educacionais pode(m) ser gerada(s) para garantir a aplicação dos direitos disponibilizados em favor de mulheres refugiadas, que visem mitigar a violência contra essa mulher e propiciar uma significativa melhoria na sua qualidade de vida?

A revisão sistemática realizada no primeiro artigo apresentou um quadro preocupante, em termos de ausência de ações governamentais que visem a implementação e manutenção dessas ações, de modo permanente e institucionalizado, vez que a legislação que trata sobre o assunto é incipiente e carece de mobilização e de uma agenda política que inclua o público refugiado/migrante, no cotidiano do território nacional, como tema central e prioritário. Assim, nota-se que as ações educativas desenvolvidas não possuem diretrizes específicas, ficando a encargo de cada escola ou professor atender às necessidades pontuais e momentâneas. Com a ausência dessas diretrizes, observa-se também maior dificuldade na implementação de ações mais efetivas e resolutivas, tanto na preparação dessas mulheres refugiadas migrantes para enfrentarem as vulnerabilidades impostas, quanto na ampliação dos conhecimentos para se prevenirem contra as violências e garantirem uma melhor qualidade de vida.

No contexto migratório, a ideia de que o Estado se apresenta muito grande para os pequenos problemas da vida, revela-se especialmente pertinente. As mulheres refugiadas/migrantes frequentemente enfrentam desafios cotidianos que exigem respostas rápidas e localizadas — como acesso à saúde, moradia, educação, regularização documental e acolhimento cultural. No entanto, as estruturas estatais, por serem amplas e burocratizadas, muitas vezes não conseguem atender de forma eficaz às especificidades dessas demandas. Por exemplo, políticas migratórias formuladas em nível nacional podem ignorar as realidades locais de municípios que recebem fluxos migratórios intensos, o que dificulta a inserção social e econômica dos refugiados/migrantes. Além disso, a ausência de mecanismos de

escuta e participação comunitária pode tornar o Estado distante das experiências concretas dos sujeitos migrantes, reforçando sentimentos de exclusão e invisibilidade. Assim, a atuação estatal, embora necessária, precisa ser complementada por iniciativas locais, intersetoriais e comunitárias, que promovam a integração e o reconhecimento das identidades refugiadas/migrantes.

Sobre a análise discursiva observa-se o uso de mecanismos de convencimento, objetivando produzir sentidos e mobilizar tanto a sociedade, quanto à iniciativa privada e outras esferas da administração pública, no sentido de envidar recursos e esforços, além de disponibilizar investimentos, que viabilizem a implementação de uma educação pública, que atenda aos refugiados/imigrantes.

Apesar dos avanços normativos, observa-se que, para além das barreiras significativas enfrentadas pelos refugiados/migrantes, as instituições de ensino também enfrentam inúmeros desafios, para garantir a acolhida humanitária, a permanência e o êxito na participação de ações educativas. Em especial, destaca-se a ausência de diretrizes, normativas e protocolos que disponibilizem recursos, sobretudo financeiros, para a criação e a implementação de uma política pública específica. Ou seja, as instituições de ensino não estão preparadas para acolher essa população. No entanto, são essas instituições de ensino, mesmo com poucos recursos e com ações isoladas, que são as responsáveis pela inserção, integração e a construção da identidade impactando significativamente na vida das mulheres refugiadas/migrantes.

Quanto ao enquadramento do discurso midiático, no que tange às representações sociais, baseando-se no sistema de valor e na construção das identidades propostos para conectar o imaginário com o mundo real, criando uma realidade comum a um conjunto social, nota-se haver o reforço que defende a cultura local, a manutenção da ordem e a contenção de ameaças da situação de vulnerabilidade imposta pela cultura patriarcal. O patriarcalismo retrata a mulher como mercadoria ou até mesmo como refugio humano, expondo-a ainda mais como vítima da violência social, além de aumenta a sua invisibilidade como refugiada. Sendo assim, no segundo artigo, com base na teoria do enquadramento, observou-se como o discurso organiza o sentido e direciona o olhar do público, às vezes para empatia, as vezes para o julgamento, e às vezes para a naturalização.

Desse modo, compreende-se que as ações educacionais propostas, pelas Instituições Federais de Ensino, para o público refugiado/migrante, podem utilizar-se do processo de

ensino-aprendizagem, trabalhando a interdisciplinaridade dos conhecimentos que se complementam, para permitir à mulher ter a capacidade de analisar os atos cometidos por seus parceiros ou até mesmo pela sociedade. Isso pode contribuir para auxiliar na formação holística desta mulher, despertando o interesse e a curiosidade intelectual, propiciando uma reflexão tanto do profissional, quanto desmitificando a falsa imagem que a violência contra ela é apenas física e somente é reconhecida quando deixa marcas na vítima.

A discussão realizada viabilizou identificar diferentes contextos, atores e fatores determinantes que compõem a rota crítica enfrentada pelas mulheres refugiadas/migrantes. Como contextos, observou-se: o contexto de vulnerabilidade migratória, que é o percurso migratório marcado por condições de incertezas e gera um ambiente de alto risco de vulnerabilidade; o institucional e social, que contém a disfunção nas redes de assistência, preconceitos, discursos midiáticos e políticas públicas, que tendem a reforçar estereótipos e impactam a percepção social; o cultural e de gênero, que silenciam as mulheres, por intermédio de normas culturais e representações sociais estereotipadas.

A dificuldade de inserção social, agravada pela falta de reconhecimento de suas qualificações, barreiras linguísticas e ausência de redes de apoio, evidenciaram como o Estado-nação, em sua estrutura ampla e distante, falha em atender às necessidades específicas dessas mulheres. Assim, a fragilidade feminina não é apenas uma condição biológica ou social, mas uma construção que se intensifica diante da precarização das garantias sociais e da ausência de políticas interseccionais que considerem gênero, migração e vulnerabilidade, como dimensões interligadas da exclusão moderna.

Nesse contexto, a mulher refugiada é frequentemente representada como figura frágil e deslocada, o que pode dificultar sua inserção social e o reconhecimento de sua identidade, capacidades e direitos. Assim, é fundamental analisar criticamente os contextos e os meios pelos quais essas representações são produzidas e disseminadas, pois elas influenciam diretamente as políticas públicas, os processos de acolhimento e as relações sociais que envolvem mulheres em situação de refúgio.

Quanto aos atores, foram identificadas as próprias mulheres refugiadas/migrantes, como agentes principais da sua trajetória, realizando ações de busca por auxílio, rompendo o silenciamento, embora, muitas vezes, enfrentando obstáculos pessoais, culturais e estruturais. Despontaram também os atores midiático, bem como as políticas públicas e gestores, constatando, assim, a existência de um modelo ecológico de fatores relacionados à violência

sofrida pela mulher refugiada/migrante, mediante a dimensão individual, relacional, comunitária e social.

No que se refere aos fatores determinantes da rota crítica, notou-se elementos essenciais que representam múltiplas camadas de obstáculos contextuais, tais como, o silêncio e a estigmatização; a falta de informação e de acessibilidade; as barreiras linguísticas e culturais. além da necessidade de profissionais capacitados, sensibilizados e treinados para lidar com a população migrante/refugiada. Como isso, observa-se exigência de ações integradas, sensíveis e ajustadas às especificidades das mulheres refugiadas/migrantes de modo a reduzir a vulnerabilidade e facilitar o seu acesso às políticas públicas de proteção e justiça.

A partir das análises dos múltiplos aspectos que envolvem a experiência das mulheres refugiadas/migrantes, evidencia-se que o acesso à educação e às ações educativas, como forma de intervenção social, desempenha um papel fundamental na promoção da melhoria na qualidade de vida. As evidências apresentadas pelos seis artigos que compõem esta pesquisa, demonstram que as ações educativas não apenas ampliam o conhecimento técnico e cultural dessas mulheres, mas também favorecem a sua autonomia, autoestima e a consciência de pertencimento, o que impacta significativamente os diferentes domínios de suas vidas (social, emocional, econômico e de segurança).

Constata-se que a educação atua como mecanismo de resistência à vulnerabilidade e à violência, fortalece redes de apoio e contribui para a construção de uma identidade mais empoderada, capaz de superar os preconceitos e obstáculos próprios do cenário migratório. Além disso, a análise discursiva dos documentários e das políticas públicas constata uma necessidade contínua de promover dispositivos educacionais condizentes com a diversidade da experiência migrante, garantindo que os direitos das mulheres refugiadas/migrantes sejam não apenas reconhecidos, mas também efetivamente legitimados por ações concretas.

No âmbito das políticas públicas para acolhimento de refugiados/migrantes observou-se a ausência de articulação e efetividade quanto às políticas de ações educativas voltadas para o público adulto, principalmente no que se refere às ações governamentais específicas e disponibilidade de recursos. Com isso, notadamente, verifica-se que as instituições de ensino, por força da necessidade, vêm atuando como agentes de integração social.

Portanto, é imprescindível que as políticas públicas e os programas de ações educativas continuem a ser aprimorados, considerando as percepções e experiências dessas

mulheres, para que eles possam ser instrumentos de transformação social, que favoreçam a sua inclusão, proteção e bem-estar. Nesse ínterim, destaca-se a importância de incorporar a educação nas estratégias de políticas públicas de acolhimento, prevenção e proteção, reconhecendo a educação como um direito fundamental e como ferramenta de mudança social. Essas ações devem ser permanentes, sensíveis às especificidades culturais e sociais das mulheres, fortalecendo o tecido social e contribuindo para uma sociedade mais acolhedora e igualitária.

Em síntese, esta tese, com base nos fatores analisados, indica que a educação, considerando aspectos dos domínios e percepções de mudanças de vida, ao capacitar, conscientizar, incluir e transformar percepções, pode atuar como uma intervenção social estratégica capaz de diminuir fatores de risco, fortalecer redes de proteção e promover maior autonomia às mulheres refugiadas/migrantes, contribuindo fundamentalmente, para a redução da violência e melhoria na sua qualidade de vida.

Importante enfatizar que diante do número reduzido de entrevistas, os resultados apresentados neste estudo não têm a pretensão de generalizar os resultados obtidos para o conjunto de mulheres refugiadas/migrantes. No entanto, os relatos e as análises aqui apresentados revelam aspectos significativos da vivência dessas mulheres diante da violência, da busca por educação e da construção uma vida digna, na busca por qualidade de vida, em território estrangeiro. Além disso, eles oferecem importantes indícios e reflexões sobre a fenômeno da violência contra a mulher refugiada, contribuem para o aprofundamento do debate e abrem caminhos para futuras investigações com amostras mais amplas e diversificadas. A pesquisa cumpre, assim, um papel exploratório e sensível, contribui para a visibilidade de um fenômeno ainda pouco discutido e oferece subsídios para futuras investigações mais ampliadas, que possam aprofundar e expandir as reflexões iniciadas neste trabalho.

APÊNDICES
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTORES/COLABORADORES
DAS AÇÕES EDUCATIVAS

IDENTIFICAÇÃO:	
Nome:	
Função:	
Sexo:	Nível de escolaridade:
Local (endereço de e-mail):	Data:
QUESTÕES	
1)	Como foram definidos o conteúdo dos cursos a serem oferecidos pelo PLA?
2)	Como foi estruturada a questão do espaço e dos recursos humanos, bem como as parcerias realizadas para o desenvolvimento dos cursos?
3)	Como foi realizado o processo de mobilização para acesso dos refugiados ao PLA?
4)	Comente sobre o funcionamento do programa, no seu dia a dia. Quais foram as adequações realizadas para atendimento da metodologia para o Acesso, Permanência e Êxito?
5)	Qual foi o percentual médio de evasão dos cursos? Foram diferenciados? Atribuído a que fatores/dificuldades enfrentadas?
6)	Você tem conhecimento sobre as formas de inserção dos migrantes e refugiados no mercado de trabalho?
7)	Comentando sobre o êxito do programa. Como você descreveria o alcance dos objetivos do PLA, em função da realidade dos migrantes e refugiados?
8)	Você acredita que a qualidade de vida dos migrantes e refugiados aumentou com a participação no programa? Em que sentido? De acordo com os principais desafios do PLA, que sugestões dariam para sua melhoria, em termos de qualidade de vida?
9)	Deseja acrescentar algo, que não tenha sido indagado e que considere relevante?

Fonte: elaborado pela própria autora (2022).

**APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MULHERES REFUGIADAS/
MIGRANTES PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS**

Nome da entrevistada:	
Nacionalidade e Naturalidade:	Data de chegada no Brasil:
PERFIL SOCIOECONÔMICO DA MULHER REFUGIADA/MIGRANTE	
Idade (nº de anos)	Estado civil: (____) 1) Solteiro 2) Casado 3) Separado 4) Divorciado 5) Viúvo 6) Amasiado 7) Outros
Você autodeclara ser da cor/etnia: (____) 1) Branca 2) Parda 3) Amarela 4) Negra 5) Não respondeu	Religião: (____) 1) Ateu 2) Católico 3) Religiões evangélicas. Qual? 4) Outros. Qual? _____
Tamanho da família: Além do casal e filhos, reside mais alguém na residência? (____) 1) Sim 2) Não Quem? _____	Filhos: (____) 1) Sim 2) Não Nº de filhos: (____)
	Idade dos filhos: 1) _____ 2) _____ 3) _____ 4) _____ 5) _____ 6) _____ 7) _____ 8) _____ 9) _____ 10) _____
Grau de escolaridade: (____) 1) Nunca frequentou escola antes do curso 2) Fundamental incompleto (1ª a 4ª série) 3) Fundamental completo (1ª a 8ª série) 4) Ensino médio incompleto 5) Ensino médio completo 6) Ensino superior incompleto 7) Ensino superior completo 8) Pós-Graduação	Antes de se matricular no PLA você reiniciou os estudos após chegar ao Brasil: (____) 1) Sim 2) Não Se sim, continuou os estudos, como foi a sua trajetória? Se não, por que não continuou os estudos?
Grau de fluência da língua portuguesa: 1) Não fala e não lê 2) Não fala, mas lê 3) Fala, mas não lê 4) Fala e lê fluentemente	
QUESTÕES SOBRE TRABALHO/OCUPAÇÃO	
Situação empregatícia no país de origem (____) 1) Empregada com carteira assinada 2) Desempregada 3) Trabalha informalmente 4) Autônoma (por conta própria) 5) Empregador	Situação empregatícia após chegar ao Brasil (____) 1) Empregada com carteira assinada 2) Desempregada 3) Trabalha informalmente 4) Autônoma (por conta própria) 5) Empregador

Recebe algum benefício do governo? 1) Sim 2) Não	Participa de algum Grupo de Acolhida 1) Sim 2) Não
	Se sim, qual?
Você é a principal fonte de renda da sua casa? (____) 1) Sim 2) Não	Renda Familiar mensal: (____)
Quantas pessoas (incluindo você) dependem da renda mensal da sua família? (____) 1) até 4 pessoas 2) mais que 4 pessoas	1) até 1 Salário-Mínimo 2) de 1 a 2 Salários-Mínimos 3) de 2 a 3 Salários-Mínimos 4) acima de 3 Salários-Mínimos
QUESTÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
1) Na sua visão, qual é o significado violência?	1.1. Diga 3 palavras que, na sua opinião, traduzem o que é violência
2. Você já sofreu algum tipo de violência? (____) 1) sim 2) não	2.1- Se sim, qual? 1) Física 2) Psicológica 3) Sexual 4) Patrimonial 5) Moral 6) Cultural 7) Social
3. Local de ocorrência das agressões: (____) 1) Domicílio 2) Via pública 3) Domicílio e via pública 4) Outros	4. Vínculo com o agressor: (____) 1) Marido/companheiro 2) Ex-marido/companheiro 3) Namorado 4) Ex-namorado 5) Outros
Sua vinda para o Brasil foi em função de: a) Suprir as necessidades básicas (alimento, água, abrigo) b) Questões familiares c) Outros motivos? Quais?	
Vários estudos mostram o alto índice de violência contra a mulher nos últimos anos. Por que você acha que esse tipo de violência tem aumentado tanto?	
Você acredita que o fato de ter sofrido violência, pode ser por algum comportamento ou atitude sua? Ou seja, quais foram as situações/motivos que levaram ou levam a violência? Qual é a frequência que essa violência ocorre ou ocorria?	
Na sua visão, qual é o pior tipo de violência contra a mulher? Ou seja, qual tipo de violência, você considera mais prejudicial para a vida da mulher?	
Na maioria das vezes, quem é o agressor?	
Na sua percepção, existe algum fator de risco, que poderia contribuir para o aumento dos atos de violência? Qual(is)?	
Quais foram as consequências da violência vivenciada? Ou seja, em que a violência sofrida pode lhe prejudicar? Em termos da sua saúde, em que você acredita que a violência possa lhe prejudicar?	
Quais são os sentimentos que você tem ao sofrer a violência/agressões?	
Quando ocorre a violência, você pede ou pediu ajuda a alguém? Quem?	

O marido/companheiro a impede de trabalhar ou de realizar qualquer outra atividade que lhe proporciona satisfação ou prazer, o que poderia implicar em uma atitude machista, levando à violência psicológica?
Já fez ou faz uso de medicamentos para depressão ou de alguma substância, que pode lhe trazer dependência ou mudança de comportamento?
Você tem liberdade para manter contato com sua família de origem? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Como?
O que a sua família fala do seu parceiro para você?
Fale um pouco sobre sua infância, seu relacionamento com a sua família? E, como era a sua vida no seu país de origem?
Como você avalia a educação que recebeu dos seus pais? Aspectos positivos e negativos?
Já presenciou situações de brigas, conflitos ou violência entre eles? Qual foi a sua reação? E a de seus irmãos?
O que seus pais faziam que mais lhe incomodava?
Você já presenciou ou foi vítima de violência na sua família de origem? O que aconteceu depois?
Na comunidade em que você mora é comum atos de violência? De que tipo?
Na comunidade em que você morava anteriormente era comum atos de violência? De que tipo?
Como essa situação afeta/afetou a sua vida?
O que você acha que o governo brasileiro poderia fazer para reverter esta situação?
QUESTÕES SOBRE OS FATORES: VULNERABILIDADE/VIOLENCIA/ROTA CRÍTICA
Qual o motivo para migrar? () Trabalho () educação () serviços de saúde () alimento/água () desastre natural () conflitos, insegurança () problemas familiares – especifique: _____ () perseguição () promessa de emprego () promessa de educação () relação amorosa/casamento () reunião familiar () outros, especifique: _____
Qual sua situação migratória atual? () Solicitante de refúgio () Solicitante de refúgio, solicitação negada () cidadania () Migrante irregular () Refugiado () Residente temporário () Residente MERCOSUL () Apátrida () Visto de estudante ()
Fale um pouco sobre a sua chegada no Brasil?
Você veio para o Brasil sozinha, veio por sua conta própria? Se não, com quem você viajou? () Família () amigos () agência de recrutamento () empregador () estranhos () coioite () traficante () outros
Acredita ter sido enganada, manipulada, forçada, recebido promessas falsas ou ter sido iludida de outras maneiras para fazer você viajar?
Vivenciou alguma das situações de violência antes ou durante o processo migratório? () Violência () Exploração () Abuso () sequestro () Ameaças () Fraude/engano () Cativoiro () Coerção () Outros. Especificar: _____.
Quais órgão governamentais/instituições você buscou apoio? Como, com quem, ou onde você se informa sobre seus direitos?

Já possui todos os seus documentos? Se não, qual(is) ainda falta(m)? Por que ainda não os possui?
Tem histórico de: a) envolvimento com prostituição? b) Abuso de substâncias químicas?
Se sente discriminada? Por qual motivo: racial, étnico, linguístico, religioso, orientação sexual ou outros? Especifique.
O que você gostaria de fazer agora? () Ficar no Brasil () Retornar para seu país de origem () Continuar migrando internamente () solicitar refúgio.
Você participa de alguma atividade social comunitária? Se sim, qual(is)? Se não, por que não participa?
QUESTÕES SOBRE DOMÍNIOS, PERCEPÇÕES E QUALIDADE DE VIDA
Qual o significado de qualidade de vida para você?
Quão satisfeito(a) você está com a qualidade de sua vida? 1= muito insatisfeita; 2=insatisfeita; 3 = nem satisfeita nem insatisfeita; 4 = satisfeita; 5 = muito satisfeita.
Percepções: Você acha que migrar para o Brasil ajudou você a se sentir melhor? Se sim: como? Se não: Por quê? Para cada pergunta realizada, responda: Pior que antes, ou, sem mudanças, ou, melhor que antes. Desde que você chegou ao Brasil: Seus problemas pessoais estão... Seu humor está... A estabilidade das suas emoções está... Sua confiança em você mesma está... Seu interesse pela vida está... Sua capacidade de suportar situações difíceis está... Seu apetite está Seu sono está... Sua energia (disposição para fazer as coisas) está... Sua saúde física está... Sua sexualidade está... Sua convivência com a família está... Sua convivência com as outras pessoas está... Seu interesse em trabalhar ou se ocupar com alguma coisa está... Suas atividades de lazer (as coisas que você gosta de fazer) estão... Suas tarefas de casa estão... Sua capacidade de cumprir as obrigações e tomar decisões está...
Finalizando eu gostaria de saber: Desde que você chegou ao Brasil, em geral você está...
Não há respostas certas ou erradas. O importante é que seja o mais sincera possível. Leia cada item e depois escreva o número que expressa a sua resposta no espaço ao lado da frase, de acordo com a seguinte escala:
1 = Nada 2= um pouco 3 = moderadamente 4 = Bastante 5= Completamente
1. Como avalia a sua qualidade de vida? 2. Até que ponto está satisfeito(a) com a sua saúde? 3. Tem energia suficiente para a sua vida diária?

<p>4. Até que ponto está satisfeito(a) com a sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia a dia?</p> <p>5. Até que ponto está satisfeito(a) consigo próprio?</p> <p>6. Até que ponto está satisfeito(a) com as suas relações pessoais?</p> <p>7. Tem dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades?</p> <p>8. Até que ponto está satisfeito(a) com as condições do lugar que vive?</p>
QUESTÕES SOBRE A EFICÁCIA DO PLA NO CONTROLE DA VIOLÊNCIA
<p>Como você ficou sabendo do PLA?</p> <p>O que motivou você a participar do PLA?</p> <p>Como você vê sua participação no curso?</p> <p>O tempo, a carga horária do curso, foi suficiente ou necessitava de mais tempo? Por quê?</p> <p>O PLA lhe proporcionou autonomia, autoconfiança e novas relações (amizades)? Como?</p> <p>Quais foram os principais desafios do PLA que você observou? - Por exemplo: todas as etapas foram cumpridas? A plataforma utilizada estava devidamente estruturada? Os professores e os profissionais com habilidades para lhe ajudar? Em sua opinião o que faltou?</p> <p>Qual foi a principal mudança percebida, que a participação no PLA proporcionou a você?</p> <p>a) Na sua vida (trajetória e seus projetos de vida)? Como?</p> <p>b) Na sua família? Como?</p> <p>c) Na comunidade onde você mora? Como?</p> <p>Após a sua participação no PLA você se sente:</p> <p>a) Capaz de conversar fluentemente em português?</p> <p>b) Com condições de ser inserida no mercado de trabalho? Por quê?</p> <p>c) Preparada para enfrentar problemas pessoais e familiares? Quais?</p> <p>d) Segura para buscar ajuda/apoio junto as instituições, tais como: de saúde, de acolhimento, de segurança?</p>
<p>Na sua visão, o PLA contribuiu para o enfrentamento da violência?</p> <p>1) Sim</p> <p>2) Não</p>
<p>Como o PLA ajudou ou ajuda você a enfrentar a situação de violência que você vivencia ou vivenciou?</p>
<p>Quais sugestões daria para que o PLA pudesse alcançar o objetivo de redução da violência enfrentada pela mulher refugiada?</p>

Fonte: elaborado pela própria autora (2022).

APÊNDICE 3 – AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO



Nilva Celestina do Carmo <nilva.carmo@ifsudestemg.edu.br>

Colaboração em projeto de Doutorado

1 mensagem

Nilva Celestina do Carmo <nilva.carmo@ifsudestemg.edu.br>

31 de outubro de 2022 13:37

Para: comunicacao@conif.org.br

Cc: mdora <mdora@ufv.br>

Prezado Presidente do CONIF, Reitor Cláudio Alex,

Considerando minha participação no Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal de Viçosa, a nível de doutoramento, com Projeto de pesquisa intitulado: "O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER REFUGIADA: Cenário, educação e qualidade de vida", que tem como objetivo analisar a realidade vivenciada pelas mulheres participantes do PLA, com foco na violência vivenciada pelas mulheres, considerando as diretrizes políticas, redes de proteção, projetos educacionais, ações e estratégias propostas, como forma de prevenção, controle e mitigação das situações de violência e melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas; e

Considerando ainda, o relevante esforço deste conceituado Conselho em suscitar ações que garantam a implementação de ações voltadas para a garantia de direitos e a consolidação de ações emancipadoras, como o PLA para atender aos refugiados, **solicito a autorização e colaboração** para que as instituições da RFEPT, participantes das Chamadas Públicas de 2021/2022 e os gestores destas ações **colaborem com o projeto de pesquisa**.

Entendemos que a referida pesquisa trará benefícios tendo em vista a geração de conhecimento, sobre os efeitos do PLA nas regiões e nos municípios onde as instituições promoveram e promovem estas ações, como uma proposta de avaliação de ações que se combinam e coadunam com as políticas públicas envolvidas com o tema, tais como: o acolhimento a refugiados, retração da vulnerabilidade, minimização da violência, educação inclusiva e transformadora e a melhoria na qualidade de vida.

Desse modo, solicitamos o encaminhamento desta petição às Instituições participantes, para que estas, entendendo pertinente, se manifestem o mais breve possível, tendo em vista a necessidade da apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMG, para que possamos dar início aos procedimentos de coletas de dados, junto às mulheres participantes do PLA.

Na oportunidade agradeço e me coloco à disposição para prestar maiores esclarecimentos e informações sobre o projeto.

--

Atenciosamente,



Nilva Celestina do Carmo
 Prof.ª, EBT e Bacharel em Ciências Contábeis
 Especialista em Gestão de Recursos Humanos
 Mestre em Economia Doméstica
 (32) 3571-5740/ 9 9913-3038
<http://lattes.cnpq.br/6527224687128632>

[CONIF] - Colaboração em projeto de Doutorado

Gabinete da Reitoria <gabinete.reitoria@ifpa.edu.br>

17 de novembro de 2022 11:07

Para: Nilva Celestina do Carmo <nilva.carmo@ifsudestemg.edu.br>

Bom dia, profª Nilva.

Acusamos o recebimento e informamos que o CONIF enviará sua solicitação aos reitores da Rede Federal.

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Cleide Dias**

- 📁 Chefe de Gabinete | IFPA Reitoria
- 📁 Portaria nº 600/2015 - GAB
- 📞 Tel: (91) 3342 - 0554
- 🌐 Site: www.ifpa.edu.br

  IfpaOficial   ifpaoficial  IFPA Oficial





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
REITORIA

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro estar ciente do interesse de execução do projeto de pesquisa intitulado "O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER REFUGIADA: Cenário, educação e qualidade de vida", sob a responsabilidade da pesquisadora Nilva Celestina do Carmo, aluna de Programa de Pós-Graduação junto à Universidade Federal de Viçosa.

Nossa instituição requer, por parte do pesquisador envolvido, o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, em consonância com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Autorizo a execução deste projeto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, desde que cumpridas as exigências legais e internas de participação do servidor e haja parecer consubstanciado de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos vinculado à CONEP.

Boa Vista-RR, 10 de abril de 2023.

NILRA JANE FILGUEIRA BEZERRA

Reitora do IFRR

Decreto de 16 de dezembro de 2020
DOU de 17/12/2020, Edição 241 Seção 2, Pág. 1

Documento assinado eletronicamente por:

• **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 10/04/2023 17:24:12.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 10/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 204628

Código de Autenticação: 72f9bf568a





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL
REITORIA DO IFRS
GABINETE (REITORIA)**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL Nº 4 / 2023 - GAB-REI (11.01.01.01)

Nº do Protocolo: 23419.001308/2023-61

Bento Gonçalves-RS, 17 de abril de 2023.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, JULIO XANDRO HECK, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul autorizo a realização da pesquisa intitulada "O FENOMENO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER REFUGIADA: CENÁRIO, EDUCACAO E QUALIDADE DE VIDA", a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo. Serão, ainda, observadas na íntegra, as disposições constantes na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018, no tocante à preservação da confidencialidade de todas as informações pessoais coletadas, que serão utilizadas unicamente para atender à finalidade específica da pesquisa, sendo realizada, sempre que possível, a anonimização de eventuais dados pessoais sensíveis."

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Serão disponibilizados, à pesquisadora, acesso aos dados, aos estudantes e aos gestores, bem como acesso aos documentos inerentes ao curso Português como Língua Adicional ? PLA.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

CEP/IFRS

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700- 000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisadora responsável: **Nilva Celestina do Carmo**

Departamento de Economia Doméstica (DED) Tel.: (31) 3899-2428.

E-mail: nilva.carmo@ifrsudestemg.edu.br Celular: (32) 99913-3038

(Assinado digitalmente em 17/04/2023 11:40)

JULIO XANDRO HECK

REITOR - TITULAR

IFRS / REI (11.01.01)

Matricula: 1342777



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro estar ciente do interesse na execução, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, do projeto de pesquisa intitulado **“O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER REFUGIADA: Cenário, educação e qualidade de vida”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Nilva Celestina do Carmo, aluna de Programa de Pós-Graduação junto à Universidade Federal de Viçosa.

Nossa instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição participante no presente projeto de pesquisa e requer, por parte da pesquisadora proponente envolvida, o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, em consonância com as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

A execução deste projeto no Instituto Federal de Brasília fica atrelada ao prévio parecer substanciado de aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O IFB dispõe de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do projeto e aplicação da pesquisa, sendo obrigatória a prévia verificação de disponibilidade e prévio agendamento com os participantes e as unidades envolvidas. Quando necessário utilizar qualquer infraestrutura, a verificação de disponibilidade e agendamento deverão ser realizados pela pesquisadora, respeitando-se a disponibilidade de cada unidade. Esclarecemos que a participação dos entrevistados deverá ser totalmente voluntária e consentida, estando a entrevista condicionada ao aceite dos entrevistados e que a organização e a aplicação da pesquisa são de inteira responsabilidade da pesquisadora responsável pelo projeto.

Brasília, 19 de setembro de 2024

Documento assinado digitalmente
SIMONE BRAZ FERREIRA GONTIJO
 Data: 22/09/2024 16:41:28-0300
 Verifique em <https://sibbrar.ifb.gov.br>

SIMONE BRAZ FERREIRA GONTIJO
 Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

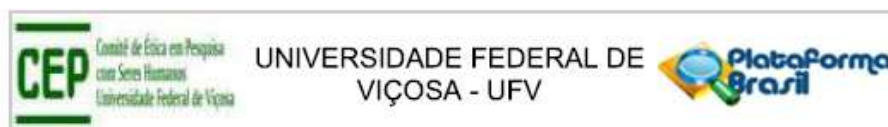
Portaria nº 837/REITORIA/IFB, de 31 de julho de 2023



Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco E, Edifício Siderbrás
 Asa Sul – Brasília/DF, CEP 70070-020
 (61) 2103-2154 | ifb.edu.br

ANEXOS

ANEXO 1 - DOCUMENTO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER REFUGIADA: CENÁRIO, EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

Pesquisador: Maria das Dores Saraiva de Loreto

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 66544422.2.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Economia Doméstica

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.991.366

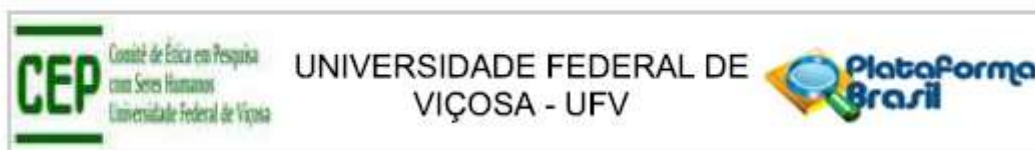
Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicada

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2060992.pdf) e/ou do Projeto Detalhado:

1. RESUMO: As violências contra mulheres se enquadram na forma mais injusta de desigualdades de gênero. No caso das mulheres refugiadas, na longa jornada em busca de segurança e de um lugar para viver dignamente, estão sujeitas à diferentes violências, que se exacerbam, pelo simples fato de serem mulheres. Diante disso, é fundamental para os refugiados conhecerem a língua majoritária e suas intercorrências, pois, propicia a inclusão, diante de uma das maiores dificuldades encontradas pelos mesmos, ao migrarem para um novo país, o idioma. Além disso, tem-se os aspectos emocionais e as relações conflituosas, pela falta de conhecimento e adequação à nova realidade vivenciada. Pressupõe-se que, como forma de prevenção da violência feminina, é preciso assegurar o protagonismo das mulheres por meio de políticas públicas de educação, geração de emprego decente e serviços essenciais, equidade no trabalho doméstico e no trabalho remunerado, independência e autonomia. Assim, nesta pesquisa busca-se analisar o cenário da realidade do público refugiado, em termos das práticas sociais vivenciadas, discursos midiáticos

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.891.366

existentes, diretrizes e ações políticas implementadas, além de examinar se as ações e projetos educacionais constituem estratégias mitigadoras para prevenção e controle da violência e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas

2. METODOLOGIA: : A pesquisa, de natureza quanti-qualitativa, tem como fundamentação teórica representações e práticas sociais, vulnerabilidade e violência contra as mulheres migrantes. A pesquisa terá como local de estudo as Instituições da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica (RFEPT), que tenham aderido às chamadas públicas fomentadas pelo CONIF, voltadas para o público migrantes e/ou refugiados. O público envolvido compreende as de mulheres migrantes/refugiadas, participantes dos cursos online de Português, como Língua Adicional (PLA) em Rede, realizados pelas instituições da RFEPT, além dos gestores das referidas ações educativas. Dentre as técnicas de coleta de dados, será feito o uso da pesquisa censitária e documental, questionários e entrevista semiestruturada, cujos dados serão analisados pela Análise do Discurso, além de Análise textual. Considera-se que pesquisa poderá contribuir para a atualização e geração de conhecimentos que subsidiem uma melhor formulação e implementação das políticas de inclusão educacional e produtiva, que promovam a prevenção e de combate à violência contra a mulher, por meio de maior igualdade de oportunidades e qualidade de vida.

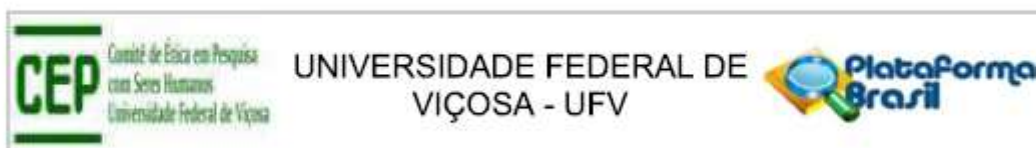
3. HIPÓTESE: Tem-se a hipótese de que as mulheres refugiadas, que participaram de programas educacionais, que objetivam oferecer cursos de Português como Língua de Acolhimento e de Cultura Brasileira, ao prepará-las para situações comunicacionais cotidianas, em vários ambientes e, ainda, ampliar os conhecimentos quanto a formação da sociedade brasileira, que podem ser mecanismos de conscientização sobre a situação de violência que possam estar sujeitas, podem se prevenir contra diversos episódios de violência e, por conseqüência, ter uma melhor sua qualidade de vida e do núcleo familiar que estão inseridas.

4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO: Não informados.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com as pesquisadoras, Objetivo Primário: Analisar a realidade do público refugiado, no Brasil, com foco na violência vivenciada pelas mulheres, considerando as diretrizes políticas, redes

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.991.366

de proteção, projetos educacionais, ações e estratégias propostas, como forma de prevenção, controle e mitigação das situações de violência e melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas.

Objetivo Secundário: Caracterizar as diretrizes políticas, as ações e os projetos educacionais propostos para o público refugiado no Brasil, por meio da revisão sistemática; Examinar as representações sociais sobre a violência contra as mulheres refugiadas, através da análise do discurso midiático; Delimitar a visão dos profissionais executores sobre projetos e ações, que visem à prevenção e ao controle da violência contra o público refugiado; Identificar o perfil pessoal e familiar de mulheres refugiadas, que tiveram acesso às ações e projetos de educação profissional; Identificar os motivos e tipos de violência enfrentadas pelas mulheres refugiadas, bem como as estratégias adotadas para sua mitigação, identificando as redes de proteção existentes e acionadas; Analisar como as práticas sociais vivenciadas pelas mulheres refugiadas contribuem para a ocorrência dos atos de violência, considerando os fatores determinantes de vulnerabilidade pelo processo de migração; Examinar a eficácia dos projetos e ações educativas no controle da violência e melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos potenciais da participação na pesquisa são mínimos, mas, durante a coleta de dados caso a entrevistas possa sentir-se cansada ou sentir qualquer constrangimento diante de alguma pergunta, a pesquisadora estará atenta a qualquer desconforto e a entrevistada poderá recusar-se a responder qualquer pergunta e, até mesmo, desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de comunicado prévio e sem qualquer prejuízo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os benefícios serão indiretos, considerando que esta pesquisa poderá alcançar as futuras turmas do PLA.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram todos entregues de acordo com as normas do Sistema CEP/CONEP.

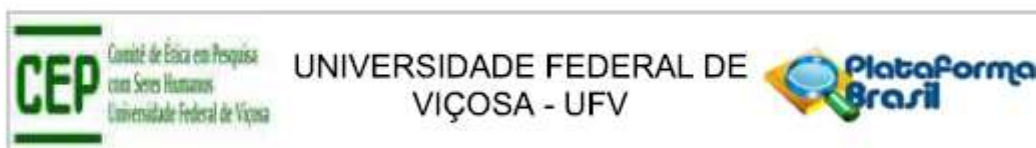
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.991.366

de proteção, projetos educacionais, ações e estratégias propostas, como forma de prevenção, controle e mitigação das situações de violência e melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas.

Objetivo Secundário: Caracterizar as diretrizes políticas, as ações e os projetos educacionais propostos para o público refugiado no Brasil, por meio da revisão sistemática; Examinar as representações sociais sobre a violência contra as mulheres refugiadas, através da análise do discurso midiático; Delimitar a visão dos profissionais executores sobre projetos e ações, que visem à prevenção e ao controle da violência contra o público refugiado; Identificar o perfil pessoal e familiar de mulheres refugiadas, que tiveram acesso às ações e projetos de educação profissional; Identificar os motivos e tipos de violência enfrentadas pelas mulheres refugiadas, bem como as estratégias adotadas para sua mitigação, identificando as redes de proteção existentes e acionadas; Analisar como as práticas sociais vivenciadas pelas mulheres refugiadas contribuem para a ocorrência dos atos de violência, considerando os fatores determinantes de vulnerabilidade pelo processo de migração; Examinar a eficácia dos projetos e ações educativas no controle da violência e melhoria da qualidade de vida das mulheres refugiadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos potenciais da participação na pesquisa são mínimos, mas, durante a coleta de dados caso a entrevistas possa sentir-se cansada ou sentir qualquer constrangimento diante de alguma pergunta, a pesquisadora estará atenta a qualquer desconforto e a entrevistada poderá recusar-se a responder qualquer pergunta e, até mesmo, desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem necessidade de comunicado prévio e sem qualquer prejuízo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os benefícios serão indiretos, considerando que esta pesquisa poderá alcançar as futuras turmas do PLA.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram todos entregues de acordo com as normas do Sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 8.891.588

Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2060992.pdf	15/12/2022 15:38:32		Aceito
Folha de Rosto	folhadecostoinvaprojeto15.pdf	15/12/2022 15:37:40	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
Outros	RESUMO.pdf	13/12/2022 19:07:45	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
Outros	APENDICE2RoteiroEntrevistaRefugiadas.pdf	13/12/2022 19:04:18	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
Outros	APENDICE1Roteirodeentrevistaexecucoes.pdf	13/12/2022 19:02:37	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
Orçamento	ORCAMENTOProjeto.pdf	13/12/2022 18:40:57	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
Declaração de concordância	APENDICE3autorizacao.pdf	13/12/2022 18:38:31	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAProjeto.pdf	13/12/2022 18:32:55	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2.pdf	13/12/2022 18:31:07	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1.pdf	13/12/2022 18:30:53	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDoutoradoNiveCarro.pdf	13/12/2022 18:30:31	Maria das Dores Sariva de Loreto	Aceito

Situação do Parecer:

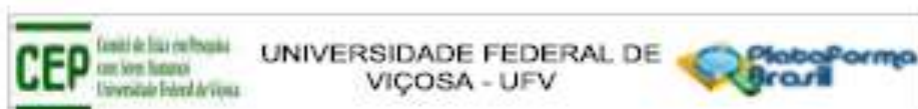
Aprovado

Necessita Apreciação da COMEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PHi Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
 Bairro: Campus Universitário CEP: 36.670-077
 UF: MG Município: VIÇOSA
 Telefone: (31)3612-2319 E-mail: cep@ufv.br

Página 04 de 08



Continuação do Parecer: 8.891.588

VIÇOSA, 10 de Abril de 2023

Assinado por:
 Guilherme de Azambuja Fossilelli
 (Coordenador(a))